

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Janne Brandão de Melo Carvalho

**O abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues,
no Ceará**

Juiz de Fora
2020

Janne Brandão de Melo Carvalho

**O abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues,
no Ceará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior.

Juiz de Fora
2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Janne Brandão de Melo.

O abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, no Ceará / Janne Brandão de Melo Carvalho. -- 2020. 215 f.

Orientador: Marco Aurélio Kistemann Júnior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2020.

1. Abandono escolar. 2. Evasão escolar. 3. Rendimento. 4. Ensino Médio. I. Kistemann Júnior, Marco Aurélio, orient. II. Título.

Janne Brandão de Melo Carvalho

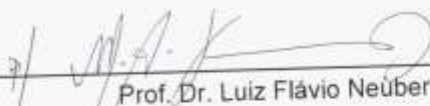
**O abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues,
no Ceará**

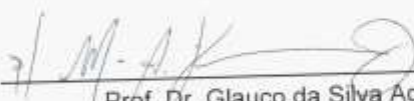
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 31 de julho de 2020

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dr. Luiz Flávio Neübert
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dr. Glauco da Silva Aguiar
Fundação Cesgranrio

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser minha rocha, meu sustento, meu guia, por me fazer acreditar que tudo nesta vida tem um propósito e que podemos realizar tudo aquilo que acreditamos.

Ao meu filho João Arthur, que, desde o 8º mês de gestação, acompanha-me nessa trajetória, “me tirando do sério” em alguns momentos, mas, acima de tudo, mostrando-me que, apesar das dificuldades, somos capazes.

Ao meu filho George Lucas, pela torcida, pela ajuda com seu irmão, em meus momentos de estudo, e pela tolerância aos incontáveis momentos de ausência.

À minha irmã Geovana que, em todos os períodos presenciais do curso, recebeu a mim e meus filhos em sua casa, onde nos dedicou atenção, cuidados e o conforto de seu lar.

Ao meu ex-marido Narcizo, pela compreensão aos momentos de ausência, enquanto ainda estávamos casados, pelas palavras de força e incentivo que me fizeram prosseguir até o final, e pela dedicação aos nossos filhos em todos os momentos que precisei me fazer ausente.

À toda a minha família, especialmente aos meus pais e irmãos, pela força, carinho e, principalmente, por acreditar nessa conquista;

Às queridas Edvirges (Lora), Taynara e Mônica, pelos cuidados dedicados ao meu pequeno João Arthur, nos momentos em que precisei me dedicar a esse curso.

A todos os amigos que, próximos ou distantes, torceram e vibraram com cada etapa conquistada.

Aos amigos que compõem e/ ou compuseram o Núcleo Gestor da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, desde que iniciei o Mestrado, pela presteza nas informações e, principalmente, pela amizade e compreensão nas fases em que precisei estar fora.

A toda a comunidade escolar da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, especialmente, aos estudantes que participaram dessa pesquisa, bem como os ex-alunos que concordaram em participar, pelas contribuições, disponibilidade e atenção.

Ao Professor Doutor Marco Aurélio Kistemann Júnior, pela orientação atenta a cada etapa desse trabalho, e à Helena Rivelli de Oliveira, do Núcleo de Dissertação,

pelas contribuições, paciência e compromisso com cada etapa dessa construção. Gratidão por tudo!

Aos Professores Doutores Glauco da Silva Aguiar e Luiz Flávio Neubert, pelas contribuições atribuídas a esse trabalho tanto na banca de qualificação, quanto na de defesa.

Aos professores e Assistentes de Suporte Acadêmico (ASA's) que estiveram conosco em todas as disciplinas do curso.

A todos que compõem a Secretaria do PPGP – CAED/UFJF, pela atenção e preocupação com a vida acadêmica de todos os mestrandos desse programa.

À Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), por oportunizar aos professores e gestores de sua rede a participação numa formação de imensurável valor.

À CREDE 05, na pessoa do Articulador de Gestão Glauder Luís Lira Sousa, pela disponibilidade e presteza de informações.

Aos colegas da Turma Ceará 2017, pela amizade, o companheirismo e o compartilhamento de saberes em todas as etapas desse grande desafio.

À minha colega de turma e amiga Rosângela, pela amizade, parceria e companheirismo na reta final desse trabalho. Somos as últimas a concluir o curso e ambas, pelo mesmo motivo, a chegada de filhos a nossas vidas. Avante, guerreira, nós conseguimos!

Aos colegas da Turma Ceará 2018, pelo acolhimento e amizade nos momentos em que estivemos juntos.

À querida Erizene, pela delicadeza e dedicação, no acolhimento a todos os envolvidos nas aulas presenciais das turmas de Mestrado Ceará 2017 e 2018.

Enfim, a todos que, direto ou indiretamente, contribuíram com a construção deste trabalho que, até o presente momento, eu considero como o maior de todos os desafios que já enfrentei em toda a minha vida. A vocês, os meus sinceros agradecimentos.

“Mas é preciso escolher.

Porque o tempo foge.

Não há tempo para tudo.

*Não poderei escutar todas as músicas que
desejo,*

Não poderei ler todos os livros que desejo,

*Não poderei abraçar todas as pessoas que
desejo.*

É necessário aprender a arte de ‘abrir mão’

*– a fim de nos dedicarmos àquilo que é
essencial”.*

(Rubem Alves)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão apresentado investigou as ações que a Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues (EEMCFR), no Ceará, tem desenvolvido, nos últimos anos, na intenção de minimizar e/ou combater o abandono escolar. A partir de um diagnóstico sobre os números do abandono, confirmou-se que seu percentual, em 2018, foi de 3,4%. Isto demonstrou que, nos últimos anos, a escola tem conseguido avanços positivos, diante das altas taxas que se refletem nas escolas públicas do país. Há, entretanto, casos isolados de turmas, principalmente, do turno noturno, nas quais há uma maior concentração desse fenômeno. Diante desse contexto, a pesquisa pautou-se na seguinte questão norteadora: Que ações a EEMCFR têm adotado no intuito de minimizar/combater o abandono escolar na instituição, tendo em vista que suas taxas gerais de abandono têm se apresentado menores que as da rede estadual do Ceará e do Brasil? Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como se dá a relação das ações de enfrentamento ao abandono na instituição com a realidade na qual sua comunidade escolar está inserida. Com base no diagnóstico feito sobre os números do abandono nesta instituição, nos últimos seis anos, bem como na análise das ações já existentes na escola, assumimos como principal hipótese a existência de um grupo de ações desenvolvidas pela gestão escolar, que têm exercido sobre seus resultados de Abandono Escolar efeitos positivos. Para a obtenção desses dados, foi utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa e quantitativa. Para tanto, foram feitas entrevistas com roteiro semiestruturado com os gestores escolares (diretor e coordenadores), e aplicados questionários a dois grupos específicos: alunos com experiência em abandono, na escola, e alunos evadidos. Com a análise à pesquisa, obtivemos respostas sobre: como o abandono é percebido pelos gestores; as políticas internas de combate ao abandono organizadas pela escola, bem como a eficiência e eficácia das mesmas; a percepção do aluno que já abandonou, ou evadiu-se da escola, a respeito da instituição. No intuito de contribuir com sugestões para a melhoria das ações existentes, bem como a indicação de novas ações, foi apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE) que se firmou em três eixos principais: i) Gestão de Sistema; ii) Gestão Pedagógica; e iii) Estabelecimento de

parcerias. A intenção do PAE foi indicar sugestão de novas ações que possam reforçar as ações já existentes, contribuindo, assim, com a adequação dessas diante das necessidades de sua comunidade escolar.

Palavras-Chave: Abandono escolar. Evasão escolar. Rendimento. Ensino Médio.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master in Management and Evaluation of Public Education at the Center for Public Policy and Evaluation of Education at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case presented investigated the actions that the Croatá Flávio Rodrigues High School (EEMCFR), in Ceará, has developed in recent years, with the intention of minimizing and / or combating school dropouts. From a diagnosis on the numbers of abandonment, it was confirmed that its percentage, in 2018, was 3.4%. This demonstrated that, in recent years, the school has made positive progress, given the high rates that are reflected in public schools in the country. There are, however, isolated cases of classes, mainly from the night shift, in which there is a greater concentration of this phenomenon. Given this context, the research was guided by the following guiding question: What actions have EEMCFR adopted in order to minimise/combat school dropout in the institution, considering that their overall abandonment rates have been lower than those of the state network of Ceará and Brazil? This research aimed to understand how the relationship between the actions of coping with dropout in the institution and the reality in which its school community is inserted. Based on the diagnosis made on the numbers of dropout in this institution in the last six years, as well as on the analysis of the already existing actions in the school, we assume as the main hypothesis the existence of a group of actions developed by the school management, that have exerted on their results of School Dropout positive effects. To obtain these data, was used as methodology qualitative and quantitative research. For this purpose, interviews with semi-structured scripts were conducted with school managers (principal and coordinators), and questionnaires were applied to two specific groups: students with experience in abandonment, at school, and dropout students. With the analysis of the research, we obtained answers on: how the abandonment is perceived by the managers; the internal policies to combat abandonment organised by the school, as well as their efficiency and effectiveness; the perception of the student who has already abandoned, or escaped from school, regarding the institution. In order to contribute with suggestions for the improvement of existing actions, as well as the indication of new actions, an Educational Action Plan (PAE) was presented that was established in three main axes: i) System Management; ii) Pedagogical Management; and iii) Establishments partnerships. The PAE's intention

was to indicate the suggestion of new actions that may reinforce the existing ones, thus contributing to the adequacy of these in view of the needs of its school community.

Keywords: School dropout. School evasion. Yield. High school.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de abandono da EEMFR e CREDE 05, entre 2013 e 2018	47
Gráfico 2 – Dados relativos ao abandono escolar geral da EEEMFR, separados por turma do Ensino Médio (2013-2018)	49
Gráfico 3 – Dados relativos ao abandono escolar no 1º ano do Ensino Médio, distribuídos entre os turnos manhã, tarde e noite, no período de 2013 a 2018	51
Gráfico 4 – Dados relativos ao abandono escolar no 2º ano do Ensino Médio, distribuídos entre os três turnos de funcionamento da escola (2013 a 2018)	52
Gráfico 5 – Dados relativos ao abandono escolar no 3º ano do Ensino Médio, distribuídos entre os três turnos de funcionamento da escola (2013 a 2018)	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Histórico de evasão escolar no Estado do Ceará (2007 – 2018)	23
Figura 2 – Taxas de transição e de rendimento dos alunos	100
Figura 3 – As cinco macrocompetências e as 17 competências socioemocionais..	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações e/ou projetos da escola voltados para o combate ao abandono escolar.....	55
Quadro 2 – Pesquisas relacionadas ao abandono escolar em três estados: Ceará, São Paulo e Espírito Santo.....	84
Quadro 3 – Detalhamento da Ação 1	170
Quadro 4 – Detalhamento da Ação 2	173
Quadro 5 – Detalhamento da Ação 3	176
Quadro 6 – Detalhamento da Ação 4	179
Quadro 7 – Detalhamento da Ação 5	181
Quadro 8 – Detalhamento da Ação 6	183
Quadro 9 – Detalhamento da Ação 7	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de alunos da EEMFR, distribuídos por turno de funcionamento (ano letivo de 2018).....	34
Tabela 2 – Quantitativo de docentes por área de atuação na EEMFR	36
Tabela 3 – Médias no Ideb e metas projetadas para a EEMFR e Estado do Ceará .	37
Tabela 4 – Médias de Proficiência da EEMCFR no Spaece nos últimos cinco anos	39
Tabela 5 – Percentual de alunos por padrão de desempenho no Spaece – 2013	39
Tabela 6 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2014	39
Tabela 7 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2015	40
Tabela 8 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2016	40
Tabela 9 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2017	40
Tabela 10 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2018	41
Tabela 11 – Número de alunos das turmas participante da ação que abandonaram a escola, em 2017 e 2018	60
Tabela 12 – Número de alunos das turmas participantes da ação 1º Foco, que abandonaram a escola, em 2017 e 2018	61
Tabela 13 – Taxas de rendimento nos Ensinos Fundamental e Médio: Brasil – 2000 – 2018	69
Tabela 14 – Taxas de rendimento escolar nos Ensinos Fundamental e Médio – Brasil 2014 – 2018	78
Tabela 15 – Membros do Núcleo Gestor da EEMCFR	97
Tabela 16 – Jovens participantes da pesquisa sobre o abandono escolar	97
Tabela 17 – Jovens participantes da pesquisa sobre a evasão escolar	98
Tabela 18 – Resultados de abandono da turma 1º ano – turno noite – 2013 a 2018	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CCI	Centro Cearense de Línguas
CE	Ceará
CE1	Coordenadora Escolar 1
CE2	Coordenador Escolar 2
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CF	Constituição Federal
COAV	Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação
Covid-19	Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus) – 2019
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CT	Conselho Tutelar
DE	Diretor Escolar
EEEPs	Escolas Estaduais de Ensino Profissional
EEMCFR	Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues
EEMs	Escolas de Ensino Médio
EEMTIs	Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GRUPO AB	Grupo de alunos do Abandono Escolar
GRUPO EV	Grupo de alunos da Evasão Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desempenho da Educação do Brasil
Ide-Médio	Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NG	Núcleo Gestor
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Plano de Ação Educacional

PCA	Professor Coordenador de Área
PDT	Professor Diretor de Turma
PIB	Produto Interno Bruto
PJF	Projeto Jovem de Futuro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPDT	Projeto Professor Diretor de Turma
PTPS	Preparação para o Trabalho e Prática Social
RBP	Reunião de Boas Práticas
RG	Registro Geral
Saeb	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
Spaece	Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SIGE Escola	Sistema Integrado de Gestão Escolar
RBP	Reunião de Boas Práticas
TAV	Técnicas Administrativas e Vendas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 O ENSINO MÉDIO E SUA ORGANIZAÇÃO: NO CEARÁ E EM CROATÁ	29
2.1 O ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO CEARÁ	30
2.2 A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE CROATÁ FLÁVIO RODRIGUES – DE CROATÁ (CE)	34
2.3 O ABANDONO ESCOLAR E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS, NO INTUITO DE ENFRENTAR ESSA REALIDADE NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO FLÁVIO RODRIGUES DE CROATÁ (CE)	45
3 O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: NO BRASIL E NO CEARÁ	63
3.1 ABANDONO ESCOLAR: PROBLEMA PERSISTENTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	64
3.2 AS PESQUISAS SOBRE O ABANDONO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DO CEARÁ	81
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	93
3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS	98
3.4.1 O abandono escolar sob a visão dos gestores da Escola de Ensino Médio Flávio Rodrigues	99
3.4.2 A sistematização dos dados produzidos	114
3.4.3 As possíveis ações para a melhoria das taxas	120
3.4.4 Análise dos resultados da pesquisa com os estudantes que já abandonaram a escola e ex-estudantes em situação de evasão	145
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)	164
4.1 GESTÃO DE SISTEMA	168
4.1.1 Ação 1 – Reuniões SEDUC de análise à legislação educacional e às possibilidades de sistematização, a partir do SIGE ESCOLA, de informações relacionadas a casos específicos que geram resultado de Abandono Escolar nas escolas da rede estadual de ensino	169
4.2 GESTÃO PEDAGÓGICA	171
4.2.1 Ação 2 – Organização dos encontros de fortalecimento às ações de Abandono da escola	172
4.2.2 Ação 3 – Projetos temáticos com foco na prática e ênfase no mundo do trabalho e nas relações sociais	174

4.2.3 Ação 4 – As atividades esportivas e culturais como motivadoras da frequência escolar.....	178
4.3 ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS.....	180
4.3.1 Ação 5 – Parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social de Croatá (CE).....	180
4.3.2 Ação 6 – Parceria com os empresários/ comerciantes locais.....	182
4.3.3 Ação 7 – Parceria com cônjuges/ responsáveis.....	184
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS.....	190
APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola entre os anos letivos de 2013 e 2019 e retornaram em 2019 ou 2020	200
APÊNDICE B – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola entre os anos de 2013 e 2019 e não retornaram	207
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada aos gestores da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues.....	212
ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	213

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida com o objetivo de analisar os dados do abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues (EEMCFR), no município de Croatá, no Ceará (CE), bem como as ações que a instituição desenvolve, com vistas a monitorar e minimizar sua ocorrência. Segundo Saraiva (2010), o abandono escolar é a condição do aluno que deixa de frequentar a escola, durante o andamento do ano letivo, mas volta a se matricular no ano seguinte.

É comum surgirem dúvidas quanto à diferença entre o abandono e a evasão escolar. Geralmente, esses conceitos são confundidos ou associados. A fim de esclarecer os pontos nos quais eles se diferem, o autor supracitado acrescenta, ainda, que “trata-se de situações educacionais diferentes, pois, no caso do abandono o aluno retorna à escola no ano seguinte, mas para ser considerada uma situação de evasão escolar é necessário que ele não volte a se matricular” (SARAIVA, 2010).

Considerando a necessidade de investigar as iniciativas dos gestores e suas estratégias diante dos desafios propostos pelo abandono escolar, bem como os estudantes que abandonaram e também se evadiram da escola nos últimos anos, o presente trabalho enfatizará as ações da gestão diante do abandono escolar na instituição EEMCFR. A partir de dados obtidos na Secretaria Escolar dessa unidade de ensino, percebeu-se uma variação na forma pelas quais foram organizados os resultados de rendimento dentro do período observado (2013 a 2018).

Nesse sentido, o rendimento educacional dessa escola não foi calculado de forma linear, visto que nos anos 2013 e 2014, os resultados eram calculados pela própria instituição, a partir do quantitativo de matrícula inicial, a matrícula obtida no início do ano letivo. Já a partir de 2015, a escola tem apresentado seus resultados conforme orientações do MEC, na qual a principal referência para a obtenção desses dados torna-se a matrícula inicial oficial, considerada pelo Censo Escolar a partir dos alunos que constam na matrícula, até a última quarta-feira do mês de maio de cada ano letivo. Entretanto, a mesma tem se utilizado de um resultado alternativo para o trabalho desenvolvido com sua comunidade escolar. Nesse resultado alternativo, os gestores da EECFR não consideram para o seu rendimento anual os alunos que solicitaram “Transferência” da instituição.

Vale ressaltar que o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico

educacional brasileiro nessa área. A coleta a partir dessa ferramenta sistemática nacional é orientada tanto pelo Ministério da Educação (MEC), quanto pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Assim, é importante salientar ainda que:

As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2ª etapa do Censo Escolar, denominada módulo “Situação do Aluno”. Por isso é importante ressaltar que, para efeito do cálculo das taxas de rendimento, são considerados apenas os alunos informados no sistema Educacenso (BRASIL, 2019).

Isso pode explicar sobre a decisão da escola em informar sobre seus rendimentos a partir da matrícula que é repassada ao Educacenso, com data definida em todo o país para a última quarta-feira do mês de maio de cada ano letivo, sendo essa a matrícula oficial considerada para as escolas.

O diagnóstico feito, com base em dados disponibilizados pela secretaria da escola, será apresentado, posteriormente, através de gráficos. Os resultados informaram que as taxas de abandono da escola, se comparadas ao Estado do Ceará e ao país, encontram-se razoáveis. Entretanto, compreende-se que, mesmo estando abaixo, não deixa de ser um fator preocupante, pois, a partir deles, constataram-se situações isoladas, principalmente, em duas turmas do turno noturno, que, juntas, impulsionam esses resultados e também precisaram ser analisadas. Vale salientar que há um trabalho desenvolvido pela escola para que esse resultado esteja em vantagem e isso deve ser considerado nesta pesquisa.

Outro ponto importante, observado na escola objeto desta pesquisa, é a ausência de ações sistemáticas, com ênfase pedagógica, por parte do seu Núcleo Gestor, que foquem na redução do abandono no Ensino Médio para todas as turmas. Entretanto, é importante ressaltar que a escola já desenvolve algumas iniciativas sistemáticas, com perfil técnico e de cunho burocrático, como: acompanhamento da frequência a todas as turmas; diálogo com alunos e familiares em casos de extremo risco ao abandono; e, até mesmo, encaminhamentos ao Conselho Tutelar. Porém, tratam-se de ações que monitoram e encaminham aos setores responsáveis, mas ainda não apresentam êxito em relação à permanência de muitos discentes na escola.

Dessa forma, as iniciativas, com o objetivo de reduzir o abandono na escola, ficam mais restritas ao Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT). Este, por sua vez, é ofertado pela SEDUC/CE, através de adesão, tendo atendido a 627 escolas da rede

estadual, em 2018, de um total de 720. Dentre os objetivos que o projeto propõe, um deles é a mediação, por parte de um dos professores da turma, das relações entre a turma a qual ele representa e os demais segmentos da comunidade escolar.

Assim, notou-se que há uma rotina sistemática de análise dos dados de abandono na escola tanto por parte da escola, quanto por parte da SEDUC. A escola atua, nesse sentido, com um instrumental de frequência que é passado diariamente em cada turma e a Secretaria faz o monitoramento da frequência dos estudantes do Estado através da Sala de Situação, ambiente informatizado criado no sentido de monitorar todas as escolas da rede estadual de ensino do Ceará a partir de informações do Diário Online, aplicativo utilizado pelos professores da rede para o registro de aulas, avaliações e frequência. No entanto, a falta de ações pedagógicas na instituição que estejam direcionadas à correção dessas ocorrências pode comprometer a efetividade dessas ações de monitoramento.

A análise dos dados de rendimento, em uma margem de seis anos (2013 – 2018), proporcionou-nos visualizar os números do abandono na instituição EEMCFR. Os dados apontaram para os desafios aos quais a gestão precisa estar atenta. Nessa intenção, para a elaboração desse diagnóstico, os números foram coletados, organizados em gráficos e analisados. Com base neles, percebeu-se que as turmas em que há maior ocorrência de abandono na escola são, principalmente, as regulares de 1º e 2º ano do turno noite, seguidas das de 1º ano dos turnos diurno.

A partir dessa análise e de todos os fatores que compõem essa temática na referida escola, a pesquisa apresentou uma abordagem teórica voltada para o abandono escolar, bem como a apresentação de um Plano de Ação Educacional (PAE). Este último procurou sugerir ações e, até mesmo, adequação de ações já existentes aos gestores, com vistas a um gerenciamento eficaz no auxílio à redução dos números do abandono nesse ambiente escolar.

A igualdade de oportunidades está muito associada, nas sociedades modernas, ao acesso das crianças à escolarização em condições equânimes e adequadas possibilidades de permanência (TAVARES JÚNIOR, 2019, p. 1). Concomitante a isso, o cenário educacional brasileiro também tem passado por muitas mudanças, no tocante à garantia dessas oportunidades.

Em face disso, pode-se citar um dos princípios no qual a educação pública do país se fundamenta e que se confirma através da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que instituiu, em seu artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o

acesso e permanência na escola. Este princípio é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu artigo 3º, inciso I. As referidas legislações determinam que o ensino seja pautado na igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Embora mudanças tenham o sentido de garantir que todas as crianças e jovens tenham direito ao acesso à oportunidade de vagas e à garantia do transporte escolar, a escola pública brasileira não tem conseguido manter todos os alunos matriculados em suas instituições de ensino, do início até o final do ano letivo. Dados obtidos no Portal Instituto Unibanco (2017) apresentam resultados do relatório “Education at a Glance 2017”, disponibilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em setembro de 2017. De acordo com tais informações, 40% da população brasileira, entre 25 e 34 anos, não possuem o Ensino Médio completo – índice bem superior à média dos 35 países membros da Organização (16%). Uma boa parte acaba estagnada no Ensino Fundamental (cerca de um terço dos jovens de 15 anos ainda se encontram nessa etapa) ou evadindo.

Apesar da proposta de universalização do ensino e da criação de leis e princípios que garantam o acesso e a permanência de crianças e jovens na escola, é certo que as instituições de ensino não têm conseguido manter todo o seu público discente matriculado, uma vez que, ao longo do ano letivo, muitos estudantes deixam de frequentar a escola. Alguns voltam no ano seguinte, outros não, e tal realidade é desafiadora para os que estão à frente da educação do país, em qualquer que seja a esfera, nos diversos cargos de gestão existentes.

Diante dos muitos desafios advindos da educação nacional, em 9 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001), no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela foi responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de que, a cada década, sejam traçadas diretrizes e metas que possam contribuir com a melhoria do ensino e o avanço em oportunidades de educação no país, tanto para alunos, quanto para professores.

O 1º PNE vigorou entre os anos 2001 e 2010. A 2ª versão do PNE foi aprovada em 2010 e tem como base a década entre 2011 e 2020. Esse documento é composto por dez diretrizes e 20 metas. Vale lembrar que o PNE é uma conquista de lutas lideradas, principalmente, por professores, profissionais da educação, estudantes e seus pais.

De acordo com a Meta 3 do PNE, 100% dos jovens, entre 15 e 17 anos, deveriam estar na escola até 2016. Além disso, prevê-se que, até 2024, o percentual de matrículas nessa etapa escolar seria de 85%. No entanto, o que se observa é que aproximadamente 25% dos jovens do país estão fora dela, anualmente.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) sobre Fluxo Escolar apresentam os seguintes resultados para a Educação Básica:

Os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino (BRASIL, 2019).

Além disso, há problemas que afetam àqueles que permanecem com a reprovação, o que também pode levar o aluno a abandonar a escola em momentos posteriores, uma vez que o estudante deixa de acreditar em seu potencial. A partir dessa realidade, é bem perceptível a necessidade de mudança no seio escolar. A escola tem sido repensada por inúmeros teóricos no mundo todo. No entanto, além de repensada, ela precisa urgentemente ser refeita. Segundo Sayad (2012, s.p.):

Repensar a escola não causa impacto algum à educação. Refazê-la, sim; e isso implica em experimentar. Para medir os resultados são necessários anos, talvez gerações, afinal impacto educacional não se mede da noite para o dia. E uma escola experimental pode facilmente ser refutada pelo seu público, em geral conservador e avesso a experimentalismos – mas que adora “repensar” a educação de seus filhos.

Nesse sentido, compreende-se que a escola volte suas ações para seu público principal, que são as crianças e os jovens, uma vez que as mudanças no mundo contemporâneo chegam rapidamente e a tecnologia tem avançado cada vez mais sobre a vida das pessoas. Nessa perspectiva, junto a essas inovações, novas práticas também devem ser inseridas no cotidiano escolar.

Apesar de o abandono e a evasão escolar serem motivos de preocupação a todas as escolas públicas do país, a evasão no Estado do Ceará se apresenta em uma situação de evolução positiva. Dados do Censo Escolar (2007 a 2017) e do

Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) de 2018, apresentados pelo Governo do Estado, em 2019, apontam para os seguintes números:

Figura 1 – Histórico de evasão escolar no Estado do Ceará (2007 – 2018)



Fonte: Censo Escolar (2007 a 2017) e SIGE Escola (2018).

A Figura 1 representa um decréscimo aos índices de evasão escolar no Estado. Verifica-se que, em 2007, havia o percentual de 16,4%, que foi reduzido para 5%, em 2018. Das ações educacionais reconhecidas pelo Governo do Estado como importantes no cumprimento da diminuição aos índices de evasão e abandono escolar no estado, foram elencadas as seguintes:

[...] o esforço diário dos professores, servidores e gestores; o Projeto Professor Diretor de Turma; o fortalecimento da Atuação do Coordenador Escolar; o mapeamento da infrequência dos alunos pela Sala de Situação; os boletins analíticos bimestrais por monitoramento da infrequência elaborados pela COAVE¹; o acompanhamento de alunos em situação de abandono pela superintendência escolar; a criação do programa #ChegueiEnsinoMédio; o fortalecimento das competências socioemocionais dos estudantes e ações estratégicas do Programa Jovem de Futuro (CEARÁ, 2018).

¹ Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (COAVE).

É importante salientar que a EEMCFR tem participado de todas as ações elencadas anteriormente. Ao analisar os dados escolares, em um âmbito geral, comparando-os aos dados de sua regional, do Estado do Ceará e também no país, nota-se que suas referências, a respeito do abandono escolar, possuem números equivalentes aos de sua regional, e inferiores aos números do estado e também do país, uma vez que a sua média escolar, em 2018, foi de 3,4%; os de sua regional também foi 3,4%; do Estado, 5,0%; e a média nacional de abandono no Ensino Médio, nesse mesmo ano, foi 6,1%. Nesse contexto, é possível afirmar que as taxas da escola se encontram numa situação favorável.

Contudo, tratar sobre a temática abandono escolar é sempre preocupante e os bons resultados não devem ser vistos como uma situação que já está resolvida. Há uma constante instabilidade na vida dos estudantes em decorrência de fatores internos e também externos. Vale atentar-se, ainda, que há toda uma mobilização escolar em torno da prevenção às ocorrências de abandono na escola e que, se os números do abandono têm diminuído, as ações desenvolvidas pela Gestão Escolar têm parcela de contribuição nesse sentido.

Assim, é certo que o abandono escolar ocorre na instituição e, segundo o diagnóstico, embora tenha evoluído de forma negativa do ano 2016 para 2017, no geral e posteriormente, ele tem apresentado uma evolução positiva segundo seus índices. Dessa forma, é necessário investigar também os fatores relacionados. Para tanto, é fundamental refletir acerca de questões, como: (a) Que ações a escola já desenvolve com vistas a reduzir esses índices?; (b) Por que essas ações não têm influenciado positivamente para a diminuição dessa prática no turno noturno?; (c) Por que o abandono da escola voltou a crescer em 2017?; (d) Que fatores têm contribuído para o seu crescimento na escola?; (e) O que os alunos pensam sobre isso?; (f) O que a gestão escolar pensa sobre isso?

Não só esses dados são relevantes para a temática, no âmbito escolar, mas também a própria experiência em educação obtida enquanto professora de redes de ensino municipal e estadual, em que, desde o ano 2006, tive a oportunidade de lecionar tanto nos ensinos Fundamental e Médio. Ademais, possuo experiência também como gestora (Coordenadora Escolar) da unidade de ensino objeto da pesquisa, no período de agosto de 2013 a janeiro de 2019, retornando à função em novembro desse mesmo ano até os dias atuais.

A partir dessa experiência, foi possível notar que, por todo o ano letivo, jovens abandonam a escola por diversos motivos, tanto internos, quanto externos. Compreende-se, assim, que o abandono escolar é um problema crônico da nossa sociedade e que muitas pesquisas, na busca de compreender os fatores que o ocasiona, já foram realizadas.

Contudo, independentemente dos resultados que a literatura indica, a observação da realidade local se faz necessária. Esses motivos precisam ser investigados. Enquanto gestora e professora, tenho observado, ao longo dos anos, que boa parte dos alunos que frequentam a escola, o fazem sem perspectivas futuras. A escola, por sua vez, mantém-se atrelada a ritos tradicionais que condicionam seu público a um mero expectador. Esta realidade demonstra a necessidade urgente de adaptação da escola no sentido de se tornar um espaço acolhedor e sensível às aspirações de seu público, sendo tal processo desafiador. Desse modo, proporcionar tal ambiente vai além de observar se eles constam ou não na frequência escolar diária, se a família está consciente ou não desse risco. Para Pimenta (2012, p. 114):

As necessidades dos jovens são mais amplas do que a frequência à escola. Os jovens buscam na escola um espaço de sociabilidade e de troca de experiências que ultrapassam as dimensões da simples, porém importante, busca da instrução. [...] A função inculcadora e disciplinadora da escola vem perdendo sua capacidade de influenciar esses jovens – que reinventam outra função socializadora para ela.

Diante da experiência como Coordenadora Escolar responsável pelo PPDT, em 2018, projeto que nasceu em Portugal e foi adotado pela rede pública estadual do Ceará, tive a oportunidade de me aproximar, ainda mais, das situações de abandono no espaço escolar, chegando à conclusão de que esse projeto tem contribuído, de maneira significativa, na tentativa de tecer vínculos (professor – aluno – família – gestão) de fundamental importância para a formação e permanência na escola dos discentes. A proposta do PPDT é a de “[...] que o professor, independentemente de sua área de conhecimento, responsabilize-se por uma determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades” (CEARÁ, 2019b).

No entanto, dificuldades em sua implementação dificultam o atendimento integral de sua proposta, podendo ser citados alguns exemplos, como: (a) o preenchimento do sistema *online*, que ocupa a maior parte do tempo do professor,

que tem uma carga horária extra de quatro horas para cumprir a burocracia do projeto e o atendimento a pais e alunos; e (b) a ausência de professores com perfil adequado ao cumprimento dos objetivos do projeto.

Outra experiência que me proporcionou o contato direto com os casos de abandono na escola foi a responsabilidade, enquanto gestora, pela frequência escolar diária. A partir desse acompanhamento, foi possível conhecer, com mais proximidade, os alunos com maior vulnerabilidade e candidatos ao abandono escolar. Tal experiência possibilitou-me abordar as questões que os descontentam, como a ocorrência de *bullying* no ambiente escolar e outras inúmeras questões emocionais e dificuldades severas de aprendizagem. Tais condições favorecem a desistência ao longo do ano letivo.

Para Soares et al (2015, p. 759), “dentre os muitos fatores listados como responsáveis por afastarem os jovens dos bancos escolares, retratados pela literatura, inclui-se a falta de interesse na/pela escola”. Tal motivo, da “falta de interesse na/ pela escola”, é o principal termo que, quase sempre, pais, professores e gestores utilizam. Dessa forma, responsabilizam o estudante por seu fracasso, seja por meio do abandono, seja pela reprovação. Entretanto, tal realidade pode estar diretamente relacionada às questões específicas elencadas anteriormente.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o trabalho, com foco no combate ao abandono escolar na EEMCFR, já existe e é contínuo na instituição. Entretanto, é preciso identificar os passos que a gestão tem dado no sentido de alcançar êxito diante das turmas regulares da escola, principalmente, do turno noturno e também do 1º ano do turno diurno. Tal grupo merece especial atenção, já que, a partir do diagnóstico inicial, feito em um recorte entre 2013 e 2018, são as turmas em que o abandono escolar se faz mais presente na unidade de ensino.

Diante do exposto, a questão norteadora da pesquisa se define como: “Que ações a EEMCFR têm adotado no intuito de minimizar/ combater o abandono escolar na instituição, tendo em vista que suas taxas gerais de abandono têm se apresentado menores que as da rede estadual do Ceará e do Brasil?”. Para tanto, foi fundamental desenvolver um estudo sobre as ocorrências do abandono escolar, bem como analisar as ações que a gestão tem desenvolvido, no intuito de combater tal realidade na instituição de ensino da qual faço parte. Dessa forma, será possível compreender como essas ações/ projetos têm interferido, ou não, na diminuição e/ ou persistência desse fenômeno, que atinge quase todas as unidades escolares públicas do país.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa busca compreender como se dá a relação das ações de enfrentamento ao abandono escolar na instituição diante da realidade na qual sua comunidade escolar está inserida. Os objetivos específicos desse trabalho foram: a) identificar, junto aos estudantes, os fatores responsáveis pela decisão de abandonar os estudos; b) traçar o perfil dos estudantes, turmas e/ou turnos em que esses fatores mais se apresentam; c) elencar, junto aos estudantes, ideias sobre um modelo de escola que os levariam a permanecer e concluir os estudos; d) identificar as ações/ projetos já desenvolvidas na escola, voltadas para o combate ao abandono escolar; e) identificar a eficácia dessas ações/ projetos no cotidiano escolar; f) identificar, junto ao núcleo gestor, como a escola se percebe diante dos casos de abandono escolar; g) conhecer os meios que a escola utiliza para registrar seu rendimento; e h) sugerir, a partir dos resultados da investigação, ações que possam contribuir para a diminuição dos casos de abandono na escola, ou mesmo reforçar as ações já existentes, contribuindo, assim, com a adequação diante das necessidades de sua comunidade escolar.

Dessa forma, espera-se que, ao final da pesquisa, e, principalmente, a partir das ações aqui sugeridas ao grupo gestor, sejam feitas contribuições positivas, com vistas ao fortalecimento das ações já propostas, na intenção de promover uma escola com índices de abandono reduzidos, principalmente, nas turmas/ turnos mais afetados com essa problemática. Além disso, a pesquisa também possibilita à instituição um olhar mais apurado sobre ela mesma, em busca de identificar-se, refletir e voltar-se para caminhos que possam garantir o aumento da permanência de seus alunos em seu ambiente.

Nesse sentido, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro tem como objetivo apresentar o objeto da pesquisa, dados a respeito do abandono escolar, bem como a organização do ensino médio no estado do Ceará. O referido capítulo está subdividido em três seções. A primeira apresenta de que forma o Ensino Médio organiza-se no Ceará, a sua oferta educacional, modalidades de ensino e currículo. Posteriormente, a segunda apresenta a escola de forma ampla, trazendo dados sobre localização, número de alunos, professores e gestores, distribuição de turmas e disciplinas, além de dados sobre as avaliações externas. E a terceira traz as evidências sobre o abandono escolar, nos últimos seis anos (2013 – 2018), por turma, turno e grupos aproximados. Além disso, apresentam-se as ações que a escola já

desenvolve, no intuito de minimizar os números do abandono escolar da unidade de ensino.

O segundo capítulo analisou o problema apresentado no primeiro. Para isso, tivemos por base uma discussão teórica sobre o abandono escolar no âmbito nacional e estadual. Foi retratado o histórico das pesquisas sobre o fluxo escolar no Brasil, os principais problemas relacionados ao fluxo escolar no país e como o abandono escolar se insere nesse contexto. Este capítulo apresenta o histórico das pesquisas sobre fluxo escolar no Brasil, os problemas em seu entorno e as causas do abandono escolar no país. Em seguida, apresenta as pesquisas sobre o abandono escolar na rede estadual de ensino do Ceará. Portanto, foram consultadas bibliografias acerca da temática, inclusive pesquisas desenvolvidas no estado. Dessa forma, foi possível realizar uma leitura de aspectos reais e significativos do fenômeno. Por fim, o capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo. Essa leitura propiciará o conhecimento mais específico do que os atores (gestores e alunos) pensam a respeito do abandono escolar e como eles têm atuado, diante das ações que buscam combater o abandono na escola.

O terceiro e último capítulo propõe-se a apresentar um Plano de Ação Educacional (PAE) a ser implementado na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues (EMCFR), no ano letivo 2021, cujo objetivo é contribuir com a diminuição das taxas de abandono, com foco em grupos específicos que, conforme os resultados da pesquisa, apresentam-se com maior fator de vulnerabilidade ao abandono no contexto escolar da instituição. Esse PAE sugere ações a fim de: promover a reflexão, junto à Secretaria da Educação, sobre a sistematização dos números de abandono nas escolas da rede estadual; aproximar a comunidade escolar ao planejamento, execução e avaliação das ações de combate ao abandono na escola; estimular a utilização de metodologias, nas aulas do turno noturno, baseada em projetos temáticos que conversem com a realidade social e econômica dos estudantes; utilizar atividades esportivas e culturais como fator estimulador da frequência à escola; e estabelecer parcerias com os setores da sociedade local (secretarias municipais de saúde e ação social, comerciantes, empresários e familiares), no sentido de garantir a permanência de alunos com perfil de vulnerabilidade ao abandono escolar.

2 O ENSINO MÉDIO E SUA ORGANIZAÇÃO: NO CEARÁ E EM CROATÁ

Neste capítulo, trataremos sobre o Ensino Médio no Brasil e no Estado do Ceará, bem como o abandono escolar tem se apresentado, nesse cenário, nos últimos tempos. Conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), seção IV, artigo 35, o Ensino Médio é a etapa escolar composta pelos três últimos anos da educação básica, que objetiva a consolidação do aprendizado do Ensino Fundamental; a preparação básica para o trabalho; a aprendizagem científico-tecnológica, integrada entre teoria e prática; bem como a formação cidadã, ética e humana de seus estudantes. Esta última etapa da educação básica, assim como as demais, possui grandes desafios no tocante à permanência do aluno no ambiente escolar e à conclusão por parte dos estudantes.

Dados de uma pesquisa do estudo Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens, publicada pela Agência Brasil (2017), revelam que:

A cada ano, quase 3 milhões de jovens abandonam a escola no Brasil e que, ao final de cada ano, um em cada quatro jovens entre 15 e 17 anos de idade vão abandonar seus estudos, não vão se matricular para o ano seguinte ou serão reprovados. Isso corresponde a um universo de 2,8 milhões de pessoas (27%), entre os 10 milhões de jovens estimados no país nessa faixa etária e que deveriam, de acordo com a Constituição, estar frequentando a escola.

A ausência desses jovens no contexto escolar reflete-se não só no abandono (desistência durante o ano letivo), mas também na evasão (o aluno não volta à matrícula no ano seguinte). Esta realidade deve-se a inúmeros fatores familiares e sociais que os afastam da escola, bem como as reprovações.

A partir de um estudo e com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Soares et al (2015) chegaram às seguintes conclusões a respeito do abandono escolar no Ensino Médio, em Minas Gerais:

Entre os resultados encontrados, destacam-se alguns fatores expressivos na explicação do abandono, tais como: a dificuldade nas disciplinas, ânsia por uma escola diferente, percepção de melhores oportunidades de trabalho com a continuidade dos estudos e a importância atribuída à escolha da escola (SOARES et al, 2015, p. 761).

Tais indícios confirmam que o perfil da escola é um fator que influencia diretamente na escolha do aluno e, como consequência, em sua permanência ou não naquele ambiente. Ademais, compreende-se que a escola de nível médio tem apresentado dificuldades, no sentido de garantir que todos os jovens em idade escolar, ou aqueles que ainda não concluíram seus estudos, cheguem a ela e nela permaneçam.

Apesar dessa etapa da educação básica ter objetivos e garantias claramente definidos na LDB (BRASIL, 1996), as políticas de educação empregadas até então não têm obtido os êxitos almejados para essa etapa escolar. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (ONU BRASIL, 2012) confirmam que:

Em termos absolutos, as regiões com maior número de alunos em risco de abandono são a Nordeste (1,7 milhão de crianças) e a Sudeste (pouco mais de 1 milhão). Em termos proporcionais, as regiões com mais estudantes em risco são a Norte (18,33%) e a Nordeste (17,68%).

Depreende-se, então, que os problemas que afetam a educação básica no Brasil são visíveis e podem ocorrer em maior ou menor intensidade, dependendo do porte e/ou da região em que a escola está localizada.

Tendo em vista essas questões, o primeiro capítulo deste trabalho tem o objetivo de apresentar o caso de gestão que define os objetivos da pesquisa e está dividido em três seções. A primeira apresenta o modelo no qual se organiza o Ensino Médio no Estado do Ceará. Posteriormente, é apresentado o perfil da escola pesquisada. Por fim, apresenta-se os dados relacionados aos resultados internos e externos, com análises e comparativos, bem como as ações que a escola tem desenvolvido no tocante à prevenção e diminuição do abandono escolar.

2.1 O ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO CEARÁ

A Constituição Federal (1988), em seu parágrafo 3º, artigo 211, trata sobre a organização dos sistemas de ensino no Brasil. Fica estabelecido que a “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988, p. 110). Para tanto, os “Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.”. (BRASIL, 1988, p. 111). Nesse contexto, o Ceará possui um sistema de colaboração com os

municípios para a oferta do Ensino Fundamental e assume a responsabilidade pelo Ensino Médio no Estado, em que conta com 720 unidades de ensino, presentes em todos os seus 187 municípios.

Há três formas de organização do Ensino Médio no Estado, sendo ofertado nos modelos Regular – em tempo parcial e integral – e Profissional – somente tempo integral. O número de instituições que ofertam o Ensino Médio, nesses modelos de atendimento, divide-se da seguinte forma: 228 escolas em tempo integral, com 111 de ensino regular e 117 de ensino profissional; e 492 escolas regulares em tempo parcial. “De acordo com o Governo do Estado, a meta é que, a médio e longo prazo, todas as escolas do Ensino Médio do Estado do Ceará sejam de tempo integral.” (CEARÁ, 2018c).

Os dados citados confirmam que uma em cada três escolas do Ceará é de tempo integral. As escolas regulares de tempo integral são nomeadas como Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), já as de ensino profissional, que também funcionam em tempo integral, são denominadas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).

Segundo informações do Governo do Estado (CEARÁ, 2018c), o Ceará tem investido em escolas de tempo integral, com vistas a aumentar o tempo de permanência do aluno, garantindo, assim, o avanço na aprendizagem; a aproximação entre família, alunos, escola e comunidade; o fomento do protagonismo juvenil; e, principalmente, uma melhor preparação dos jovens para o futuro. Nesse sentido, o objetivo do Estado é ampliar, a cada ano, o número de instituições nessa modalidade. A jornada diária desse modelo de escola é de nove horas e, nesse período, são oferecidas três refeições (lanche-almoço-lanche).

O currículo das EEMTI é composto por 30 horas semanais de disciplinas da base comum curricular (Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia) e 15 horas na parte flexível. Nesta última, tratam-se de dez eixos temáticos, sendo eles componentes curriculares eletivos: Educação em Direitos Humanos; Educação Científica; Formação Profissional/ e-jovem – Informática; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Mundo do Trabalho; Comunicação, uso de mídias, cultura digital e tecnológica; Esporte, lazer e promoção de saúde; Artes e Cultura; Clubes Estudantis e Desenvolvimento de Projetos; e Aprofundamento de conteúdo do núcleo comum.

Além disso, as outras cinco horas da parte flexível são compostas pela disciplina Projeto de Vida, desenvolvida em todas as turmas.

O objetivo da oferta de eixos temáticos é que o aluno possa estruturar o seu itinerário formativo e sua trajetória acadêmica conforme suas escolhas. A recomendação é de que os estudantes transitem entre temáticas diferentes para fortalecer a formação integral, respeitando seu projeto de vida (O ESTADO, 2017).

Essa iniciativa do Governo do Estado, por meio da SEDUC, teve início no ano 2016, com a implantação do projeto-piloto em 26 escolas estaduais de Ensino Médio regular. Em 2017, outras 45 instituições passaram a integrar o Programa de Ensino Médio em Tempo Integral. Assim, a cada ano, mais escolas nesse modelo são implantadas no Ceará.

Conforme citado anteriormente, há outro modelo de escola de Ensino Médio implantado e que também funciona em tempo integral. Este é o caso das Escolas Estaduais de Ensino Profissionalizante, as EEEP. Segundo dados do Governo do Estado (CEARÁ, 2019e), estas instituições foram implantadas no Ceará a partir de 2008. O programa começou com 25 escolas. No ano seguinte, foram mais 26 unidades. Hoje, são 117 escolas, localizadas em 94 municípios cearenses, reunindo 50 mil alunos matriculados em 52 cursos. Na capital, são 21, com previsão de entrega de mais 23 unidades até o final da gestão do atual governador.

Além do funcionamento em tempo integral, as EEEP propõem, junto ao Currículo da Base Comum, a parte diversificada, que abrange componentes, como: Empreendedorismo, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Formação para a Cidadania, Projetos Interdisciplinares, Horários de Estudo, Língua Estrangeira Aplicada, e a formação profissional. Nesta última, o aluno escolhe um curso técnico profissionalizante para cursar durante os três anos. Ao todo, são 52 cursos técnicos diferentes, agrupados em 12 Eixos Tecnológicos, escolhidos de acordo com as realidades do mercado de trabalho local. A oferta profissionalizante vai desde cursos de administração, agropecuária, edificações, guia de turismo, rede de computadores, até regência e secretaria escolar.

As EEEP funcionam das 7h30 às 17h e também garantem três refeições diárias a seus estudantes. No terceiro ano do curso, os alunos passam pelo estágio curricular obrigatório e remunerado, em uma parceria com empresas parceiras do programa. A carga horária total, trabalhada ao longo dos três anos do Ensino Médio integrado e na

educação profissional, é de 5.400 horas. Ao final dessa etapa de ensino, espera-se que o aluno esteja capacitado para entrar no mercado de trabalho, bem como dar continuidade a seus estudos em universidades.

As demais escolas de Ensino Médio do estado contemplam as modalidades de ensino regular e EJA. Estas funcionam em tempo parcial e são nomeadas por Escolas de Ensino Médio (EEM). Seu público opta pelo turno que estuda: manhã, tarde ou noite. A carga horária anual é de 1.000 horas/ aulas para os turnos manhã e tarde; e 800 horas/ aulas para o turno noite.

Na modalidade EJA, há também a oferta de ensino médio profissionalizante, sendo ele a EJA + Qualificação.

A EJA + Qualificação Profissional propõe uma reorganização da oferta da modalidade EJA com alternativas metodológicas que adéquem tempos pedagógicos e espaços de aprendizagem aos interesses, necessidades e saberes dos sujeitos da EJA, construindo perspectivas de qualificação profissional (CEARÁ, 2019a).

O curso tem duração de dois anos e contempla uma carga horária de 1.600 horas. Nestas, 1.200 horas compõem as disciplinas da Base Comum por área (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática); e 400 horas, a parte diversificada do currículo, que é composta pela disciplina de Preparação para o Trabalho e Prática Social (PTPS) e uma disciplina voltada para a qualificação profissional, à escolha do aluno, que pode optar entre Informática ou Técnicas Administrativas e Vendas (TAV).

Para as turmas das escolas regulares, que compõem as EEM em tempo parcial, são ofertadas as disciplinas da Base Curricular Comum (Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Sociologia, e Química) e duas disciplinas da parte diversificada (Formação para a Cidadania e Competências Socioemocionais e Língua Espanhola).

Assim, a organização do Ensino Médio, no Ceará, tem se firmado nos moldes acima apresentados. O Estado possui uma política educacional de continuidade, em que a gestão democrática e participativa está presente, e o esforço para manter o crescimento no número de escolas em tempo integral tem se mantido efetivo.

Na seção seguinte, é apresentada a Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, tida como referência para o desenvolvimento desse trabalho acadêmico.

2.2 A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE CROATÁ FLÁVIO RODRIGUES – DE CROATÁ (CE)

No intuito de compreender a sua organização didático-pedagógica, bem como sua estrutura física e humana, apresentaremos nesta seção a escola objeto de análise da pesquisa. Nomeada por Escola de Ensino Médio Flávio Rodrigues (EEMFR), está localizada em Croatá (CE), faz parte da rede estadual de ensino e pertence à 5ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 05). A instituição é a única a ofertar o Ensino Médio na sede do município. Conforme dados da matrícula em 2019, concentrou, em média, 89,5% da matrícula dessa etapa da educação básica de Croatá (CE).

Há uma segunda escola estadual, de nível Médio, no município, porém, está localizada na comunidade remanescente quilombola Três Irmãos, em um distrito chamado Santa Tereza, distante 23 km da cidade. Nesse sentido, ela atende apenas à demanda de alunos daquele distrito e conta com a matrícula de 85 alunos, em 2019, concentrando 10,5% da matrícula na rede estadual do município.

A EEMCFR é de ensino regular, em tempo parcial, funciona nos turnos manhã, tarde e noite, e possuía, em 2019, 717 alunos matriculados, divididos em 22 turmas: nove no turno manhã, oito à tarde e cinco à noite, conforme a Tabela 1, a seguir. A instituição possui oferta tanto para o ensino regular, como para a Educação de Jovens e Adultos (EJA + Qualificação²).

Tabela 1 – Número de alunos da EEMFR, distribuídos por turno de funcionamento (ano letivo de 2019)

Manhã		Tarde		Noite	
1º ano	117	1º Ano	108	1º Ano	26
2º ano	93	2º ano	88	2º ano	27
3º Ano	93	3º Ano	73	3º Ano	36
EJA	----	EJA	----	EJA	56
Total	303	Total	269	Total	145
Total geral de alunos			717		

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGE Escola de 2019.

² A EJA + Qualificação Profissional propõe uma reorganização da oferta da modalidade EJA, com alternativas metodológicas que adéquem tempos pedagógicos e espaços de aprendizagem aos interesses, necessidades e saberes dos sujeitos da EJA, construindo perspectivas de qualificação profissional (CEARÁ, 2019).

Por ser a única escola de Ensino Médio da sede, a EEMFR recebe anualmente, em seu quadro de matrícula, um público heterogêneo, tanto em relação às origens, pois abrange alunos de quase todo o território municipal, quanto aos sistemas escolares pelos quais perpassaram durante o Ensino Fundamental. A instituição recebe alunos oriundos da rede municipal e também de escolas particulares da região.

Sobre a origem dos alunos da EEMCFR, mais da metade deles vem das localidades, sítios e distritos do município. Essa informação pode ser confirmada a partir dos dados do SIGE Escola (2019f) onde, do total de alunos matriculados em 2019, 58% utilizaram o transporte escolar, que parte de várias localidades da zona rural de Croatá/CE, não atendendo a alunos da cidade.

A EEMFR possui um Núcleo Gestor³ (NG) composto por quatro membros, sendo um diretor e três coordenadores pedagógicos. Além disso, conta, também, com uma assessora administrativo-financeiro e uma secretária escolar. O quadro de professores da EEMFR, em 2019, era composto por 36 docentes. Destes, 32 lecionaram as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – nas áreas das Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática.

Dos 32 professores que lecionavam, no ano letivo 2019, os conteúdos da base comum, 14 também ministravam duas disciplinas da parte diversificada do currículo naquele ano. São elas: a Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais; a Redação e a Língua Espanhola.

Outros quatro professores lecionaram, em 2019, aulas optativas de Biologia, Informática, Matemática e Química, através de projetos dos Laboratórios Escolares de Ciências e Informática. Além disso, 01 professor desenvolveu, no mesmo período, aulas eletivas de Matemática Básica. Ademais, 04 docentes atuaram em outros dois ambientes de aprendizagem, como: Regente de Biblioteca (01), Regente da Sala de Recursos Multifuncionais e Professora Substituta desse mesmo ambiente (02) e Professor Intérprete de Libras (01), cuja atuação se dava em salas de aula onde havia alunos com deficiência auditiva.

³ O Núcleo Gestor, na rede estadual de ensino do Ceará, caracteriza-se como um grupo de gestores escolares responsáveis pelo planejamento e execução de todas as regras e ações dentro de uma instituição de ensino, sendo que o gestor escolar é o profissional responsável por toda a orientação administrativa (Diretor) e pedagógica (Coordenador) da escola. O Núcleo Gestor da EEMCFR é composto por um Diretor e três Coordenadores Escolares.

A seguir, a Tabela 2 apresenta a descrição geral do número de docentes da escola, em 2019.

Tabela 2 – Quantitativo de docentes por área de atuação na EEMFR

Área de atuação	Nº de professores
Ciências da Natureza e suas tecnologias + Parte diversificada + disciplinas optativas	10
Ciências Humanas e suas tecnologias + Parte diversificada	08
Linguagens, Códigos e suas tecnologias + Parte diversificada + disciplinas optativas	11
Matemática	03
Atendimento Educacional Especializado	02
Intérprete de Libras	01
Regente de Biblioteca	01
Nº total de docentes	36

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGE Escola de 2019.

No que se refere aos resultados de avaliações externas, a EEMCFR é avaliada pelo Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (Spaeece), que ocorre anualmente, e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), através da Prova Brasil. A partir dessas avaliações, são gerados dois índices para a instituição. O primeiro, em nível federal, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), formado a partir do resultado dessas provas e somado às taxas de rendimento da escola, medidas pelo Censo Escolar. Em nível estadual, há o Índice de Desempenho do Ensino Médio (Ide-Médio), composto também a partir dos resultados e as taxas de rendimento escolar. Assim, os resultados da escola são mensurados, fato que permite o acompanhamento externo em relação à qualidade da educação ofertada aos estudantes e à possibilidade de mobilização da sociedade, na busca de melhorias.

Assim, tem-se o Ideb como:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente (BRASIL, 2019b).

E o Ide-Médio no Estado do Ceará é:

O resultado do produto entre a taxa de aprovação das séries do ensino médio, calculada numa escala de zero a um, e a média das notas padronizadas de Língua Portuguesa e Matemática numa escala de zero a dez, obtidas pelos estudantes da 3ª série do Ensino Médio, no âmbito do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – Spaee. (CEARÁ, 2017a).

Nos últimos anos, ao observar os resultados externos e também do Estado, constatou-se que o Ideb da escola foi de 3,8, em 2017. Este também foi o resultado do Estado do Ceará naquele ano. A meta projetada para a escola era 3,7. Assim, compreende-se o alcance dessa. Já a meta estabelecida para o estado do Ceará, no ano 2017, era 4,3, segundo dados do INEP do ano de 2018, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Médias no Ideb e metas projetadas para a EEMCFR e Estado do Ceará

Ano	Local	Meta	Resultado
2015	EEMCFR	Indisponível	3,4
	Estado CE	3,9	3,4
2017	EEMCFR	3,7	3,8
	Estado CE	4,3	3,8
2019	EEMCFR	4,0	*
	Estado CE	4,5	*
2021	EEMCFR	4,2	*
	Estado CE	4,8	*

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Inep do ano de 2018.

As metas da escola para 2019 e 2021 são, respectivamente: 4,0 e 4,2. Isto indica que ela precisa crescer 0,4 décimos nos próximos dois anos para alcançá-las. Entretanto, ela está a 2,2 pontos de distância da média esperada para o país nesse mesmo período, que é 6,0 pontos.

A partir de 2017, o estado do Ceará definiu a média da proficiência de cada escola, através de ajustes entre os resultados do Spaee (Avaliação Anual) e do Saeb (Avaliação Bianual), que ocorre no Estado. O objetivo dessa adequação era que cada escola da rede estadual crescesse, no Spaee e no Ideb, conforme sua realidade específica. Nesse sentido, havia uma maior flexibilidade, desde que fosse apresentado o crescimento. A partir dessa reorganização, cada entidade recebeu uma média para o ano 2017. Esta, por sua vez, serviria de base para os próximos resultados das instituições.

O Governo do Estado instituiu, também nesse mesmo período, o Prêmio Foco na Aprendizagem que tem por objetivo:

- I – mobilizar os gestores, professores, servidores e demais colaboradores da escola na implementação coletiva de um projeto pedagógico com foco na permanência e na aprendizagem dos estudantes para que todos concluam o ensino médio com qualidade;
- II – promover o engajamento de todos os integrantes do quadro funcional das escolas na construção de estratégias para o alcance das metas de aprendizagem de sua escola;
- III – premiar o quadro funcional das escolas que se destacarem no alcance de suas metas (CEARÁ, 2017a, p. 1).

Nesse sentido, observa-se, por parte do Governo do Estado, a busca da evolução e da melhoria dos resultados das escolas estaduais de Ensino Médio, por meio de uma política de estímulo e valorização dos servidores e colaboradores da educação básica do Estado do Ceará. Com essa Lei, é possível a mobilização de toda a rede escolar na implantação coletiva de um projeto pedagógico com foco na permanência e na aprendizagem dos estudantes para que todos concluam o Ensino Médio com qualidade.

O Ide-Médio da EEMCFR, em 2017, foi de 3,49, tendo sido estabelecido o objetivo de se alcançar a média 3,8, em 2018. No entanto, a escola não conseguiu cumprir sua meta e seu resultado foi 3,63. Para 2019, a meta da escola é de 4,1. Dessa forma, deverá crescer, nesse ano, 0,47 pontos.

A respeito da sequência de aplicação do Spaece no Estado, nos últimos cinco anos, notou-se uma irregularidade de aplicações da avaliação entre as séries do Ensino Médio, uma vez que, nos anos 2013 e 2014, ela foi aplicada às três séries do Ensino Médio; no ano 2015, apenas nos primeiros anos; e, a partir de 2016, apenas nos terceiros anos.

No intuito de conhecer melhor e de forma mais específica os resultados que a escola tem apresentado no Spaece nesses anos, seguem, na Tabela 4, dados a respeito de sua proficiência, no período entre 2013 e 2017.

Tabela 4 – Médias de Proficiência da EEMCFR no Spaece nos últimos cinco anos

Disciplina	Série	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Língua Portuguesa	1º ano	225,9	237,0	254,0	*	*	*
	2º ano	252,4	244,2	* ⁴	*	*	*
	3º ano	251,8	271,4	*	253,0	267,3	268,0
Matemática	1º ano	222,9	232,4	250,6	*	*	*
	2º ano	244,3	248,7	*	*	*	*
	3º ano	261,1	273,9	*	257,9	263,6	266,5

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

As Tabelas seguintes (5 a 10) trazem o comparativo da distribuição percentual dos alunos da EEMCFR, de acordo com os padrões de desempenho no Spaece, no período de 2013 a 2018:

Tabela 5 – Percentual de alunos por padrão de desempenho no Spaece – 2013

	Séries	Participação geral (%)	Muito Crítico (%)	Crítico (%)	Intermediário (%)	Adequado (%)
Língua Portuguesa	1º ano	89,6	52,9	27,8	18,1	1,1
	2º ano	100	25,2	46,6	24,0	4,2
	3º ano	100	23,9	46,1	24,5	5,5
Matemática	1º ano	89,6	55,2	32,3	11,0	1,4
	2º ano	100	48,9	33,7	15,9	1,4
	3º ano	100	42,0	35,6	16,9	5,5

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

Tabela 6 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2014

	Séries	Participação geral (%)	Muito Crítico (%)	Crítico (%)	Intermediário (%)	Adequado (%)
Língua Portuguesa	1º ano	86,6	40,8	37,9	19,5	1,9
	2º ano	98,7	33,4	42,2	23,1	1,3
	3º ano	98,9	18,8	31,2	38,7	11,3
Matemática	1º ano	86,6	49,3	34,2	14,5	1,9
	2º ano	98,7	56,4	15,4	21,8	6,3
	3º ano	98,9	35,0	39,9	13,8	11,3

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

⁴ Não houve aplicação da avaliação nessas séries, naquele ano.

Tabela 7 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2015

	Séries	Participação geral (%)	Muito Crítico (%)	Crítico (%)	Intermediário (%)	Adequado (%)
Língua Portuguesa	1º ano	97,0	30,0	36,1	25,3	8,6
	2º ano	* ⁵	*	*	*	*
	3º ano	*	*	*	*	*
Matemática	1º ano	97,0	32,7	38,6	16,7	12,0
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	*	*	*	*	*

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

Tabela 8 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2016

	Séries	Participação geral (%)	Muito Crítico (%)	Crítico (%)	Intermediário (%)	Adequado (%)
Língua Portuguesa	1º ano	*	*	*	*	*
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	92,8	28,1	36,5	30,2	5,2
Matemática	1º ano	*	*	*	*	*
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	92,8	53,1	29,2	13,5	4,2

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

Tabela 9 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2017

	Séries	Participação geral (%)	Muito Crítico (%)	Crítico (%)	Intermediário (%)	Adequado (%)
Língua Portuguesa	1º ano	* ⁶	*	*	*	*
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	95,5	19,8	31,8	39,1	9,4
Matemática	1º ano	*	*	*	*	*
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	95,5	46,9	31,3	17,7	4,2

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

⁵ Não houve aplicação da avaliação nessas séries naquele ano.

⁶ Não houve aplicação da avaliação nessas séries, naquele ano.

Tabela 10 – Percentual de alunos por padrão de desempenho Spaece – 2018

	Séries	Participação geral (%)	Muito Crítico (%)	Crítico (%)	Intermediário (%)	Adequado (%)
Língua Portuguesa	1º ano	* ⁷	*	*	*	*
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	93,6	16,8	31,6	41,4	6,3
Matemática	1º ano	*	*	*	*	*
	2º ano	*	*	*	*	*
	3º ano	93,6	42,4	37,2	14,7	5,8

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados, por escola, do Spaece de 2018.

Ao analisar esses resultados nas séries avaliadas em cada ano, concluiu-se que a proficiência das turmas de 1º ano, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática, teve uma elevação expressiva no período entre 2013 e 2015. Já a proficiência das turmas de 2º ano da EEMCFR baixou significativamente em Língua Portuguesa do ano 2013 para 2014 e cresceu na disciplina de Matemática.

Quanto à proficiência dos 3º anos, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática, houve uma elevação expressiva do ano 2013 para o ano 2014. Em 2015, essas séries não foram verificadas pela avaliação, voltando a esse processo avaliativo no ano 2016, quando os resultados tiveram uma queda expressiva, se relacionados aos anos anteriores, quando voltaram a crescer novamente no ano 2017.

Ao fazer a análise de forma geral, conforme as disciplinas e séries avaliadas atualmente, a proficiência em Língua Portuguesa da EEMCFR, nas turmas de 3º ano, passou de 251,8, em 2013, para 268,0, em 2018. Ou seja, houve um crescimento de 16,2 pontos, em um período de seis anos. Já a proficiência em Matemática dessas turmas, nesse mesmo período, embora também tenha crescido, esse crescimento ocorreu em menor proporção, tendo em vista que, em 2013, o resultado era de 261,1 e, em 2018, de 266,5.

Ao observar os percentuais de alunos por padrão de desempenho nas disciplinas avaliadas pelo Spaece, que são Língua Portuguesa e Matemática, constata-se que a proficiência em Língua Portuguesa indica que a maioria dos alunos (52,9%) se encontra em estágio “muito crítico” nos 1ºs anos, em 2013. Essa proficiência é melhorada nas séries seguintes, quando grande parte dos alunos, de 2º e 3º ano, concentra-se em estágio “crítico” (46,6% e 46,1%, respectivamente). Além disso, 28,2% dos alunos de 2º ano e 30,0% dos alunos de 3º ano encontram-se em

⁷ Não houve aplicação da avaliação nessas séries, naquele ano.

níveis “intermediário” e “adequado”. Entretanto, a proficiência em Matemática da maioria dos alunos de 1º, 2º e 3º (55,2%, 48,9% e 42,0% respectivamente) apresenta-se no estágio “muito crítico”.

Em 2014, a proficiência da maioria dos alunos, em Língua Portuguesa, apresenta uma elevação a cada série, uma vez que a maioria dos alunos de 1º ano se encontra em estágio “muito crítico”; os de 2º ano, em estágio “crítico”; e os de 3º ano, em estágio “intermediário”. Houve avanços, também, nesse ano, quanto à proficiência em Matemática, uma vez que a maioria dos alunos de 1º e 2º anos permanece no estágio “muito crítico”. Porém, as turmas de 3º ano estão, em sua maioria, no nível “crítico”. Algo importante também de se observar é o percentual de alunos no nível “adequado” no 3º ano, que é de 11,3%, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática. Tal dado indica igualdade de níveis nas duas disciplinas entre os discentes da série.

Em 2015, apenas os primeiros anos foram avaliados e o resultado apresentou crescimento do nível de proficiência dos alunos dessa série da escola, pois a maioria deles, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática, encontra-se no nível “crítico”. Em contrapartida, nos dois anos anteriores, o número mais alto no percentual de alunos prevalecia “muito crítico”. Outra observação importante a se fazer é que, apesar de a maioria estar no nível “crítico”, boa parte, em Língua Portuguesa, é de alunos nos níveis “intermediário” e “adequado”. O número de alunos no nível “adequado” em Matemática também foi superado nesse ano (12,0%);

Em 2016, novamente, a avaliação estadual alternou o foco e, dessa vez, apenas as turmas de 3º ano foram avaliadas. Assim, o resultado da EEMCFR demonstra uma oscilação negativa quanto à proficiência da maioria dos alunos das turmas de 3º ano em Língua Portuguesa, já que no último ano avaliado (2014), a maioria dos alunos de 3º ano (38,7%) encontrava-se no nível “intermediário”. Além disso, nesse ano, a maior parte estava no nível “muito crítico” (36,5%). Entretanto, o percentual de alunos, nos níveis “intermediário” e “adequado”, é razoável e minimiza o efeito negativo, uma vez que 35,4% dos alunos encontravam-se nessas faixas. A proficiência em Matemática também confirma essa oscilação negativa, já que, em 2014, a maioria dos alunos de 3º ano (39,9%) concentrava-se no nível “crítico”, retornando, nesse ano, ao nível “muito crítico” (53,1%);

Em 2017, a maioria de alunos com a proficiência em Língua Portuguesa estava no nível “intermediário” (39,1%), constatando grandes avanços em relação ao ano

anterior. Vale ressaltar, também, o percentual de alunos nessa série no nível “adequado” (9,4%), confirmando o avanço. Já em Matemática, a proficiência da maioria dos alunos ainda permaneceu em nível “muito crítico” (46,9%), o que demonstra limitações dos alunos da escola no avanço da proficiência nessa disciplina.

Em 2018, a maioria de alunos com a proficiência em Língua Portuguesa permaneceu no nível “intermediário” (41,4%) e, apesar de ter havido uma diminuição de alunos no nível “adequado” (9,4% para 6,3%), esses discentes não migraram para os níveis mais baixos. Assim, confirma-se que a ascensão dessa proficiência, apesar de tímida nesse ano, obteve evolução. Já a proficiência dos alunos em Matemática teve ainda grande preocupação, pois 79,6% dos discentes participantes da avaliação encontram-se nos níveis “crítico” (37,2%) e “muito crítico” (42,4%), o que confirma novamente a fragilidade que os estudantes da escola possuem diante da disciplina.

Ao analisar, de forma geral, também os níveis de proficiências dos alunos na série e disciplinas, as quais são foco no Spaece hoje, nota-se que, em 2013, 70% dos alunos dos terceiros anos encontravam-se nos estágios “muito crítico” e “crítico”, na disciplina de Língua Portuguesa. Além disso, em 2018, esse número caiu para 48,4%. Isso indica uma melhoria no perfil dos alunos dessas turmas na escola ao longo de seis anos. Quanto à análise da proficiência em Matemática nessas mesmas séries, em 2013, observa-se que 77,6% dos alunos estavam nos estágios “muito crítico” e “crítico”. Ademais, em 2018, esse percentual foi de 79,6%, ou seja, houve um aumento quanto ao número de alunos nesses dois grupos. Além de esse indicador ter um destaque negativo em relação ao aprendizado da Matemática dessas turmas, outro fator preocupante está relacionado à elevação quanto ao número de alunos no nível “crítico” e diminuição no nível “intermediário”. Isto indica, também, um distanciamento dos níveis desejados.

A partir da análise feita, é possível perceber os níveis de evolução dos estudantes da EEMCFR, em avaliações externas, nos últimos cinco anos. Entretanto, é importante destacar, também, as iniciativas que a escola tem tomado, diante das ameaças de abandono que a cercam.

Contudo, uma das referências da EEMCFR, para desenvolver práticas de gestão escolar que contribuam com a melhoria da qualidade da educação na instituição, são as ações de boas práticas estimuladas pelo Circuito de Gestão do Projeto Jovem de Futuro (PJF), em parceria com o Instituto Unibanco. O Circuito de Gestão é processo que permite, aos gestores escolares, professores e alunos,

identificarem as causas que dificultam a aprendizagem na escola e desenvolverem ações efetivas para obterem resultados positivos. Para tanto, há um processo composto por quatro etapas: Planejamento, Execução do Plano de Ação, Monitoramento e Avaliação de Resultados e Correção de Rotas.

A princípio, há o estabelecimento, por parte da SEDUC/CE, de metas de aprendizagem por escola. Assim, cada escola compactua sua meta com a comunidade escolar e, a partir daí, realiza um diagnóstico sobre a sua situação diante das aprendizagens, elabora um planejamento e inicia a execução de um plano de ação. Definida a meta e as estratégias, através do plano de ação, os próximos passos são o monitoramento e a avaliação da execução desse plano. Ao final de um trimestre, há uma parada para análise do desenvolvimento das ações e possíveis correções de rota. O circuito completo possui quatro etapas de três meses e ocorre de forma consecutiva. Entre as etapas de Monitoramento e Avaliação de Resultados e Correção de Rotas, é realizada uma reunião entre as escolas de cada regional, a Reunião de Boas Práticas (RBP), com o objetivo de compartilhar ações e métodos bem-sucedidos que contribuem para o crescimento escolar como todo.

Há, também, na escola, ações do PPDT. Este, por sua vez, nasceu em Portugal e foi incorporado à rede estadual de ensino do Ceará em 2008, por meio de uma experiência piloto em três municípios cearenses: Eusébio, Madalena e Canindé. Em janeiro de 2010, a SEDUC/CE expandiu o projeto a todas as escolas da rede, através de adesão. Em 2018, das 653 escolas de Ensino Médio da rede, 627 aderiram à metodologia do projeto. Dessas, 111 são Tempo Integral, 119 de Educação Profissional e 397 Regulares em Tempo Parcial.

Segundo informações do Portal SEDUC (2019b), o projeto PPDT propõe que o professor, independentemente de sua área de conhecimento, responsabilize-se por uma determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades. Assim, ele também compreende as ações e projetos da EEMCFR, que objetivam minimizar o abandono, a reprovação escolar e melhorar o desempenho da aprendizagem, que se reflete tanto nas avaliações internas, quanto externas.

Na seção seguinte, são apresentados dados sobre como o abandono tem se manifestado na escola nos últimos cinco anos, bem como as ações desenvolvidas, no intuito de minimizar os seus reflexos no ambiente escolar.

2.3 O ABANDONO ESCOLAR E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS, NO INTUITO DE ENFRENTAR ESSA REALIDADE NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO FLÁVIO RODRIGUES DE CROATÁ (CE)

Esta seção procura apresentar dados sobre o abandono da EEMCFR nos últimos seis anos, além das ações e/ ou projetos que a escola tem desenvolvido, no intuito de proporcionar um trabalho que minimize seus efeitos na instituição.

O abandono escolar é um fenômeno que atinge a todas as escolas públicas do país. Segundo Pnad, realizada em 2015, 2.802.258 crianças e adolescentes de quatro a 17 anos estão fora da escola. Em uma instância maior ou menor, a EEMCFR também se insere nesse contexto, bem como nos reflexos negativos que ele pode ocasionar à sua dinâmica de trabalho. Os dados foram coletados a partir do Censo Escolar, SEDUC/CE, SIGE ESCOLA e secretaria da escola, e, posteriormente, analisados. Estes são expostos, a seguir, com o objetivo de verificar a intensidade com que esse fato se comporta.

A fim de esclarecer sobre a coleta de informações das escolas estaduais do Ceará, a principal ferramenta de organização pela SEDUC é o sistema informatizado e integrado chamado SIGE ESCOLA (Sistema Integrado de Gestão Escolar). O SIGE ESCOLA conta com 13 abas nas quais informações são inseridas diariamente por todas as instituições da rede estadual de ensino, são elas: Acadêmico, Alimentação Escolar, Aluno Online, CEJA, Diretor de Turma, ENEM, Lotação, Organismo Colegiado, Professor Online, Rede Física, Remoção, SIGE CCI e Terceirizados.

Sobre a vida escolar dos estudantes e o rendimento anual, é utilizada a aba “Acadêmico”. A essa aba é permitido o acesso aos gestores e ao (à) secretário (a) escolar, sendo que os gestores têm acesso restrito à visualização e o (a) Secretário (a) tem o acesso para edição, na qual inclui os dados gerais de matrícula dos estudantes, com informações sobre a cor da pele, endereço, documentação (RG, CPF e Certidão de Nascimento), se o estudante faz uso do transporte escolar, se tem necessidade de Atendimento Educacional Especializado, dentre outras. Ademais, informações sobre a vida escolar do corpo discente também são registradas e geram dados importante, como: boletim de notas e registros de frequência às aulas, entre outros documentos, como declarações, que são utilizados para o esclarecimento da vida escolar do estudante.

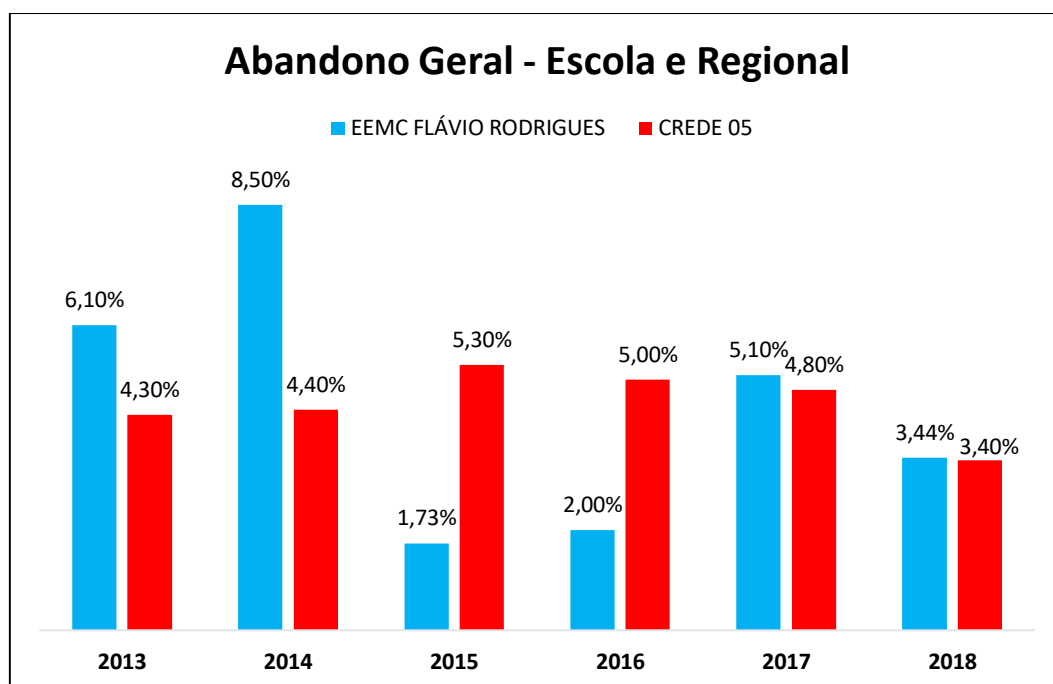
É importante ressaltar que o Projeto Professor Diretor de Turma também tem uma aba exclusiva no SIGE ESCOLA e lá são inseridas informações mais específicas sobre cada estudante, como: preferências, laços familiares, condições de acesso, disciplinas que mais gostam, dentre outras informações. O preenchimento dessas informações é de responsabilidade do Professor Diretor de Turma que organiza, por todo o ano letivo, uma pasta dossiê da turma pela qual é responsável e leva também essas informações ao sistema.

A partir desses dados, relatórios e gráficos são gerados e utilizados pelos gestores no acompanhamento diário, bem como nos Conselhos de Classe. Isso possibilita a identificação dos estudantes que faltam diariamente e também fazer uma análise comparativa entre bimestres, turmas, dentre outros. Vale salientar que de nada adianta essa gama de informações sobre a vida escolar, se a gestão e docentes não se apropriarem desses resultados para refletir sobre sua prática no sentido de garantir não só a qualidade do ensino, mas também a permanência dos alunos.

Retornando à discussão de exposição dos dados produzidos através de diagnóstico, inicialmente, serão apresentados dados referentes aos resultados de abandono, tanto da escola, quanto de sua Regional (CREDE 05), com o objetivo de observar se há distâncias entre a realidade escolar e de sua região, ou se os dados se aproximam dentro desse contexto de abandono escolar. A partir dessa comparação, pôde-se concluir que os dados de ambas se encontram em equilíbrio. Nesse sentido, o índice de abandono da escola não chega a ser um dado alarmante, já que, em 2013 e 2014, os percentuais da escola foram maiores; em 2015 e 2016, menores; e, em 2017, maiores, mas com apenas 0,7 percentuais acima e em 2018 eles, matematicamente, se igualam com a média de 3,4%.

Tais dados são expostos através de gráficos. Em princípio, é elencada a comparação do abandono geral da escola e de sua regional. Posteriormente, é apresentada a comparação entre as séries e os turnos. A intenção é verificar se, a partir da mudança de turno, o abandono alterna. Se isso ocorre, os percentuais se elevam ou diminuem. Ademais, procura-se perceber se, a partir das turmas as quais os alunos pertençam, entre 1º, 2º e 3º ano, há influências para que esses números sejam maiores ou menores. O que mais chama a atenção, nos comparativos da escola, é que os alunos das turmas de 1º ano são os que mais abandonam a instituição. Ademais, identifica-se que o turno da noite apresenta os maiores percentuais de abandono. Os dados do Gráfico 1 confirmam essas afirmações.

Gráfico 1 – Taxas de abandono da EEMFR e CREDE 05, entre 2013 e 2018



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Secretaria Escolar (2013 – 2018) e SIGE ESCOLA (2013 – 2018).

Conforme análise feita anteriormente sobre o gráfico 1, é importante observar que os percentuais de abandono, tanto da escola, quanto de sua regional, permanecem com níveis mais baixos, diante dos percentuais de abandono do Estado do Ceará e do Brasil. Dados da Secretaria da escola de 2018, bem como do SIGE, apontam que os resultados do abandono na EEMCFR e CREDE 05 têm mantido uma média menor, em relação ao Estado e ao país, uma vez que o percentual de abandono do Ceará, em 2018, foi de 5,0% e, do Brasil, de 6,1% (Ensino Médio). Assim, os percentuais averiguados podem ser considerados melhores do que a média estadual e nacional. Os dados sobre o abandono nas escolas públicas brasileiras fazem parte do Rendimento Escolar dessas instituições.

Segundo informações do portal QEdU Academia, que trata do Censo Escolar e do Rendimento Escolar, compreende-se que, ao final de cada ano letivo, os alunos matriculados, em escolas públicas brasileiras, podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada uma dessas situações constitui as Taxas de Rendimento: Aprovação + Reprovação + Abandono = 100%.

A respeito dos resultados das taxas de Abandono da EEMCFR, em 2013 e 2014, os índices ficaram demasiadamente altos, em relação aos demais anos. Essa discrepância deu-se pelo fato de a secretaria da escola ter considerado a matrícula inicial base para o cálculo do resultado final da escola, ou seja, aquela matrícula gerada no início do ano letivo para a formação das turmas da escola.

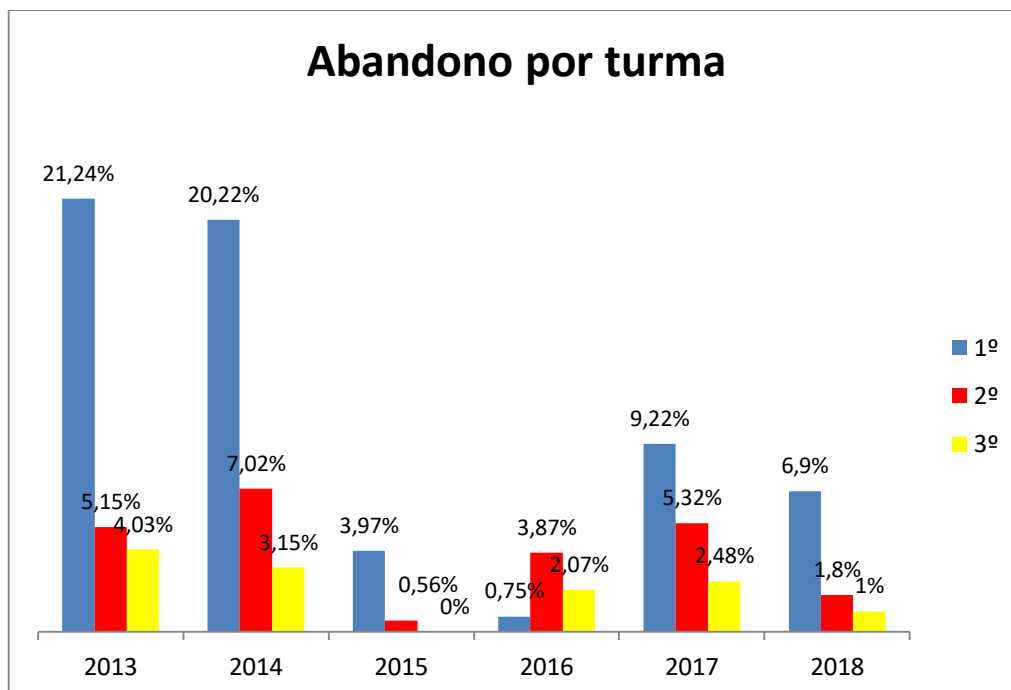
Entretanto, a partir do ano 2015, o resultado final da escola passou a ser feito com base na matrícula inicial considerada pelo Censo Escolar, ou seja, aquela matrícula que é informada e validada no sistema através do Censo, com data máxima para informação na última quarta-feira do mês maio de cada ano letivo, conforme Portaria nº 264, de 26 de março de 2007 (BRASIL, 2007). Assim, há uma diferença significativa em relação ao número de alunos da matrícula inicial e final da escola, uma vez que muitos matriculados para o início do ano letivo acabam saindo logo nos primeiros meses de aula e suas matrículas não são formalizadas junto ao Censo Escolar, no período estabelecido pelo MEC.

Apesar de, nesses dois anos, ter ocorrido essa alternância na forma de sistematizar esses dados, a partir de 2015, o resultado final da EEMCFR é fechado com base nas matrículas informadas ao Censo Escolar, que é a matrícula formal da escola. Outra informação importante a respeito da formalização de matrículas da instituição em análise é que os alunos que solicitam transferência à escola, ao longo do ano letivo, são postos “em movimentação” no SIGE ESCOLA pela secretária. Ademais, aqueles que não se matriculam posteriormente em outros estabelecimentos de ensino continuam sob a responsabilidade da escola que emitiu a transferência. Assim, ao final do ano letivo, no fechamento dos resultados, esses alunos são inclusos no percentual de alunos que abandonaram os estudos naquele ano letivo, o que vem a contribuir na elevação dos números do abandono da instituição em referência.

Embora haja situações que favoreçam o crescimento das taxas de abandono da EEMCFR, os percentuais da escola (3,44%), em 2018, estão abaixo dos percentuais do Estado (5,0%) e do Brasil (6,1%). Isto indica que há um controle de ocorrências dessa natureza nessa escola.

Com o objetivo de compreender se o abandono da EEMCFR ocorre de forma estável em todas as turmas, serão apresentados, no Gráfico 2, os dados do abandono da escola, em um comparativo entre turmas de 1º, 2º e 3º, de 2013 a 2018.

Gráfico 2 – Dados relativos ao abandono escolar geral da EEEMFR, separados por turma do Ensino Médio (2013-2018)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Secretaria Escolar (2013-2018).

O Gráfico 2 revela que, com exceção do ano 2016, as taxas de abandono das turmas de 1º ano da EEMCFR são sempre mais altas do que as turmas de 2º e 3º anos nos demais resultados averiguados.

O município o qual a escola está inserida adotou, no período de 1999 a 2014, a “aprovação automática” para os alunos pertencentes à sua rede de ensino. Assim, obtendo ou não resultados quantitativos e/ou qualitativos, todos os alunos que cursavam o Ensino Fundamental no município eram aprovados para a série seguinte. Tal iniciativa gerava uma situação complexa, a partir do momento que esses alunos chegavam ao Ensino Médio, uma vez que a rede estadual de ensino do Estado do Ceará não compactuava desse modelo de ascensão estudantil.

É importante salientar que o sistema adotado pelo município de Croatá (CE) naquele período chama-se Progressão Continuada e sua aplicação nas redes de ensino é garantida a partir da LDB (1996), que diz em seu artigo 32, parágrafos 1º e 2º que:

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996, p. 60).

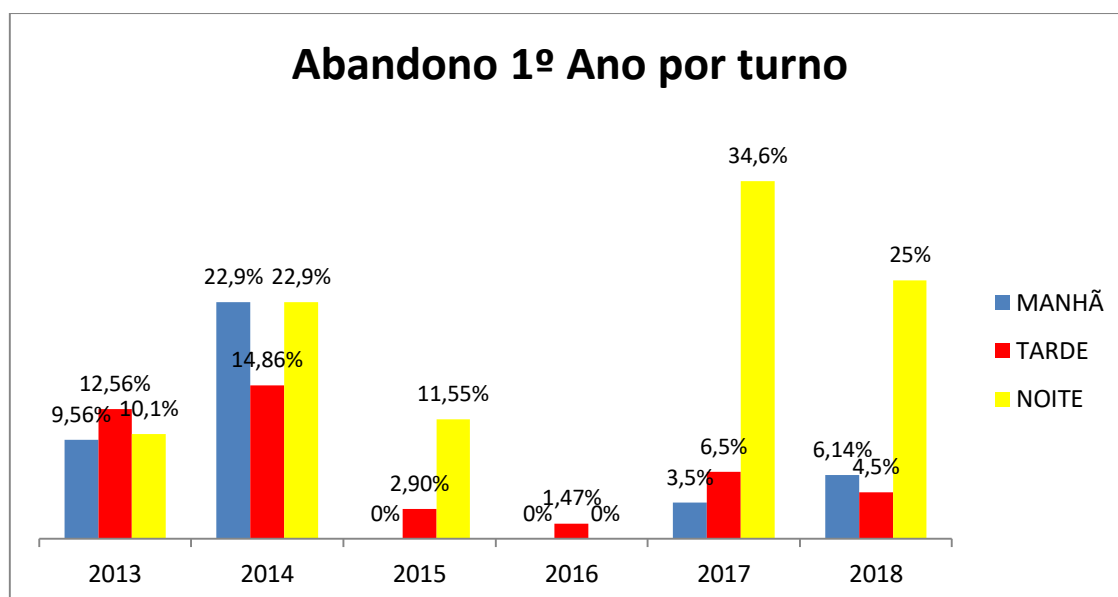
Entretanto, para a adoção desse modelo de progressão, entende-se que o ensino deveria ser organizado por ciclos, mas, especificamente no município ao qual se refere esse texto a organização se fazia por séries. Dessa forma, compreende-se que, durante o Fundamental, todos os alunos “evoluíram igualmente”, no tocante à série em que cursavam sem atender a orientação de funcionamento por ciclos.

Consequentemente, o percentual de abandono da EEMCFR, nas turmas de 1º ano, em 2013, foi 21,24% e, em 2014, de 20,22%. Isto demonstra que um número elevado de alunos, oriundos da rede municipal, não conseguiu se adaptar à nova escola e às suas formas de condução da aprendizagem.

A partir de 2015, o gestor que, naquele período, assumia a Secretaria de Educação do município de Croatá/CE, pôs fim à prática de aprovação automática no município. Uma possível consequência dessa atitude foi a retenção, naquele ano, de alunos no Ensino Fundamental, e um menor número de alunos matriculados na EEMCFR. Não há dados concretos se isso influenciou ou não as taxas de abandono da escola nos anos 2015 e 2016. Mas o fato é que, nesses dois anos, as taxas de abandono das turmas de 1º ano da escola diminuíram significativamente, em algumas turmas o abandono escolar se apresentou com 0% em seu percentual.

O Gráfico 3, adiante, apresenta os dados sobre o abandono nos primeiros anos da EEMFR, no período de 2013 a 2017, por turno. Por meio dele, é possível verificar se há diferença no tocante ao abandono entre as turmas de 1º ano, a partir da mudança de turno.

Gráfico 3 – Dados relativos ao abandono escolar no 1º ano do Ensino Médio, distribuídos entre os turnos manhã, tarde e noite, no período de 2013 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Secretaria Escolar (2013-2018).

O Gráfico 3 mostra que as taxas de abandono das turmas de 1º ano do Ensino Médio, dos turnos manhã e tarde, estão em situação regular se comparados aos índices do Estado e do país, que são de 6,6% e 6,1%, respectivamente. Já os resultados do turno noite apontam que o abandono da série no turno, em 2017 e 2018, são maiores que os demais turnos da escola e superam as médias também da regional, do Estado e do país.

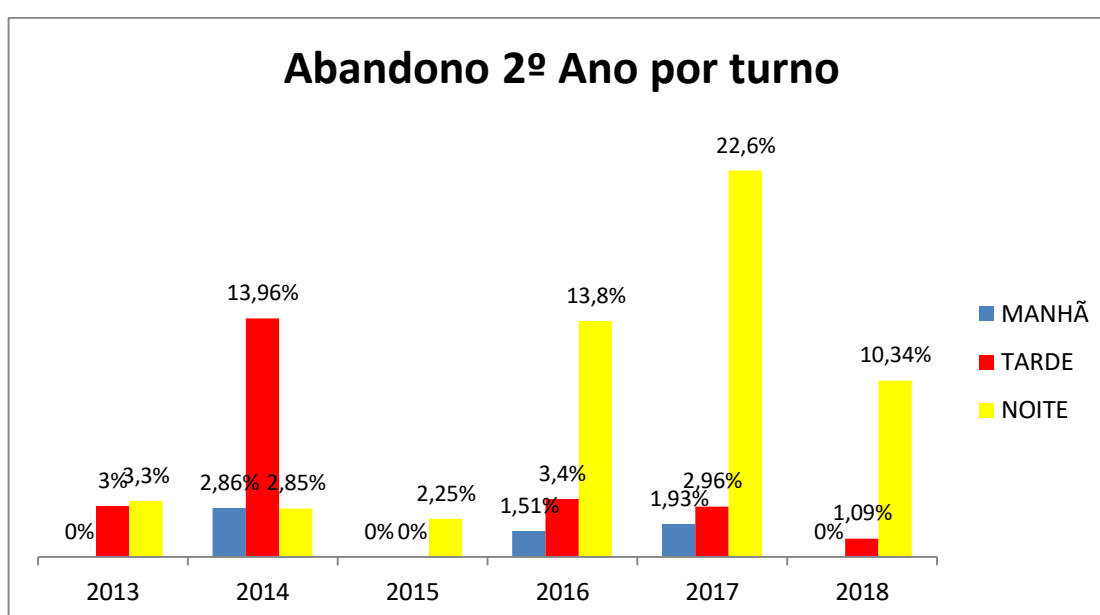
Uma observação importante a fazer para os dados apresentados são as taxas “0” (zero) para o abandono das turmas de 1º ano, em 2015 e 2016, no turno manhã, e para o abandono do 1º ano no turno noite, em 2016. Em tais anos, a ausência de “Abandono” nessas séries pode estar associada ao fim da “aprovação automática”, encerrada pela gestão municipal naquele mesmo ano. Entretanto, essa informação é apenas uma hipótese, uma vez que não há dados concretos/oficiais que justifiquem a mesma.

Outra hipótese seria o fato de os dados informados pela Secretaria Escolar serem extra oficiais (fechamento alternativo feito pela escola, considerando apenas os alunos que permanecem na matrícula até o fim do ano letivo). Nesse caso, os estudantes “em transferência” não são contabilizados nesse diagnóstico. Assim, ao averiguar o número de “Transferidos”, da turma 1º Ano “G” Noite, em 2016, observou-se o total de 05 (cinco) alunos nessa situação. Nesse sentido, é possível que esses

alunos, a partir dos dados oficiais, tenham sido considerados como casos de abandono.

A seguir, é apresentado o Gráfico 4 com os dados sobre o abandono, nos 2º's anos da EEMCFR, no período de 2013 a 2017. Estes são comparados por turno, com o objetivo de observar e conhecer como as turmas de 2º ano da escola se comportam diante do fato explicitado anteriormente.

Gráfico 4 – Dados relativos ao abandono escolar no 2º ano do Ensino Médio, distribuídos entre os três turnos de funcionamento da escola (2013 a 2018)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Secretaria Escolar de 2013-2018.

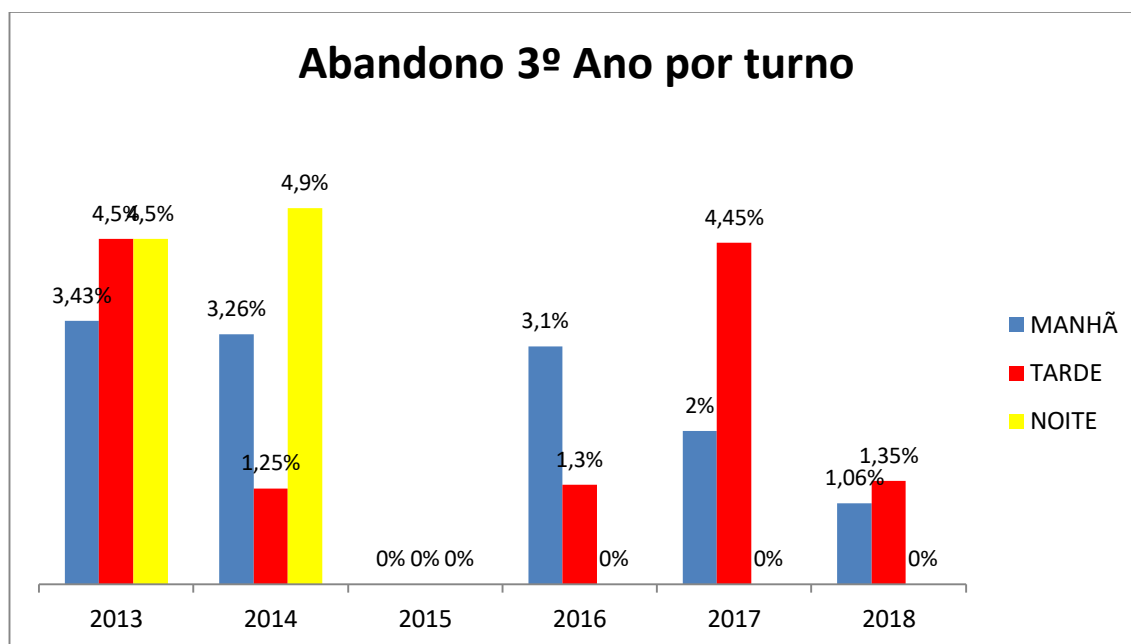
O Gráfico 4 confirma o alto índice de abandono nas turmas de 2º ano da escola no turno noite nos últimos dois anos e corrobora com uma frequência maior dessa prática no horário noturno.

Sobre as taxas “0” (zero) de abandono nas turmas de 2º ano, nos turnos manhã e tarde, nos anos 2013, 2015 e 2018, o Censo Escolar (2013-2018) aponta, de fato, para esses resultados. Entretanto, não é um dado que se destaca, pois não se distancia da realidade que essas turmas já vivenciam, uma vez que o abandono, nesses horários e turmas, tem um valor médio entre 1,51% e 3,4% nos anos pesquisados, o que pode se considerar bem abaixo dos valores regionais, estaduais e nacionais.

A seguir, é apresentado o Gráfico 5 no qual os dados sobre o abandono nas turmas de 3º's anos da EEMFR, no período de 2013 a 2017, são comparados por

turno. Por meio dele, é possível observar e comparar o comportamento dessas turmas, no tocante ao abandono, nos três horários de estudos que a escola oferece.

Gráfico 5 – Dados relativos ao abandono escolar no 3º ano do Ensino Médio, distribuídos entre os três turnos de funcionamento da escola (2013 a 2018)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Secretaria Escolar de 2013-2018.

O Gráfico 5 revela que as taxas de abandono das turmas de 3º ano da EEMCFR têm se mantido abaixo das taxas gerais da escola. Outro fato interessante é que, nos anos 2013 e 2014, o abandono nas turmas de 3º ano ocorreu como nos demais turnos da escola. Entretanto, em 2015, este fato não ocorreu mais.

A partir de 2016, ele voltou a aparecer, mas somente nos turnos manhã e tarde, contradizendo a tese de que as turmas regulares do turno noturno são as que mais contribuem com as taxas de abandono da escola. Pode-se afirmar, a partir desses dados, que as turmas de 1º e 2º ano regulares do turno noite são as que têm apresentado as taxas mais altas de abandono na EEMCFR. A forma de fechar o resultado do ano letivo, por parte da secretaria escolar, através da matrícula inicial considerada pelo Censo Escolar e não pela matrícula inicial do ano letivo, a partir do ano 2015, contribuiu para que os números do abandono nas turmas de 3º ano da EEMCFR diminuíssem ou, até mesmo, desaparecessem.

Com a apresentação dos dados sobre o abandono da escola, depreende-se que esses índices não estão desproporcionais aos da regional, do Estado, bem como

do país. Pelo contrário, estão geralmente abaixo. Entretanto, constata-se duas preocupações diante dos números apresentados: i) o turno noturno tem os maiores índices de abandono entre as turmas, superando os dados regionais, estaduais e nacionais em até quatro vezes mais; ii) as turmas de 1º ano apresentam também índices elevados em relação aos 2º's e 3º's anos, inclusive superando as médias regionais e estaduais.

Diante desses resultados e conclusões, surge a necessidade de averiguar se a escola desenvolve ações na intenção de minimizar essas ocorrências e quais são elas. Caso elas já existam, é importante entender o porquê de não terem causado efeito nessas turmas/ turnos. Na intenção de se apropriar dessas informações, serão apresentadas no Quadro 1, as ações e/ou projetos que escola tem desenvolvido nos últimos seis anos, no sentido de tentar minimizar a ocorrência do abandono por parte de seu corpo docente e, conseqüentemente, os efeitos que ele poderá ocasionar na vida desses estudantes.

Quadro 1 – Ações e/ou projetos da escola voltados para o combate ao abandono escolar

(continua)

Nome do Projeto	Iniciativa	Responsável	Objetivo	Público-alvo	Período de realização	Resultados esperados
Projeto Professor Diretor de Tuma	Governo do Estado	Coordenador Escolar (CE1)	- Conhecer os estudantes individualmente, com vistas a atendê-los em suas necessidades; - Mediar as relações entre a turma e os demais segmentos da comunidade escolar; - Desenvolver as aulas de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais junto aos estudantes de forma intencional, com vistas a uma formação integral do educando.	- Turmas de 1º e 3º ano do Ensino Médio dos turnos matutino; - Todas as turmas regulares do turno vespertino.	Por todo o ano letivo, em que o professor tem quatro horas/ aulas semanais na carga horária de um professor, por turma, divididas da seguinte forma: 1 hora/ aula para lecionar a disciplina de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais; Extra-sala: 1 hora/ aula – Preenchimento de instrumentais, com informações sobre a turma; 1 hora/ aula – Atendimento a pais; 1 hora/ aula – Atendimento individual aos alunos.	- Garantir, até ao final do ano letivo, a permanência, o sucesso e a formação cidadã dos alunos participantes do projeto.
Vem que tem!	Escola, através do Projeto Jovem de Futuro	Coordenador Escolar (CE2)	- Diminuir o número de faltas, através de aulas diferenciadas; - Elevar a Taxa de Aprovação na 1ª série.	Turmas com índices de evasão e abandono mais elevados (1º F – tarde e 1º G – noite).	Anos letivos 2017 e 2018. Diariamente, uma das aulas das turmas eram realizadas com base na teoria, mas principalmente, comprovada através da prática e também por contextos motivacionais.	- Todos os alunos das turmas-alvo frequentando as aulas e, consequentemente, um maior número de alunos aprovados ao final do ano letivo.

Quadro 1 – Ações e/ou projetos da escola voltados para o combate ao abandono escolar

(conclusão)

Nome do Projeto	Iniciativa	Responsável	Objetivo	Público-alvo	Período de realização	Resultados esperados
Nenhum aluno a menos	Escola, através do Projeto Jovem de Futuro	Coordenador Escolar (CE1)	- Acompanhar a frequência das turmas diariamente; - Prevenir a evasão e o abandono na escola.	Todas as turmas da escola.	No ano letivo 2018, com acompanhamento diário à frequência escolar.	Diminuição do número de alunos que abandonam ou se evadem da escola.
1º foco	Escola, através do Projeto Jovem de Futuro	Coordenador Escolar (CE2)	- Evitar a evasão/abandono escolar por motivo de notas baixas, através de acompanhamento individualizado por “apadrinhamento” (funcionários graduados e graduandos em licenciatura, professores e membros do Núcleo Gestor; - Elevar a Taxa de Aprovação na 1ª série.	Alunos em estágio muito crítico ⁸ das turmas de 1º ano.	No 2º, 3º e 4º bimestre do ano letivo 2018.	Maior número de alunos com resultados de aprendizagem positivos, resultando na melhoria da aprovação nas turmas de 1º ano da escola.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

⁸ A EEMCFR definiu, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), parâmetros que adequam os níveis de aprendizagem de seus alunos em: Muito crítico (alunos com média bimestral até 4,0), Crítico (alunos com média bimestral entre 4,1 e 5,9), Intermediário (alunos com média bimestral entre 6,0 e 7,9) e Adequado (alunos com média bimestral entre 8,0 e 10,0).

A seguir, são apresentados os projetos/ ações, citados no quadro anterior, que a escola já desenvolve, como forma de prevenir, minimizar ou, até mesmo, sanar os problemas de abandono na instituição. Segundo informações da própria escola, até 2018, houve quatro projetos/ ações nessa intenção. São eles: PPDT e ações do PJJ, que são o “Vem que tem!”, o “Nenhum aluno a menos” e o “1º Foco”. A seguir, é feita uma análise do funcionamento de cada um desses quatro projetos/ ações, visando verificar em que medida são efetivos quanto ao combate ao abandono na escola.

Iniciamos pelo PPDT, um projeto de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, ofertado a todas as instituições do Estado através de adesão e tem como objetivo garantir a permanência, o sucesso e a formação cidadã dos alunos participantes. O PPDT tem como objetivos específicos como:

Conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades; Mediar as relações entre a turma e os demais segmentos da comunidade escolar; Desenvolver as aulas de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais junto aos estudantes de forma intencional, com vistas a uma formação integral do educando (CEARÁ, 2019b).

A EEMCFR vem aderindo a esse projeto, de natureza pedagógica, desde o ano letivo de 2009. Nesse sentido, as turmas contempladas têm o acompanhamento efetivo de um professor, que possui 4 horas/ aulas semanais de lotação para dedicação ao projeto na escola. Essas 4 horas/ aulas são divididas da seguinte forma: 1 hora/ aula em sala, em que o professor leciona a aula de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais; e 3 horas/ aulas extra-sala. Cada uma destas tem objetivos específicos, sendo eles: 1 hora/ aula é destinada ao preenchimento de instrumentais burocráticos (portfólio e sistema), com informações sobre a turma; 1 hora/ aula para o atendimento aos pais; e 1 hora/ aula para o atendimento individual aos alunos, priorizando, assim, as necessidades mais urgentes, no tocante à resolução de problemas referentes à vida escolar do estudante.

O PPDT não alcança a todas as turmas da escola, uma vez que, para ser um Professor Diretor de Turma (PDT), os docentes também precisam aderir ao projeto e, mesmo que haja 40 educadores lotados, nem todos o aderem. As alegações mais comuns, para a não adesão, por parte de alguns profissionais, são a falta de perfil para as atividades desenvolvidas pelo projeto e a falta de tempo em suas rotinas de trabalho.

As turmas selecionadas pela escola como prioritárias ao atendimento do projeto são: todos os primeiros e terceiros anos do turno diurno. Os primeiros, devido ao fato de eles estarem chegando à escola e necessitarem de um apoio maior nesse processo de mudança. Por sua vez, os terceiros estão na reta final para a conclusão do ensino médio, necessitando, assim, de apoio, nesse momento de definição e escolhas para o futuro. Outra prioridade da escola, para inclusão no projeto, são as turmas regulares do turno noturno. Elas necessitam de atenção exclusiva, já que há, em seu público, uma forte presença de alunos em risco de abandono, como repetentes em distorção idade-série e alunos trabalhadores.

Assim, das 22 turmas da escola, em 2019, 14 são participantes do PPDT (sete turmas de 1º ano, uma de 2º ano e seis de 3º ano). São aceitáveis as justificativas da escola quanto à prioridade dessas turmas, uma vez que, de acordo com o diagnóstico feito com referência aos anos de 2013 a 2017, as turmas que mais tendem ao abandono na escola são as de 1º ano e as do turno noturno. Nesse sentido, é preciso analisar a necessidade do projeto para as turmas de 3º ano, pois são os alunos que menos abandonam a escola.

As próximas três ações, descritas a seguir, são desenvolvidas pela escola, a partir do PJJF, uma parceria do Instituto Unibanco com o Governo do Estado do Ceará, que tem implantado nas escolas estaduais o “Circuito de Gestão”, com o objetivo de qualificar os gestores escolares, no sentido de que possam contribuir com a melhoria da qualidade da educação das instituições as quais pertençam. Como já citado anteriormente, o Circuito de Gestão é o processo que permite, aos gestores escolares, professores e alunos identificarem as causas que dificultam a aprendizagem na escola e desenvolverem ações efetivas para obterem resultados positivos.

Apesar de essas ações estarem focadas na melhoria da aprendizagem, algumas delas vão ao encontro da concepção de um trabalho que busca manter o aluno na escola. E se há ações voltadas para a permanência do discente na escola, elas também contribuem para a não evasão e para o não abandono. São as ações de boas práticas.

A partir do Circuito de Gestão, iniciado em 2018 na EEMCFR, foi necessário elencar ações, tendo em vista três componentes específicos: aprovação do 1º ano; aprovação em Língua Portuguesa; e a aprovação em Matemática dos 3ºs anos. Desse modo, o Núcleo Gestor dividiu-se para o acompanhamento das ações inerentes a esses componentes da seguinte forma: ações do Componente Aprovação do 1º ano

serão acompanhadas pela Coordenadora Escolar da Área Ciências Humanas; ações do Componente Aprovação em Língua Portuguesa serão acompanhadas pelo Coordenadora Escolar da Área Linguagens e Códigos; e as ações do Componente Aprovação em Matemática serão acompanhadas pelo Coordenador Escolar da Área Ciências da Natureza e Matemática. Assim, como essas ações tinham foco na aprovação dos 1ºs anos, a responsabilidade, a partir de 2018, ficou sob cada coordenador de área acima mencionado.

Nesse sentido, as ações, vistas como iniciativas que também contribuem para minimizar o abandono escolar na instituição, são destinadas à elevação da aprovação nas turmas de 1º ano e estarão sob a responsabilidade da Coordenador Escolar das Ciências Humanas. Dessa forma, segue, adiante, a descrição de cada uma.

A ação nomeada “Vem que tem!” é organizada de forma a estimular a participação dos alunos nas aulas. Assim, como forma de experimentar a ação, foi escolhida uma turma para aplicação durante o ano letivo. Como critério para a escolha, foi considerada a turma que obtinha o número mais elevado de faltas. Naquele ano, era o 1º G, regular do turno noite. Assim, a ação foi idealizada e posta em prática pela gestão da escola e professores, em 2017, no 1º ano G, e, em 2018, continuou sendo desenvolvida no 1º G noite e também no 1º F, turma regular mais faltosa do turno tarde, daquele ano.

Essa ação é de natureza pedagógica. Nela, os professores das turmas escolhidas são orientados a ministrar aulas diferenciadas, no sentido de unir teoria e prática, com o objetivo motivar os alunos a estarem na escola todo dia e melhorarem a aprendizagem. Nesse sentido, estabelece-se como critério para as aulas da turma que, para cada dia letivo, haveria uma aula expositiva, com base em uma determinada prática, associada também a momentos dinâmicos. A cada 15 dias era elaborado um calendário das aulas práticas e exposto com antecedência para as turmas, a fim de que todos ficassem informados sobre as disciplinas que seriam ministradas. Dessa forma, esperava-se que os alunos tivessem uma motivação extra para ir à escola.

Como resultado, podemos comparar os números de abandono no 1º ano noturno, em 2017, ano de implantação da ação na turma, e, novamente, em 2018, nas duas turmas participantes da ação (1º F – tarde e 1º G – noite), conforme dados da Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 – Número de alunos das turmas participante da ação que abandonaram a escola, em 2017 e 2018

Turma	Ano letivo	Total de alunos matriculados	Abandono	Percentual de abandono	Reprovação	Percentual de reprovação
1º G	2017	26	9	34,6%	6	14,3%
	2018	20	5	25%	5	13,5%
1º F	2017	42	4	9,5%	2	7,7%
	2018	37	2	5,4%	6	30%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Observa-se que houve uma diminuição expressiva em seus índices de abandono de um ano letivo para o outro. Essa ação pode ter contribuído com o resultado. Entretanto, o número de reprovados do 1º G diminuiu de forma tímida, mas o do 1º F cresceu de forma intensa. Isso nos faz pensar se essa ação contribuiu e em que sentido ela se fez eficaz para essas turmas. A ação “Vem que tem!” é organizada pelos Coordenadores Escolares e por um professor com perfil para acompanhar e dar suporte à ação. Entretanto, em 2017, foi coordenada apenas pelo Coordenador Escolar da Área das Linguagens e, em 2018, pela Coordenadora Escolar da Área das Humanas e por um Professor Coordenador de Área (PCA), também das Ciências Humanas.

A segunda ação do PJF, que também tem ajudado à gestão quanto aos casos de abandono na escola, é a ação “1º Foco”. Esta tem natureza pedagógica, tendo sido acompanhados os alunos de 1º ano, considerados pela gestão como “críticos” ou “muito críticos” em relação aos seus resultados internos. Tal acompanhamento foi realizado por “padrinhos” ou “madrinhas”, funcionários graduados ou graduandos da escola, professores e, até mesmo, membros do Núcleo Gestor dispostos a contribuir como incentivadores de alunos com dificuldades de aprendizagem e em risco de se evadir ou abandonar a escola. O objetivo da ação era evitar a evasão/ abandono por conta de notas baixas, através de acompanhamento individualizado. A seleção dos alunos atendidos tinha por base o resultado bimestral, obtido através das avaliações internas e era atualizado a cada período, de acordo com a necessidade de cada aluno.

A ação 1º Foco foi iniciada em 2018 e acompanhada pelo Coordenador Escolar da Área das Humanas, com o apoio de professores e/ou funcionários graduandos ou graduados, com perfil de apadrinhamento, convidados pelo Núcleo Gestor. Os

resultados dessa ação, no tocante à diminuição do abandono escolar foram elencadas na Tabela 12, adiante.

Tabela 12 – Número de alunos das turmas participantes da ação 1º Foco, que abandonaram a escola, em 2017 e 2018

Turma	Ano letivo	Total de alunos matriculados	Abandono	Percentual de abandono	Reprovação	Percentual de reprovação
1º A	2017	42	0	0%	3	7,1%
	2018	39	3	7,7%	1	2,6%
1º B	2017	42	0	0%	3	7,1%
	2018	38	2	5,3%	4	10,5%
1º C	2017	36	4	11,1%	8	22,2%
	2018	37	2	5,4%	3	8,1%
1º D	2017	41	1	2,4%	5	12,2%
	2018	38	2	5,3	2	5,3%
1º E	2017	44	3	6,8%	6	13,6%
	2018	36	1	2,8	2	5,6%
1º F	2017	42	4	9,5%	6	14,3%
	2018	37	2	5,4%	5	13,5%
1º G	2017	26	9	34,6%	2	7,7%
	2018	20	5	25%	6	30%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Com esse resultado, percebe-se que algumas turmas têm evoluído, tanto na diminuição do abandono, quanto da reprovação. No entanto, outras não. De maneira geral, houve uma melhoria. Há casos em que a turma diminuiu o abandono, mas elevou a reprovação. Tal realidade é boa, especialmente ao olharmos para a perspectiva de que esse aluno reprovado, que continuou até o fim, era um forte candidato ao abandono e não o fez. Entretanto, observa-se que há progressos, no tocante ao rendimento de algumas turmas, e de outras, não. Dessa forma, esta é mais uma ação que deixa dúvidas quanto à sua eficácia.

A ação “Nenhum aluno a menos” é a última da lista e o seu objetivo era acompanhar a frequência das turmas diariamente, no sentido de prevenir a evasão e o abandono na escola. A responsabilidade sobre essa ação era da Coordenadora Escolar da Área das Humanas e abrangia a todas as turmas da instituição. Essa ação era de natureza sistemática e se organizava em torno da coleta diária da frequência. A partir dessa coleta, era possível verificar os casos de faltas constantes e também de abandono escolar. Com esses dados sistematizados, a instituição tinha uma base de dados relacionada à infrequência, o que a permitia manter comunicação com as

famílias, com vistas a saber sobre os casos de faltas excessivas, fazer visitas aos alunos e, até mesmo, acionar o Conselho Tutelar (CT).

A partir desses dados, a escola organizava, também mensalmente, o painel da infrequência. Por meio dele, os alunos e toda a comunidade podiam conferir o perfil de cada turma, tendo em vista as faltas mensais. Como forma de incentivar a frequência às aulas, os membros do Núcleo Gestor premiavam, por iniciativa e recursos próprios, a turma que menos faltasse em cada turno, durante o ano. Assim, no último dia letivo, o Núcleo Gestor se reunia com os alunos por turno e premiava a turma que menos tivesse faltado ao longo do ano.

A partir dessas ações e projetos que a escola já desenvolve, compreende-se que há uma preocupação e uma política escolar voltada para o combate ao abandono escolar na instituição denominada EEMCFR. Nesse sentido, percebe-se, por meio dos dados obtidos sobre suas taxas de abandono, que, apesar de existirem, têm alcançado números significativos no tocante à diminuição de alunos que a abandonam a cada ano. Entretanto, nota-se também que, mesmo com essas ações e projetos definidos e implantados no ambiente escolar nos últimos anos, há situações isoladas de turmas nas quais essas ocorrências ainda são bem relevantes e merecem atenção, pois, a partir de suas diferenças, as ações também podem ser aplicadas de formas diferenciadas, principalmente nas turmas que funcionam no turno noturno.

A partir dessas conclusões, surge o seguinte questionamento: de que forma as ações/ projetos que a Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues desenvolve, tendo em vista o combate ao abandono escolar, afeta seus estudantes para a obtenção de resultados tão positivos?

Nesse contexto, cabe um estudo mais específico sobre como o abandono escolar tem se manifestado e sido combatido ou minimizado, tanto no cenário nacional (Brasil), quanto no estadual (Ceará). Assim, no próximo capítulo, é apresentado o referencial teórico sobre essa temática, bem como a metodologia utilizada na pesquisa. Por fim, é feita a análise dos dados levantados sobre as manifestações do abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues e de que forma as ações da gestão escolar têm influência sobre esse fenômeno.

3 O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NO CEARÁ

Neste capítulo, abordaremos a maneira pelo qual o abandono escolar tem se refletido no Brasil, bem como no estado do Ceará. Compreendido como um problema persistente na educação pública brasileira, os registros sobre suas ocorrências nos remetem a algumas décadas atrás e pode estar relacionado à democratização do ensino, que, por sua vez, o tornou universal. Para Marques (1997, p. 63):

Todos os que se debruçam sobre essas questões concordam que houve um considerável aumento da oferta de matrículas e que esse aumento da oferta não foi acompanhado pela melhoria da qualidade da escola.

Iniciada mais especificamente na década de 1980, a partir da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a universalização do ensino é um dos princípios da educação do país, e a escola pública abre suas portas a todos. Dessa forma, esse período é marcado pela inserção da massa na escola, que não estava preparada para atuar, diante de um público tão diversificado e denso. Segundo Tavares Júnior (2019, p. 1):

[...] nossa história social é marcada por funcionamentos ineficientes dos sistemas de ensino, que convertem muitos anos de frequência à escola em poucos anos de estudo concluídos e, como agravante, com baixo nível de habilidades desenvolvidas.

Nesse sentido, é plausível dizer que a educação pública brasileira ainda é ineficiente e, concomitante a esse longo período de vida escolar e de aprendizagens insatisfatórias, inserem-se anos de reprovação e evasão.

Diante do exposto, voltar-se para os problemas que afetam a escola pública pode ser o primeiro caminho para sua resolução. A EEMCFR, objeto de pesquisa deste trabalho, também se insere nesse contexto educacional. A ocorrência do abandono escolar, neste ambiente, remete-nos a pesquisar as alternativas pensadas pela gestão para solucionar tal problema e, ainda, os fatores que têm contribuído para que isso ocorra na instituição.

Há, ainda, outras pesquisas realizadas pelo CAEd, voltadas para essa temática. Dentre elas, é possível citar **O abandono escolar em 2 escolas estaduais da CDE 05 de Manaus/AM**, de Adriana Boh dos Santos (2017), orientada por

Alexandre Chibebe Nicolella, com o intuito de identificar os motivos do abandono em duas escolas de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa e outra com menor taxa, da Coordenadoria Distrital de Educação – CDE 05 (Manaus-AM). Um outra pesquisa de relevância foi **Abandono no Ensino Médio**: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG, realizado por Edmilson José Alves, orientado por José Alcides Figueiredo Santos, com o objetivo de investigar as dificuldades enfrentadas pela equipe gestora para diminuir os fatores que interferem no abandono escolar no Ensino Médio regular e também conhecer o trabalho desenvolvido pela instituição frente ao abandono desses alunos na última etapa da Educação Básica. Por fim, há também a pesquisa **O abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa**, realizada por Renata Renier de Lima (2018), orientada por Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim, com o objetivo de discutir os motivos que levam os alunos da Escola Estadual Rui Barbosa, município de Campestre, Sul de Minas Gerais, a abandonarem os estudos no Ensino Médio.

Assim, este segundo capítulo tem o objetivo de fazer uma análise histórica, através de abordagens teóricas, sobre as manifestações do abandono escolar no Brasil e no Estado do Ceará, bem como entender as iniciativas que a EEMCFR já desenvolve, no sentido de combater/ corrigir seus efeitos nesse espaço de aprendizagem. Diante do exposto, este capítulo foi dividido em quatro seções: a primeira, apresenta uma linha histórica do abandono escolar no país, suas causas e efeitos; a segunda aborda as manifestações do problema no Estado do Ceará, estado onde se localiza a escola objeto da pesquisa; a terceira apresenta a proposta de metodologia adequada a esta investigação; e quarta apresenta e analisa os dados produzidos.

3.1 ABANDONO ESCOLAR: PROBLEMA PERSISTENTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O rendimento é historicamente um dos maiores gargalos do desenvolvimento educacional brasileiro. Nossa sociedade ostenta taxas de aprovação no Ensino Fundamental, que figuram entre as mais baixas do mundo, mesmo nos dias atuais (CRAHAY; BAYE, 2013). Nesse sentido, Tavares Júnior et al (2019, p.1) aponta que “dentre as principais causas do baixo rendimento, estão a reprovação e a evasão (ou abandono)”. Os autores afirmam, ainda, que:

A democratização da educação brasileira parece ser caracterizada por uma dualidade, um perfil estranho e dialético de realização social. Se por um lado avança na direção das principais demandas sociais, por outro, num mesmo movimento, também tende a anular esses avanços, gerando efeitos perversos em outra ponta. Tal traço acaba por reiterar a desigualdade, como elemento característico de nossa formação social (TAVARES et al, 2012, p. 64).

Diante disso, se por um lado, há avanços quanto às oportunidades de acesso à escola por todos, por outro, as garantias de permanência não são tão eficazes. Se há investimentos humanos e materiais, em outra face, observa-se um descompasso diante de práticas alinhadas a um modelo ainda tradicional, dotado de meios que não cooperam com objetivos de ensino e aprendizagem eficientes.

Nesse sentido, o educador brasileiro Lourenço Filho (1940) traz à tona o debate de que somente investir não garante a qualidade da educação. Segundo o educador: “De nada valerá planejar, aparelhar as escolas, provê-las de mestres, convocar os alunos, se acaso estes não frequentem regularmente as aulas ou, frequentando-as, não adquiram os níveis de educação desejados (LOURENÇO FILHO, 1940 p. 660-661).

Dourado e Oliveira (2009, p. 204) expõem, ainda, que:

Ao considerar o caso brasileiro, em que a oferta de escolarização se efetiva por meio dos entes federados (União, estado e municípios), com base na estruturação de sistemas educativos próprios, pode-se afirmar que tal processo vem se efetivando, historicamente, por intermédio do binômio descentralização e desconcentração das ações educativas. Esta constatação revela o quadro complexo, relativo ao estabelecimento de parâmetros de qualidade em um cenário desigual e combinado que caracteriza a educação brasileira. Este cenário é fortemente marcado por desigualdades regionais, estaduais, municipais e locais e por uma grande quantidade de redes e normas nem sempre articuladas.

O Brasil é um país continental, repleto de desigualdades. Tais desigualdades têm nutrido um sistema de retenção e evasão que perdura no cenário educacional brasileiro e perpassa décadas. Apesar dos avanços a partir da democratização da educação e também dos investimentos destinados a ela, é preciso reconhecer, também, que a boa escolarização dos estudantes tem sido um desafio constante no país, uma vez que os dados educacionais atuais apresentam que a aplicabilidade da oferta educacional brasileira à sua população não tem sido exitosa. Para Silva et al.

(2016, p. 446), “[...] ainda não se pode afirmar que o acesso possibilitou a permanência da criança no sistema escolar e muito menos a qualidade da aprendizagem”.

Dados da Agência Brasil, do ano de 2017, citados anteriormente neste texto, apresentam um número de quase três milhões de jovens que ficam fora da escola a cada ano. Esses números remetem a índices preocupantes que nos levam a reconhecer o abandono escolar como um problema crônico da educação contemporânea, que se mantém fortalecido e pode prejudicar o fluxo escolar das instituições de ensino do país.

Além do abandono escolar, outro fator também tem se apresentado de forma negativa: a reprovação. O fenômeno se faz presente em toda a educação básica, manifestando-se na vida estudantil logo nos primeiros anos de estudo. De acordo com Tavares Júnior et al. (2012, p. 64): “O filtro entre o ingresso e a conclusão do ensino fundamental é muito seletivo, produzindo enorme exclusão educacional”. Tavares Júnior (2019, p. ii) corrobora, ainda, que:

[...] as altas taxas de repetência, além de ilustrarem a ineficiência do sistema, representam um grande gargalo/barreira para a democratização de oportunidades no Brasil, concorrendo para a evasão, para a redução das trajetórias escolares dos alunos e, conseqüentemente, das taxas de conclusão na educação básica.

A fala do autor reforça a forma como os fenômenos da evasão e da repetência marcam severamente a educação do Brasil, tornando-se, geralmente, insensíveis às forças das medidas políticas até então adotadas.

Concomitante a esses problemas, um fator preocupante, aos dados do fluxo escolar no Brasil, é conhecido por “repetência branca”. Nestes casos, os alunos são “aconselhados” ou “estimulados” a abandonarem a escola ao final do ano letivo, pela certeza do fracasso. Nesse sentido, acabam por preferir a evasão por abandono, ou seja, pelo cancelamento da matrícula, que preservará seu histórico escolar (KLEIN; RIBEIRO, 1991, p. 19). A partir desse “aconselhamento”, o discente é estimulado a deixar a escola para que não conste em seu histórico escolar dados sobre repetência. Como resultado, dados de evasão escolar e repetência se entrelaçam e encabeçam os problemas relacionados ao fluxo escolar no Brasil.

Tavares Júnior et al. (2012, p.53) corroboram com essa tese, ao manifestarem que: “Um dos mais graves problemas do sistema educacional brasileiro é a interrupção no fluxo escolar normal, ou seja, quando o aluno é reprovado ou

abandona a série em curso”. No mesmo texto, os autores destacam as deficiências no rendimento educacional do país, bem como as suspeitas a respeito dos números oficiais de seu fluxo escolar. Eles apontam que um dos erros mais observados estava “nas discrepâncias da evasão entre 1ª e 2ª séries, consequência da dupla contagem dos alunos nos censos escolares” (TAVARES JÚNIOR et al, 2012, p. 51).

Nesse ínterim, Tavares Júnior afirma, no livro **Rendimento Educacional no Brasil** (2019, p. 2), que “este debate remete à discussão dos equívocos no diagnóstico dos principais problemas educacionais brasileiros, especialmente relacionados a antigas disfunções na produção das estatísticas oficiais”.

No tocante ao rendimento educacional no Brasil, José Goldemberg (1993) se apresenta também favorável às questões de que o fracasso escolar tem sido um problema crônico para o país. Nesse sentido, o autor ressalta que:

Na realidade, a grande maioria das crianças ingressa na escola na idade correta e permanece nela, mas simplesmente não progride, ficando prisioneira da repetência e inflacionando o número de matrículas na primeira série. O abandono da escola se dá, geralmente, após a 4ª série, ou seja, depois de terminado o equivalente à antiga escola primária; e somente ocorre depois de as crianças já terem permanecido aproximadamente oito anos no sistema (GOLDEMBERG, 1993, p. 104).

Contudo, abre-se um leque de questionamentos a respeito das ações propiciadas pelo sistema público de ensino na vida escolar dessas crianças e jovens, uma vez que a pressão que exerce sobre as instituições de ensino, no sentido de que elas devam apresentar bons resultados, podem estar motivando-as a “maquiar” dados, desde muitas décadas atrás, no Brasil.

Diante dessas questões, em relação aos prováveis “erros” de contagem oficial do rendimento educacional, em meados da década de 1980, Fletcher e Ribeiro desenvolveram o modelo Profluxo, que utiliza dados da PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais dados mostraram que os indicadores de fluxo escolar apresentavam distorções, “[...] através da proposição do Profluxo que se demonstrou o maior equívoco das estatísticas oficiais, que acabavam por instruir equivocadamente as políticas educacionais no país” (TAVARES JÚNIOR, 2019, p. 3). O modelo Profluxo pertence a uma classe de modelos matemáticos formais, com o objetivo de aprimorar a estimação de indicadores de rendimento escolar, em especial das taxas de aprovação, repetência e evasão (TAVARES JÚNIOR et al, 2012, p. 50).

Nesse sentido, o trabalho dos autores Klein e Ribeiro (1991) estimulam as pesquisas a respeito do fluxo educacional no Brasil e constataam que:

Os Censos Educacionais do MEC classificam os alunos, no final do ano letivo, como afastados por abandono ou transferência, aprovados ou reprovados. Os afastados por transferência, em princípio, não interferem no número de alunos do sistema, pois, ao saírem de uma escola, ingressam em outra. No entanto, um aluno afastado por abandono não é considerado nem reprovado e, caso se rematricule no ano seguinte, na mesma série, na mesma ou em outra escola, não é considerado um repetente (KLEIN; RIBEIRO, 1991, p. 17).

O erro dos indicadores educacionais, obtidos a partir dos Censos Educacionais (em todas as séries), ocorre devido a um erro conceitual na definição de "repetente" que considera repetente apenas aqueles alunos que frequentavam a escola por todo o ano letivo e não conseguem aprovação. Na realidade, repetente é qualquer aluno que se matricula novamente na mesma série, não importando se no ano anterior foi reprovado, afastado por abandono durante o ano letivo, ou mesmo considerado aprovado. Além desse modelo, outras metodologias passaram também a pesquisar sobre o rendimento educacional brasileiro. A título de exemplo, podem ser citados: Barros e Mendonça (1998); Barros et al. (2001), Soares e Lima (2002); e Tavares Junior et al. (2012).

A partir de então, foram implementadas várias políticas públicas para correção de fluxo, diminuição da repetência e melhoria da eficiência do sistema educacional. Estava preparado o terreno para a enorme expansão educacional na década de 1990 (TAVARES JUNIOR et al, 2012, p. 51). As políticas de correção de fluxo e a melhoria de eficiência, implementadas nos anos 1990, no entanto, parecem ter dado resultado positivo, pois os números referentes ao abandono diminuem consideravelmente.

Ao observar as taxas relativas ao período de 1995 a 2018, na Tabela 13, a seguir, pode-se constatar um progresso significativo ao longo dessas três décadas. No entanto, apesar dos avanços, o fluxo eficiente de estudantes é ainda um desafio à educação brasileira, uma vez que “[...] até hoje não estão consolidadas estratégias que permitam o acompanhamento das crianças em idade escolar ao longo de toda sua escolarização [...]” (TAVARES JUNIOR, 2019, p. 4).

Tabela 13 – Taxas de rendimento nos Ensinos Fundamental e Médio: Brasil –
2000 – 2018

Etapa da Educação	1995	1996	2000	2010	2018
ENSINO FUNDAMENTAL	13,6%	12,9%	12,0%	3,1%	0,7% (AI) ⁹ 2,4% (AF) ¹⁰
ENSINO MÉDIO	21,6%	15,7%	18,1%	10,3%	6,1%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Censo Escolar (1996-2018).

A partir dessas informações, nota-se que o abandono escolar no Brasil vem em uma linha decrescente desde a década de 1990. Esse desempenho é fruto de investimentos em políticas públicas educacionais, na intenção de tornar os indicadores de rendimento confiáveis.

Para Saraiva (2010), embora a taxa de abandono tenha diminuído nos últimos anos, em virtude, principalmente, das políticas de correção de fluxo e dos programas de aceleração escolar, a taxa ainda é considerada alta, tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio. Nesse sentido, Alves (2008, p. 414) corrobora que:

Apesar dos avanços obtidos nas décadas anteriores, o Brasil ainda apresenta graves problemas educacionais: a. iniciativas para reduzir ainda mais a taxa de analfabetismo não têm logrado êxito; b. estagnação da melhoria do fluxo escolar, desde 1998, permanecendo elevados os índices de reprovação escolar e de defasagem entre idade e série e c. avaliações de desempenho de estudantes brasileiros, em especial o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb –, apontam para a baixa qualidade da educação brasileira, sendo que expressiva parcela dos alunos que completam a 4ª série do ensino fundamental não adquiriu habilidades básicas de leitura e matemática.

Tais referências nos fazem pensar sobre a real qualidade da atual educação pública do país, uma vez que não se consegue compreender como a dinâmica social e as políticas educacionais se relacionam com a evolução dos indicadores educacionais.

Atualmente, os principais indicadores sobre a educação básica no Brasil são calculados a partir dos resultados apurados pelo Censo Escolar, fonte que vem sendo aperfeiçoada anualmente, conforme vai crescendo a necessidade do uso dessas

⁹ AI – Anos iniciais do Ensino Fundamental.

¹⁰ AF – Anos finais do Ensino Fundamental.

informações. Dentre tais indicadores, é possível citar as chamadas Taxas de Transição do Modelo de Fluxo Escolar. O Modelo de Fluxo Escolar tem como função descrever o movimento dos alunos dentro do Sistema de Ensino, reconstruindo a evolução nas séries do Ensino Fundamental, ao longo dos anos, mediante as Taxas de Transição. Uma das metodologias usadas é o então Profluxo, sugeridas pelos autores Fletcher e Ribeiro, a partir de 1991.

Dessa forma, a partir de Tavares Júnior et al (2012, p. 51), conclui-se que:

[...] o maior problema do sistema educacional brasileiro não era a evasão, como antes se acreditava, mas as elevadas taxas de repetência. [...] Foram apontadas falhas estruturais na contabilidade de dados por parte do Ministério da Educação, o que comprometia gravemente a produção de indicadores educacionais confiáveis. O erro foi mais observado nas discrepâncias da evasão entre 1a e 2a séries, consequência da dupla contagem dos alunos nos censos escolares.

Embora a década de 1990 tenha possibilitado uma maior visibilidade sobre práticas que contribuíram para a correção da contagem equivocada de dados do sistema educacional brasileiro, os problemas de evasão e repetência escolar continuam ocupando os espaços escolares do país. Esses problemas trazem consigo a informação de que, independente de seus percentuais, eles são fatores negativos, que indicam falhas na efetivação da oferta de uma educação de qualidade.

Esta pesquisa se volta especificamente para o estudo sobre o abandono escolar (ato em que o aluno abandona os estudos e retorna à matrícula no ano seguinte) de uma instituição cearense, bem como para as ações que a gestão vem desenvolvendo no intuito de minimizar essas ocorrências naquele espaço de aprendizagem. No entanto, ao falar sobre esse assunto, é inevitável o surgimento de falas e/ ou dados relativos à evasão escolar, processo pelo qual o aluno também abandona os estudos, porém, não retorna à matrícula, no ano seguinte.

Estudos indicam a evasão como um dos fatores que mais afetam a Educação da América Latina. Silva (2016) apresenta informações a esse respeito, revelando pontos que nos levam a acreditar que fatores como as desigualdades socioeconômicas e/ou regionais afetam a estrutura educacional:

Um dos fatores que mais contribuem e afetam a evasão na América Latina, conforme a UNICEF (2015), é a desigualdade de distribuição de renda existente nesses países, o que afeta toda a estrutura

educacional, gerando novas desigualdades sociais que se refazem em desigualdades culturais e educacionais. Esse modelo hegemônico de ensino na América Latina, além de buscar uma massificação do conhecimento, não oferece condições para a difusão do conhecimento de forma igualitária entre os estudantes, excluindo-os por classe social, gênero, localização geográfica e etnia (SILVA, 2016, p. 20).

No que concerne à afirmação anterior, ela se adequa à realidade na qual se insere hoje o Brasil, país de terceiro mundo, cujas desigualdades econômicas e sociais perpassam séculos. A partir desses traços marcantes da sociedade brasileira, efeitos negativos, como o abandono e a evasão, resistem às mais diversas ações de políticas públicas que se voltam para a educação.

Outro fator que pode estar associado aos casos de evasão e abandono escolar é a reprovação escolar. Para Shirasu e Arraes (2015, p. 131):

Outro problema que acompanha o aluno na sua trajetória educacional são as repetências anteriores, que trazem informações do passado do estudante. As estimativas [...] mostram que alunos repetentes têm quase o dobro das chances de evadir, evidenciando quanto a repetência pode influenciar a permanência ou não na escola.

A escola, enquanto instituição de ensino, pode manifestar, ainda, padrões baseados em modelos tradicionais. Nestes, o professor é tido como dono do conhecimento e portador de todas as razões. Dessa forma, ele pode se colocar em uma posição de insensibilidade mediante o aluno, que possui dificuldades de aprendizagem e reage ao insucesso escolar e às ameaças e/ou castigos impostos, a ele impostos, através da fuga, que resulta em abandono e/ou evasão. Silva Filho e Araújo (2017) corroboram com essas percepções, ao afirmarem que:

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola [...] (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 36).

A partir desses preceitos, que enfocam a reprovação como fator decisivo também à decisão de ficar ou deixar a escola, é preciso entender os significados que a escola coloca para o aluno, diante de suas necessidades de aprendizagem. Será que o cardápio de aprendizagens ofertado como necessário à formação integral do

indivíduo remete sentido às expectativas dos estudantes? Será, ainda, que o conhecimento é oferecido a partir de métodos equivalentes às suas condições de aprendizagem? São muitos os questionamentos a respeito daquilo que a escola oferta e daquilo que o estudante anseia.

A pesquisa de Marques (1997), intitulada “Escola noturna e jovens” confirma o quanto a escola está distante de seu público. Talvez por conta disso, ela não consiga superar problemas crônicos que a afetam desde muito tempo como a evasão e a reprovação. Na fala de conclusão da autora, a respeito de seus resultados, ela reitera que sua pesquisa:

[...] demonstrou o quanto a escola está distante desses jovens. Queremos crer que o modo como eles reconstróem o próprio cotidiano, aliviando o tempo de trabalho e repensando a escola para além da simples transmissão do conhecimento, é uma maneira efetiva de tomar parte em uma luta pela busca de uma nova sociedade. Poderão, assim, tornar-se portadores de uma nova utopia (MARQUES, 1997, p. 74).

São muitos os fatores relacionados ao abandono escolar. Até aqui, notou-se uma forte influência das desigualdades sociais e/ou econômicas. Estas afetam determinadas regiões do país, bem como a reprovação escolar e a pouca atratividade da escola. Estes fatores se alternam, a partir de constatações de diferentes autores. Podemos observar, a seguir, outras conclusões de pesquisas que registram tais assertivas.

A partir do artigo “Abandono escolar”, Saraiva (2010) apresenta as principais causas apontadas para o abandono. São elas: necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho; estranhamento e falta de adaptação ao modelo escolar (principalmente no Ensino Médio); e a dificuldade de acesso ao estabelecimento escolar. A pesquisa da autora está baseada em dados do INEP/MEC, referente aos anos 1995-1998, bem como do PNAD/IBGE, de 2006.

Soares et al (2015) realizaram um estudo intitulado “Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais”. Para tanto, foram utilizados, como base, levantamentos PNAD, bem como a ampla pesquisa, realizada no estado de Minas Gerais, em que 3.418 alunos, cursantes e não-cursantes, foram entrevistados. Com os dados utilizados, foi construída uma série histórica. E como resultado dessa pesquisa, os autores trazem a seguinte conclusão:

Entre os resultados encontrados, destacam-se alguns fatores expressivos na explicação do abandono, tais como: a dificuldade nas disciplinas, ânsia por uma escola diferente, percepção de melhores oportunidades de trabalho com a continuidade dos estudos e a importância atribuída na escolha à escola (SOARES et al, 2015, p. 757).

Os autores citados, a seguir, falam, ainda, que a família pode ser considerada como fator determinante do fracasso escolar, seja pelo não acompanhamento ao filho quanto às atividades escolares, seja pelas condições de vida ofertadas aos filhos pela família. Brandão (1983), por exemplo, aponta esses fatores e associa a escolaridade da mãe como influência positiva ao rendimento e à permanência do filho na escola. Isto é confirmado, também, pela tese de Janosz et al (1997), ao defender que pais permissivos e sem ambição educacional contribuem para a evasão escolar de seus filhos. Silva Filho e Araújo (2017) também apontam a falta de incentivo da família como um dos fatores que podem determinar a permanência do aluno na escola. A falta de apoio familiar é vista como uma das causas do abandono escolar na pesquisa de Alves (2018).

Em resposta a um dos questionários do artigo “Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio”, de Pereira e Lopes (2016, p. 202), 97,9% dos 861 alunos que participaram responderam “sim” ao serem perguntados se os motivos de eles irem à escola estariam relacionados com os seus valores (sociais, pessoais, familiares, religiosos). Esses valores estão diretamente ligados às atitudes que as famílias tomam, diante da formação dos filhos, que podem repercutir de forma negativa ou positiva ao interesse dos jovens em frequentar a escola.

A família, assim como a escola, constitui-se como um dos contextos essenciais à vida do indivíduo. Assim, ela detém um papel de fundamental importância e influência. Nesse sentido, é importante considerar que a família seja um dos pilares fundamentais à formação do jovem, uma vez que seu apoio e acompanhamento podem representar um estímulo necessário à permanência, diante das dificuldades que a rotina escolar os impõe.

Segundo um artigo publicado pelo portal Brasil Escola (2019),

[...] nem tudo que o indivíduo traz cotidianamente é passível da escola resolver sem a participação e presença da família. Pois, há casos em que o aluno pede pela atenção e acompanhamento destes. E que “o

ato de aprender e se desenvolver não acontece de maneira solitária, faz-se de extrema significância que um outro esteja sempre interagindo, fazendo trocas de experiências e saberes, motivando deste modo, o educando (BRASIL ESCOLA, 2019).

Nesse sentido, as análises feitas, até esse ponto, sobre os fatores que podem ocasionar o abandono escolar dos jovens, nos levam aos três principais caminhos de compreensão sobre os motivos pelos quais essa ocorrência na educação básica é frequente: primeiro, a falta de participação efetiva da família na vida estudantil dos filhos; segundo, o desejo e/ou a necessidade de entrar para o mercado de trabalho, manifestado pela necessidade de sobrevivência; e terceiro, o estranhamento ou a falta de adaptação ao modelo de escola atual. Nesse sentido, tais fatores, identificados a partir de outros trabalhos, como aqueles que mais se destacam, diante dos motivos que fazem com que o aluno abandone a escola, são expostos nos parágrafos a seguir, no intuito de explicitar, de forma mais detalhada, sobre como e o porquê ocorrem.

Inicialmente, é apresentada a família como parte essencial desse processo. Posteriormente, veremos a necessidade de estar no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se estuda. Por fim, é contextualizado o modelo de escola ofertado e o que os alunos pensam sobre isso.

A respeito do acompanhamento familiar aos filhos na escola, a investigação científica traz uma justificativa sobre os motivos que têm levado os pais a se afastarem da mesma, bem como a expectativa que eles criam em torno do poder de educar e socializar seus filhos. Segundo Pimenta (2012, p.118):

[...] a família, tradicionalmente responsável pela socialização primária dos filhos, vem perdendo sua força como agência socializadora. Premidas pelas necessidades de garantir a sobrevivência do grupo familiar, as mães se inserem no mercado de trabalho e passam a delegar à escola e ao trabalho a função de socializar seus filhos.

Nesse contexto, depreende-se que a educação não pode ocorrer apenas no ambiente escolar, pelo contrário, ela é iniciada em casa, sob a orientação da família. Assim, as mudanças nas rotinas das famílias, a partir da modernização ocorrida nas últimas décadas, elencam situações que podem afetar diretamente o desempenho educacional dos filhos, uma vez que:

A influência que a vida familiar exerce sobre as crianças não se restringe apenas a lhe oferecer modelos de comportamento, mas

também no desenvolvimento moral da criança. O estilo familiar, os padrões de punição, o sistema de crença, os valores, a forma como estão estruturadas e o modo como as crianças são tratadas são elementos que tem impactos importantes no desenvolvimento das habilidades sociais. (SEDUC/MT, *S.d.*, *s.p.*).

A escola é uma instituição secundária, que fortalece as aprendizagens sobre o mundo. Entretanto, questões como orientação para os valores (respeito, honestidade, amabilidade) e formação da personalidade (comportamento e mente) são cada vez mais deixadas sob a responsabilidade da escola. Nessa perspectiva, é provável, que ela não consiga “abarcá” tudo.

Nesse sentido, as contribuições de Pimenta (2012) sugerem, ainda, a necessidade e expectativa que os filhos têm, na construção de uma identidade adulta mais sólida, baseada no seio familiar:

Os jovens demonstram que é na família que se constrói uma ordem de vida projetada de reciprocidades morais da vida privada. É a ética da família tão necessária para os jovens em fase de desenvolvimento e de construção de sua personalidade. Se no trabalho eles desenvolvem uma autonomia que lhes garante a passagem para a vida adulta, é na família que os papéis do adulto começam a delinear-se para os jovens (PIMENTA, 2012, p. 131).

Essas falas nos levam a compreender a importância do papel da família como peça fundamental para a permanência dos filhos na escola, bem como a apreensão de conhecimento satisfatório. A família está ausente por vários motivos, mas, principalmente, pela necessidade de lutar pela sobrevivência, enquanto os filhos reconhecem que a presença dela é essencial ao seu desenvolvimento intelectual e a veem como apoio diário, diante dos desafios que a escola os impõe. Como bem cita Reis (1984, p. 99):

É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro nós a quem aprendemos a nos referir.

Assim, a partir da família que eles podem caminhar em direção às conquistas que o acesso ao conhecimento poderá lhe proporcionar.

Um segundo fator relevante, para as ocorrências do abandono escolar, é a necessidade que o jovem tem de trabalhar. Diversas são as situações que os levam

a decidir entrar para o mercado de trabalho, dentre elas, a necessidade de sobrevivência, a busca pela construção da identidade, a capacidade de se reconhecer e de se fazer reconhecido em todos os espaços (família, escola, trabalho e rua). Segundo Marques (1997, p. 70): “O trabalho para os jovens funciona quase como um rito de passagem do mundo infantil para o mundo adulto, mas principalmente, como um projeto de família em melhorar de vida [...]”.

A autora supracitada traçou, em sua pesquisa, o perfil de jovens estudantes que trabalhavam, em relação à formalização dos vínculos de trabalho. De acordo com os resultados, Marques (1997, p. 69-70) chegou-se à conclusão que “somente 25% dos jovens que trabalham têm registro em carteira e estão engajados no setor de serviços. Outros 62% estão trabalhando no mercado informal, sem nenhuma garantia”.

A partir desses dados, foi possível concluir que grande parte do trabalho do setor informal era desenvolvido por jovens estudantes. Dessa forma, é importante salientar que os trabalhadores do setor informal não gozam dos direitos mais básicos que os trabalhadores do setor formal usufruem. Tal realidade vai ao encontro do que Corseuil, Franca e Poloponsky (2016, p. 177) afirmam: “A alta prevalência de emprego informal entre os jovens é preocupante sob ao menos três aspectos: i) precarização da relação de trabalho; ii) proteção social deficiente; e iii) trajetória profissional comprometida”. Esses jovens buscam, no mercado de trabalho, seja ele formal, seja informal, meios para fugir da pobreza e ajudar a família, assim como a busca pela construção da identidade. Eles acumulam responsabilidades diante da família, do trabalho e da rotina escolar. Tal acúmulo torna-se, assim, desafiador.

Além disso, a escola, para os jovens, não é tida apenas como espaço de acesso ao conhecimento, mas também de socialização. Nesse sentido, a escola contemporânea ainda não buscou se alinhar aos anseios desse público, que, pelas suas condições de vida, está propenso à evasão. A respeito da visão que a escola manifesta sobre o jovem estudante trabalhador, Marques (1997, p. 72) corrobora, ainda, que:

Ao mesmo tempo em que reconhece a condição de trabalhador do aluno, suas análises tratam do trabalho como algo negativo para o processo de escolarização do jovem. O trabalho é visto pela sua negatividade e não pelas possibilidades como princípio educativo e como espaço de sociabilidade. Trata o aluno trabalhador de forma genérica, pertencente às camadas mais pobres da população e, como

tal, excluído da possibilidade de frequentar a escola na idade correta (MARQUES, 1997, p. 72).

Geralmente, a escola vê o trabalho do aluno como algo negativo, que não soma em sua trajetória escolar, ao contrário, pode atrapalhar o rendimento. Nesse âmbito, não se observam manifestações, por parte da instituição de ensino, em adequar seu currículo aos que possuem uma rotina diária exaustiva, em virtude do trabalho ou dos cuidados que têm com o lar. Nesse sentido, Pimenta (2012, p.101) defende que:

Mais do que nunca, é imprescindível que a escola brasileira assuma sua função básica, que é ensinar, lidar com o conhecimento e habilidades necessárias para uma vida cidadã, o que inclui entender a escola como um lugar de práticas sociais democráticas.

A partir dessa percepção, a escola poderá se abrir para uma instituição mais acolhedora, que considere a vida extraescolar de seus alunos e os desafios que eles cumprem, na tentativa de conquistar uma vida digna. Assim, ela precisa compreender que o trabalho contribui para a formação cidadã do indivíduo e lhe proporciona situações cotidianas de convivência, que podem gerar novas identidades coletivas.

É fato que o papel da escola também é ensinar boas teorias, disponibilizando e formando para o acesso ao patrimônio cultural da humanidade; no entanto, para que funcione, é preciso que o aprendizado não seja apenas prático, mas seja intenso e, de verdade, o aluno domine com intimidade o que está sendo aprendido. [...] O esforço deveria estar em torno da reflexão dos atores escolares sobre a condição juvenil de seus alunos e as demandas que eles apresentam para a escola; como contribuir para a construção de seus projetos de futuro, articulando necessidades atuais e repensando a forma utilizada para responder aos desafios que as juventudes nos colocam. (PEREIRA; LOPES, 2016, p. 205).

O último dos fatores que, segundo pesquisas, contribuem para a evasão e/ou abandono, é a identificação do aluno com a escola e sua sistemática. Para tanto, faz-se necessário reforçar que a escola tem se esforçado para diminuir os números do abandono. Entretanto, os dados falam por si e indicam que há uma diminuição ao longo dos anos. Essa evolução ainda é tímida, quando relacionada aos números de investimento em educação no país. Vejamos, na Tabela 14, os números sobre o abandono no Brasil, no período de 2014 a 2018.

Tabela 14 – Taxas de rendimento escolar nos Ensinos Fundamental e Médio – Brasil
2014 – 2018

Ano	Ensino Fundamental						Ensino Médio		
	Anos iniciais			Anos finais			Aprov.	Repro.	Aband
	Aprov.	Repro	Aband	Aprov.	Repro.	Aband			
2014	92,7	6,2	1,1	84,8	11,7	3,5	80,3	12,1	7,6
2015	93,2	5,8	1,0	85,7	11,1	3,2	81,7	11,5	6,8
2016	93,2	5,9	0,9	85,6	11,4	3,0	81,5	11,9	6,6
2017	94,0	5,2	0,8	87,1	10,1	2,8	83,1	10,8	6,1
2018	94,2	5,1	0,7	88,1	9,5	2,4	83,4	10,5	6,1

Aprov. = Aprovação Reprov. = Reprovação Aband. = Abandono

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A respeito da escola pública brasileira, um estudo feito por Pereira e Lopes (2016), no ano 2013, em escolas do Ensino Médio do município de São Carlos – SP, proporcionou uma reflexão importante sobre os sentidos atribuídos pelos jovens do Ensino Médio à escola. Uma descrição das autoras sobre o modelo de escola de foi o seguinte:

Quando nos referimos à questão do aprendizado e ao sentido atribuído para essa prática, consideramos o aprendizado mais sistemático, apostilado, além da ideia de um currículo com conteúdos obrigatórios, fragmentados e divididos em conteúdos programáticos, com uma carga horária preestabelecida para todos e que são definidos, principalmente, com foco nos exames de vestibulares e/ou mais atualmente no ENEM ¹¹ e, muitas vezes, desconsidera a realidade dos jovens estudantes (PEREIRA; LOPES, 2016, p. 205).

Essa descrição vai ao encontro de como a escola age na contemporaneidade. Os sentidos da aprendizagem são direcionados ao cumprimento de carga horária por disciplinas e também dos programas listados pelos professores nas matrizes curriculares. Nesse sentido, alguns aspectos tradicionais, responsáveis por provocar o afastamento do aluno, podem ser listados, como: a organização tradicional em fileiras, as saídas e entradas ao toque do sino e a pouca atenção aos anseios dos

¹¹ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Criado em 1998, o ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando, seja substituindo o vestibular.

jovens estudantes. Assim, as salas estão cheias de alunos. Entretanto, cada vez mais vazias de participação e de aprendizagem com significados.

A pesquisa de Pereira e Lopes (2016) corrobora a vontade dos jovens em aprender. De acordo com os pesquisadores, a ida à escola propicia a entrada na universidade e a conquista de um bom trabalho. No entanto, eles julgam a cultura científica importante, mas acreditam que não seja suficiente e que sua articulação com o conhecimento de caráter popular (a partir dos saberes que os jovens já detêm) se faz necessário. Dessa forma, a cada ida à escola, os jovens criam novos sentidos para a sua permanência naquele ambiente.

Para Dayrell (1996), o conhecimento escolar se torna objeto, coisa, quando materializado nos programas e livros didáticos. Dessa forma, o ensinar torna-se transmitir esse conhecimento acumulado e aprender torna-se assimilá-lo. A ênfase dada está centrada nos resultados que a aprendizagem proporciona, sendo valorizadas as notas e as provas. Assim, a finalidade da escola se reduz ao passar de ano. O autor complementa, ainda, que há uma homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas para todos os alunos. A diversidade entre eles é perceptível apenas pela ótica cognitiva, quando são comparados entre o bom e o mau aluno, o esforçado e o preguiçoso, o obediente ou o rebelde. Para Dayrell (2007, p. 1118): “[...] a escola, por si só, não consegue responder aos desafios da inserção social dos jovens, tendo poder limitado na superação das desigualdades sociais e nos processos de emancipação social”.

Com isso, práticas cotidianas, nas quais os estudantes são submetidos a experiências que os veem como parte de uma homogeneidade, tentando encaixá-los em “padrões” em que tudo pode ser mensurado, ocorrem diariamente em grande parte das instituições públicas brasileiras. Diante desse contexto, é importante considerar que boa parte dos docentes tornaram rotina o seu modo de tratar o aluno. Ao analisarmos os problemas que cercam a escola, podemos nos deparar com inúmeros. Práticas comuns, observadas no tratar do professor-aluno, são as de assédio (moral ou sexual). O mundo escolar está cercado por fatores que influenciam negativamente a permanência do jovem na escola.

Diante do conteúdo exposto ao longo desta seção, é interessante atentar-se para o fato de que há questões sociais que também têm influenciado as movimentações que favorecem o abandono/ evasão nas escolas. Fatores associados à violência, bem como a venda e uso de drogas, dentro e fora das unidades de ensino,

têm-se tornado frequente. Esta é uma “guerra” da qual os gestores não têm conhecimento ou possuem receio de manifestar oposição.

A prostituição, por parte de garotas, e a gravidez na juventude, muitas vezes, as obrigam a deixar os bancos escolares. Cita-se, além disso, o *bullying* entre os estudantes e a ocorrência cada vez mais frequente de doenças emocionais que, em alguns casos, levam ao suicídio e à automutilação. O uso frequente de aparelhos *smartphones* também tem repercutido negativamente no trabalho dos professores, especialmente diante das doenças (vícios), vinculadas ao uso de tecnologias.

No que se refere às mais variadas possibilidades que influenciam a ocorrência do abandono, a análise de Soares et al (2015), acerca do efeito sobre a taxa de abandono, aponta, principalmente, que:

O efeito da condição socioeconômica – já exaustivamente apontada pela literatura como capaz de influenciar no desempenho – confirma-se nos resultados [...], ao se observar que, quanto mais alta for a condição socioeconômica, menores serão as taxas de risco de abandono. Outro fator determinante que se confirma é a gravidez, que, neste grupo de entrevistadas, aumentou as taxas de abandono em 352% (SOARES et al, 2015, p. 768).

Diante do referencial apresentado, torna-se essencial selecionar o instrumento de pesquisa que identifique dados aproximados sobre a realidade vivenciada pelos alunos da escola em estudo, tanto nos momentos de aulas, quanto nas vivências fora dela, no contexto familiar ou de trabalho, que possam contribuir com o desejo dos de abandonarem seus estudos.

Estabelecer um diálogo mais próximo com alunos e gestores, por meio das entrevistas, é uma ferramenta riquíssima para entender os motivos que os ameaçam ou já ameaçaram levá-los ao abandono escolar. Por meio delas, é possível entender as ações já desenvolvidas pela instituição, no tocante ao assunto. A partir de tal coleta, portanto, há o arcabouço necessário para que sejam traçadas estratégias de prevenção ao abandono e à evasão escolar. A seção seguinte aborda pesquisas sobre a problemática em estudo na rede estadual de ensino do Ceará.

3.2 AS PESQUISAS SOBRE O ABANDONO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DO CEARÁ

O Estado do Ceará tem se colocado como exemplo no cenário educacional brasileiro, e suas políticas de educação apresentam um melhoramento na qualidade da educação sob vários aspectos. Dentre eles, é possível citar: a evolução no número de crianças alfabetizadas na idade certa, o expressivo número de jovens que saem do Ensino Médio para a universidade e a queda nos índices de abandono escolar, os quais, em 2018, chegaram ao seu menor índice (5,0%).

A rede pública estadual de ensino vem apresentando uma redução histórica de abandono escolar no Ensino Médio. Na última década, a queda foi de 16,4% (2007) para 6,6% (2017). Com esse resultado, 105 instituições de ensino cearenses apresentaram abandono zero. Destas, 89 são de Educação Profissional, 15 de Ensino Regular e uma indígena. A partir de disso, confirma-se a importância das escolas de tempo integral, como alternativas para a redução do abandono, uma vez que abarcam a grande maioria (84,7%) das escolas com número “zero” em abandono, em 2017.

Dados obtidos no Portal do Governo do Estado, no ano de 2019, informam que outro dado importante é o percentual de aprovação, que parte de um cenário de 74,7% e chega a 90,1% de aprovados na rede pública estadual no Ensino Médio, em 2018. As taxas de reprovação também recuam. Em 2007, ela representava 8,9% e, em 2018, 5%. Isto demonstra que o Ceará tem conseguido alçar voos capazes de reverter situações negativas em seu histórico de fluxo escolar.

De acordo com o portal do Governador do Estado do Ceará, um dos pilares “[...] nessa redução contínua da evasão escolar que o Ceará vem apresentando tem sido a política de criação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (CEARÁ, 2018b). No Ceará, das 722 escolas da rede pública estadual, dado atualizado pelo portal do Governo do Estado em 23/04/2018, 230 ofertam a jornada prolongada (111 de Ensino Regular e 119 de Educação Profissional). O Ceará é o 2º Estado do Brasil com maior número de Escolas em Tempo Integral e o 1º em números de Escolas Profissionalizantes.

A vice-governadora do Ceará, a educadora Izolda Cela, traz a seguinte fala a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido, na intenção de combater o abandono escolar:

Temos com os municípios um grande e renovado desafio de manter os baixos índices de abandono escolar. Para garantir a presença de nossos alunos nas escolas temos muito trabalho e a participação de toda a comunidade escolar é fundamental, fazendo com que os jovens vinculem à escola aos seus projetos de vida. São vários projetos que estão em andamento nas escolas e estes são realmente uma convocação a todos nós para que não haja abandono da escola, permitindo que os alunos de fato concluam o ensino médio e tenham a possibilidade de alçar voos mais altos. Não tenho dúvida de que estamos neste momento dando uma contribuição valiosa para que tenhamos uma sociedade mais justa (CEARÁ, 2018e).

Com isso, observa-se que não só o trabalho de combate ao abandono escolar na rede estadual de ensino do Ceará tem obtido êxito, mas todas as políticas públicas de educação do estado, caracterizando-se assim como políticas de continuidade ao longo dos anos. Segundo o artigo intitulado “Política Educacional no Ceará”:

O círculo virtuoso de um bom governo cria não apenas condições que asseguram a sustentabilidade de iniciativas como também um cenário propício à inovação. A reconstrução de processos estratégicos à trajetória da política educacional cearense, permite constatar que nesta unidade federada foram criadas circunstâncias propícias à mudança, mediante o desenvolvimento de uma cultura de colaboração entre o Estado e os Municípios à qual se associaram outros ingredientes como a mobilização e a responsabilização. Percebe-se, nesse sentido, que, no caso do Ceará, como por certo também em outros contextos, a história importa (HOFF, 2011; TILLY, 2013). Tal constatação ilustra o potencial explicativo das teorias da governança e da dependência da trajetória para compreender os processos de formulação e implementação de políticas educacionais (VIEIRA; PLANK; VIDAL, 2019, p. 18).

Ainda sobre as ações de combate ao abandono escolar no Estado, uma ação importante nesse sentido foi o lançamento, em 2018, do Programa “Nem Um Aluno Fora da Escola”. Com foco na redução do abandono escolar, o programa tem o objetivo de investir em uma série de ações pactuadas com cada um dos 184 municípios cearenses, na intenção de garantir acesso e permanência de todas as crianças e jovens de quatro a dezessete anos na escola. Segundo informações do Portal do Governo do Estado do Ceará (2018c) sobre a funcionalidade do programa:

No primeiro eixo de atuação do programa, as prefeituras vão reforçar a atenção sobre grupos de estudantes que apresentam problemas que prejudiquem a permanência deles nas escolas. Serão utilizadas ferramentas de monitoramento da frequência e do desempenho acadêmico, como também programas de transição do Ensino Fundamental para o Médio e maior diálogo com o Conselho Tutelar do

município. Já no segundo foco, serão utilizados como instrumentos a Busca Ativa escolar pelos agentes educacionais, a constituição de uma rede de parceiros locais, ações voltadas para a permanência dos alunos reinseridos na escola, trabalhando o fortalecimento das competências socioemocionais.

Diante disso, constata-se que as ações possuem um cunho técnico. Por meio delas, o abandono escolar é prevenido a partir de monitoramentos da frequência, oferta do transporte, bem como a comunicação com o Conselho Tutelar. O pedagógico se apresenta também, uma vez que existe o fortalecimento do trabalho com as competências socioemocionais. Tais temáticas são trabalhadas pelo Professor Diretor de Turma, nas aulas de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais.

No entanto, nos municípios, o desenvolvimento dessas competências ainda não se apresenta de forma efetiva, já que parte da iniciativa de cada um deles. Assim, uns podem inserir esse trabalho em sua proposta curricular, outros, não. Contudo, nas escolas estaduais, isto já ocorre regularmente e tem obtido sucesso, uma vez que o Projeto Professor Diretor de Turma é a grande aposta do Ceará, no tocante à prevenção e combate ao abandono escolar em sua rede de ensino. Outras ações que fortalecem o trabalho, com vistas à diminuição do abandono nas escolas cearenses, partem da iniciativa das próprias escolas e são desenvolvidas conforme as suas demandas e realidades.

No intuito de fazer uma abordagem mais específica sobre a manifestação do abandono escolar, tanto no estado do Ceará, quanto em outros estados (São Paulo e Minas Gerais), alguns autores e pesquisas foram elencados. A seguir, é apresentado o Quadro 2 com o título de cada estudo, autores, objetivos e principais conclusões.

Quadro 2 – Pesquisas relacionadas ao abandono escolar em três estados: Ceará, São Paulo e Minas Gerais

(continua)

Textos	Autores	Objetivos	Principais conclusões
1. Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de Ensino Médio no Estado do Ceará	Pablo Urano de Carvalho Castelar, Vitor Borges Monteiro e Daniel Campos Lavor. Publicado no livro: Economia do Ceará em debate (2012)	Analisar as causas do abandono escolar nos municípios cearenses, utilizando uma base de dados que compreende 521 escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará, em três anos: 2008, 2009 e 2010. Para tanto, foi utilizado um modelo econométrico Probit ordenado.	Os resultados indicam que quanto maior o percentual de repetência na escola, maior será o percentual de abandono. Ademais, o número de docentes na escola possui uma relação inversa e estatística significativa para explicar este fenômeno. Ao mesmo tempo, quando um município possui percentuais consistentes de alunos frequentando as aulas na idade certa, menor será o abandono escolar. Além disso, quanto maior o número de alunos matriculados na escola, maior será o percentual de evasão escolar. Se o município da escola apresenta transporte que leve os alunos da zona rural para a escola, menor será o abandono escolar. Quanto maior o PIB do município e maior a criminalidade, maior será o abandono escolar, assim como o fato de uma escola estar localizada na Região Metropolitana. Tais resultados corroboram, de uma forma geral, a literatura existente.
2. Determinantes da evasão e repetência escolar	Maitê Rimekká Shirasu e Ronaldo de Albuquerque e Arraes Publicado pela Revista Econômica do Nordeste (2015)	Identificar os determinantes da evasão e da repetência escolar no Ensino Médio, a partir de uma base de dados raros, em nível longitudinal no Brasil, contemplando escolas públicas do Ceará, no período 2009 a 2011	Constatou-se que o desinteresse pelos estudos e a persistência de repetência, em anos anteriores, são os fatores de maior influência no aumento das chances de o aluno abandonar a escola, além de o atraso escolar pela idade-série ditar a retenção dos alunos por um período mais longo. Não obstante as condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família, este benefício contribui como redutor das chances para a ocorrência de evasão e repetência escolar. Em vista do diagnóstico e considerando que essas escolas públicas possuem infraestruturas semelhantes, a intervenção dos educadores deveria estar fortemente direcionada à motivação dos alunos pelos estudos, através de medidas pedagógicas que os envolvam e os alertem efetivamente sobre os benefícios sociais e econômicos, advindos da acumulação de educação, a médio e longo prazos, tal como ocorre nos países desenvolvidos.

Quadro 3 – Pesquisas relacionadas ao abandono escolar em três estados: Ceará, São Paulo e Minas Gerais

(conclusão)

Textos	Autores	Objetivos	Principais conclusões
3. Práticas educacionais na escola associados ao abandono escolar no Ensino Médio público do Estado de Ceará em 2011	Julio Racchumi Romero e Kátia Liliane Alves Canguçu (2016)	Analisar as possíveis causas do abandono escolar, tendo como perspectiva as práticas educacionais na escola. Estas últimas possibilitam ter um ambiente de acolhimento e de convivência respeitosa entre os alunos e profissionais da escola.	Os resultados indicaram que a porcentagem de escolas com clima escolar Satisfatório é maior entre aquelas que possuem taxa de evasão escolar baixa. Ao mesmo tempo, entre as escolas com clima escolar Insatisfatório, a taxa de evasão é alta. Dessa forma, os dados confirmam que os alcances das práticas educacionais, na escola, podem estar influenciando na permanência do aluno. Nesse sentido, a gestão escolar tem como possível agenda de trabalho avaliar fatores intraescolares que afetam este problema.
4. O desafio do abandono escolar no Ensino Médio: análise das práticas de gestão do Projeto Jovem de Futuro em três escolas paulistas	Camila Iwasaki (2013)	Analisar o problema do abandono dos estudantes em três escolas públicas estaduais de Ensino Médio de São Paulo que adotaram o Projeto Jovem de Futuro. Este, por sua vez, foi realizado por meio de uma parceria entre o Instituto Unibanco e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.	Os resultados obtidos evidenciaram a necessidade de revisões no escopo do Jovem de Futuro, de modo a torná-lo mais aderente às necessidades das escolas. A partir da pesquisa, foi possível levantar algumas práticas de gestão que podem inspirar outras escolas a combater o abandono escolar no Ensino Médio.
5. Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na Escola Estadual Antônio Martins do Espírito Santo nas taxas de abandono do Ensino Médio	Lilian Franco da Silva (2017)	Investigar, a partir da melhoria dos dados, até que ponto as intervenções pedagógicas contribuíram para a diminuição do abandono escolar no Ensino Médio na AMES, no período de 2012 a 2015.	Observou-se que a maioria dos alunos, de todos os grupos, é formada por trabalhadores, o que os torna, potencialmente, mais vulneráveis ao abandono. A análise ainda chamou a atenção para o trabalho escolar que vinha sendo feito, visto não ter ele objetividade e nem demonstrar a sua intencionalidade, no que se refere à intervenção no abandono escolar.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Diversos estudos têm buscado causas e consequências que justifiquem os altos índices de abandono e evasão escolar nas escolas da rede pública, buscando quais os motivos primordiais que causam esses fenômenos. A evolução nas teorias tem sido constante e, apesar dos resultados frequentemente apresentarem diferenças, tem-se observado ultimamente certa convergência nas conclusões.

Castelar, Monteiro e Lavor (2012), no texto “Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no estado do Ceará”, em que foram pesquisadas 521 escolas do Ensino Médio da rede pública do Estado do Ceará nos anos de 2008, 2009 e 2010, apresentam conclusões importantes a respeito da temática “abandono escolar”. Segundo os autores, quanto maior os percentuais de repetência na escola, maiores serão os números de abandono. A esse respeito, eles afirmam que: “[...] ainda que os alunos repetentes não sejam, necessariamente, os mesmos que abandonam, um número elevado de reprovações é um indicativo da qualidade da escola e seus docentes”. (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012, p. 51). Nesse sentido, Romero e Canguçu (2016, p. 3) também afirmam que “a reprovação do aluno aumenta a probabilidade de abandonar a escola”. O número da matrícula também exerce influência sobre o abandono, uma vez que quanto maior ele for, maior também será o abandono da escola.

Em uma escola pequena, os porteiros, fiscais, secretários, professores e diretores conhecem praticamente todos os alunos por nome, se um aluno falta a aula fica fácil identificá-lo e telefonar para os pais. Em uma escola maior, esta atenção com o estudante torna-se cada vez mais complexa e improvável (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012, p. 49).

Outros fatores que contribuem com/ para a elevação dessas taxas são: o valor do Produto Interno Bruto (PIB) local, a criminalidade na região em que se localiza a escola e a região geográfica na qual ela está inserida. Nesse sentido, se a escola estiver localizada em região metropolitana, maiores serão seus percentuais de abandono escolar. No tocante a isso, a pesquisa revela que, no período verificado (2008 – 2010), os percentuais de abandono das escolas pertencentes a cidades com mais de 100 mil habitantes foram maiores do que os das escolas localizadas em cidades com menos habitantes (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012, p. 44-45).

A afirmação de que quanto maior o PIB de um município, maior será o abandono escolar de suas escolas se explica, segundo os autores, por meio do seguinte argumento:

[...] municípios com maiores taxas de crescimento apresentam mais oportunidades de emprego. Considera-se notória a necessidade de diversos alunos do sistema público de ajudarem suas famílias financeiramente e, [...] entre o benefício futuro da educação e o custo de oportunidade no presente de frequentar a escola torna tal relação compreensível (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012, p. 51).

Assim, detém-se que os municípios com maiores valores no PIB são aqueles em que, também, há maior oferta de emprego. A partir da necessidade de ajudar a família em seu sustento, os jovens acabam deixando a escola em busca dessas oportunidades.

Sobre as questões em torno da criminalidade, a pesquisa comprova que está associada aos números do abandono na escola. Nesse sentido, os autores acrescentam a observação de que:

[...] correr risco de violência na região que frequenta a escola é um desestímulo ao aluno e suas famílias. Por outro lado, o mundo da criminalidade, infelizmente, também absorve muitos desses jovens, seja pelo envolvimento com drogas ou outras atividades ilícitas (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012, p. 51).

O trabalho dos referidos autores também revela ocorrências de que, quanto maiores elas se apresentam, em números, menores são os índices de abandono da escola. As conclusões a esse respeito revelam que: quanto maior o número de docentes na escola e o número de alunos na idade certa por série, menor é o número de alunos que abandonam. Ainda de acordo com os autores: “o número de docentes na escola possui uma relação inversa com o abandono, ou seja, quanto maior a quantidade de professores na escola, menor a quantidade de alunos que irão abandonar”. (CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012, p. 51).

Outra constatação é que se há oferta de transporte escolar para todos os alunos que vêm da zona rural, menor também será o percentual de abandono da escola. Isto vai ao encontro de que a garantia de acesso à escola não garante a permanência do aluno na escola. Contudo, ela contribui significativamente para com a mesma.

Shirasu e Arraes (2015), através da pesquisa “Determinantes da evasão e repetência escolar”, realizada com escolas públicas do estado do Ceará, na intenção de identificar os determinantes da evasão e da repetência escolar no Ensino Médio, no período de 2009 a 2011, indicam respostas para as possíveis causas da evasão e repetência no estado. A pesquisa faz, inicialmente, uma ressalva sobre as políticas educacionais implantadas no Estado do Ceará, com vistas à diminuição das taxas de evasão e repetência. Segundo Shirasu e Arraes (2015, p. 119):

O Ceará, por exemplo, apesar de ser um estado pobre, cujo PIB situa-se na mediana nacional, tem adotado estratégias focadas na melhoria da qualidade de suas escolas e na redução das taxas de evasão e repetência, através das seguintes políticas: aumento do número de escolas em tempo integral, parceria com as indústrias locais para o fornecimento de estágio remunerado aos alunos, campanhas para melhorar a infraestrutura das escolas, qualificação dos professores e programas de incentivos aos gestores, professores e alunos.

Nesse contexto, é possível afirmar que, apesar dos problemas que cercam a educação cearense, o Estado tem tentado combatê-los, através de inúmeras ações. Dentre elas, é possível citar: a ampliação ao número de escolas em tempo integral e os programas de incentivo aos gestores, professores e alunos.

No tocante aos resultados da pesquisa, Shirasu e Arraes (2015) apontam o desinteresse pelos estudos e a repetência escolar como os principais fatores que aumentam as chances de o aluno abandonar a escola. Além desses, a distorção idade-série também provoca a elevação dos percentuais de evasão e está diretamente relacionada à repetência, uma vez que o aluno que é reprovado repete a mesma série anterior, mas com idade mais avançada. A partir do desinteresse pelos estudos, os autores afirmam que: “[...] os alunos com maior risco de repetir e/ou evadir são aqueles que já repetiram alguma série, estando com pelo menos dois anos atrasados em relação ao que seria considerado ideal para sua faixa etária (SHIRASU; ARRAES, 2015, p. 133).

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de um olhar direcionado àquele aluno que repete, e os motivos que os levam a esse caminho. O trabalho no Ensino Fundamental, direcionado às possibilidades ou não de efetivação das aprendizagens, faz-se necessário. É importante descobrir caminhos viáveis e significantes para a permanência do aluno na escola, considerando, principalmente, o seu direito de aprender.

“Isso sugere que o Estado deve direcionar sua política educacional mais nas necessidades do aluno por meio do monitoramento da vida escolar daqueles com maior risco de repetir ou evadir” (SHIRASU; ARRAES, 2015, p. 134). Tal ação é relevante, uma vez que as políticas de não-repetência podem contribuir para que o aluno não abandone a escola, mas não necessariamente contribui para a melhoria de seu desempenho educacional. A pesquisa de Shirasu e Arraes (2015) aponta, ainda, o Programa do Governo Federal Bolsa Família como um programa que tem contribuído, tanto para a redução dos índices de evasão, quanto aos de repetência.

O trabalho desenvolvido por Romero e Canguçu (2016), intitulado “Práticas educacionais na escola associados ao abandono escolar no Ensino Médio público do Estado de Ceará, em 2011”, teve como base os alunos das escolas públicas de Ensino Médio do Estado de Ceará. Tais instituições foram avaliadas pelo Spaece, em 2011. Ademais, foram analisados os dados de indicadores educacionais, do mesmo ano, disponibilizados pelo INEP. A avaliação se propôs a entender as possíveis causas do abandono escolar, tendo como perspectiva as práticas educacionais na instituição, que possibilita ter um ambiente de acolhimento e de convivência respeitosa entre os alunos e profissionais da escola.

A pesquisa apresenta a confirmação de que os alcances das práticas educacionais podem estar influenciando na permanência do aluno. Pode-se afirmar isso, uma vez que, dentre as instituições de ensino pesquisadas, em que o clima escolar se apresentava como “insatisfatório”, as taxas de evasão eram mais altas; e naquelas em que o clima era tido como “satisfatório”, as taxas eram mais baixas (ROMERO; CANGUÇU, 2016, p. 2).

Romero e Canguçu (2016) relacionam as possibilidades de evasão escolar a questões internas e externas à escola. Como fator externo, os autores apontam as desigualdades sociais e problemas da criança com a família e, como fatores internos, a própria escola. Segundo os autores:

[...] os impactos de fatores associados à própria escola, embora menores que das variáveis externas à escola, são suficientemente altos para provocar mudanças na trajetória escolar do aluno. Isso significa que a escola pode fazer diferença na vida dos alunos, produzindo um aprendizado superior ao esperado e permanecendo na escola, independentemente das diferenças socioeconômicas e culturais entre eles (ROMERO; CANGUÇU, 2016, p. 4).

Para os autores, as atitudes da escola diante de seus estudantes, e isso inclui gestores, professores e funcionários, têm o poder de mantê-los ou afastá-los desse espaço. Tal concepção vai ao encontro da ideia de que nas instituições em que existe “[...] um clima escolar saudável, em que predomina um relacionamento harmonioso e de respeito, os alunos se saem melhor nos estudos e decidam permanecer na escola.” (ROMERO; CANGUÇU, 2016, p. 5).

Na intenção de observar as influências das ações escolares, em uma perspectiva de combate ao abandono no ensino médio, a dissertação de Camila Iwasaki (2013), intitulada **O desafio do abandono escolar no Ensino Médio**: análise das práticas de gestão do projeto jovem de futuro em três escolas paulistas, possibilitou evidenciar a necessidade de revisões no escopo do Projeto Jovem de Futuro naquelas instituições. Identificou-se que é importante torná-lo mais aderente às necessidades das mesmas. Além disso, procurou-se levantar algumas práticas de gestão que podem inspirar outras escolas a combater o abandono escolar no Ensino Médio. Nessa perspectiva, a autora traz uma breve “definição” de como o Ensino Médio pode ser visto nos dias atuais. Segundo Iwasaki (2013, p. 111):

[...] o Ensino Médio está estagnado e seu modelo de oferta não surte os efeitos desejados frente às demandas e aos desafios da sociedade atual. A escola, hoje, se vê desafiada como a instituição responsável por fortalecer o ideal democrático da sociedade brasileira, consolidado com o processo de redemocratização deflagrado com a Constituição Federal de 1988. Porém, ainda caminhamos na estruturação da própria democracia.

A partir dessa crítica, a autora apresenta os desafios do processo de massificação que a escola pública vem enfrentando ao longo dos anos. A pesquisadora ressalta, ainda, que a entrada em massa da população em idade escolar nos recintos escolares não foi acompanhada por um investimento financeiro equivalente ao sucesso de sua implementação. Dessa forma, tal realidade tem influenciado diretamente no fracasso não só dos estudantes, mas, principalmente, das instituições de ensino. Nesse contexto, a autora aponta as atuais “deficiências” da escola pública, constatadas em sua pesquisa. Para a autora:

[...] a escola não consegue ser atrativa e interessante para muitos alunos nem tampouco levar em consideração as necessidades e a realidade de todos e de cada um. A falta de institucionalização da escola pode ser percebida de várias formas no dia a dia de qualquer

gestor, como foi possível também constatar durante a pesquisa de campo: no imprevisto da organização da escola, na falta de divisão do trabalho, na relação conflituosa entre os diferentes atores escolares – gestores, alunos, professores, na violência escolar, na falta de identidade da escola e do projeto de Ensino Médio como um todo. Os alunos não se identificam com a escola que aí está; os professores não se sentem participantes e envolvidos no ambiente escolar; a família está distante da escola e vice e versa (IWASAKI, 2013, p. 112).

Dessa forma, compreende-se a necessidade de a escola se tornar um ambiente organizado e condizente às expectativas de seus estudantes, uma vez que o clima escolar pode estar diretamente relacionado à permanência ou não dos discentes no ambiente escolar. Com relação às atitudes dos gestores, com vistas a solucionar os problemas de abandono, a autora reitera que:

[...] há diferenças visíveis na condução da gestão escolar, uma vez que há gestores que permanecem com o foco apenas no problema, em contraposição aos que buscam soluções e formas de enfrentamento das dificuldades encontradas no cotidiano escolar (IWASAKI, 2013, p. 142).

Nesse sentido, nota-se que, a partir da gestão, a busca pela resolução dos problemas se concretiza ou não. Assim, é importante que os gestores reconheçam a força que seu trabalho representa na resolução desses problemas e, principalmente, que, a partir de suas atitudes. O clima na escola pode se colocar favorável ou não à permanência de seus estudantes.

A análise dos trabalhos também nos leva à observação de pesquisas que se relacionam às possíveis falhas promovidas pela escola, durante o processo de condução da vida estudantil de seu grupo de discentes. Diante disso, a quinta e última pesquisa analisada tem como autora Lilian Aparecida Franco da Silva (2017) e é intitulada como **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na escola estadual Antônio Martins do Espírito Santo nas taxas de abandono do Ensino Médio**. Como resultado, o trabalho apresenta as seguintes constatações:

Diante das análises dos dados estabelecidas neste trabalho, constatou-se que os principais problemas apontados pela pesquisa foram: a) os alunos acham importante estarem inseridos em algum grupo de amigos; b) há falhas na implementação dos projetos de socialização, já que seus objetivos não são percebidos de forma clara por professores e alunos; c) as dificuldades nas disciplinas e as reprovações são percebidas como desmotivadoras para a

continuidade nos estudos; d) o apoio familiar acontece, mas de forma a não ser suficiente para garantir a permanência do aluno; e) os alunos decidem sozinhos pelo abandono (SILVA, 2017, p. 113-114).

A partir desse trabalho, confirma-se a necessidade de os alunos serem vistos e ouvidos. Constata-se, além disso, a visão que os alunos têm da escola como espaço de socialização. As dificuldades de aprendizagem e as reprovações são pontos determinantes à decisão do abandono, bem como a presença da família no processo educativo.

A confirmação de fatores que favorecem o abandono escolar como a distorção idade-ano, já vinda do Ensino Fundamental, aliada à reprovação, enfatiza a repetência como causa evidente para o abandono escolar. De acordo com Gomes Neto e Hanushek (1994, p. 2):

A evasão e a repetência escolar são fenômenos interligados e a combinação deles tem sido identificada como uma das principais falhas do sistema educacional brasileiro, em parte porque geralmente os índices que mensuram esses fenômenos são maiores no Brasil do que nos dos demais países, mas que ratifica a ineficiência dos gastos do sistema educacional brasileiro.

Assim, fica perceptível a distância que as escolas mantêm das reais necessidades de aprendizagem de seus alunos. Não podemos apontar culpados, mas o contexto em que os problemas surgem. A escola tem hoje como público-alvo jovens conectados a inúmeras tecnologias, todos estimulados pela indústria do consumo, participantes de uma sociedade em que os valores têm perdido espaço, diante dos mais diversos contextos sociais e econômicos pelos quais as famílias se inserem.

A violência também tem imperado os arredores da escola e sido motivo para o abandono de muitos alunos. A necessidade de trabalhar para ajudar a família também tem arrancado os jovens da escola. Enfim, são muitos os motivos. Nesse sentido, a escola, mesmo diante dessas adversidades, continua a ser guiada por meios tradicionais que não estimulam os estudantes a permanecerem.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de um Estudo de Caso, esta pesquisa adotou a metodologia quantitativa e qualitativa. Como uma pesquisa de abordagem qualitativa, foi utilizada a teorização de estudo de caso de Robert Yin. Segundo o autor:

[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

Nesse sentido, essa metodologia traz uma abordagem que proporciona o conhecimento das ações de combate às ocorrências de abandono escolar na unidade de ensino em estudo. Ademais, esclarece sobre como essas ações têm se desenvolvido e a eficácia que elas têm proporcionado (ou não) na diminuição aos índices do abandono. A partir desses dados, é possível pensar sobre ações que possam ser sugeridas, no sentido de aperfeiçoar as iniciativas que vão de encontro ao abandono na escola. Além disso, identificar os principais motivos que levaram os alunos da EEMCFR a abandonar os estudos também se faz necessário, uma vez que eles podem apresentar as suas percepções a respeito da instituição e de como ela se comporta, diante de suas necessidades de aprendizagem e permanência.

Além de consulta a fontes documentais, legislativas, portais oficiais do Governo Estadual do Ceará e Governo Federal, dentre outras, a pesquisa se utilizou dos seguintes instrumentos: entrevista com roteiro semiestruturado e questionário. Para tal, o contato com os atores (gestores e alunos), que fazem parte desse processo institucional, é essencial. O uso desses instrumentos metodológicos proporcionaram:

- a) a identificação de como a gestão pensa os fatores que causam o abandono, as possíveis alternativas para combatê-lo e como a escola pode acompanhar, monitorar e registrar as situações de abandono, bem como os alunos em risco;
- b) a identificação de como cada projeto ou ação, que visa minimizar ou combater o abandono na escola, foi pensada, organizada e implementada na rotina escolar;
- c) a identificação sobre o que os alunos alvos desses projetos/ ações pensam sobre sua implementação na escola e em que medida eles têm influenciado positivamente, ou não, na decisão de eles permanecerem na escola;
- d) a identificação sobre as ocorrências, intra e/ou

extraescolares, que motivaram alguns alunos a deixarem os estudos na instituição nos últimos anos e retornaram.

Os sujeitos da pesquisa compreendem três membros do Núcleo Gestor da escola: o Diretor (DE) e dois Coordenadores Escolares (CE1 e CE2); dez alunos que deixaram de frequentar a escola, entre 2013 e 2019, e retornaram no ano de 2019 ou 2020; e 11 alunos que deixaram de frequentar a escola nesse mesmo período, porém não retornaram mais. A estes será aplicado um questionário e àqueles serão realizadas as entrevistas com roteiros semiestruturado. Os instrumentos utilizados nessa pesquisa encontram-se nos apêndices desta dissertação.

Lakatos e Marconi (2003) definem pesquisa de campo como:

[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (...) Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186).

Os autores afirmam, ainda, que “[...] o interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 189).

Com isso, a pesquisa de campo deste trabalho fica delimitada e almeja uma aproximação empírica com a temática até o momento exposta, a partir dos registros coletados na instituição foco deste trabalho. Para tanto, a próxima seção deste capítulo trará o detalhamento dos resultados obtidos, bem como a análise reflexiva do trabalho que já vem sendo desenvolvido nessa escola, tendo em vista o combate ao abandono escolar.

Para a realização da entrevista foi elaborado um roteiro (Apêndice A), o qual foi previamente aprovado pela equipe de orientação da dissertação, que conta com 17 questões. As perguntas identificam a formação profissional e o cargo desempenhado pelos professores na gestão da escola, seus posicionamentos diante da temática abandono escolar, os desafios que a instituição enfrenta no tocante a isso e as ações de enfrentamento a esse problema, os quais os membros da equipe gestora vem adotando nos últimos anos no sentido de minimizar seus efeitos.

Segundo Miguel (2010):

A entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em seus mais diversos usos das Ciências Humanas, constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano (MIGUEL, 2010, p. 2)

Nesse sentido, investigar as ações e percepções que os gestores escolares da EEMCFR detêm, através do contato social, permite uma proximidade maior a informações sobre as vivências na rotina escolar que possam contribuir com a diminuição aos casos de abandono na instituição. Além do mais, oportuniza ao investigador refletir sobre essas práticas, bem como apresentar sugestões como forma de estratégias no intuito de ampliar as alternativas que buscam minimizar os índices de abandono da escola.

Assim, os entrevistados foram contatados pessoalmente e com antecedência, momento em que foram explicitados os objetivos da pesquisa e a importância da participação, sendo apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura, no qual, na data agendada para as entrevistas, uma via seria entregue ao gestor e a outra arquivada pela pesquisadora por um período de, no mínimo, cinco anos. As entrevistas foram realizadas entre os dias 18 de março e 20 de abril de 2020

Vale ressaltar que duas das três entrevistas foram realizadas pessoalmente. No entanto, a terceira foi feita através de chamada telefônica, tendo em vista o fato de um dos gestores residir em outro município e a data marcada ter coincidido com o período no qual a escola, e todo o Estado do Ceará, estava submetido ao distanciamento/ isolamento social, em virtude da pandemia do Coronavírus – Covid-19¹²). As entrevistas foram gravadas no aparelho *smartphone* da pesquisadora, transcritas no *Word* e enviadas por *e-mail* para a equipe de orientação da dissertação.

Como relatado anteriormente, a EEMCFR tem um Núcleo Gestor formado por quatro gestores, sendo um Diretor e três Coordenadores Escolares. Entretanto, eu, na pessoa de pesquisadora, faço parte atualmente deste grupo de gestores, não

¹² Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após casos registrados na China. A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

posso estar na condição de entrevistada. Nesse sentido, ficam justificada as três e não quatro entrevistas.

A primeira entrevista foi com dos Coordenadores Escolares (CE1) e aconteceu no dia 18 de março de 2020, às 11h35, na Sala da Direção da instituição. A professora ocupa atualmente a função de Coordenadora Escolar e está no cargo desde fevereiro de 2019. Ela é licenciada em Geografia e Pedagogia, com especialização em Geografia e Meio Ambiente e Gestão Educacional. Essa é sua primeira experiência como gestora, porém, iniciou sua experiência em docência em agosto de 2012, nessa mesma escola, onde foi Diretora de Turma por quatro anos e lecionou as disciplinas de Filosofia e Geografia.

A segunda entrevista foi realizada por chamada telefônica, no dia 23 de março de 2020, às 17h25, e teve como entrevistado mais um Coordenador Escolar (CE2). Licenciado em Pedagogia e Matemática, com especialização em Gestão Escolar, ele ocupa atualmente a função de Coordenador Escolar nesta unidade de ensino. Sua atuação como gestor na instituição iniciou-se em agosto de 2014. Sua experiência como gestor escolar teve início no ano 2002, quando atuou como Diretor Escolar por oito anos em outra escola da rede estadual de ensino do Ceará. A experiência em docência iniciou-se no ano 1998.

A terceira e última entrevista foi realizada com o Diretor Escolar (DE), de forma presencial, e ocorreu na instituição em estudo, mais especificamente na Sala da Coordenação Escolar, no dia 20 de abril de 2020, às 15h39. O entrevistado tem Licenciatura em Física, com especialização no Ensino da Matemática, Coordenação Pedagógica e em Gestão Pública. Atualmente, cursa o Mestrado Profissional em Física, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e ocupa o cargo de Diretor Escolar desta instituição de ensino desde julho de 2013. Sua experiência como gestor iniciou-se em 2008, nesta mesma escola, onde atuou na função de Coordenador Escolar até o período em que assumiu a Direção. Sua experiência em docência foi iniciada no ano 2001.

Além das entrevistas com os gestores, a pesquisa de campo buscou alunos que abandonaram a escola, entre os anos 2013 e 2019, e ex-alunos que se evadiram também nesse período. As entrevistas foram iniciadas no dia 05 de maio de 2020 e finalizada em 03 de junho de 2020. O questionário, que deveria ter sido aplicado individualmente ou em pequenos grupos, sofreu alteração em virtude da pandemia do Covid-19, que se espalhou pelo mundo, e aos decretos municipal (Croatá) e Estadual

(Ceará) que estabeleceram o distanciamento/ isolamento social como forma de prevenir a doença no município e no Estado no mesmo período da realização da pesquisa.

Dessa forma, os questionários (Apêndice A e B) destinados à aplicação aos alunos e ex-alunos, respectivamente, foram digitados e adaptados para o *Google Docs*, ferramenta digital utilizada na elaboração de questionários *online*. Assim, eles foram compartilhados, através do aplicativo *WhatsApp*, a 11 ex-alunos que se evadiram, entre os anos 2013 e 2018, e dez alunos que abandonaram a escola em anos anteriores, mas retornaram em 2019 ou 2020.

As tabelas, a seguir, apresentam a sistematização das principais informações escolares dos sujeitos entrevistados.

Tabela 15 – Membros do Núcleo Gestor da EEMCFR

Nome fictício	Ano em que iniciou sua experiência em docência	Ano em que iniciou sua experiência em gestão escolar	Ano em que passou a atuar na atual gestão da escola
(DE)	2001	2008	2013
(CE1)	2012	2019	2019
(CE2)	1998	2002	2014

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Tabela 16 – Jovens participantes da pesquisa sobre o abandono escolar

Nome	Sexo	Série em que está matriculado atualmente	Série em que estava matriculado ao abandonar os estudos	Ano em que abandonou a escola
AM-SILVA	FEM	3º ano	2º ano	2013
L-SILVA	FEM	3º ano	1º ano	2014
M-AQUINO	FEM	3º ano	3º ano	2014
C-SILVA	FEM	3º ano	2º ano	2015
E-SANTIAGO	MASC	1º ano	1º ano	2018
M-RODRIGUES	FEM	3º ano	2º ano	2018
AC-SILVA	FEM	3º ano	2º ano	2018
V-NASCIMENTO	MASC	2º ano	2º ano	2018
S-SOUSA	MASC	EJA – ano I	2º ano	2019
V-SILVA	FEM	EJA – ano I	2º ano	2019

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Tabela 17 – Jovens participantes da pesquisa sobre a evasão escolar

Nome	Sexo	Série em que estava matriculado ao deixar a escola	Ano em que estava matriculado ao deixar a escola
T-CRUZ	FEM	3º ano	2013
MJ-BEZERRA	FEM	2º ano	2016
AK-XIMENES	FEM	1º ano	2018
C-FARIAS	FEM	2º ano	2018
G-ALENCAR	MASC	3º ano	2018
JR-SILVA	MASC	1º ano	2018
K-SOARES	FEM	3º ano	2018
LR-FEITOSA	MASC	1º ano	2018
M-ARAÚJO	MASC	1º ano	2018
M-MELO	MASC	1º ano	2018
M-SILVA	MASC	1º ano	2018

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Apresentados os atores da pesquisa, na seção seguinte, será feita a análise dos dados, com base qualitativa e quantitativa, que permitirá conhecer o trabalho realizado pelos gestores da EEMCFR na busca pela diminuição aos seus índices de abandono, bem como a percepção que alunos e ex-alunos têm da escola e os principais motivos que os fizeram deixar/ voltar para esse ambiente educativo.

3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS

Esta seção apresentará a análise dos dados produzidos e obtidos a partir dos instrumentos de pesquisa, que teve a intenção de conhecer as percepções dos gestores da EEMCFR diante do abandono escolar e as estratégias de trabalho na busca pela diminuição aos índices de abandono da escola. Pretende-se ainda compreender os fatores que motivaram jovens que já abandonaram ou evadiram-se da unidade escolar, em determinado momento, após a chegada ao Ensino Médio.

A seguir serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas com os gestores da EEMCFR e a análise às respostas obtidas nos questionários aplicados no grupo de alunos com experiência de abandono (GRUPO AB) e ao grupo de ex-alunos que também abandonaram e hoje se encontram em situação de evasão (GRUPO EV). Tal análise está subdividida em quatro subseções com os seguintes temas: a percepção dos gestores a respeito do abandono escolar; a sistematização dos dados do abandono na escola; as ações com possíveis influências sobre as taxas de abandono; e as percepções de alunos e ex-alunos da EEMCFR, que passaram

pela experiência de abandono, seu olhar sobre a vida acadêmica bem como os fatores determinantes para a sua permanência ou não no ambiente escolar.

3.4.1 O abandono escolar sob a visão dos gestores da Escola de Ensino Médio Flávio Rodrigues

A conversa acerca da temática abandono escolar é iniciada e os gestores são convidados a falar sobre o histórico de ocorrências na instituição nos últimos anos, tendo em vista que:

Esse é um tema que não tem passado despercebido pelos estudiosos das ciências sociais. A evasão e o abandono são aspectos da falta de engajamento dos jovens nas atividades escolares e uma grande quantidade de informação sobre a incidência desse fenômeno vem sendo acumulada, além de uma infinidade de estudos que buscam identificar seus determinantes e consequências (BARROS, 2017, p. 3).

Nesse sentido, cada gestor posicionou-se a respeito dessas ocorrências, havendo, assim, um equilíbrio nas considerações feitas por eles. A partir do questionamento, o Diretor Escolar (DE) explicou que, ao assumir a gestão, já existia um histórico de evasão considerado alto e acrescentou que antes de ser Diretor, foi Coordenador Escolar. O Núcleo Gestor (NG) já vinha nessa perspectiva, conseguindo baixar essa média ao longo dos anos. Segundo o Diretor:

Quando assumi a Direção da escola, diante do cenário que a gente tinha, a gente traçou algumas metas para que a gente conseguisse diminuir a evasão escolar. E quando nós observarmos os dados hoje da escola, em parceria com toda a comunidade escolar, é perceptível que nós conseguimos reduzir a evasão escolar, embora eu ainda considere alta, porque a escola ideal, desejada por nós, é uma escola que não tenha evasão. Então, por mais que a gente tenha conseguido diminuir a evasão escolar, ela ainda é presente na nossa escola (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

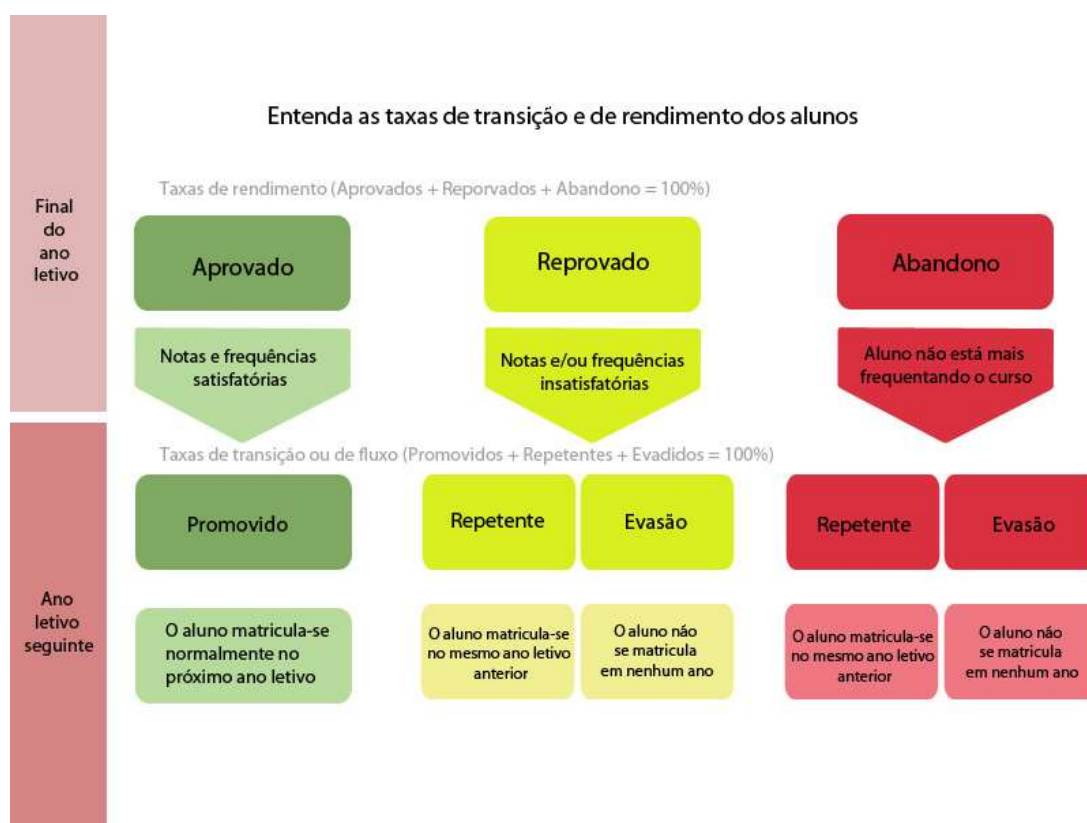
A fala apresenta a preocupação que as últimas gestões da escola têm manifestado no intuito de que seus alunos permaneçam até a conclusão do Ensino Médio. Entretanto, mostra também a perspectiva que grande parte dos educadores (professores e gestores) têm a respeito do aluno que deixa de frequentar a escola, a de que isso é uma evasão. Nesse sentido, é importante salientar que os conceitos de

evasão e abandono são próximos e as próprias definições de instituições oficiais que regem a educação do país deixam dúvidas a respeito de seus significados. A respeito desses conceitos, Silva Filho e Araújo (2017) apontam que:

[...] é necessário ter como eixo a compreensão de suas dimensionalidades dentro da educação brasileira, pois as causas se apresentam como desagregadoras da educação em todas as regiões do país. Suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa de “evasão e abandono escolar”, uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público (SILVA FILHO, ARAÚJO, 2017, p. 36).

Ao longo da conversa com os três gestores, muitas falas que se referem ao abandono serão tratadas como evasão e vice-versa, talvez pela própria subjetividade que essas questões trazem. O fato é que ainda há dúvidas na aplicabilidade dos conceitos. Nesse sentido, é importante enfatizar novamente a diferença entre essas duas situações que são recorrentes na educação pública brasileira. A Figura 2 apresenta uma visão mais ampla a respeito dessas diferenças.

Figura 2 – Taxas de transição e de rendimento dos alunos



Fonte: QEduAcademia (2020).

Assim, compreende-se que, quando o aluno deixa de frequentar a escola, mas retorna à matrícula no ano seguinte, esse é um caso de abandono. Se o aluno deixa de frequentar a escola, mas não retorna à matrícula em ano posterior, é um caso de evasão.

Ainda sobre os históricos de abandono na escola, o Coordenador Escolar 1 (CE1) deixou evidente, em sua fala, que há alguns anos a escola apresentava um quadro crítico a respeito do abandono, mas, nos últimos anos, esse número tem diminuído.

Segundo os Coordenadores Escolares (CE1 e CE2), os fatores que mais tem contribuído para que isso ocorra são: o uso de drogas ilícitas e lícitas, como bebida alcoólica, por parte dos alunos; viagens a outros Estados do país no intuito de trabalhar para ajudar no sustento da família; o mercado de trabalho local, em que muitos são trabalhadores; e o déficit de aprendizagem de parte dos alunos que chegam à escola. Além desses fatores, foram citados também a gravidez na adolescência e a falta de estrutura familiar por parte das famílias dos estudantes. A respeito desses últimos, podemos conferir trecho da fala de um dos Coordenadores Escolares que detalha situações enfrentadas por estudantes que engravidam, em idade escolar, diante de suas famílias:

[...] elas engravidam muito cedo, e aí [...] se faz necessário abandonar a escola pra poder desempenhar seu papel como mãe e, como eu disse, são adolescentes que, muitas vezes, a família não aceita e, quando aceita, [...] elas já colocam que não aceitam elas continuarem os estudos, [...] porque, do contrário, não vai estar cuidando, ajudando a cuidar do filho, pra que elas possam frequentar. Então falta esse apoio da família (COORDENADOR ESCOLAR 1, 2020)

No tocante às interferências dos fatores elencados pelos gestores anteriormente, Silva Filho e Araújo (2017) afirmam que:

Fatores intrínsecos e extrínsecos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 39).

A fala dos gestores nesse sentido confere com a realidade vivenciada por grande parte das escolas públicas do país, em que muitos problemas, tanto internos, como externos, têm favorecido o desligamento dos jovens da vida estudantil.

Sobre o ponto de vista dos gestores a respeito do Abandono Escolar, todos se apresentaram de forma preocupada com essas situações, não só na escola em que trabalham, mas em todas as escolas públicas brasileiras. Nas palavras do DE, é notória a preocupação e a consciência de que é um problema bem próximo. Vejamos a seguir sua fala a esse respeito:

O abandono escolar, eu considero uma mazela da escola pública, é um dos problemas que nós temos também na nossa escola. Nós temos muitos alunos que deixam de estudar por vários fatores e é um problema que assola não só a nossa escola, mas, eu acredito que boa parte das escolas públicas do Brasil (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

Segundo o CE2, esse fenômeno é um problema recorrente no qual as escolas conseguem até diminuí-lo ou minimizá-lo, mas sanar, não. Nesse sentido, “a escola tem que buscar meios, estratégias, plano de ação para tentar minimizar ao máximo para que o aluno não deixe a escola, não se afaste da escola” (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020). E Acrescentou ainda que esses são dados nos quais o gestor sempre terá que enfrentar e acompanhar, identificando os maiores problemas, no sentido de não permitir que se elevem, mantendo o controle sobre essas ocorrências.

De acordo com Pimenta (2012):

Um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas também permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações (PIMENTA, 2012, p. 101).

A partir dessa necessidade, percebe-se o empenho das escolas públicas no sentido de combater o abandono escolar através de ações que tentam resgatar no estudante a vontade de estar na escola. Sabemos, no entanto, que há muitas questões por trás desses históricos. A estrutura social na qual o jovem se insere, nos dias atuais, é desafiadora quanto às relações familiares e às oportunidades essenciais à sua formação pessoal e também profissional. E isso repercute negativamente na permanência do aluno na escola.

A respeito da existência de momentos de discussões sobre a temática abandono escolar pelos membros da comunidade, os gestores confirmaram que há espaços e momentos em que essa questão é discutida e refletida na escola por todo o ano letivo. O DE trouxe a seguinte fala:

[...] constantemente, a gente discute dentro dos planejamentos, dentro de reuniões, que é feito exclusivamente com os Professores Diretores de Turma, que tem como principal pauta a questão do acompanhamento da frequência do estudante, dentro da Semana Pedagógica e nos momentos oportunos, até mesmo no horário de intervalo, que a gente tem ali um contato com o professor, a gente tem, é, tocado nesses pontos, e nos momentos do conselho, dos conselhos de classe que a gente realiza (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

O CE2 também cita a Semana Pedagógica, encontro entre gestores e docentes para organização e planejamento do ano letivo em curso. Na oportunidade, são apresentados os resultados da escola referentes ao seu rendimento no ano anterior, bem como os estudantes que abandonaram a escola e os motivos pelos quais isso ocorreu. CE2 acrescentou ainda que outras discussões são realizadas a cada bimestre junto aos professores, na sala de aula junto aos estudantes, e também nas reuniões junto aos pais.

Já CE1 apresenta os Conselhos de Classe como os principais pontos de discussão dessa temática na escola e complementa ainda que, até 2019, o Conselho não se reunia a cada bimestre ou semestre. Mas, de acordo com orientações, a partir do 2º semestre do ano 2019, eles passaram a se reunir uma vez a cada período para discutir os problemas que os alunos enfrentam no dia a dia. Afirmou ainda ser um momento muito rico, pois são analisadas todas as turmas e, conseqüentemente, cada caso de abandono ou risco ao abandono é identificado nesses Conselhos, que contam com a participação dos Professores Diretores de Turma e demais professores da turma e também de um Coordenador Escolar.

CE1 Explicou também que os Conselhos que ocorrem nos bimestres são realizados nos momentos de planejamento dos professores, por área do conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática). Assim, já são apresentadas sugestões de como ajudar o aluno, no sentido de resgatá-lo, e tomar as decisões a respeito do abandono, bem como de outros assuntos também.

Ao refletir sobre seu próprio trabalho, o professor terá oportunidade de construir novas teorias, novos esquemas e novos conceitos, adquirindo um novo olhar pedagógico que se refletirá no espaço de sala de aula (PARANÁ, 2017, p. 18).

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização da escola, composto pelos professores, estudantes, pais, funcionários e equipe gestora (diretor, coordenadores, supervisores e/ou orientadores educacionais) da instituição, para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos, das turmas e séries, em períodos a serem decididos pela escola.

Ao refletir sobre o Conselho de Classe sob uma perspectiva crítica da história da educação, faz-se necessário abordá-lo como uma prática pedagógica voltada para o processo de gestão democrática. Portanto, diante de suas atribuições, o Conselho de Classe deverá conduzir a uma modificação das relações e, por ser uma instância colegiada, deve se preocupar com processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, revendo as relações pedagógicas alternativas e contribuindo para alterar a própria organização do trabalho pedagógico presente no Projeto Político-Pedagógico da escola (PARANÁ, 2017, p. 3).

Nesse sentido, parar para avaliar as práticas propostas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é uma forma de repensar as vias que ela tem percorrido no sentido de proporcionar uma aprendizagem significativa aos seus estudantes. Assim, é perceptível a abertura dos gestores da EEMCFR às discussões que giram em torno do abandono escolar nesse espaço de democrático de discussão. Segundo a fala dos entrevistados, há oportunidades contínuas e constantes em se tratar sobre essa temática na escola, tanto em momentos informais, como foi citado pelo DE, que os momentos de intervalos também são oportunidades para conversar a esse respeito com os professores, quanto em momentos formais, como os Conselhos de Classe e as reuniões de pais. Ademais, há de atentar-se também ao fato de que, até o segundo semestre do ano 2019, a frequência com que os Conselhos de Classe ocorriam era menor, mas que, conforme orientação da Regional, e de acordo com o CE1, a partir desse período, eles passaram a acontecer a cada bimestre.

Nota-se, no entanto, um ponto importante na fala dos gestores: a presença do Professor Diretor de Turma à frente de cada turma durante os Conselhos, uma vez que ele conhece os estudantes da turma pela qual é responsável e pode contribuir, junto aos demais professores, com informações mais restritas, que podem influenciar

de forma negativa o desempenho escolar. Nesse sentido, espera-se que essas oportunidades de tratar sobre o assunto abandono na escola possibilite não só reflexões, mas também mudanças em seu fazer pedagógico.

Em continuidade à temática, os gestores foram questionados sobre o público estudantil que se encontra mais vulnerável ao abandono, atualmente, na EEMCFR e quais os motivos, históricos ou dados que apontam para essas hipóteses. Nesse sentido, o DE traz, inicialmente, uma observação sobre a realidade de perfil por turno que a instituição possui:

Eu costumo dizer que a gente tem três escolas dentro de uma só, porque o público do turno da manhã possui características, certas características, perfil. [...] o turno tarde já tem outra característica, que é mais gente dos sítios, e o turno noite é frequentado justamente por aqueles estudantes que possuem, aí sim, a maior complexidade em termos de ter como estudar no turno manhã e tarde (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

A partir dessa observação, foi solicitado ao gestor que esclarecesse/detalhasse sua fala a respeito do perfil dos alunos que frequentam os diferentes turnos. Ele explicou que o turno manhã é frequentado por alunos que residem tanto na área urbana da cidade, quanto nos distritos. Acrescentou ainda que esses são estudantes em que os pais vivem do pequeno comércio, têm mais facilidade em se comunicar através das redes sociais, mais possibilidade em se reunir com colegas para estudar em grupo, tendo em vista que a cidade é pequena.

Já o turno tarde, para o DE, é frequentado por uma maioria de estudantes oriundos dos distritos do município que tem como característica de sobrevivência a agricultura, pecuária e horticultura. Nesse sentido, são estudantes que trabalham no contraturno, nesse caso, no turno manhã, e chegam à escola no turno tarde, depois de uma manhã de trabalho. Assim, eles chegam em casa após o trabalho e em seguida já seguem para a escola. E o turno noite é frequentado por aquele estudante trabalhador da área urbana da cidade e também dos distritos. O DE ressalta a complexidade deste último turno em virtude de, geralmente, esse estudante passar o dia trabalhando e ter que frequentar a escola à noite.

Dando continuidade, o DE afirmou que, se for realizado um levantamento a esse respeito, serão notados que há alunos pertencentes a estruturas familiares de grande carência, tanto em questões financeiras como afetivas. Há também, por

exemplo, algumas famílias em que a chefe da casa é a mãe, em virtude de o pai não se fazer presente nas responsabilidades, ou mesmo não estar presente na família, que é o caso das “mães solteiras”. Há situações de sobrevivência, uma vez que boa parte da população do município vive da agricultura de subsistência. Nesse sentido, muitos pais e filhos viajam para outras regiões do país em busca de oferecer o sustento à família, e os casos de jovens que, ao chegarem em idade escolar para o Ensino Médio, também começam a trabalhar, seja numa horta, seja num comércio local, seja como doméstica. Marques (1997) afirma que:

As análises mais frequentes sobre o processo de escolarização dos jovens, filhos de trabalhadores, evidenciam que a necessidade de trabalhar os força a abandonar a escola ou impede o seu acesso. [...] a necessidade de ajudar a família, aliada à pressão do consumo, além de outros fatores, impulsiona os jovens a procurar trabalho (MARQUES, 1997, p. 72).

Segundo o DE, tudo isso contribui para que esse estudante assuma algumas obrigações da vida adulta já no início de sua jornada estudantil nesta etapa escolar, resultando, muitas vezes, na decisão de desistir dos estudos. E reforça, de forma sintética, as características do público que hoje é mais vulnerável ao abandono na EEMCFR:

Um dos grandes fatores que faz com que o aluno, muitas vezes, não tenha o êxito de chegar e concluir o Ensino Médio é justamente aquele aluno de baixa renda, aquele aluno que passa por problemas em casa, problemas de estrutura familiar, ou seja, são aqueles estudantes de menor poder aquisitivo em que a família geralmente tem como principal meio de sobrevivência benefícios federais como o Bolsa Família (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

A pesquisa de Soares et al (2015, p. 768) aponta que “quanto mais alta for a condição socioeconômica, menores serão as taxas de risco de abandono”. Essa informação corrobora com a fala do DE, que considera como um dos grandes fatores que levam ao abandono na escola o aluno em situação de carência socioeconômica.

Ainda sobre os históricos ou dados que o faz acreditar nas hipóteses consideradas, o DE afirma que, a partir dos próprios levantamentos que a escola faz, a maioria dos estudantes que abandonam os estudos seguem esse caminho e, de acordo com sua experiência na gestão da escola, explica que isso ocorre:

[...] porque ele tem que escolher entre a escola e o trabalho, e esse trabalho porque, muitas vezes, ele quer ter um dinheirinho pra comprar alguma coisa, um celular, uma roupa, um calçado, e muitas vezes os pais não podem dar, a mãe também não pode dar, e aí ele tem que trabalhar, geralmente, é um trabalho na parte de horticultura e que exige que o estudante trabalhe o turno manhã e tarde, impossibilitando que ele frequente a escola (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

De acordo com Pimenta (2012), a decisão do jovem em trabalhar pode estar relacionada à liberdade que anseia: “Para eles, ser livres significa ter liberdade para tomar decisões sobre a própria vida; é ter autonomia em fazer uso do seu dinheiro, de comprar, de consumir os bens culturais que os identifiquem como jovens (PIMENTA, 2012, p. 130).

Nesse sentido, a pesquisa científica confirma que os apontamentos do DE são coerentes diante das situações que obrigam o aluno a abandonar a escola. O gestor apresenta o fator socioeconômico das famílias da região, que vivem basicamente da agricultura de subsistência, e a necessidade do jovem em ajudar os pais ou mesmo se autoafirmar como pessoa que é capaz de trabalhar e conseguir dinheiro para suprir suas necessidades pessoais, bem como a falta de estrutura familiar, como pontos cruciais no momento em que precisa decidir entre a escola e o trabalho.

Dando sequência à fala dos gestores diante desse questionamento, os Coordenadores Escolares se posicionaram de forma mais específica e ambos citaram o público dos 1º anos como os discentes mais vulneráveis ao abandono atualmente na escola. Entretanto, enfatizaram o 1º ano que funciona no turno noturno como uma turma que desperta a atenção, pois, segundo o CE2, é uma turma com nível de aprendizagem baixa, composta por estudantes oriundos de várias situações que se relacionam ao fracasso escolar, citando exemplos como: abandono em anos anteriores, outros são oriundos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Fundamental, dentre outras. E conclui sua fala, afirmando que:

[...] são várias situações que chegam à noite para estudar, não aquele ritmo com aquela organização e aquela vontade como a turma da manhã. Então, assim, a série que mais exige uma atenção maior, um aproveitamento melhor, é a turma de 1º ano, e, especificamente, o 1º ano da noite, [...] mas todas apresentam um pouco de abandono, até as turmas de 3º ano também apresentam, mas a que é mais incisivo, a que apresenta mais, são as turmas de 1º ano (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

A respeito dos dados/ históricos que sugerem essas hipóteses afirmadas anteriormente, o gestor explicou que são os dados, como a própria frequência escolar, que é passada em cada turma e a frequência feita pelo professor, que justificam sua fala. São dados que a gestão acompanha diariamente e contribuem para a identificação de alunos vulneráveis ao abandono a partir do grande número de ausências. CE2 acrescentou ainda que acredita na falta de perspectiva de futuro por parte desses alunos como fator para que isso ocorra. Citou também a faixa etária que, segundo ele, é bem avançada para a série. Há ainda pouca força de vontade para o estudo, “então, tem que ser um trabalho mais focado com a turma de 1º ano noite para que tenham um bom sucesso em relação à frequência e garantir o sucesso na permanência na escola” (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

De acordo com uma pesquisa realizada por Castro e Tavares Júnior, destacam-se as seguintes conclusões:

Em relação ao turno, observa-se que os casos de sucesso escolar estão alocados, principalmente, no turno da manhã (51,6%), noite (24,3%) e tarde (24,1%). Os casos de não sucesso escolar estão inseridos, em maiores proporções, no turno da noite (45,3%), manhã (31,8%) e tarde (22,8%). Isso pode indicar que a família, muitas vezes, permite que o filho estude de manhã, possivelmente dedicando-se somente aos estudos em detrimento do trabalho, pelo menos enquanto não for reprovado. O aluno que é reprovado tende a ir para o turno da noite, em muitos casos precisando trabalhar durante o dia. Nota-se que apenas 29,9% dos casos de sucesso trabalham, enquanto que 44,5% dos casos de não sucesso escolar trabalham. (CASTRO; TAVARES JÚNIOR, 2016, p. 252).

A análise dessa pesquisa corrobora com a fala do CE2 ao se referir ao noturno como um turno que abarca alunos que se relacionam com os mais variados problemas. Esses resultados mostram que, no turno noite, estão concentrados o maior número de estudantes oriundos do fracasso escolar, como a reprovação, e que, geralmente, esses estudantes contam com o peso desse fracasso e trazem consigo o cansaço acumulado de um dia de trabalho. Nesse sentido, fica claro a necessidade de um olhar mais específico aos estudantes desse horário uma vez que, até que eles cheguem à decisão de se matricular e frequentar o turno, muitos fatores, sejam internos ou externos à escola, já os marcaram em sua trajetória estudantil.

Para CE1, a justificativa desses apontamentos a respeito das turmas de 1º ano se devem ao fato da dificuldade de adaptação à nova escola e às novas disciplinas,

citando como exemplo as disciplinas Filosofia e Sociologia, que não constam na grade curricular do Ensino Fundamental. Além do mais, ressalta-se a convivência com colegas até então desconhecidos. A partir dessa dificuldade inicial de adaptação, o aluno pode deixar de frequentar a escola. Nesse sentido, a gestora afirmou ser esse um processo natural e, portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um trabalho voltado para o socioemocional do estudante, no intuito de que ele passe a ter um sentimento de pertença ao ambiente escolar para que, posteriormente, possa ser desenvolvido um trabalho com as competências cognitivas.

A fala da gestora é corroborada por Barros (2017). ao afirmar que:

[...] para que o jovem aproveite uma oportunidade e exista engajamento, é preciso que ele se sinta seguro, respeitado e acolhido. Quanto mais o jovem percebe que a escola e as atividades oferecidas ali foram idealizadas pensando nele e para ele e, no limite, entenda que a escola é dele, maior será sua motivação para se engajar e menores serão as chances de abandono e evasão. Assim, para que o engajamento aconteça, o sentimento de pertencimento é vital (BARROS, 2017, p. 82).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido com foco nas Competências Socioemocionais no Estado do Ceará, a SEDUC apresenta uma fala a esse respeito em seu portal. Vejamos:

O modelo de educação que visa à emancipação do ser humano, a partir da valorização das individualidades e da elaboração de um projeto de vida baseado nas experiências pessoais, vem ganhando força no Ceará [...] como parte da promoção de uma política pública de educação integral na rede”. A versão do Diálogos Socioemocionais que funciona na região é voltada a redes públicas de ensino que garantem em seus currículos disciplinas que trabalham específica e diretamente o desenvolvimento de competências socioemocionais (CEARÁ, 2018d).

Nessa perspectiva, o trabalho voltado para a formação integral do estudante foi incorporado às ações do PPDT no Estado, em que a disciplina “Formação para a Cidadania” passou a se chamar “Formação para a Cidadania e desenvolvimento de Competências Socioemocionais”.

O objetivo da proposta é possibilitar, de forma intencional e planejada, o desenvolvimento pleno de estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, preparando esses jovens para enfrentar os desafios

da vida no século XXI. [...] Desde o início do ano, essa proposta educacional está sendo oficialmente implementada em 630 escolas estaduais cearenses, como parte da promoção de uma política pública de educação integral na rede. A versão do Diálogos Socioemocionais que funciona na região é voltada a redes públicas de ensino que garantem em seus currículos disciplinas que trabalham específica e diretamente o desenvolvimento de competências socioemocionais. Atualmente, no estado, a iniciativa abrange 340.000 estudantes de turmas participantes do Programa Professor Diretor de Turma (PPDT) (CEARÁ, 2018d).

Assim, essa proposta metodológica parte com o intuito de preparar o estudante não apenas com conteúdo formal, mas também englobar noções de convívio, cidadania e autoconhecimento com base nos pilares da Autogestão, do Engajamento com os outros, da Amabilidade, da Resiliência Emocional e da Abertura ao Novo. A Figura 3, a seguir, descreve essas competências e as habilidades.

Figura 3 – As cinco macrocompetências e as 17 competências socioemocionais



Fonte: Blog Escola TMZ¹³.

Ao retornar à fala da gestora, ela traz uma justificativa ao apontar a turma de 1º ano do turno noturno como principal público propenso ao abandono. Segundo ela, isso ocorre pelo fato de os alunos do turno noturno provocarem o maior número de

¹³ Disponível em: <http://escolatmz.blogspot.com/2018/11/competencias-socioemocionais.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

desistências ao longo do ano. Justificou também o fato de a maior parte desses discentes ser maior de idade e exercer uma árdua rotina de trabalho, principalmente na agricultura, que é o principal meio de subsistência da região. Assim, ao chegar à noite na escola, esses estudantes já vêm bastante cansados e precisam ser estimulados a continuar frequentando às aulas, tendo em vista essa forte tendência à evasão. A entrevistada estende essas características não somente aos alunos da turma de 1º ano noturno, mas a todos os estudantes do turno. Como forma de comprovar esses fatos, CE1 afirmou que esses motivos são as principais justificativas que os alunos do turno noturno argumentam aos Professores Diretores de Turma nos momentos de abordagem sobre as frequentes ausências à escola.

Ela acrescentou à sua fala o caso de um casal, alunos do 3º ano noturno, que muitas vezes faltavam à escola pelo cansaço acumulado no dia – ela, dona de casa com filhos para cuidar, e ele trabalhador da agricultura, mais especificamente da horticultura. Geralmente, ele chegava em casa quase na hora de ir à escola e, devido ao cansaço do dia, não conseguiam cumprir as atividades encaminhadas para casa, nem tampouco tinham ânimo para ir à escola à noite. Outras situações também foram citadas pela CE1, como o caso de outros alunos que, além de chegarem atrasados, já para a 2ª aula, pedem para sair mais cedo. E continua:

[...] já teve caso de aluno pedir para sair mais cedo e quando é perguntando por que, diz que é porque está cansado, que teve um dia que não foi fácil, que trabalhou muito, e a gente percebe no semblante do aluno que realmente é isso que acontece e também já tivemos casos de alunos, de chegar e a gente perguntar o porquê que estava faltando, casos do 1º ano e dizer que é porque [...] não se sentia bem na turma que ele estava, porque ainda não tinha se adaptado (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020).

Os alunos do 1º ano, turno noturno, foram listados pelos Coordenadores como principal grupo de risco ao abandono escolar da EEMCFR atualmente. Os registros de rendimento dessa turma, no período de 2013 a 2018, apontam a seguinte situação:

Tabela 18 – Resultados de abandono da turma 1º ano – turno noite – 2013 a 2018

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10,1%	22,9%	11,55%	0%	34,6%	25,0%	27,8%

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da Secretaria Escolar (2013 a 2019).

A partir desses dados, constata-se que, nos últimos três anos, essa turma tem apresentado altos índices de abandono e que, de fato, pode ser considerada um grupo que desperta atenção. Diante de tal situação, o apontamento dos gestores faz sentido e reafirma a necessidade de um olhar específico às práticas pedagógicas e de gestão.

Os motivos que a caracterizam como uma turma de grande vulnerabilidade foram diversos. A maioria deles traz a impressão de que os estudantes do turno noturno são “culpados” pelo próprio fracasso escolar. Dentre as justificativas listadas pelos Coordenadores, estão: a) a faixa etária avançada dos alunos; b) o baixo nível de aprendizagem; c) a falta de perspectiva para o futuro; d) a falta de vontade para estudar; e) o fato de serem alunos que já reprovaram ou abandonaram em anos anteriores; f) a dificuldade de adaptação à escola; e g) o trabalho.

Para Soares et al (2015, p. 767):

Alunos com defasagem possuem mais chances de não estar na escola. De fato, cada ano de defasagem diminui o risco de permanência em cerca de 61%. Os que trabalham têm menos chance de estarem na escola (cerca de 44% do risco dos que não trabalham). Os jovens do sexo masculino têm risco de permanecer na escola 20% menor do que aquele das jovens. Filhos de mulheres mais velhas e com mais anos de estudo têm maiores chances de permanência na escola. Evidentemente, os de condições econômicas mais baixas têm menores chances de permanência (isso é capturado pelo modelo por meio das variáveis “anos de estudo do pai”, “luz” e “filtro” – ter luz elétrica e água filtrada). O risco de permanência é 40% menor para maiores de 18 anos.

A partir dessa perspectiva, pode-se compreender que parte dos problemas que os estudantes do 1º ano do turno noite enfrentam em seu dia a dia são comuns à maioria das escolas públicas noturnas do Brasil. O aluno que estuda à noite possui um histórico social complexo e, muitas vezes, vê na escola um lugar que possibilita as relações significativas.

O texto de Pimenta (2012, p. 118-119) indica que os jovens veem a escola como um espaço diferente, no qual a interação social é favorecida e onde, mesmo cansados da rotina de trabalho, muitos optam por estar, uma vez que o cotidiano dos estudantes é marcado por relações conflituosas, seja no trabalho, seja na própria família. A partir dessa necessidade, a escola, para eles, não representa um lugar de aprendizagem formal, mas de interação social cujas brincadeiras com os colegas aliviam o cotidiano tomado por inúmeras responsabilidades.

Assim, a partir dessa análise, pode-se compreender que as necessidades desse público são outras que se diferem das necessidades do aluno que frequenta os turnos matutinos. O perfil desses estudantes, sua vida extraescolar, é marcada por contextos em que a necessidade de trabalhar, as responsabilidades familiares e sua própria trajetória escolar, geralmente marcada pelo fracasso, dispõem nesses alunos uma carga a mais e que pode atrapalhar seu desempenho diante do processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, é perceptível as situações desafiadoras pelas quais esse público passa, bem como os desafios que a escola tem para alcançar a atenção desses estudantes e proporcionar-lhe uma educação de qualidade.

A fala da CE1, ao expressar a necessidade de um trabalho desenvolvido tendo em vista o fortalecimento das competências socioemocionais desses estudantes de 1º ano, confirma-nos a prevalência de sensibilidade, por parte dos gestores, frente às necessidades estudantis desse público. Diante das características expostas pelos Coordenadores, esse público requer um olhar diferenciado, tanto por parte do Núcleo Gestor da escola, quanto pelos professores, uma vez que é nessas fragilidades que as ameaças do fracasso escolar, por meio da reprovação, abandono ou evasão, instalam-se, afastando-os cada vez mais dos propósitos da escola.

O trabalho também é ressaltado pelos gestores. A rotina dos estudantes trabalhadores e pais de família tem contribuído para a pouca disposição em ir à escola, e também foi citada por dois dos três gestores. “Entre esses jovens, o trabalho, ao mesmo tempo em que os coloca numa situação de explorados, possibilita a afirmação de sua identidade” (MARQUES, 1997, p. 71). Diante dessa realidade,

[...] o trabalho e a construção do saber na escola têm que reconhecer a existência desse sujeito, para o qual a relação entre passado, presente e futuro é bastante diferente da que a escola sempre se propôs a articular. A categoria tempo é muito importante para a compreensão do universo juvenil (KRAWCZYK, 2011, p. 765).

O texto de vários autores, organizado por Pimenta (2012, p. 115), traz a reflexão de que qualquer proposta que se voltar para a escola noturna só será viável se for considerada a dupla condição de perfil pertinente ao seu público: o de jovem e o de trabalhador. Para tanto, faz-se necessário o reconhecimento, por parte dos gestores e professores, de que esse público vem de experiências bem diferentes dos estudantes que frequentam os demais turnos. Assim, as condições de ensino e a aprendizagem também devem propor situações de ensino e aprendizagem que vão

ao encontro dos anseios desse público, “[...] é preciso realmente conhecer esse jovem na sua condição de trabalhador, decifrar suas angústias, esperanças, expectativas e sonhos” (PIMENTA, 2012, p. 115).

A partir dessas informações, fica o desafio para os gestores em pensar ações inovadoras que possam tornar a escola do turno noite mais acolhedora e condizente com a realidade de seu público. Ademais, a comparação dos estudantes desse turno com os demais é desaconselhável, uma vez que suas especificidades superam àquelas vistas como padrão. Assim como a sala de aula de aula é composta por diferentes alunos, a escola também é composta por turmas que se diferem. Nesse contexto, é missão dos gestores o trabalho de identificação e o planejamento de ações viáveis aos mais diversos grupos de estudantes, principalmente os estudantes da turma de 1º ano do turno noite.

Na subseção seguinte, serão apresentadas as formas pelas quais os dados do abandono na EEMCFR são sistematizados.

3.4.2 A sistematização dos dados produzidos

A partir da necessidade de conhecer e compreender os meios que a instituição de ensino utiliza na coleta de dados sobre a vida escolar de seus estudantes, a forma como é feita a sistematização de dados sobre o abandono na EEMCFR também foi abordada durante as entrevistas. Para Ribeiro (2013):

Dentre os benefícios resultantes da organização em um sistema de gestão escolar destacam-se a rapidez, nos processos dos mais variados aspectos e na resposta aos interessados de algum tipo de informação relacionado ao estudante. Além disso, os dados fornecem maior suporte pedagógico nas tomadas de decisão, possibilitando a avaliação constante dos indivíduos participativos do processo de ensino-aprendizado (RIBEIRO, 2013, p. 21-22).

Nesse sentido, compreende-se que o registro desses dados devem ocorrer de uma forma organizada, pois o fluxo de informação escolar é intenso e, se ele fosse feito de forma manual, comprometeria a apropriação dos dados por parte dos gestores e professores, no intuito de interferir sobre situações que possam ocorrer na rotina escolar e estejam influenciando negativamente a permanência do aluno. De acordo com Janz (2007):

Os dados são a matéria-prima essencial para gerar informações, isto é, são códigos não processados, integrados, correlacionados, avaliados ou interpretados de qualquer forma. A palavra informação vem do latim *informare* e significa dar forma a algo, que neste caso compreende os dados que são coletados, organizados, ordenados, dotados de significado e contexto e o conhecimento é definido por um conjunto de informações munidas de reflexão, síntese e contexto, ou ainda, pode se tratar do refinamento delas, estando associado a uma certa dose de inteligência no que concerne a capacidade de realizar associações entre informações, experiências e conceitos e elaborar conclusões (JANZ, 2007, p. 7).

Como fora abordado no primeiro capítulo, a coleta de informações das escolas da rede estadual do Ceará é organizada pela SEDUC, através de um sistema informatizado e integrado chamado SIGE ESCOLA (Sistema Integrado de Gestão Escolar). A fala dos gestores sobre a sistematização dos dados do Abandono Escolar vai ao encontro da sistemática de toda a rede estadual. Eles trouxeram detalhes importantes de seu fazer durante a rotina e, a seguir, serão apresentadas as informações que suas falas trouxeram.

Segundo o DE, o acompanhamento aos registros diários no sistema é uma prática dos gestores. Ele explicou que, além da frequência gerada pelo SIGE através dos registros do professor no Diário Online, a escola optou também por criar uma frequência volante passada diariamente pela Secretária Escolar, nas primeiras aulas de todas as turmas. É importante acrescentar que essa frequência tem o objetivo de garantir um acompanhamento mais próximo por turma, uma vez que ela é instrumento base no trabalho do Professor Diretor de Turma. O DE acrescentou ainda que, uma ou duas vezes por mês, é feito o condensado dessa frequência e, assim, dá pra ter uma base do quantitativo de alunos que estão faltando por turma e quem são esses estudantes.

O CE2 explicou que esses dados são conferidos quinzenalmente, junto aos Professores Diretores de Turma e, para a tomada de decisões, ao final de cada mês, são condensados pela Coordenação Escolar, que é responsável por esse levantamento, bem como a mensuração de seus resultados por turma. Segundo o Coordenador citado, a partir deles, são realizadas as intervenções pedagógicas diante dos casos de alunos com maiores índices de evasão. Complementou ainda que esse trabalho faz parte da ação 1º Foco, criada em 2018, junto aos casos em que se identifica uma necessidade maior de fortalecimento na regularização da frequência do

aluno à escola. Essas intervenções são feitas através do envio de cartas aos pais, comunicação via redes sociais ou, até mesmo, visitas às casas de alunos. Na fala do gestor, esse acompanhamento é intensificado na intenção de diminuir a taxa de abandono da escola, onde ressalta que há casos bem complexos nos quais, muitas vezes, não se encontra solução, mas, na maioria, as intervenções logram êxito.

Já a CE2 ressalta o material do PPDT, em que constam instrumentais/ fichas que investigam questões como a evasão, por que ela ocorreu e quais as iniciativas tomadas pelo PDT e gestores da escola a respeito de cada situação, justificando que, inicialmente, o PDT busca resolver junto ao aluno e familiares. Entretanto, se a iniciativa do PDT não surte o efeito desejado, o Núcleo Gestor interfere no sentido de ajudar o professor a resolver o problema.

A Coordenadora ressalta que a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) a qual a escola pertence criou, recentemente, um *link* de acompanhamento no qual os gestores informam a movimentação de alunos e citou como exemplo dessas movimentações os discentes que solicitam “Transferência” para outras instituições por motivos de viagens a outros Estados. Complementa ainda que há um modelo padrão de declaração na escola, em que a família aponta os motivos pelos quais a referida “Transferência” está sendo solicitada e que essas informações prestadas pela família são utilizadas no preenchimento do referido *link*.

A partir dessas informações, depreende-se que os gestores estão alinhados e empenhados diante de iniciativas, na escola, que permitam coletar, condensar, mensurar, refletir e agir diante das situações rotineiras que ameaçam a saída do estudante da escola. Nesse sentido, nota-se também que, à frente das iniciativas de acompanhamento sistemático aos dados sobre o Abandono na escola, o PPDT e a ação 1º Foco foram citadas pelo CE2 como ações que auxiliam a gestão nessa tarefa.

Diante disso, é importante lembrar que a ação “1º Foco” tem sua contribuição no tocante ao acompanhamento da frequência diária dos estudantes participantes da mesma. Contudo, ela está direcionada apenas aos alunos das turmas de 1º ano da escola que estão com baixo desempenho. Assim, a ação voltada para a frequência que faz essa frente, de fato, a todas as turmas da escola é a “Nenhum aluno a menos”.

Questionados sobre a (s) dificuldade (s) que a escola enfrenta ou já enfrentou quanto aos registros e à consolidação do abandono, o DE afirmou que sim, essas dificuldades existem e dependem muito da dinâmica escolar, uma vez que há várias ações desenvolvidas na rotina. Segundo o gestor, “tem anos que a gente consegue

diminuir a evasão, diminuir o abandono, tem outros anos que a gente não tem tanto êxito, e isso é pauta de discussões e reflexões durante a semana pedagógica¹⁴ (DIRETOR ESCOLAR, 2020). O Diretor ressalta, ao final de sua fala, que a escola apresenta uma oscilação na questão da evasão e do abandono, e que essa oscilação também ocorre em relação aos seus registros. Ele acrescentou ainda que esse trabalho de registros depende muito dos professores e do acompanhamento feito pelos gestores no dia a dia da escola.

A respeito dessas dificuldades, os Coordenadores Escolares apresentaram situações mais concretas dentro das dificuldades que encontram com a sistematização dos dados de abandono na escola. A situação elencada pelos dois Coordenadores está relacionada à movimentação de alunos que solicitam “Transferência”. Segundo eles, ao colocar esse aluno em movimento, o sistema (SIGE ESCOLA) entende que esse aluno foi perdido pela instituição e, caso ele não se matricule em uma outra escola da rede estadual, ele entra, ao final do ano letivo, como caso de abandono em seu rendimento. Isso porque o SIGE é um sistema que integra informações sobre as escolas da rede estadual de ensino do Ceará, mas não envia/recebe informações de outros estados da federação.

Segundo o CE2: “Nosso sistema não conversa com o sistema da região Sul. Nosso aluno, mesmo que esteja matriculado lá, aqui no nosso, é registrado como aluno de Abandono. Embora esteja matriculado” (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020). O gestor explicou que, ao longo do ano letivo, há muitos pedidos de transferência para outros Estados, principalmente para o Rio de Janeiro. Devido a essas situações, a escola registra no histórico e boletim escolar do discente que solicita “Transferência”, pois, embora conste no sistema da rede de ensino do Ceará que é um caso de Abandono, a escola tem a justificativa de que esse (a) ex-aluno (a) está matriculado em outro Estado. E reforçou seu incômodo a esse respeito ao discorrer que:

[...] isso, às vezes, a nível de dados sistemáticos no [...] SIGE, aparece, às vezes, um pouco inconsistente, não que não tenham a real situação, é porque, devido a questão da leitura de informações de um estado para o outro (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

¹⁴ Semana em que os gestores se reúnem com o grupo de professores, no início de cada ano letivo, para observar e discutir os resultados da escola no ano anterior.

A partir da insatisfação que o Coordenador Escolar demonstrou no tocante aos dados de abandono considerados pelo SIGE, compreende-se que há um sentido, uma lógica que justifica a insatisfação do gestor.

Mediante minha experiência como gestora escolar da rede de ensino do Estado do Ceará, trago aqui uma explicação de como se dá, na prática, a situação mencionada pelo Coordenador. Durante o ano letivo, os alunos postos em “movimento” pela Secretaria Escolar, deixam de constar na relação de matriculados no SIGE. Os estudantes que se matriculam em uma outra escola da rede são inclusos pelo sistema, na unidade escolar escolhida para matrícula. Mas aqueles que viajam para outros Estados e efetuam matrícula nessas regiões, essa movimentação não se efetiva no sistema do Ceará, pois as redes de ensino não se comunicam. Nesse sentido, esse aluno fica no *status* “em movimento”, aguardando matrícula em outra escola da rede, quando ele já se encontra matriculado em outro Estado. Assim, ao final do ano letivo, ao gerar a Ata Final do rendimento anual da escola, esses alunos reaparecem na lista das turmas e são acrescentados aos casos de Abandono Escolar da instituição. Com isso, é inviável para a escola manter na matrícula alunos que solicitam transferência, pois essa movimentação é um direito do estudante em qualquer altura do ano letivo e a escola não pode interferir sobre situações externas que envolvem a vida das famílias.

Uma vez que esse aluno sai e justifica a necessidade de mudança de residência para outras cidades ou Estados país, há de se considerar que, se o discente, de fato, se matricula em outra escola, deveria haver um meio, uma forma de monitorar e preencher, através do SIGE, essas lacunas deixadas, para que essas situações não viessem a afetar o rendimento anual da escola. A partir de uma solicitação formal de transferência, disponibilizariam a matrícula dos estudantes no sistema.

A preocupação do gestor é compreensível e requer um olhar da SEDUC sobre essas questões, pois, por todo o ano letivo, o SIGE apresenta como aluno da escola aqueles enturmados, ou seja, com matrículas ativas, estejam frequentando ou não a escola. No entanto, ao gerar a ata do rendimento anual, os alunos que requisitaram “transferência” ressurgem também e isso acaba por responsabilizar a instituição de ensino diante de sua saída. Diante das situações apresentadas pelos Coordenadores sobre a sistematização dos dados de rendimento da escola, é importante salientar que ela tem se utilizado de uma maneira alternativa para a condensação desses dados,

em que, ao final do ano letivo, os gestores fecham o rendimento anual com base em um dado não real, que é a matrícula final constante no SIGE.

Esses dados são utilizados como referência para o trabalho desenvolvido com a comunidade escolar, pois é um dado mais próximo da realidade. Entretanto, o dado oficial da escola, representado tanto pela CREDE, quanto pela SEDUC, é a sistematização que tem por base a matrícula inicial, baseada no Censo Escolar. Assim, todos os estudantes postos “em movimento” durante o ano letivo, a partir de solicitações de “Transferências”, e que não tenham se matriculado numa escola da rede estadual, são contabilizados aos números do abandono escolar da instituição, mesmo aqueles matriculados em outras regiões do país.

Em continuidade aos pontos elencados pelos gestores com relação às dificuldades de sistematização aos dados de abandono, a CE1 elogiou o acompanhamento, por parte da CREDE, através de *link*, como já citado anteriormente, em que as justificativas da escola de não permanência dos alunos também são disponibilizadas. A CE1 associa a ausência desse acompanhamento, no período anterior ao seu lançamento, que se iniciou aproximadamente no mês de agosto de 2019, como algo que dificultava essa consolidação. O controle era feito apenas pela escola através de declarações em que as famílias explicavam os motivos pelos quais solicitavam a “Transferência” do estudante. Contudo, agora, todas essas situações também são acompanhadas pela Regional, em que os gestores repassam essas informações, mensalmente, não só a respeito dos pedidos de transferências, mas também de outras situações que se relacionam ao abandono escolar. A Coordenadora cita a gravidez na adolescência, mais uma vez, como exemplo dos principais fatores que ocasionam esse fenômeno.

Vale ressaltar que esse acompanhamento sistemático, através de *link* feito pela CREDE, não influencia na permanência ou não do nome desses alunos que estão em situação de Abandono ou Evasão no SIGE. Esse *link* é um meio que a Regional encontrou para monitorar, compreender os motivos pelos quais os nomes de determinados estudantes constam na lista do abandono e da evasão das escolas da região, bem como traçar estratégias em seu acompanhamento que ajudem as escolas a melhorar suas taxas.

A sistematização de dados propicia organização, clareza e agilidade às decisões que os gestores precisam tomar diante das inúmeras atribuições que lhes são confiadas. O acompanhamento dos dados como base para reflexão da prática

gestora se faz necessário em todos os processos de sua atuação frente aos desafios que a educação pública propõe. Para Aguiar (2004):

A arte de ensinar e de aprender, nos dias de hoje, não se limita mais ao trabalho realizado dentro da sala de aula. Há um vasto leque de recursos que as tecnologias oferecem e que deve ser vivenciado pela comunidade escolar. Ter acesso a informações, comunicar-se e trocar experiências a grandes distâncias de forma rápida, pesquisar e buscar soluções cada vez mais atuais e eficientes para os problemas, conhecer o mundo em que vivemos sem a necessidade de deslocamento físico e, sobretudo, desenvolver novos níveis de convivência dentro e fora da escola são alguns dos recursos hoje disponíveis com o avanço da tecnologia da informação e da comunicação (AGUIAR, 2004, p. 16)

Nesse contexto, as oportunidades de acesso à informação sobre os rendimentos escolares não apenas aligeiram o processo de coleta e organização dos dados das instituições, mas também se apresentam como base para reflexões sobre seus resultados, por toda a comunidade escolar, no sentido de propor a tomada de decisões com soluções cabíveis a cada situação. Os dados são o termômetro do trabalho desenvolvido na escola. Nesse sentido, o olhar sobre eles deve ser constante e as estratégias propostas para a solução dos problemas precisam ser norteadas mediante esse olhar.

Na subseção seguinte, serão apresentadas as possíveis ações/ estratégias apontadas pelos gestores como principais meios utilizados no combate ao abandono na EEMCFR.

3.4.3 As possíveis ações para a melhoria das taxas

Diante da fala dos gestores na subseção 3.4.1, momento em que a temática sobre o abandono é exposta por meio da percepção daqueles, foram mencionadas várias situações sobre as quais a EEMCFR tem se apoiado no sentido de conseguir se sobressair aos desafios propostos pelo abandono escolar. Segundo os gestores, a instituição tem obtido êxito frente às ações que tem desenvolvimento junto à comunidade.

Assim, a entrevista lançou aos gestores questionamentos a respeito das estratégias adotadas no sentido minimizar os impactos do abandono na escola. Muitas ações foram elencadas e discorreremos sobre elas ao longo desta subseção.

Contudo, vale ressaltar que o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) ganhou destaque em todas as falas e foi apresentado como a ação/ projeto de maior relevância e contribuições a esse respeito na escola.

Com isso, o PPDT é citado em boa parte dos momentos das entrevistas. Num desses momentos, o CE2 explica que nesse projeto há um professor que é responsável por determinada turma e tem uma carga horária, na instituição, de quatro horas/ aulas semanais de dedicação ao projeto, das quais uma é voltada à realização de uma “aula de Cidadania”, nesse caso de “Formação Cidadã e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais”, e três horas/ aulas destinadas ao “serviço burocrático”, momento em que o Professor Diretor de Turma (PDT) cria, através de instrumentais, um dossiê sobre a turma, com a intenção de fazer o acompanhamento ao abandono na escola.

Na fala da CE1, é perceptível a confiança nos bons retornos que esse projeto traz à escola no tocante à diminuição aos seus índices de abandono, bem como o fortalecimento de vínculos que ele tem proporcionado àqueles que nele se inserem. Para a entrevistada:

Os alunos [...] veem o Diretor de Turma não somente como o professor que está ali pra dá a disciplina que ele é responsável, mas eles veem também como um amigo e muitos, assim, veem como uma pessoa como se fizesse parte da sua família, isso a gente percebe. Então, assim, o trabalho do Professor Diretor de Turma [...] tem se intensificado na escola e ele tem surtido de uma forma bem positiva. Então, assim, muito bom e a gente percebeu que a atuação dele é muito significativa e que as turmas que são contempladas com Professor Diretor de Turma, a gente percebe [...] que o índice de infrequência é bem menor relacionado àquelas que não têm. Então, assim, a questão do Projeto Professor Diretor de Turma, ele [...] é um dos principais fatores que vem contribuindo na escola pra essa queda da evasão (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020).

Como já mencionado no primeiro capítulo, o PPDT é um projeto de origem portuguesa, iniciado no Ceará, em 2008, como projeto piloto, que passou a ser uma política pública implementada em toda a rede estadual de ensino. O projeto tem como principais objetivos: 1) conhecer os estudantes individualmente, a fim de atendê-los em suas necessidades; 2) mediar as relações entre a turma e os demais segmentos da comunidade escolar; 3) desenvolver as aulas de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais junto aos estudantes de forma intencional, com vistas a uma formação integral do educando.

Para os gestores, a possibilidade de haver professores na escola disponíveis a prestar um trabalho que se volta para a participação do estudante nas atividades escolares, seja no seu individual, seja no coletivo, tem sido fundamental para o sucesso da instituição no que concerne à diminuição aos índices de abandono. Segundo os gestores, o abandono sempre estará presente no rendimento educacional da instituição, mas a possibilidade de minimizá-lo está diretamente relacionada às ações e projetos que partem da escola e, também, da própria Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Os gestores citam como exemplos, além do Projeto Professor Diretor de Turma, o Projeto Jovem de Futuro (PJF), que, através do Circuito de Gestão, já apresentado também no primeiro capítulo, oportuniza aos gestores e toda a comunidade discutirem sobre suas fraquezas e traçar ações que possam atuar diretamente sobre as mesmas.

Observamos a seguir a fala dos gestores no que concerne às ações que tem impactado de forma positiva na diminuição aos índices de abandono da escola:

Um dos projetos que tem dado grandes resultados é o Projeto Professor Diretor de Turma, que tem como função fazer a gente fazer aquele acompanhamento, aproximar o estudante da escola, aproximar a família, para que o estudante no decorrer de sua caminhada estudantil não venha a desistir ou abandonar a escola no caminho (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

[...] algumas ações que são desenvolvidas na escola, [...] que nós contamos de uma forma bem significativa e que é bem perceptível, a presença do Professor Diretor de Turma, que faz parte do PPDT que é o Projeto Professor Diretor de Turma, que atua diretamente na infrequência do aluno (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

O Projeto Jovem de Futuro, que é um projeto do Governo do Estado em parceria com [...] o Instituto Unibanco, e que vem traçando estratégias, ações, para minimizar os problemas mais recorrentes na escola, um deles o abandono escolar. Então, desde 2017, a gente tem um plano especificamente para combater o abandono escolar e também especificamente por turmas pra tentar minimizar esse índice (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

No detalhamento às ações da rotina escolar, os gestores trouxeram informações sobre como a escola vivencia na prática as ações dos projetos citados anteriormente. Nesse sentido, o DE acrescentou as seguintes ações como estratégias da gestão no combate ao abandono escolar, a saber: a) acompanhamento, por parte dos Coordenadores Escolares, das turmas que não são contempladas com o PPDT e

o apadrinhamento onde funcionários, professores e membros do Núcleo Gestor identificam os estudantes com maior vulnerabilidade à evasão e ao abandono, passando para um acompanhamento mais próximo; b) identificação por parte da Direção na identificação de faltas via sistema, observando quais são as turmas que apresentam o maior número de ausências; c) diálogo que os gestores mantêm com os estudantes e as famílias e também com os professores no intuito de encontrar os caminhos viáveis para a garantia de sua permanência na escola.

O gestor ressalta também que, antes de o aluno evadir ou abandonar a escola, ele apresenta sinais. Tais sinais são, justamente, o excesso de faltas às aulas e que “o que leva à evasão e, conseqüentemente, ao abandono, é o histórico de faltas que o estudante vai desenhando na sua caminhada estudantil” (DIRETOR, 2020). Em concordância à fala do DE, a CE1 afirma que: “O primeiro índice de abandono que o aluno apresenta é justamente quando ele começa a não frequentar mais às aulas...se ele não começa a vir, então, [...] obviamente ele vai estar se evadindo” (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020).

A partir da análise das falas dos gestores, depreende-se que a escola tem o PPDT como ação principal de enfrentamento ao Abandono Escolar. O projeto tem contribuído para o êxito que a escola vem alcançando frente à diminuição aos seus índices de abandono. É importante salientar também que as ações do PJF, traçadas pelos gestores escolares, com base num diagnóstico feito junto à comunidade, no início de cada ano letivo, com foco voltado a cinco eixos (Aprovação da 1ª série, Aprovação da 2ª série, Aprovação da 3ª série, Língua Portuguesa e Matemática), também foram detalhadas pelos Coordenadores Escolares em todos os momentos das entrevistas que se voltavam para as estratégias que a escola tem adotado no combate ao abandono. Seguem, a seguir, os relatos a respeito dessas ações

De início, a CE1 apresentou a ação “Vem que tem!” como exemplo de estratégia que tem surtido efeito e explica que é uma ação realizada com a turma de 1º ano, cuja infrequência é bem elevada. Essa turma é o 1º ano que funciona no turno noturno, em que há uma agenda semanal de aulas diferenciadas, disponibilizada para a turma com antecedência. Os discentes ficam informados sobre os dias em que cada aula ocorrerá a cada semana.

A CE1 discorreu ainda que essa é uma maneira de estimular o aluno a vir à escola, porque, a cada dia, terá uma aula diferente. Fez elogios à ação e explicou que desperta a curiosidade dos estudantes em saber como será desenvolvida a aula

agendada em cada dia, independente de qual disciplina for. A Coordenadora acrescentou a informação de que na semana em que a ação acontece, a frequência da turma é mais elevada de que a da semana em que não ocorre.

O CE2 também citou a ação “Vem que tem!” e fala que é uma ação específica da turma 1ª ano G, turno noite, no qual, no ano letivo 2017, se apresentava com o maior índice de abandono. Para tentar minimizar seus índices, foi criada essa ação, que tem o objetivo de:

Convidar o aluno a vir para a escola. Vem para a escola hoje que vai ter uma aula diferenciada no Laboratório de Informática; vem que tem hoje uma aula diferenciada de Matemática no Laboratório de Ciências; vem que tem hoje uma aula de Educação Física prática lá na quadra. Então, buscando o conteúdo das disciplinas, da grade curricular, da matriz curricular, vivenciado com a prática, uma coisa que motive o aluno a participar, algo mais vivo (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

O gestor justificou a iniciativa pelo fato de o aluno do turno noite estar mais cansado e com uma dificuldade de percepção de estudo muito baixa. Para ele, ao propor aulas diferenciadas semanalmente com a equipe de professores, em cada disciplina, foi possível atrair mais alunos dessa turma. Os discentes sentem-se mais motivados em estarem participando das aulas. Com isso, os índices de abandono dessa turma vêm melhorando a cada ano, desde então.

Soares et al (2015) apresentam, em sua pesquisa que o anseio de parte dos alunos a uma escola dinâmica/ inovadora, diferente da que é vivenciada hoje, mostrou-se associado aos efeitos sobre a taxa de abandono. Segundo os pesquisadores, esses anseios podem ser traduzidos “ao desejo de ter atividades extracurriculares, aulas práticas, uso de apostilas, contextualização do conteúdo escolar no cotidiano e preparação para o mercado de trabalho” (SOARES et al, 2015, p. 769). Diante disso, nota-se que a ação “Vem que tem!” corrobora com os anseios citados anteriormente, na tentativa de suprir essa carência tão manifestada pelos jovens diante da escola atual e que, a partir da ausência deles, são grandes as possibilidades dos discentes se desestimularem e deixarem de frequentar o espaço escolar.

O CE2 acrescentou também que a turma ainda deixa a desejar no quesito frequência e permanência, mas que, com essa ação, os índices de abandono do 1º noite têm diminuído, ressaltando que eles diminuiriam, assim como houve também o

aumento da frequência dos alunos às aulas e sua permanência na sala. Essa fala do gestor vai ao encontro do fato de os alunos do turno noturno se ausentarem com mais frequência. Grande parte deles chega à escola já tarde e saem antes da conclusão das aulas. A fim de relembrar os números que representam a turma de 1º ano do turno noite, no ano 2017, conforme cita o CE2, verifica-se que o índice de abandono da turma era de 34,6%. Em 2018, esse índice diminuiu para 25% e, em 2019, foi de 27,8%.

Assim, é perceptível a evolução da turma quanto à diminuição do abandono do ano em que a ação foi implantada pela escola (2017) para o ano seguinte (2018). Já no ano letivo 2019, nota-se um pequeno avanço, mas que ainda se mantém bem abaixo do índice que tinha no momento em que a escola resolveu lançar a referida ação. Nesse sentido, há de se compreender que a ação “Vem que tem!” desperta no estudante da 1ª série noturna o interesse em participar das aulas e, conseqüentemente, permanecer na escola. A partir da diversificação de metodologias, as aulas da turma têm sido eficazes. Uma vez que ela tem sido eficaz, faz-se necessária a atenção dos gestores no sentido de sua execução e acompanhamento durante o ano letivo 2020, pelo fato de o índice de abandono da turma ter voltado a crescer.

Outras ações do PJJ foram citadas pela CE1: “o 1º Foco que funciona em todas as turmas de 1º ano, também é uma ação do PJJ, Jovem de Futuro, e é uma análise da frequência do aluno, o foco acaba sendo a frequência do estudante” (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020). Ela justifica a necessidade e importância dessa ação, tendo em vista que o aluno de 1º ano está chegando agora no Ensino Médio. Assim, eles precisam se sentir acolhidos no espaço escolar e que neles sejam despertados sentimentos de pertencimento. Segundo a Coordenadora, por ser o início de uma etapa escolar, tudo para eles é novo e, muitas vezes, “por não se sentirem parte daquele espaço, eles acabam desistindo” (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020). E finalizou enfatizando o cuidado que a escola tem com esses estudantes que chegam ao 1º ano, tendo em vista ser uma fase de adaptação. O acompanhamento da frequência é visto com muito cuidado. Logo que comecem a faltar, a escola já se prontifica a resolver.

Questionada sobre a existência de um modelo organizacional através de apadrinhamento da ação 1º Foco, em que há a presença de um responsável por aluno ou grupos de alunos no apoio pedagógico e acompanhamento à vida escolar dos

discentes, a entrevistada confirmou e esclareceu que esses apadrinhamentos são realizados por professores da escola, da sala de aula, ambientes de aprendizagem ou mesmo membros do Núcleo Gestor. Eles fazem um acompanhamento sistemático a cada turma. A finalidade da ação 1º Foco é o acompanhamento individualizado por parte de professores, gestores ou funcionários aos estudantes de 1º ano que se encontram em estágios “críticos” ou “muito críticos”, segundo os parâmetros de aprendizagem da própria escola. Possivelmente, a CE1 tenha confundido a ação com uma outra, que é o apadrinhamento por turma, no qual professores são convidados a apadrinhar turmas que não são contempladas com o Projeto Professor Diretor de Turma. Contudo, essas são ações que também acompanham a frequência e zelam pela permanência dos estudantes na escola.

Dando continuidade, a CE1 citou mais uma ação como estratégia de combate ao abandono na escola, a “Nenhum aluno a menos”. Segundo ela, é uma ação em que uma frequência diária é passada em todas as turmas (do 1º ao 3º ano) sob a responsabilidade dos Coordenadores Escolares e da Secretaria Escolar, que se vincula também à frequência feita no Diário Online¹⁵ pelos professores da instituição. A CE1 explicou que, a partir dos resultados desse acompanhamento, o aluno que tiver duas faltas consecutivas sem justificativa, a Coordenação Escolar entra em contato com as famílias, através de convocações ou mesmo telefone, para que os pais compareçam à escola para justificar sobre as ausências e também para que o aluno perceba que a sua ausência está sendo notada pela Coordenação Escolar.

Para Silva Filho e Araújo (2017, p. 45):

A mediação familiar é muito importante no momento em que o aluno demonstre interesse em sair da instituição antes da conclusão de seu curso, visto que, para muitos, a escola é a única fonte de informação, devido à sua condição social.

Nesse sentido, segundo a CE1, o efeito dessa ação é positivo pelo fato de o aluno perceber que está sendo monitorado e sua ausência é observada pelos gestores, independente do grande número de estudantes que exista na escola. E conclui afirmando que, além do PPDT, essas ações têm proporcionado bons resultados com relação ao combate ao abandono na escola.

¹⁵ Diário Online é uma ferramenta digital de ferramenta de gestão de informações da sala de aula, para uso do professor (registros) e gestores (acompanhamento), disponibilizado às escolas da rede estadual de ensino do Ceará, desde o segundo semestre do ano 2017.

Parte das ações que buscam combater o abandono apresenta características de monitoramento dos alunos que tendem a desistir de sua caminhada estudantil. Conversando com cada gestor a respeito das ações específicas de monitoramento, novamente foram citados: a) o Projeto Professor Diretor de Turma que, segundo o CE2, está focado principalmente na frequência do aluno e vai de encontro ao abandono escolar. Para a CE1, “uma das principais funções dele é está fazendo o monitoramento da frequência dos alunos dentro da sala de aula” (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020); b) a ação do Projeto Jovem de Futuro (PJF) “Nenhum aluno a menos” que, segundo a CE1, monitora todas as turmas de 1º a 3º ano a partir do acompanhamento pelos gestores. A frequência é passada diariamente pela Secretaria; d) a planilha de acompanhamento feita pela CREDE que, segundo o DE, monitora os estudantes que desistiram da escola e não realizaram matrícula no ano seguinte.

A CE1 ressaltou também a ação “Vem que tem!”, no sentido de estimular a curiosidade e provocar no aluno a vontade de assistir às aulas. Para ela, essas “são ações tanto de monitoramento quanto de estímulo” (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020). No entanto, embora a ação “Vem que tem!” tenha em sua essência o combate ao abandono na turma de 1º ano, turno noite, não age especificamente sobre o monitoramento desses estudantes, uma vez que quem cumpre esse papel é a ação “Nenhum aluno a menos”.

Nesse sentido, questioneei a CE1 sobre quais dessas ações tinham como foco principal a cobertura a esse monitoramento na escola. Ela confirmou que a ação “Nenhum aluno a menos” e o Projeto Professor Diretor de Turma eram os que cumpriam, de fato, esse papel. (22’28”). Ainda sobre as ações que monitoram os estudantes em situação de abandono, o CE2 reforçou o trabalho do PPDT e explicou:

[...] o aluno que vem em situação assim, já anunciando [...] algum risco, algum ruído de abandono, já é feita [...] intervenções, tem registros, já até falei, usando as mídias sociais e até mesmo indo à residência do aluno entender o porquê desse abandono escolar (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

O gestor acrescentou uma observação de que, já neste ano, acompanhou a Professora Diretora de Turma A.C.S. em uma visita à residência de uma estudante do 1º ano, turno manhã, em risco de abandono. Na oportunidade, descobriram que a discente já era mãe, com filho ainda pequeno, e não podia estudar porque precisava

cuidar da criança por todo o dia. O gestor acrescentou que são fatores como esse que fogem ao conceito e controle da escola. Moreira, Costa, Lopes, Freitas et al (2010, p. 525) afirmam que:

Dentre os problemas ocasionados, possivelmente pelos sentimentos de autossuficiência na adolescência está a gravidez, muitas vezes inesperada, que pode interferir em suas vidas de forma negativa, inclusive na história da vida escolar.

Mais uma vez é presente no discurso dos gestores situações de abandono escolar motivados pela gravidez precoce. Pesquisas comprovam que a gravidez na adolescência interfere negativamente na vida escolar de estudantes que passam por essa experiência, uma vez que:

[...] a adolescência caracteriza-se como uma fase entre a infância e a idade adulta, onde acontecem acentuadas transformações, tanto físicas quanto psicológicas, que necessariamente precisam ser compreendidas e acompanhadas pela família, escola e estado dentro de um contexto que favoreça o crescimento e o desenvolvimento do diálogo (MOREIRA; COSTA; LOPES; FREITAS et al, 2010, p. 525).

Entretanto, muitas famílias são fechadas ao diálogo com os jovens e isso acabam afastando-os. Desinformados e expostos à locais e convivências que favorecem determinadas relações, as adolescentes acabam iniciando sua vida sexual de forma antecipada e desorientada. Esse ato tem como resultado gestações precoces e indesejadas.

De acordo com uma pesquisa de Carvalho e Matsumoto sobre a gravidez na adolescência e a evasão escolar, publicada no **Portal Dia a Dia Educação**, em que foram pesquisados 188 adolescentes, do sexo masculino e feminino, dos quais 37 eram meninas grávidas, confirmou-se as seguintes situações: 34% das adolescentes grávidas estavam estudando, mas, por conta da gravidez, tiveram que parar; e 25% já não estudavam mais. No total, 59% das adolescentes estavam fora da escola e apenas 33% delas pretendiam manter os estudos (PARANÁ, s.d., p. 14). Nesse sentido, é importante que a escola se atenha a um olhar mais específico voltado para esse público que, conforme comprovações científicas, está entre os grupos de alunos de maior vulnerabilidade ao abandono escolar.

Dentre as ações citadas pelos gestores, até então, boa parte delas faz diariamente o acompanhamento da frequência escolar dos estudantes e as

adolescentes gestantes também são acompanhadas nesse sentido. Contudo, os Coordenadores Escolares apontam, mais de uma vez, que a gravidez na adolescência é um dos fatores que mais tem contribuído para os casos de abandono que vem ocorrendo na escola. Para tanto, não se percebeu, até o momento, uma ação com foco exclusivamente a esse público e/ ou ao público feminino da escola. Medidas orientadoras também são importantes como forma de prevenir a experiência de uma gestação precoce.

Em continuidade à conversa, os gestores foram questionados sobre a existência de outras ações que procurem combater o abandono na escola e, caso existam, como elas são desenvolvidas na prática da rotina escolar. Em resposta, o DE afirmou que, logo no início do ano letivo, no período de renovação de matrículas dos alunos veteranos, o Núcleo Gestor procura identificar aqueles estudantes que realizaram e também aqueles que não renovaram matrículas e, a partir dessa identificação, quem ainda não efetuou matrícula. Os gestores contatam os professores que moram mais próximos às localidades ou sítios em que esses discentes residem, para que entrem em contato com as famílias e verifiquem os motivos pelos quais as matrículas ainda não foram realizadas e, se a decisão da família é a de não matricular. A partir desse diálogo, professores e gestores ficam informados sobre os motivos pelos quais alguns alunos não retornam mais.

Já a CE1 trouxe à sua fala as contribuições dos professores da escola na busca por informações a respeito dos estudantes que se encontram em risco de abandono. Isso acontece “dentro da rotina, quando o professor não é Diretor de Turma, nem padrinho/ madrinha da turma, mas que ele percebe a ausência” (COORDENADORA ESCOLAR 1). Assim, segundo a CE1, ao sentir a ausência do aluno, o professor recorre aos gestores para saber o que está ocorrendo, ou então, o professor faz essa investigação, por iniciativa própria, a fim de identificar os motivos da ausência, passando a conhecer as causas até mesmo antes de chegar aos gestores. A gestora complementa sua fala com a seguinte colocação:

A gente percebe que os professores, mesmo não sendo Diretor de Turma, padrinho ou madrinha da turma, eles estão monitorando, eles sentem a ausência do aluno, e acaba sendo um parceiro das outras ações que já acontecem (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020).

Para Lück (2009): “A comunicação e o relacionamento interpessoal são centrais no fazer educacional e na construção da organização social da escola, sendo inerente a esses processos”. Para tanto, envolver os docentes na tentativa de amparar os estudantes em suas necessidades é um ponto valoroso de uma gestão escolar. Os gestores da EEMCFR apresentam em suas falas a existência de um diálogo produtivo com os docentes da escola e, em contrapartida, recebem o apoio deles em ações como as de combate ao abandono escolar. Nota-se também a preocupação dos docentes com as situações que impedem os estudantes de estudar.

O CE2 ressalta mais uma vez as ações do plano de gestão escolar do PJJF. Ele reforça que um dos eixos desse plano é trabalhar a questão do abandono escolar através de ações. Na oportunidade, o gestor apresenta a ação do “1º Foco” que contempla todas as turmas (do 1º ao 3º ano). Tal ação acompanha e monitora semanalmente os estudantes em risco de abandono, explicando que para o aluno ser considerado como risco ao abandono, basta que ele acumule duas faltas consecutivas sem justificativas.

Assim, a gestão já parte em busca de saber o que está acontecendo e, se o número de faltas na semana aumentarem mais ainda, são mandadas “cartas quentes” aos pais/ familiares. O CE2 explica o sentido dessas cartas que, segundo ele, são correspondências formais enviadas às famílias com o objetivo de saber os motivos pelos quais o aluno não tem comparecido à escola. O gestor acrescentou ainda que, caso a família não compareça à escola, nem dê nenhum retorno, a instituição encaminha o caso para o Conselho Tutelar (CT) na situação de aluno que não está frequentando a escola.

Mais uma vez a fala de um dos Coordenadores Escolares apresenta uma troca quanto ao nome da ação, seu objetivo e função que, como ação do PJJF, ocupa na rotina escolar. A ação 1º Foco faz o acompanhamento dos estudantes. Entretanto, restringe-se aos discentes do 1º ano e envolve não só o acompanhamento da frequência de determinados estudantes, mas também o apoio pedagógico através de apadrinhamento. Nesse sentido, acompanhar a frequência diária de todas as turmas, manter a comunicação escola/ família e encaminhar as situações de abandono ao CT são características da ação “Nenhum aluno a menos”.

Contudo, há de se considerar as contribuições voluntárias dos docentes da escola no sentido de identificar os motivos pelos quais os estudantes das turmas que não são acompanhadas pelo PPDT não têm comparecido à escola e a busca dos

gestores em estar sempre em comunicação com as famílias. Essas atitudes fortalecem o vínculo escola/ família na parceria para garantir o sucesso escolar de seus estudantes.

No tocante à avaliação que os gestores fazem sobre os resultados das ações explicitadas, desde o início de nossa conversa, como forma de combater o abandono na escola, todos os gestores as avaliam de forma positiva. Segundo o DE:

[...] se nós analisarmos o histórico da escola há anos atrás e compararmos com os dias atuais, a gente vê, a gente observa que essas ações, elas vêm surtindo efeitos. Mas, como eu disse anteriormente, ainda precisamos melhorar, eu ainda considero a evasão e o abandono, assim, elevados para a idealização de escola que nós pretendemos, porque a nossa ideia é fazer com que ninguém fique pra trás, que todos os alunos que se matriculem no início do ano letivo, eles concluam com êxito o final do ano letivo (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

A CE1 discorreu que essas ações são importantes e sem elas o resultado que vem se apresentando nos últimos anos não teria sido tão positivo. Ela reforçou ainda que, além das ações citadas, se não fosse esse esforço coletivo entre gestores, Professores Diretores de Turma, professores padrinhos/ madrinhas das turmas e demais professores, o resultado do abandono na escola não seria o mesmo.

Para o CE2: “Essas ações vêm minimizando bastante a questão do abandono visto que elas são, foram incluídas desde 2018 pela escola e nós temos percebido que tem diminuído” (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020). Ele ressaltou também que essas ações são focadas e se fazem presentes na rotina escolar e adiantou que, para o ano 2020, uma das ações do Projeto de Gestão Escolar, nesse caso o PJJ, será o “Nenhum aluno a menos”, com o mesmo sentido da ação já citada 1º Foco, de acompanhamento à infrequência dos estudantes. Através dessa ação, será possível fazer a exposição dos resultados coletados por turma no painel de infrequência para que toda a comunidade escolar possa estar informada a esse respeito e que possa perceber como esses registros se dão em cada turma e justifica que, “às vezes, o professor pode não conhecer, mas o colega do lado sabe, vendo a situação, de como resolver aquele abandono e estar ajudando a escola” (COORDENADOR ESCOLAR, 2020). Novamente, o gestor confunde-se ao citar o “1º Foco” como ação de acompanhamento à frequência diária dos estudantes. Na verdade, esse trabalho de monitoramento é realizado pela ação “Nenhum aluno a menos” e essa ação é ativa

na instituição desde o início do trabalho com o PJF frente à orientação para uma gestão de resultados, não apenas no ano 2020, como cita o gestor.

Questionado sobre a existência da ação “Nenhum aluno a menos” dentro do plano de trabalho da gestão escolar da escola também em outros anos, o referido gestor confirmou que sim, que ele já vem atuando com foco à frequência das três séries (1º, 2º e 3º ano). Nesse sentido, observa-se a gestão muito focada em resolver as situações de abandono escolar e com ações bem ativas. Entretanto, percebe-se uma fragilidade quanto ao reconhecimento da aplicabilidade de cada ação citada na prática da rotina escolar. Para Lück (2009):

O conceito de cotidiano escolar é importante por colocar em evidência a realidade da escola como ela é, o que se constitui em importante elemento da ação educacional. Conhecer como se dão as práticas e as relações no dia-a-dia da escola constitui-se em condição fundamental para promover o que ela precisa e deve ser para constituir-se em um ambiente educacional capaz de promover a aprendizagem e formação que os alunos precisam ter para poderem desenvolver as competências pessoais necessárias para enfrentar os desafios de vida com qualidade na sociedade globalizada da informação e do conhecimento (LÜCK, 2009, p. 128).

Para tanto, torna-se necessário o conhecimento das práticas que se dão no dia a dia escolar, por parte de toda a comunidade e, principalmente, pelos membros do Núcleo Gestor, uma vez que elas surgiram a partir de necessidades específicas dos alunos, apresentadas pela própria comunidade. Tais práticas são desenvolvidas pelos gestores e professores em parceria com os estudantes e exercem um papel fundamental para a permanência do aluno na escola. Desse modo, elas são parte da rotina escolar e têm papel definidor no sucesso ou insucesso da prática educativa da instituição.

Diante dos relatos observados na subseção 3.4.1, em que os gestores nos apresentaram, a partir de suas próprias experiências, que os públicos de estudantes mais vulneráveis hoje ao abandono na escola são trabalhadores e alunos do 1º ano noturno, eles foram questionados sobre o olhar que têm direcionado a esse público específico em sua rotina. Como resposta, o DE afirmou que há um olhar diferenciado voltado a esse público e explicou que, além da identificação desses estudantes que tendem a abandonar a escola, os gestores procuram articular, tanto com o estudante, quanto com a família, uma condição de matrícula favorável à sua permanência na instituição. Citou como exemplo a oportunidade que os discentes têm em escolher o

turno que melhor se adequa à sua rotina. O gestor ressaltou também o cuidado que a escola tem com as rotas que fazem o transporte escolar dos estudantes, pontuando que, para as localidades/ sítios com prática de trabalho a horticultura, por exemplo, a oferta do transporte escolar ocorre no turno tarde. O Diretor ressaltava que, para que isso ocorra, a escola precisa:

Entrar em comum acordo com os familiares, com o estudante e com os nossos parceiros, no caso a Secretaria de Educação Municipal, para que a gente consiga matricular esse aluno dentro de um turno que possibilite a ele conciliar as duas coisas, que ele consiga trabalhar pra conseguir [...] ajudar no sustento de casa e comprar o que ele quer, e que também consiga estudar. Isso tem sido um dos caminhos que nós temos utilizado, embora a gente saiba que não é 100% eficaz, porque são muitos fatores envolvidos em torno dessa situação. [...] Mas que é uma atitude, uma estratégia que, assim, que tem dado um bom resultado (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

Para a CE1, a gestão tem visto essas situações “com um olhar, assim, específico, de atenção pra esse público, e aí, a gente se mostra como agente [...] facilitador, [...] pra que ele possa frequentar a escola” (COORDENADORA ESCOLAR, 2020). E acrescentou ainda à sua fala a afirmação de que há uma compreensão por parte dos gestores a respeito da rotina árdua que esses alunos têm. Os gestores conhecem a história de vida de muitos discentes e recorrem às várias maneiras para ajudá-los no sentido de que esses alunos não fiquem muitos dias sem frequentarem a escola, ou até mesmo abandonem seus estudos.

A CE1 afirma ainda que os gestores sempre procuram conversar, incentivar e orientar para que, mesmo que alguns saiam mais cedo da escola, que eles conversem com os professores e não deixem de fazer, em casa, as atividades referentes àquelas aulas que se ausentaram, para não perder o acompanhamento que os demais estudantes têm. Dessa forma, segundo a CE1, “[...] a gente tenta equilibrar essa questão da escola com a rotina árdua que eles têm também” (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020). Ademais, a gestora direciona uma fala, especificamente aos alunos de 1º ano da escola, devido à sua dificuldade de adaptação a essa nova etapa. Ela reafirma o trabalho voltado para o socioemocional do aluno, com o apoio do Professor Diretor de Turma.

A fala do CE2 ressaltava que tanto o Professor Diretor de Turma, quanto a gestão, tem dedicado esse olhar diferenciado no tocante à sua presença junto aos estudantes a fim de proporcionar um acompanhamento mais próximo, um acompanhamento *in*

loco, dentro da própria sala de aula. Ele ressalta que esse acompanhamento mais denso parte das especificidades do turno noite, em que afirma:

[...] a turma que começa com uma quantidade significativa de alunos, geralmente não conclui, pelo menos, 50%, então nós já ficamos em foco acompanhando mesmo, dando suporte, analisando direitinho, pesquisando, para que o insucesso daquela turma não aconteça em relação ao abandono escolar, porque o Ensino Médio noturno é um ensino que tem que ser de uma visão mais, de mais equidade, trabalhar com mais equidade, porque o grau de vulnerabilidade deles é bem maior (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

Considerando a importância do diálogo nas relações sociais e também institucionais como fator que possa promover uma participação mais efetiva de todos os agentes envolvidos, nota-se que ele tem sido uma das formas que a gestão da EEMCFR tem utilizado como medida para minimizar os números de abandono dos alunos trabalhadores e também os alunos do 1º ano noturno da escola.

Desperta atenção a fala do gestor que menciona a equidade como forma de garantir aos alunos do turno noturno direitos iguais de participação e aprendizagem. O desafio de manter os estudantes na escola noturna não tem sido fácil. A exemplo, CE2 cita que, em média, apenas 50% dos estudantes que iniciam o Ensino Médio no turno noite conseguem concluir essa etapa.

A flexibilização nos horários de entradas e saídas também são importantes. Entretanto, respeitada a carga horária mínima exigida de 800 horas/ aulas anuais aos estudantes do turno noturno, é preciso que esta flexibilização esteja firmada nos documentos que norteiam o funcionamento da escola, bem como em seu currículo. Ademais, medidas sobre a organização da própria rotina do turno, como horário da merenda e aulas podem contribuir para uma melhor frequência desses estudantes. A flexibilização de horário de matrícula e transporte escolar, também apresentado pelos gestores, pode ser considerada algo positivo no tocante às possibilidades de acesso e permanência dos estudantes

Mais uma vez o PPDT é apresentado pelos gestores como um projeto que tem contribuído de forma significativa nas ações de combate ao abandono na escola, tanto com a presença do Professor Diretor de Turma, no contato direto com os estudantes e familiares, quanto com o trabalho desenvolvido em sala de aula com base nas competências socioemocionais. A partir desse olhar específico que os gestores têm dedicado aos estudantes que fazem parte de grupos vulneráveis ao abandono, surge

a necessidade da criação de ações que visem minimizar os efeitos dessas ameaças no contexto da rotina escolar. Nesse sentido, e tendo em vista os altos índices de abandono que as turmas do turno noite vem acumulando nos últimos anos na EEMCFR, os gestores foram questionados sobre a existência de ações específicas voltadas para esse público, e todos afirmaram que elas existem.

O DE iniciou sua fala a esse respeito chamando a atenção para o perfil dos alunos que frequentam esse turno na escola. Para ele, o público que frequenta o turno da noite, geralmente, não o frequenta porque quer. E acrescentou ainda que os alunos optam por esse horário porque não têm outra alternativa. Em continuidade, o Diretor apresenta o diálogo aproximado entre gestores e estudantes e a flexibilidade no horário de chegada dos estudantes à escola, como ações específicas do turno. A esse respeito o gestor traz uma fala em que reforça mais uma vez a importância do diálogo como forma de aproximação junto aos estudantes que se encontram em risco de abandono e finaliza com a seguinte exposição:

Uma das ações que a gente procura fortalecer em relação ao turno noite é a questão do diálogo. A gente desenvolve todas as ações do turno manhã, turno tarde, mas nós sabemos que o turno noite, a gente tem que ter um diálogo muito próximo, para que esse estudante não se sinta só nessa caminhada (DIRETOR ESCOLA, 2020).

A CE1 apresenta como ação específica ao aluno do turno noite o “Vem que tem!”, ação do Projeto Jovem de Futuro que tem como objetivo a oferta de aulas diferenciadas, que fujam à rotina das aulas comuns. Essa ação é direcionada na escola, exclusivamente, à turma de 1º ano desse turno, a qual é descrita pela gestora como uma turma complexa. Ela afirmou também que o turno noite é composto por estudantes com perfil bem diferenciado diante dos demais turnos. A gestora acrescentou que, a partir do ano letivo 2020, a Matriz Curricular que norteia os conteúdos a serem estudados pelas turmas do turno noite foi elaborada de forma diferenciada da Matriz Curricular do turno diurno, porém, com o cuidado para que os conteúdos essenciais ao aprendizado em cada série não deixassem de ser contemplados, nem mesmo os conteúdos que são vistos no turno diurno.

Segundo a CE1, a diferença dessa construção se deu na forma de trabalhar os conteúdos, chamando a atenção para o número reduzido de aulas no turno em que há disciplinas que, no turno diurno, são contempladas com duas horas/ aula e, no turno noite, é somente uma. Reforçou que a diferença se deu na questão do uso de

metodologias que se utilizem da criatividade para trazer ânimo aos estudantes e motivá-los a permanecer na escola.

O CE2 também citou como exemplo de ação específica aos alunos do turno noite, a construção da Matriz Curricular dos conteúdos a serem estudados no ano letivo 2020. Essa foi feita de forma mais flexível, tendo em vista minimizar os impactos de abandono escolar. O intuito dessa flexibilização não foi no sentido de torná-la mais fácil, mas que, a partir dela, o processo de ensino aprendizagem dos alunos do turno noturno ocorra de forma mais compreensível e os conteúdos estudados se apresentem de forma familiar à realidade do estudante, considerando sua visão de mundo. O gestor volta a reforçar o acompanhamento do Professor Diretor de Turma no turno, o qual se faz muito presente aos alunos e coloca-se sempre disponível em ajudá-los em suas dificuldades.

A decisão dos gestores em flexibilizar a Matriz Curricular das turmas do turno noturno nos remete às discussões em torno da etapa escolar Ensino Médio que já se estendem há vários anos, mas ainda não conseguiu firmar sua identidade. O que se percebe é que a última etapa da Educação Básica no país apresenta um currículo engessado, com uma grade extensa de conteúdos obrigatórios e se volta quase que exclusivamente ao jovem que pretende ingressar no Ensino Superior.

Com essas características, a flexibilização curricular se torna um desafio para todas as escolas públicas, uma vez que, até que sua autonomia prevaleça, ela precisa acatar o que é orientado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também pela proposta curricular do Estado. Dessa forma, geralmente, não se encontra espaço para trazer aquilo que a escola acha que é melhor para o seu público. Assim, compreende-se a ação da escola em flexibilizar a Matriz Curricular das turmas do turno noite, a partir das metodologias aplicadas em sala de aula.

De acordo com Oliveira (1997, p. 44 apud LUIZ, 2008, p. 9-10):

Melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica, antes de tudo trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

Nesse âmbito, vale salientar que a atitude dos gestores apresenta uma tentativa de inovar frente aos desafios que a sala de aula propõe aos docentes e discentes. A rotina diária de aulas moldadas aos padrões tradicionais torna o processo ensino aprendizagem enfadonho para o estudante, que muitas vezes perde o foco e acaba por atrapalhar a aula. Essa também é desgastante para o professor, uma vez que há toda uma preparação e expectativa anterior à efetivação da aula e que, quando os estudantes não a recebem bem, o professor acaba se frustrando e perdendo o interesse em propor novas aulas.

Nesse contexto, pensar em estratégias que aproximem os estudantes mais vulneráveis ao abandono às vivências escolares, amplia as possibilidades de permanência nesse ambiente. Para Almeida (1985):

Concebendo-se a Prática de Ensino de forma diversa, como uma oportunidade de reflexão sobre convicções e possibilidades individuais e de indagação sobre o real, além de desenvolvimento de um saber fazer didático, evidenciou-se a necessidade de adoção de metodologia alternativa estruturada em função das condições do aluno, considerado individualmente e em grupo, numa realidade específica (ALMEIDA, 1985, p. 93).

A proposta de flexibilização da Matriz Curricular para o turno noturno, no sentido de dar autonomia ao professor para que ele inove suas aulas, faça diferente, acrescente a prática à teoria e organize uma sistemática de trabalho voltada para aulas diferenciadas, em cujos métodos e materiais apresentem uma linguagem que vai ao encontro da realidade do aluno e ao que ele almeja com a escola, traz grandes chances de sucesso àqueles que, até então, buscam o sentido da escola para a sua vida cotidiana.

Muitas ações e detalhes sobre a dinâmica da rotina escolar já foram mencionadas/ descritas pelos gestores. No entanto, além das ações elencadas anteriormente que visam o combate ao abandono, os gestores foram convidados a falar sobre a existência de outras medidas/ iniciativas tomadas, no sentido de proporcionar ao estudante do turno noturno da EEMCFR o estímulo para que continuem frequentando as aulas. Assim, todos trouxeram falas e considerações que fecham esse momento de exposição do trabalho da equipe gestora a respeito do combate ao abandono.

Iniciamos pela fala do DE que enfatizou o acompanhamento sistêmico por parte dos Professores Diretores de Turma do turno noite e dos Coordenadores que acompanham o turno. Essa é considerada uma ação específica quanto à atenção redobrada aos estudantes do turno. O Diretor citou o exemplo de que, muitas vezes, além do acompanhamento e diálogo, aproximado com o aluno, eles também precisam manter o diálogo com o padrão daquele estudante que trabalha no sentido de negociar uma flexibilização no horário para que ele consiga frequentar a escola e manter um bom ritmo de aprendizagem.

Em concordância com a fala do DE a respeito de ações específicas voltadas para os estudantes do turno noite, o CE2 afirmou que:

Há uma diferenciação porque são turmas que, como já falamos, vieram de vários segmentos diferentes da escola, e que a gente tem que saber entendê-los, que eles fazem parte desse momento, [...] até porque eles são de classe trabalhadora, passam o dia todo no trabalho, são mães de família, pais de família, e que tem todo um percurso, ele tem um perfil, aliás, completamente diferente do que o aluno durante o dia [aluno da manhã ou do vespertino, da tarde], porque eles não têm tantos compromissos familiares dessa responsabilidade. Então, acho que esse peso maior também é mais por conta disso, a responsabilidade. E aí chega à noite já cansado, já muito debilitado para passar mais quatro horas em sala de aula. Se uma aula não for significativa, ele evade, ele evade (COORDENADOR ESCOLA 2, 2020).

Nesse mesmo sentido que trata de um olhar específico voltado para o turno noturno na EEMCFR, a CE1 afirmou novamente que há a tolerância para atrasos no horário de chegada à escola. Essa tolerância ocorre nos três turnos de funcionamento da escola, mas, para o turno noite, ela é tida com um olhar diferenciado. Ela explicou que uma parte dos alunos:

[...] costuma, muitas vezes, chegar ou na 2ª aula ou quase na 2ª aula, chegam atrasados, e muitos a gente sabe que é por questões de trabalho, então, assim, tem que ter uma tolerância maior [...] quando comparados com os alunos do dia (COORDENADORA ESCOLAR 1, 2020).

A gestora acrescentou ainda que apesar de haver a tolerância, os alunos precisam justificar o atraso e há uma conversa relacionada a isso, pois mesmo havendo a compreensão por parte dos gestores, quando esses atrasos se dão por conta do trabalho, faz-se necessário uma conversa de conscientização para que eles

procurem chegar no horário correto. A respeito da merenda escolar, a entrevistada afirmou que normalmente ela costuma ser a mesma dos turnos manhã e tarde e, às vezes, há uma pequena diferenciação. E exemplificou com a seguinte situação: “Acontece de uma segunda-feira ser uma merenda que é mais leve como, por exemplo, [...] o achocolatado, o suco com biscoito, o leite, mas o turno da noite já é feito uma merenda mais reforçada [...]” (COORDENADORA ESCOLA 1, 2020).

Entretanto, ela reforça que essa diferença se dá pelo fato de as merendeiras terem tempo suficiente para preparar um alimento mais reforçado para esse turno. Por esse motivo, e pelo que fica subentendido em sua fala, os turnos tarde e noite se beneficiam com uma merenda mais reforçada nesse dia, a segunda-feira. Ela acrescentou ainda que essa merenda reforçada no turno noite ocorre também em virtude da existência de alunos que vem do trabalho direto para a escola e que pode ser considerada como janta para os alunos.

Nesse sentido, compreende-se que essa não é uma ação que atende exclusivamente ao turno noturno. Como bem fala a gestora, apenas o turno manhã não se beneficia com essa merenda mais reforçada na segunda-feira. Essa merenda não é proporcionada a todos pelo fato de não se ter o tempo de preparo ideal por parte das merendeiras, na segunda-feira, pela manhã. Assim, ela é uma ação gerada por consequência de outra situação e não pode ser considerada como uma ação exclusiva para os alunos do turno noite.

Na fala dos gestores, são consideradas, ainda, como ações específicas aos estudantes do turno noturno, as seguintes medidas: a) a presença do Coordenador Escolar no turno, que também está focado no diálogo, e a presença junto aos estudantes do turno, bem como o desenvolvimento de um trabalho de conscientização para com aqueles que chegam tarde à escola ou tendem a querer sair mais cedo; e b) o diálogo que os Professores Diretores de Turma mantêm com os padrões dos estudantes a fim de mediar sua frequência à escola no horário certo. Além disso, os gestores voltaram a citar as ações do PPDT e a flexibilização no horário de chegada dos estudantes à escola como medidas específicas aos alunos do turno noite.

Mediante os pontos elencados pelos gestores, nota-se que as ações específicas apontadas no intuito de combater o abandono no turno noturno se pautam, principalmente, no diálogo, na atuação do Professor Diretor de Turma, na flexibilização do horário de chegada e saída, na ação “Vem que tem!”, voltada especificamente para a turma de 1º ano do turno noite, em que a inovação das

metodologias utilizadas pelos professores buscam propor aulas mais atrativas nas quais a teoria é mais frequentemente associada à prática, e também na flexibilização da Matriz Curricular, em que os professores procuram adequar os conteúdos, materiais e didáticas à realidade dos estudantes do turno.

Diante das falas dos gestores, ao longo das entrevistas, nota-se que há duas frentes muito fortes de combate ao abandono na escola: o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) e as ações do Projeto Jovem de Futuro (PJF). O PPDT se apresentou ainda como a principal delas, e sua atuação está diretamente relacionada com o acompanhamento à frequência dos estudantes, a busca ativa daqueles que apresentam risco em abandonar, bem como o trabalho desenvolvimento em sala, nas aulas de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais.

A respeito do PJF, três ações que também atuam com vistas ao combate ao abandono na escola foram apresentadas pelos gestores. São elas: a) “1º Foco” – ação de acompanhamento a estudantes das turmas de 1º ano que se encontram em situação crítica e muito crítica de aprendizagem, a partir de apadrinhamento, no sentido de monitorar o desempenho desses estudantes e oferecer apoio pedagógico; b) “Nenhum aluno a menos” – ação de acompanhamento à frequência de todos os estudantes da escola, a partir de uma frequência criada pela Secretaria Escolar, que é passada diariamente nas turmas e acompanhada pelos Professores Diretores de Turma e gestores no intuito de fazer as intervenções necessárias junto aos alunos que demonstram riscos em abandonar a escola; c) “Vem que tem!” – ação direcionada à turma de 1º ano do turno noite, com o objetivo de proporcionar aulas diferenciadas em todas as disciplinas que se revezam diariamente nesse sentido através de calendário específico. A partir da proposta de aulas diversificadas e voltadas à prática, a ação tem o intuito de convidar os alunos a estarem na escola todos os dias.

Ainda a respeito das ações de combate ao abandono na escola, a partir da análise das falas que os Coordenadores Escolares discorreram ao longo das entrevistas, notou-se que eles, em alguns momentos, fizeram alternância entre os nomes e os objetivos a que elas se propõem enquanto ações que visam contribuir com a diminuição dos índices de abandono.

Notou-se, ainda, que os gestores reconhecem a importância de atuação das ações e que elas estão presentes à rotina escolar da instituição. Contudo, ficou claro que os gestores apresentam dificuldades na identificação dos objetivos que algumas

delas propõem, ou seja, um conhecimento mais específico sobre a atuação de cada uma dessas ações. Nesse sentido, isso pode repercutir negativamente na prática dessa rotina, pois o funcionamento é organizado pelos gestores, que, para tanto, precisam ter o conhecimento de suas intencionalidades para a aplicabilidade na prática.

Ao concluir as entrevistas, foram feitos os agradecimentos a cada gestor entrevistado e a palavra foi facultada a eles para que fizessem suas considerações finais a respeito da temática discutida no ensejo. Nesse sentido, o DE agradeceu pela oportunidade e falou que o êxito que a escola vem alcançando na diminuição de seus índices de evasão e abandono escolar parte de um trabalho compartilhado com toda a comunidade escolar, em que há um Núcleo Gestor e professores compromissados em dialogar com os estudantes e os familiares. E deu continuidade com a seguinte fala:

Eu acredito que as ações que a escola tem tomado, elas são ações assertivas. Embora, como já falei algumas vezes, a gente ainda precisa ainda afinar mais nossas ações pra que a gente consiga fazer com que os estudantes realmente consigam concluir as três séries do Ensino Médio e, se possível, dentro da idade certa [...] (DIRETOR ESCOLAR, 2020).

O Diretor acrescentou ainda que almeja que os estudantes da escola, ao final dessa etapa final, tenham capacidade para ingressar no Ensino Superior, tentar um concurso público e, embora a escola não seja uma instituição de ensino profissionalizante, que eles cheguem também com a habilidade e condição de montar seu próprio negócio e ter autonomia em seu trabalho.

A CE1 agradeceu pela oportunidade, considerou o abandono como um assunto de grande relevância, que faz parte de uma problemática que vai além da EEMCFR e, em maior ou menor escala, é uma realidade de todas as escolas, pois são situações que sempre estarão presentes na educação. Contudo, é importante que estratégias e ações sejam traçadas a fim de diminuir essa problemática.

Já o CE2 colocou-se à disposição da pesquisa, falou ser uma honra contribuir com esse trabalho que tem muito a ajudar a gestão da escola, uma vez que a instituição é o seu objeto da pesquisa e, portanto, tem sido observada em suas vivências. Falou também que o abandono escolar é uma situação que parte de questões mais externas do que internas à escola e os gestores precisam saber como

lidar com essas situações para que se consiga conciliar. Ao se referir à sala de aula, falou que o insucesso escolar anda bem próximo a eles e ressaltou a importância do professor nesse sentido. O gestor acrescentou ainda que:

Professor bom não é aquele que consegue dá uma aula boa para uma turma boa não. Quero ver o professor bom, é aquele professor que dá uma aula para uma turma assim, quando o índice de abandono é alto, quando a infrequência é muito grande, que consiga trazer esse aluno para a escola, cativar ele para a escola, aí eu digo que o professor é bom. Porque dar uma aula de Matemática, no caso da minha formação, escrever na lousa as fórmulas de resolver um exercício é a coisa mais fácil do mundo, mas tem a gestão de sala de aula, a pedagogia da informação, da motivação, de o aluno se sentir um ator importante e responsável nesse momento. Esse é que é o professor e, principalmente, trabalhando a equidade, porque o nível de aprendizagem de cada um é muito diferente, o desnível é muito grande. Então, essa é a minha consideração de que o professor bom ele consegue atrair a atenção do aluno (COORDENADOR ESCOLAR 2, 2020).

Ademais, no tocante à temática abandono escolar, a conversa com os gestores indica que eles são conhecedores dos desafios que essas questões propõem à dinâmica de seus trabalhos frente à EEMCFR. Nesse sentido, o DE caracteriza as ações que a instituição têm tomado como assertivas e, ao mesmo tempo, reconhece que o resultado ainda não é o desejado, uma vez que o ideal seria que todos conseguissem iniciar e concluir seus estudos. Ainda a esse respeito, a CE) expõe que essa é uma problemática vivenciada por todas as escolas, mas que ações de combate a ela devem sempre existir. Já o CE2 relaciona a problemática do abandono às causas mais externas à escola, o que exige dos gestores um equilíbrio na tentativa de contornar as mais variadas situações que podem ocorrer.

O CE2 traz também como ponto de reflexão a atuação dos docentes nas salas de aula. Ele acrescenta que o professor é muito importante nesse processo e relaciona o bom professor ao profissional que, além de lecionar aos mais diversos públicos de discentes, sem que isso interfira em sua atuação didático-pedagógica, ele consegue trazer aulas que despertem no aluno a vontade de aprender. Nesse contexto, Santos Del Real (2000 apud KRAWCZYK, 2011, p. 756) afirma que:

Os docentes do ensino médio, embora já não sejam idealizados pelos alunos assim como eram os professores do ensino fundamental, continuam representando uma referência muito importante quanto à motivação para os alunos.

Krawczyk (2011, p. 756) acrescenta que “o sentido da escola para os estudantes está bastante vinculado à integração escolar do aluno e à sua identificação com os professores”. Assim, a atuação docente exerce grande influência sobre a atuação discente no que concerne ao avanço ou declínio de sua aprendizagem, uma vez que os seus ensinamentos são associados pelos estudantes às suas atitudes enquanto profissional. Isso pode fazer com que o aluno se aproxime da escola e dos estudos, como também pode fazer com que se afaste do ambiente escolar.

Diante das entrevistas com os gestores, algumas situações se apresentaram desafiadoras à atuação da gestão diante das ameaças do abandono escolar, outras foram vistas como positivas e outras como pontos de fragilidade. Sobre as situações desafiadoras, as ameaças externas à escola, segundo os gestores, as que mais afetam seus índices de abandono, são: a) a gravidez na adolescência; b) o trabalho; c) as condições socioeconômicas das famílias; e d) as desestruturas familiares.

Com relação às fortalezas, percebe-se o engajamento da equipe gestora na tentativa de minimizar as situações de abandono, a abertura ao diálogo com toda a comunidade escolar e o apoio dos professores diante dos desafios enfrentados pela gestão na tentativa de manter o estudante na escola, bem como o reconhecimento dos gestores. Nota-se também o interesse em proporcionar aos estudantes melhores possibilidades de acesso e permanência na escola. Lideradas pela gestão, as ações/projetos elencados ao longo das entrevistas também soam como esforço coletivo na tentativa de zelar pela permanência dos estudantes na escola.

Sobre as fragilidades, podemos citar, inicialmente, a angústia apresentada por um dos gestores diante da consolidação geral dos dados pelo SIGE ESCOLA. Segundo o gestor, o sistema estadual considera, no fechamento do ano letivo, os estudantes “em transferência” como alunos que abandonaram a escola. Nesse contexto, há de se considerar que cada solicitação de transferência nos remete a situações específicas.

O CE2 se refere ao fato de alunos que viajam para outros Estados e são matriculados nesses locais, mas que, no Sistema Integrado de Gestão Escolar do Ceará (SIGE), esses ex-alunos constam como estudantes que não realizaram matrículas e, portanto, são considerados, na Ata final, como um caso de abandono escolar da instituição de origem. Isso contribui para a elevação das taxas de

abandono. O gestor afirma ainda que essa é uma falha de comunicação entre as redes estaduais de ensino, tendo em vista que seus sistemas não se comunicam.

Outra situação de fragilidade, que se apresentou durante as entrevistas, foi a frequente troca que os Coordenadores Escolares fazem ao se referir às ações do PJF, ações essas que também fazem frente de combate ao abandono na instituição. A dificuldade em associar as ações à prática que é desenvolvida na rotina escolar nos remete à interpretação de que não há uma sistemática ou regularidade em sua aplicação. É perceptível, na fala dos gestores, a preocupação com a frequência dos estudantes. A partir disso, as ações que não contemplam esse monitoramento correm o risco de ficarem à parte, de serem acionadas apenas conforme a necessidade e disponibilidade da equipe gestora em conduzi-las.

Ainda nesse viés, embora essas ações ajam na intenção de monitorar e motivar o aluno a estar no ambiente escolar, não foram observadas ações específicas de enfrentamento direto aos impactos de alguns fatores extraescolares que impulsionam a não permanência de determinado público de estudantes. Dentre esses fatores, a gravidez na adolescência e a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família e afirmar sua identidade foram os mais citados. Ademais, o público de alunos de 1º ano e aqueles que frequentam o turno noite também foram colocados pelos Coordenadores como público mais vulnerável ao abandono na escola.

Assim, é confirmada na fala dos gestores a presença de ações direcionadas a esse público, como: a ação “1º Foco”, que contempla estudantes das turmas de 1º ano com maiores dificuldades de aprendizagem; o PPDT, voltada para esse público também em suas etapas de adaptação à nova escola e ao trabalho com as Competências Socioemocionais; a ação “Nenhuma aluno a menos” que é voltada a todas as turmas da escola com o monitoramento da frequência escolar; a ação “Vem que tem!”, para alunos do 1º ano noturno a partir de motivação à frequência às aulas; e a flexibilização da Matriz Curricular que contempla as turmas do turno noturno como base conteúdista e volta-se para a realidade e anseios de seus estudantes.

Ademais, além das ações citadas anteriormente e da flexibilização de horários aos estudantes do turno noite, não foram apresentadas medidas alternativas na diferenciação do atendimento a esse público noturno e suas especificidades, no intuito de motivá-los não só a vir, mas também a chegar na hora certa e permanecer na escola até o final do turno. Assim, conclui-se a análise das entrevistas com os gestores da EEMCFR. Na próxima seção, serão feitas as análises às respostas obtidas com a

aplicação dos questionários aos alunos e ex-alunos que vivenciaram/ vivenciam situações de abandono e evasão escolar.

3.4.4 Análise dos resultados da pesquisa com os estudantes que já abandonaram a escola e ex-estudantes em situação de evasão

Participaram da pesquisa 21 alunos e ex-alunos da EEMCFR, dentre os quais 10 fazem parte do histórico de abandono, o qual será nomeado de GRUPO AB, e 11 do histórico de evasão nos últimos anos (2013 a 2019), o qual será nomeado de GRUPO EV. Ainda sobre o perfil dos participantes da pesquisa, 9 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino. A respeito da localização de suas residências, quatro vivem na sede do município, nove em distritos, seis em sítios e dois em outros municípios/ estados.

Dos que estão na escola atualmente (GRUPO AB), 6 estudam ou estudaram, em 2019, em turmas de 3º ano dos turnos tarde e noite; 3 em turmas de 2º ano dos turnos manhã, tarde e noite; e apenas 1 numa turma de 1º ano do turno manhã. O período em que iniciaram seus estudos no Ensino Médio varia entre os anos 2011 e 2018, e o GRUPO EV de 2009 a 2018. A respeito da série e turno que frequentavam quando abandonarem a escola, todas as séries (1º, 2º, 3º e EJA) e turnos (Manhã, Tarde e Noite) foram apontados. No entanto, a 1ª e 2ª série do Ensino Médio aparecem como as que mais estudantes desistiram (16 participantes do total de 21); e os turnos manhã e tarde foram os mais citados pelo grupo (17 participantes do total de 21).

Sobre o tempo de permanência na escola, oito deles afirmaram ter ficado entre dois e três anos, quatro afirmaram ter ficado dois anos e os demais variou entre menos de um e mais de três anos. A maioria ficou entre dois e três anos na escola. Dependendo do histórico escolar de cada, no que tange à aprovação/ reprovação, isso confirma que o 1º e o 2º ano são as séries mais prováveis em que esses estudantes estavam matriculados no momento em que abandonaram a escola. Ainda sobre o tempo em que ficaram ausentes até a decisão de retorno, 6 dos estudantes do GRUPO AB ficaram menos de um ano. Entretanto, 4 ficaram de três a mais de cinco anos fora da escola até o retorno.

Quanto à realização de matrícula em outras escolas enquanto estiveram ausentes da EEMCFR, todos os participantes do GRUPO EV responderam que não,

que não voltaram a se matricular em outras instituições de ensino. 8 dos participantes do GRUPO AB também afirmaram não ter efetuado matrícula em outras escolas. No entanto, 2 desse grupo afirmou ter estudado em outras escolas. Este mesmo grupo também foi questionado se já abandonaram a escola também no Ensino Fundamental (EF); 9 deles afirmaram que não, nunca abandonaram o EF. Apenas 1 afirmou que sim, que abandonou a escola no EF e isso ocorreu uma única vez. Compreende-se, assim, que um número mínimo de alunos, 1 apenas, que já abandonou a escola no Ensino Médio também a abandonou no Fundamental.

Questionados se sentem-se bem nessa escola ou se sentiam-se quando a frequentavam, 20 participantes do total de 21 afirmaram que sim. E apenas um participante afirmou não como resposta, entretanto, fez a seguinte justificativa:

Devido a motivos exteriores como uma doença, depressão e ansiedade, da qual me impedia de ter boa comunicação e interação social com os demais estudantes e causando continuo desinteresse nos estudos (ENTREVISTADO GRUPO EV, 2020).

Segundo Tabakim et al (2015):

No início do ciclo médio os alunos, advindos do fundamental, apresentam as expectativas sobre o ensino de qualidade, a capacidade de cumprirem os papéis e estarem preparados para ocupar um lugar na sociedade, um emprego valorizado, e estar pronto para ingressar na faculdade. O desafio de apropriar, compor e articular as diversas dimensões do sistema escolar com as quais eles constroem suas experiências e se constituem, produz nos jovens ingressantes um nível de stress para o enfrentamento das demandas acadêmicas. Um dos grandes desafios para a instituição escolar na atualidade é propiciar o diálogo entre as experiências dos jovens estudantes e os saberes escolares, que implica num pensar crítico e capaz de gerá-lo (TABAKIM et al, 2015, p. 204).

De fato, as doenças da mente, como a depressão, o *stress* e a ansiedade têm se apresentado com grande intensidade à vida das pessoas no mundo contemporâneo. Tendo em vista o grau de complexidade dessas doenças, isso tem implicado, nos jovens que estão cursando o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, grandes dificuldades para conseguir se manter na escola. Essas doenças são apontadas em muitas pesquisas como fator extraescolar provocador da saída antecipada de muitos estudantes das instituições de ensino.

No que tange à situação socioeconômica atual em que vivem, os participantes da pesquisa foram questionados sobre sua atuação no mercado de trabalho. Nesse sentido, 5 participantes do GRUPO AB afirmaram que está trabalhando atualmente e 5 afirmou que não. Já no GRUPO EV, apenas 3 participantes afirmaram que sim e 8 disseram que não trabalham atualmente. Esses números indicam que, do total de 21 participantes, oito encontram-se inseridos no mercado de trabalho e 13 estão sem trabalhar. Nota-se que os participantes que retornaram à escola são também aqueles que estão em maior quantidade no mercado de trabalho, cinco do total de oito encontram-se empregados.

Quanto à carga horária diária de trabalho daqueles que estão trabalhando atualmente, a maioria afirmou que trabalha até quatro horas (três participantes) e até seis horas diárias (três participantes), dois deles afirmam trabalhar mais de oito horas diariamente. Nesse sentido, compreende-se que, para a maioria, há possibilidades de conciliação do trabalho com a escola. No entanto, possivelmente, eles encontrem dificuldades para estudar nos turnos diurnos, principalmente pela manhã, uma vez que a oferta de trabalho da região concentra-se em sua maior parte durante o dia.

O principal tipo de trabalho por eles exercido são a agricultura, apontada por cinco participantes, o comércio, por cinco, e a prestação de serviços por quatro participantes. No tocante aos trabalhos de prestação de serviços, foram citados o exercício da função de: barbeiro, doméstica, faxineira e maquiadora. Observa-se que a agricultura e o comércio são os mais citados. Estes setores são a principal fonte de renda do município em que a escola está localizada e, portanto, requer mão-de-obra voltada para os horários diurnos, principalmente para a manhã.

É importante ressaltar que apenas oito participantes afirmaram trabalhar atualmente. Contudo, ao perguntar sobre a carga horária e o tipo de função que exercem, outros seis participantes responderam às perguntas com indicações de que trabalham, ainda constando na opção “não trabalha”. Nesse caso, as respostas foram consideradas e constam no texto do parágrafo anterior.

No tocante às pessoas com as quais os participantes moram, seis deles afirmaram viver somente com a mãe, dois somente com o pai, sete com o pai e a mãe, dois moram sozinhos, dois com cônjuges e dois moram com cônjuges e filhos. Nesse sentido, compreende-se que a maior parte deles têm em seu dia a dia a presença de pai ou mãe, ou ainda a presença dos dois.

Sobre o tipo de trabalho exercido pelos responsáveis, a agricultura prevalece como principal fonte de renda das famílias dos participantes. 13 participantes indicaram a agricultura como tipo de trabalho exercido pelo primeiro responsável e 12 a indicaram como tipo de trabalho exercido pelo segundo; um participante indicou funcionário público tanto para o primeiro, quanto para o segundo responsável; quatro participantes indicaram que o primeiro responsável não trabalha e cinco que o segundo responsável não trabalha. A opção “Outro tipo de trabalho” foi marcada por 3 participantes para o primeiro responsável e por 1 para o segundo responsável. Os tipos de trabalhos citados como opção “outro” foram: autônomo (a), confeitoiro (a), costureiro (a), produção de bombons de chocolate e venda de cosméticos.

Para finalizar a compreensão sobre a situação socioeconômica dos participantes envolvidos na pesquisa, foi perguntado sobre a renda média de suas famílias. Assim, 16 participantes indicaram que sua renda familiar é de menos de um salário mínimo; os outros 5 participantes indicaram renda familiar entre um e dois salários, dois e três salários e três e cinco salários. Nesse sentido, fica perceptível a prevalência de uma renda média familiar abaixo de um salário mínimo entre as famílias de alunos e ex-alunos da EEMCFR que já passaram por situação de abandono escolar ou que estão evadidos.

Segundo Castro e Tavares Júnior (2016):

Embora a conclusão do ensino médio seja condição indispensável ao ingresso no ensino superior, além de potencializar melhores oportunidades no mercado de trabalho, as marcantes desigualdades presentes na sociedade brasileira, juntamente com os problemas do próprio sistema educacional, comprometem fortemente as trajetórias escolares dos indivíduos pertencentes a grupos sociais menos favorecidos, não somente no que se refere à conclusão do ensino médio, mas toda sua escolarização e inserção social (CASTRO; TAVARES JÚNIOR, 2016, p. 242).

Diante do ponto de vista socioeconômico, o contexto de vida desses jovens tem um grande poder de interferência diante de sua participação na vida escolar uma vez que as funções exercidas pelas famílias para a sobrevivência, bem como a renda que dispõem para o sustento mantêm-se em um padrão aquém.

No tocante à atitude dos pais em incentivá-los nos estudos, 15 participantes indicaram que eles sempre incentivam; um indicou que quase sempre eles incentivam; quatro disseram que isso ocorre de vez em quando; e um disse que raramente isso

ocorre. Um fato interessante em se observar é que do grupo que retornou à escola apenas um participante afirmou não ser incentivado sempre ou quase sempre pela família. A partir disso, depreende-se que grande parte dos participantes recebem o incentivo dos pais para o prosseguimento nos estudos. Esse incentivo se reflete significativamente para os estudantes que conseguiram retornar à escola, uma vez que 90% deles afirmou receber sempre algum incentivo.

Soares et al (2015, p. 770) corrobora com essa fala ao afirmar que:

[...] a mediação familiar é muito importante no caso do abandono, pois a importância que a família atribui à educação, assim como o interesse e o incentivo podem ser decisivos para garantir a continuidade dos estudos, estimulando esforços necessários para a conclusão de qualquer etapa escolar, persistindo apesar dos obstáculos que afligem os estudantes e aumentando a capacidade de lidar com as frustrações.

Assim, confirma-se que a falta de incentivo por parte da família pode provocar no jovem o fracasso diante dos objetivos que ele propõe para sua vida. A escola é parte desses objetivos. Ao olhar do jovem, ela se apresenta como caminhos que poderão levá-lo a uma vida mais segura no futuro. Sem o apoio e a valorização por parte da família diante da necessidade de estarem em contato com os estudos, as possibilidades de fracasso são mais prováveis. Mediante questionamento feito aos dois grupos sobre a família no apoio aos estudos, 19 participantes de 21 concordaram sobre essa importância. Isso implica dizer que a maior parte dos participantes acredita no apoio da família em relação aos seus estudos.

Dando continuidade à pesquisa, os participantes do GRUPO EV foram questionados sobre os motivos pelos quais tiveram de deixar a escola. Apesar de a opção “outros” ter recebido um percentual de marcações elevado (36,4%), suas respostas apresentam situações diversificadas. A opção solicitava ao participante a escrita desse “outro motivo” e como respostas foram apresentadas as seguintes situações que os motivaram ao abandono: i) “Abandonei por motivos familiares. Tive que tocar pra frente o negócio de minha mãe devido à separação dela com meu pai”; ii) “Estava com problema de saúde e não consegui pegar todos os conteúdos e achei melhor parar”; iii) “Me Casei e engravidei em seguida”; iv) “Abandonei porque casei e fui morar no Rio de Janeiro e logo em seguida tive um filho” (ENTREVISTADOS GRUPO EV, 2020).

De maneira mais concentrada, a alternativa de que “eles abandonaram porque quiseram trabalhar para ter seu próprio dinheiro” obteve o maior percentual de respostas, com 27,3% das marcações. 18,2% das respostas condiz com a afirmação de que eles abandonaram a escola porque não viam necessidade em continuar nesse ambiente; 9,1% abandonaram porque estavam indo muito mal nas matérias; 9,1% porque precisavam trabalhar para auxiliar na renda familiar; 9,1% porque já haviam reprovado muitas vezes.

Ao observar os fatores que contribuíram para que essas pessoas se encontrem, atualmente, fora da escola, situações como a busca por trabalho para conseguir ter seu próprio dinheiro, não enxergar sentido na escola para a sua vida, a constituição de família, gravidez e, conseqüentemente, a chegada de filhos, foram os principais motivos apresentados pelo grupo. Nesse contexto, a pesquisa corrobora tanto com o embasamento teórico apresentado nesse texto até então, como a pesquisa de Soares et al (2015) e Marques (1997), quanto com a fala dos gestores que apontam o trabalho e a gravidez como principais fatores do abandono hoje na escola. O desinteresse do estudante, nesse sentido, também é citado em várias pesquisas como fator que provoca esse fenômeno.

No intuito de investigar se a reprovação foi definidora sobre a permanência ou não desses estudantes na escola, os dois grupos foram questionados se já passaram por tal experiência. Como respostas obtidas, 11 deles afirmaram nunca ter reprovado; cinco foram reprovados uma vez; um afirmou ter reprovado duas vezes; e quatro afirmaram ter reprovado mais de duas vezes. Assim, nota-se que a reprovação foi presente à vida escolar de dez dos 21 participantes. Assim, pode até não ter sido um dos principais motivos no momento em que esses alunos e ex-alunos decidiram abandonar a escola. Entretanto, as marcas dessa experiência podem ter afetado em algum momento da vida escolar a predisposição ao aprendizado.

Ainda no intuito de investigar a influência dessas questões na vida escolar dos participantes da pesquisa, aqueles que afirmaram ter sido reprovado em algum momento foram questionados sobre os motivos que os levaram à situação. Assim, os participantes apontaram a sobrecarga das responsabilidades extraescolares como uma das principais causas. Essa opção ficou com o percentual de escolha de 42,9% por parte daqueles que pertencem ao GRUPO AB, e 40% por parte do GRUPO EV. Outra opção escolhida pela maioria dos estudantes que já abandonaram a escola foi a de que reprovou porque passou o ano todo com brincadeiras. Essa opção ficou com

um percentual de escolha de 57,1% no GRUPO AB, e 20% no GRUPO EV. Este também escolheu a opção “porque não conseguia aprender” como um dos principais motivos pelos quais reprovaram. A alternativa recebeu 40% das escolhas na tentativa de justificar esse fracasso.

Diante do exposto, nota-se que em nenhuma das alternativas os estudantes e ex-estudantes apontam não gostar das aulas ou não gostar da escola como motivo para a reprovação, e sim a sobrecarga extraescolar e as brincadeiras durante o ano. No entanto, o grupo de ex-alunos evadidos (GRUPO EV) aponta não conseguir aprender como um dos principais fatores que contribuíram para essa reprovação. Essa alternativa ficou com 40% das marcações do grupo. Nesse sentido, é importante considerar que se o aluno não consegue aprender, o professor, assim como a escola, também falhou no processo de ensino e aprendizagem.

Como já falado anteriormente, nota-se uma forte tendência das escolas como um todo em julgar o aluno que não consegue aprender como responsável pelo próprio fracasso. A partir desse questionamento, confirma-se também a aceitação do estudante como responsável por seu insucesso, pois não aponta, em momento algum, as aulas, nem a escola, como responsável. As respostas ao questionamento seguinte corroboram com essa conclusão.

Perguntados se a reprovação é necessária para a aprendizagem, notou-se que os dois grupos são bastante favoráveis, pois 5 participantes do GRUPO AB concordam, 4 concordam mais que discordam e 1 se mantém neutro ao afirmar que nem concorda, nem discorda. Esses estudantes reconhecem a reprovação como solução para que o aluno consiga aprender. Ao analisarmos as respostas do GRUPO EV, notou-se também que grande parte do grupo possui a mesma tendência em considerá-la necessária – 8 afirmaram que concordam e 1 também se mantém neutro diante da questão. No entanto, observou-se uma particularidade no grupo: 2 participantes afirmaram discordar de que a reprovação se faz necessária à aprendizagem.

Nessa perspectiva, o trabalho de Castro e Tavares Júnior conclui que:

Os alunos que passaram por alguma retenção nas etapas anteriores apresentam chances bem menores de concluir o ensino médio. O fluxo irregular (não aprovação) no ensino fundamental permanece como o maior obstáculo ao sucesso escolar. Observou-se que a maioria dos alunos que chegaram ao terceiro ano do ensino médio nunca foram reprovados, ou foram reprovados poucas vezes. O sistema escolar

tem funcionado como um funil, em que muitos ingressam, mas poucos conseguem concluir, especialmente de forma regular e sem distorção idade/série, principalmente os alunos em condições sociais desfavoráveis. Nessa perspectiva, muito ainda precisa ser feito para viabilizar o direito à educação desses alunos (CASTRO; TAVARES JÚNIOR, 2016, p. 256).

Diante dessas observações, conclui-se ainda que a reprovação escolar é uma ferramenta ainda bastante utilizada pelo sistema e tem contribuído com as desigualdades no direito dos estudantes de aprender.

No intuito de compreender o grau de importância que a escola exerce sobre o grupo de estudantes que retornaram (GRUPO AB), eles foram questionados se frequentar a escola é importante para suas vidas, se ela fez falta e se foi esse o motivo pelo qual resolveram voltar. Nesse contexto, 7 dos participantes afirmaram que concordam, 1 afirmou que concorda mais que discorda e 2 permaneceram neutros ao afirmar que não concorda, nem discorda. Ainda sobre a escola, a alternativa que indica que “frequentar a escola fez falta e por isso retornei” também recebeu um número bem expressivo de concordância: 8 dos alunos concordaram, 1 concorda mais que discorda e 1 se manteve neutro, não concorda, nem discorda.

A mesma pergunta foi lançada ao GRUPO EV no sentido de saber se estar na escola atualmente faz falta para a vida dele, já que se encontram em situação de abandono. E como respostas obtidas, 9 participantes falaram que concordam que frequentar a escola faz falta atualmente para eles; 1 concorda mais que discorda e apenas 1 discorda dessa pergunta. Isso indica que há no GRUPO EV uma maioria significativa que sente falta de frequentar a escola.

Nota-se, assim, um número expressivo no tocante ao reconhecimento do valor que a escola tem na vida desses estudantes. Entende-se, portanto, que quem voltou à escola é porque sentiu a necessidade, reconheceu a importância em dar continuidade aos estudos, e aquele que ainda não retornou, não o faz por motivos pessoais e específicos a cada um, mas que expressa a falta que esse ambiente faz às suas vidas.

Na oportunidade, o GRUPO EV foi questionado sobre a possibilidade de retornar à escola. A esse respeito, todos indicaram que sim, que pensam em voltar a estudar, sendo que a maior parte (7) pensa nessa possibilidade às vezes e 4 afirmam pensar sempre. O fato de todos pensarem em voltar à escola, mesmo que em maior ou menor intensidade, pode ser considerado como positivo, pois essa fala se

apresenta munida de possibilidades e desejos de que um dia possam estar novamente no ambiente escolar.

Ao serem questionados se a decisão de abandonar a escola foi aconselhada por alguém, a resposta de que essa decisão foi tomada individualmente prevaleceu sobre as demais. 7 dos participantes do GRUPO AB e 6 do GRUPO EV afirmaram que a decisão de deixar os estudos foi tomada sozinho. 3 do GRUPO AB e 4 do GRUPO EV afirmaram ter conversado com alguém da família antes de tomar essa decisão, e apenas 1 afirmou ter procurado alguém da escola.

A maior parte dos estudantes que desistem, fazem-no sem consultar ninguém. Boa parte dos que consultam procura a família e um número mínimo, que corresponde a um participante, afirmou ter procurado alguém da escola para se aconselhar. Nesse sentido, nota-se o distanciamento do estudante que quer desistir de sua trajetória escolar daqueles que dela fazem parte. Nesse sentido, o GRUPO AB foi questionado sobre a procura a alguém para aconselhamento antes de retornar. Assim, 6 participantes do grupo afirmaram que não, que decidiram voltar sozinhos, e 4 afirmaram ter conversado com alguém da família. Mais uma vez, confirmam-se que as decisões sobre a vida escolar desses jovens que possuem histórico de abandono são tomadas, em sua maioria, individualmente. Ainda assim aqueles que buscam conversar com alguém, nota-se que essas pessoas são familiares. A escola, por sua vez, não é consultada nesse sentido.

Ao serem questionados sobre o que a escola poderia ter feito para impedi-los de abandoná-la, todos eles, sem exceção, afirmaram que ela nada poderia ter feito. Assim, nota-se que o estudante que toma a decisão de abandonar a escola, dificilmente irá considerar a fala de alguém da família ou de alguém da própria escola na tentativa de reverter tal situação. Esse resultado nos leva a entender que uma vez tomada a decisão, a saída da escola torna-se inevitável.

Com o objetivo de compreender sobre o pensamento de abandonar a escola novamente depois de terem retornado, 5 alunos do GRUPO AB afirmaram que não, após terem retornado, nunca pensaram em desistir novamente, e 5 afirmaram que sim, que já pensaram algumas vezes. A fim de saber sobre os principais motivos que os poderiam levar a abandonar a escola novamente, algumas situações foram apontadas como resposta, dentre elas, as dificuldades em conciliar o trabalho com os estudos ficou como umas das primeiras causas que podem levá-los novamente a desistir – essa afirmativa obteve 50% de percentual em marcações.

Doença físicas e/ou psicológicas ocuparam o segundo lugar nesse risco, com um percentual de 20%. Os demais motivos obtiveram um percentual de 10% cada, em apontamentos, por também contribuírem para o abandono escolar desses estudantes, são eles: i) o fato de ter sido reprovado muitas vezes; ii) o fato de as matérias serem muito difíceis; iii) o fato de se sair muito mal nas matérias; iv) o não reconhecimento da necessidade de continuar os estudos; v) a dificuldade de se enturmar com os outros alunos; vi) a gravidez; vii) o fato de não ter quem cuide dos filhos para que possam estudar.

A necessidade de trabalhar, mais uma vez, apresenta-se como a principal ameaça às possibilidades de que o estudante, que já vem do abandono, volte a abandonar novamente a escola. Nessa perspectiva, Neri (2009 apud SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 39) afirma que:

[...] o mercado de trabalho é um ator importante na tomada de decisão desse jovem que teima em continuar seus estudos para que possa ser absorvido por ele, ou desiste e torna-se uma mão de obra desqualificada para garantir sua sobrevivência.

Portanto, a escola é desafiada a propiciar a oferta de um espaço escolar acolhedor, criativo, transformador, que considere o aluno e sua realidade. O jovem trabalhador possui especificidades que o torna, permanentemente, vulnerável ao abandono e estratégias que instiguem a sua permanência se fazem necessárias. Nesse sentido, “[...] o poder público tem a obrigação de oferecer uma escola que comporte a dinâmica de aprendizagem da população que pretende atingir” (KRAWCZYK, 2011, p. 757). Krawczyk (2011, p. 767) acrescenta: “A escola tem que estar comprometida com a comunidade na qual está inserida, mas também com os desafios apresentados pela realidade, complexa e controversa”.

Nessa mesma perspectiva, o GRUPO EV também foi instigado a responder sobre os principais motivos que os impedem, ou impediram, de retornar aos estudos nos últimos tempos. Muitas colocações foram apresentadas pelo grupo. Com exceção de um participante que declarou não haver nada que impeça ou que já tenha impedido seu retorno à escola, os demais apresentaram justificativas bem pertinentes. A partir do Questionário aplicado ao GRUPO EV, entre os dias 06 e 29 de maio de 2020, compartilharemos das falas que esses ex-alunos da EEMCFR trazem sobre esses impedimentos: 1) “Meus pais acham que eu vou matar aula ou que vou faltar no meio

do ano”; 2) “É porque agora eu estou morando com mais uma mulher”; 3) “Tenho uma filha recém-nascida”; 4) “Esposa e responsabilidade”; 5) “O trabalho é muito puxado”; 6) “Eu sinceramente fiquei desanimado com os estudos”; 7) “Acho que já é tarde pra voltar a estudar. Nesses últimos tempos, dedico meu tempo aos meus filhos e acho que, no momento, não penso em estudar”; 8) “[...] foi casar e ter uma filha, mas agora pretendo voltar a estudar porque a escola faz muita falta em minha vida”. Destacamos ainda os seguintes depoimentos?

Estou já em idade adulta e voltar a uma escola de Ensino Médio me causaria um desconforto e constrangimento, porém, o governo tem outros programas para pessoas que não terminaram o Ensino Médio e pretendo realizar o teste para a conclusão mais prática. Ainda assim, há a dificuldade do tempo pro estudo também, é causada por querer adquirir independência, assim, conseguir emprego e me manter financeiramente estável (ENTREVISTADO GRUPO EV, 2020).

Eu casei e tive filho e meu filho só tem quatro meses, é muito novo, não tenho com quem deixar ele. O pai do meu filho trabalha e acaba que não tenho tempo também. Sinto falta, pois eu amava estudar, e minha escola era maravilhosa. Obrigada todos vocês da Escola Flávio Rodrigues, os professores e funcionários, vocês todos são maravilhosos (ENTREVISTADA GRUPO EV, 2020).

Tais justificativas trazem à tona a descrença da família ao dizer que os pais fazem o julgamento de que ele vai “matar aula”, ato de ir, mas não permanecer no ambiente escolar, ou mesmo que vai entrar só para desistir no meio do ano. Esta fala foi registrada por um dos participantes do GRUPO EV. A constituição de família e filhos pequenos foi registrada por cinco participantes; a crença de que já é tarde para retornar aos estudos, alegando constrangimento diante dos demais colegas, foi citado por dois participantes; um participante afirmou não ter ânimo para voltar a estudar; e outro afirma que o trabalho está bem intenso, o que não lhe permite esse retorno.

Diante desses registros, conclui-se que, para o GRUPO EV, os principais motivos que os impedem atualmente de retornar estão relacionados à constituição de família. Para grande parte deles, casar-se ou amasiar-se, tornaram essas pessoas mais limitadas no tocante à conclusão de seus objetivos acadêmicos. Além da afirmação de que esposas/ casamentos os impedem de retornar a tal processo, os filhos pequenos também foram citados como situações propensas à situação atual de evadidos.

Iniciamos agora mais uma etapa de questionamentos que buscam saber, a partir do GRUPO AB, suas percepções acerca do cuidado que a escola tem com os estudantes vulneráveis ao abandono, como aqueles que possuem dificuldades de aprendizagem, que trabalham e estudam, bem como aqueles que apresentam interesse em abandonar. Diante do questionamento sobre a preocupação, por parte da escola, em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias, o grupo se apresentou favorável às iniciativas da instituição em auxiliar esses alunos: 6 deles concordam que isso ocorra, 2 concordam mais que discordam e 2 se mantiveram neutros diante de tal questionamento. Assim, nota-se o reconhecimento, em boa parte deles, da escola para com o auxílio aos estudantes que possuem dificuldades nas disciplinas. Nesse mesmo sentido, o questionamento sobre a preocupação da escola em auxiliar os estudantes que trabalham e estudam, também foi reconhecido pelo GRUPO AB, uma vez que 7 concordaram que esse auxílio aconteça. Sobre o auxílio aos estudantes em risco de abandono, 9 afirmaram que sim, que ele existe. Percebe-se que, para este último quesito, houve um número bem expressivo de concordância. Acredita-se que isso tenha ocorrido pelo fato de eles já terem passado por essa situação e terem recebido o apoio e auxílio necessário no intuito de continuar seus estudos na instituição.

Iniciamos agora mais etapa importante no processo de conhecimento sobre as percepções e compreensões das ações/ projetos desenvolvidos pela escola na intenção de apoiar os estudantes, estimular a interação e envolvimento artístico, científico e cultural, bem como combater o abandono escolar.

Como já fora apresentado outrora nesta dissertação, a EEMCFR desenvolve quatro ações/ projetos como frentes ao combate do abandono escolar, são eles: 1) Projeto Professor Diretor de Turma; 2) Ação Nenhum aluno a menos; 3) Ação 1º Foco; 4) Ação Vem que tem!. Além dessas ações/ projetos citados, a escola também desenvolve projetos de cunho artístico, científico, cultural e esportivo, por todo o ano letivo, a fim de “[...] criar um ambiente juvenil por meio de atividades voltadas para a integração da escola com a cultura dos jovens e com a comunidade” (KRAWCZYK, 2011, p. 763). São eles: Feira de Cultura, Arte e Ciências, Sarau Junino, Cultura Afro-brasileira, Feira de profissões, Ação Agosto do Aluno, Campeonatos interclasses, Olimpíada de Matemática, dentre outros.

A partir desse contexto, buscou-se saber se os participantes do GRUPO AB, grupo de alunos que já abandonaram os estudos na escola, mas que hoje se

encontram matriculados, possuem o conhecimento sobre essas ações/ projetos, se participam ou já participaram de algum ou alguns deles, bem como a forma pelas quais eles os avaliam diante do desafio de envolver os estudantes, ao mesmo tempo em que se combate o abandono e a evasão.

Inicialmente, o grupo foi questionado sobre a participação em projetos propostos com o intuito de fortalecer a interação e estimular a criatividade artística, esportiva, científica e cultural. Dois dos projetos listados tiveram destaques nas escolhas, são eles: Feira de Cultura, Arte e Ciências e Feira de Profissões. Ambas receberam 30% das marcações como projetos já vivenciados pelos estudantes. Outros dois tópicos também ganharam destaque nas escolhas dos jovens, são eles: a não participação e a participação sem que lembrassem em quais ou quais. Ambos também pontuaram em 30%. Além desses, outros dois projetos foram citados, mas com um menor percentual de escolha, são eles: Sarau Junino e Olimpíada de Matemática, ambos com 10% de escolhas cada.

A partir da necessidade de vivenciar a teoria na prática, a Feira de Cultura, Arte e Ciências, bem como a Feira de Profissões se apresentaram como os projetos de maior participação entre os jovens que já abandonaram a escola. Além disso, a necessidade de se familiarizar com o mundo do trabalho pode ter ocasionado também o interesse pela participação em projetos como a Feira de Profissões.

Neste sentido, as atividades práticas do tipo investigativo têm grandes possibilidades de promover esta construção, seja porque os estudantes interagem com o fenômeno, revendo seus conceitos anteriores, seja porque a interpretação da prática requer a construção de novos conhecimentos e reorganização dos anteriores na tentativa de dar sentido ao que ocorre, havendo um processo construtivo (ANDRADE; MASSABNI, 2011, p. 838).

Fica claro então o despertar que os estudantes desse grupo têm pelos projetos que os possibilitam construir o seu conhecimento a partir do poder de escolha sobre aquilo que para eles é importante.

Ainda em análise a esse tópico, o mesmo número que indicou o interesse por projetos que levam a teoria à prática, bem como aqueles que estimulam o conhecimento às questões sobre o mundo do trabalho (30%), também foi apontado como escolha, nesse mesmo percentual, a não participação e as participações não lembradas. Desse modo, há também de se concluir que foi presente a ocorrência do

não interesse em participar dos momentos oportunizados pela escola, ou participar de forma que essa participação não chega a ser recordada, implicando em uma participação passiva.

Nesse sentido, o grupo foi estimulado a sugerir projetos que possam contribuir para uma boa frequência e permanência dos alunos na escola até o fim de seus estudos. A partir do Questionário aplicado ao GRUPO AB, entre os dias 07 de maio de 2020 e 03 de junho de 2020, dois de dez participantes afirmaram que não necessitam de nenhum projeto, que os que a escola propõe já são bons e devem continuar. Os demais opinaram e, a seguir, serão apresentadas essas contribuições: 1) Interesse do próprio aluno e o núcleo gestor da escola conscientizar"; 2) "Para de conversa e para com aquelas brincadeiras bobas"; 3) "Projetos que incentivam o aluno dentro e fora da escola, cursos técnicos"; 4) "Trabalhos diferenciados"; 5) "Métodos mais divertidos de ensino"; 6) "Menos horas de aula, mais aulas práticas"; 7) "Aulas diferenciadas, fora do ambiente escolar, e também muita conversa entre os alunos"; 8) "Aulas que envolvam a todos, não somente alguns, porque tem alguns professores que conversam e dão mais atenção, acertos alunos que se acham mais inteligentes que o restante" (ENTREVISTADOS GRUPO AB, 2020).

Trazendo uma análise às falas dos estudantes, conclui-se que 1 deles acredita que o interesse deve partir dos estudantes, mas que o Núcleo Gestor deve incentivá-los; 1 acha que suas próprias atitudes podem contribuir com a frequência e permanência dos estudantes e que eles estão sempre envolvidos em conversas e brincadeiras bobas; 1 acredita em projetos que incentivam o aluno na escola e fora, e cita como exemplo os cursos técnicos; 2 não quiseram trazer sugestões e afirmaram acreditar que está bom do jeito que está e não há necessidade de mais projetos; 5 dos estudantes apresentam em suas falas a sede de aulas e trabalhos diferenciados, fora do ambiente escolar, trazendo como sugestão métodos mais divertidos de ensino, menos horas de aula, aulas prática, que envolvam a todos, sem distinção. O grupo traz ainda às sugestões uma fala de que é preciso fortalecer o diálogo com os estudantes. Fizeram uma crítica aos professores que, segundo eles, dedicam mais atenção a um grupo restrito de alunos, os quais "se acham mais inteligentes que o restante" (ENTREVISTADO GRUPO AB, 2020).

Depreende-se, então, que metade do grupo opina de forma clara à oferta de aulas inovadoras, práticas, fora do ambiente escolar, citando, inclusive, a diminuição da carga horária e a necessidade de que todos os estudantes sejam envolvidos, por

parte dos professores, bem como a necessidade de que o diálogo entre os estudantes seja fortalecido. A partir da análise feita à fala dos gestores, foi notório a indicação de ações que fortalecem o diálogo de gestores, professores e estudantes. Nesse sentido, há de se considerar a reivindicação de fortalecimento do diálogo entre os alunos.

Em continuidade à análise a respeito do conhecimento que o GRUPO AB tem sobre as ações/ projetos que visam combater o abandono, os participantes do grupo foram apresentados às quatro ações/ projetos que a escola tem desenvolvido nos últimos anos nesse sentido. Foi proposto o questionamento sobre o conhecimento dessas ações/ projetos onde 6 dos participantes do grupo manifestaram o conhecimento do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) e 4 afirmaram não conhecer nenhuma das ações/ projetos listados.

A partir daí, foi possível observar que três das ações/projetos que tem sido executado pela escola não foram reconhecidas pelos estudantes. Apenas o PPDT foi apontado por parte do grupo. E isso nos faz chegar à conclusão de que, mesmo que essas ações se façam presentes/ ativas no contexto escolar, os estudantes não as conhecem pelo nome, não tem familiaridade com elas, não conseguem identificá-las. É possível que se esteja trabalhando em prol de um fim e, no entanto, esta ação não é associada à prática. Outra possibilidade é a falta de esclarecimento, por parte dos gestores, à comunidade escolar sobre o que tem sido feito, como tem sido feito e com que intuito aquilo tem se desenvolvido.

Em continuidade, os participantes do GRUPO AB que afirmaram conhecer alguma dessas ações/ projetos foram questionados se participam ou já. Todos os estudantes que afirmaram conhecer, apontaram o PPDT como projeto ao qual participa ou já participou na escola. O PPDT é um projeto bastante divulgado na comunidade, tendo em vista que é uma política pública já implementada nas instituições públicas estaduais do Ceará há alguns anos. Nesse sentido, é compreensível a identificação não só desses, mas de todos os estudantes da escola com esse projeto.

Na tentativa de identificar o grau de eficiência que o grupo elege a cada ação que atuam no intuito de combater o abandono, elas foram novamente apresentadas ao grupo, uma de cada vez, para que os eles as analisassem nesse sentido. O número de respostas se apresentou de maneira que 7 estudantes do GRUPO AB concordaram que o PPDT é eficiente, 1 concorda mais que discorda e 2 mantiveram-se neutros ao dizer que não concordam, nem discordam que esse projeto seja

eficiente. Sobre a ação de frequência “Nenhum aluno a menos”, o número de estudantes que se coloca como neutro aumenta para 3, os que concordam ficam em 6 e os que concordam mais que discordam se preserva com apenas 1. Em continuidade, foi apresentada o “1º Foco”, ação voltada aos alunos com dificuldades de aprendizagem das turmas de 1º ano da escola. Nessa análise, o número de estudantes que se mantiveram neutros permanece com 3, mas aqueles que concordam continua em declínio e vai para 4, enquanto que o número de quem concorda mais que discorda se eleva para 3. Analisando a ação “Vem que tem!”, observa-se que o número de alunos que concordam com sua eficiência volta a crescer e volta aos 6; 1 afirma concordar mais que discordar; e 3 continuam neutros.

Como já falado, o PPDT é a ação/ projeto mais conhecido por todos e o percentual de confiança em sua eficiência entre os estudantes que já passaram pelo abandono escolar é de 70%. As ações de frequência e de aulas diversificadas mantêm-se com 60% de confiança em sua eficiência. Entretanto, a ação de apoio aos alunos de 1º ano com dificuldade de aprendizagem não é bem avaliada pelos estudantes e a confiança em sua eficiência é apontada por apenas 40% do grupo.

Mediante as características dessas ações/ projetos, as três ações que foram razoavelmente avaliadas como eficientes no combate ao abandono são aquelas também com uma abrangência maior de estudantes (turma ou turmas). Assim, a ação “1º Foco”, talvez por atender a um público mais restrito de estudantes, não foi vista como uma ação eficiente. Entretanto, é importante salientar novamente a provável falta de informação, à comunidade escolar, sobre as formas pelas quais essas ações são desenvolvidas no dia a dia. Segundo essa análise, fica perceptível a necessidade de que os gestores se organizem no sentido de aproximar a sua comunidade aos objetivos que cada ação/ projeto propõe.

No intuito de saber sobre as percepções/ visões que os participantes do GRUPO AB têm da escola, conforme o questionário aplicado ao GRUPO AB, cada estudante participante desse grupo descreveu sobre o que acham da instituição EEMCFR. As respostas trouxeram falas bastante otimistas. Os estudantes desse grupo consideram a escola muito boa e, para tanto, utilizaram adjetivos, como: “Agradável” e “Brilhante”. E pequenas frases, como: “Bem legal”; “Uma escola excelente.”; “Ótima escola, a melhor que eu já pude estudar”; “Atualmente, nada a reclamar, uma boa escola, ótimos professores e um bom ensino!”; “É uma escola muito boa, tem ótimo diretor, ótimos professores”; “Uma escola de alto de nível de

ensino, onde os profissionais são altamente qualificados para aquilo que fazem”; “Professores muito qualificados e uma gestão competente”; “Que educa para a cidadania, com uma gestão colaborativa. Que querem que seus alunos saiam de lá para uma boa faculdade é que tenham um bom trabalho” (ENTREVISTADOS GRUPO AB, 2020). Assim, nota-se que, aos olhos dos alunos que um dia desistiram de seus estudos nessa escola, e hoje continuam a estudar nela, a instituição é bem vista. Muitos elogios são destinados à instituição e, especificamente, à sua equipe gestora e professores. Nesse sentido, fica explícito o reconhecimento e o prestígio diante da opinião do grupo.

De modo geral, observa-se a partir dessa pesquisa que as séries as quais os estudantes da EEMCFR abandonam com maior intensidade as séries iniciais (1º e 2º ano). Todos os turnos foram contemplados nesse sentido. O sexo feminino teve maior número de participação. Os participantes da pesquisa residem em sua maioria no interior do município (distritos e sítios). A maior parte dos que trabalham também são os que estão hoje na escola. O principal tipo de trabalho exercido é a agricultura e o comércio, tanto dos participantes quanto de seus responsáveis. A renda média familiar desses grupos prevaleceu abaixo de um salário mínimo. A maioria dos participantes da pesquisa mora com pai, ou mãe, ou pai e mãe. A família é considerada por eles como importante no incentivo aos estudos. Aqueles que tomaram suas decisões em abandonar a escola ou retornar, tomaram essa decisão, em sua maioria, sozinhos ou a partir do aconselhamento de um familiar. Foi ressaltado também que, ao tomarem essa decisão, em nada a escola pode interferir.

A respeito do histórico de abandono e de reprovação na vida escolar dos participantes, esse número foi mínimo e não se apresenta como motivo para as experiências de abandono no Ensino Médio. A aceitação de que a reprovação é necessária para a aprendizagem foi confirmada pela maioria bem como a culpabilização do aluno que passa por essa experiência.

As percepções que os entrevistados têm da escola são as melhores. A afirmação de que sentem ou sentiram falta da instituição foi predominante. Para eles, frequentar a escola é importante. Consideram que ela se preocupa em auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem, os que trabalham e, principalmente, os que se encontram em risco de abandono. Elogiaram os projetos, a gestão, os professores e trouxeram sugestões que podem contribuir com a frequência e a permanência dos estudantes, com aulas diferenciadas e que envolvam todos os alunos, sem exceção.

Segundo os participantes, os principais fatores que os fizeram abandonar a escola foram: a dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos; as doenças físicas/psicológicas; a constituição de família; a gravidez e filhos pequenos; e a falta de perspectiva para os estudos.

A respeito do conhecimento e participação em projetos da escola, o número é bem reduzido. A Feira de Cultura, Arte e Ciências e a Feira de Profissões foram os projetos mais citados em participação. Entretanto, notou-se a ausência desse público nos projetos da instituição. Sobre o conhecimento das ações/ projetos desenvolvidos no intuito de minimizar os índices de abandono, boa parte conhece e afirma ter participado do PPDT e acredita na eficiência diante do trabalho. As demais ações, até então, se apresentam como desconhecidas aos grupos.

Esta análise foi composta por um considerável e importante número de informações oriundas da experiência dos gestores escolares, de estudantes com experiência de abandono, bem como ex-estudantes que abandonaram a instituição nos últimos anos, e que, a ela, não retornaram mais. Diante desse material de pesquisa, foi possível analisar inúmeras situações que transpõem as fragilidades, mas também as fortalezas, do fazer escolar presente na rotina da EEMCFR. Dentre as fortalezas podemos citar: a preocupação dos gestores com as questões que propiciam o abandono; a busca ativa de dados que os mantenham informados sobre a frequência dos estudantes; a eficiência na proposição de intervenções que busquem reverter as situações de ameaça ao abandono; a abertura ao diálogo com a comunidade escolar; e a receptividade na qual recebem e tratam seus estudantes.

Já no tocante às situações que se apresentaram como desafiadores, tanto para a equipe de gestores, quanto para os grupos de alunos e ex-alunos, podemos citar inicialmente a inclusão em seus dados de abandono, a partir do SIGE ESCOLA, de ex-alunos que solicitam “Transferência” da instituição e efetuam matrícula em outros Estados, uma vez que os sistemas integrados dos estados não se comunicam. Nesse sentido, é válido salientar que toda informação de matrícula que têm por base a abertura do Censo Escolar, permanece sob a responsabilidade das escolas até o fechamento de seus rendimentos anuais, independente da efetuação de matrícula em outras instituições.

Além dessa situação que foi apresentada como desconfortável por um dos Coordenadores Escolares, foram relatadas a ausência de ações que se voltem aos estudantes trabalhadores, bem como os pais de família e adolescentes do sexo

feminino suscetíveis a uma gestação precoce, a carência de adequações no currículo (horários, merenda escolar, projetos pedagógicos, atividades extracurricular) voltadas ao público que estuda no turno noturno, que torne-o mais atrativo aos seus estudantes, e o pouco ou total desconhecimento das ações de combate ao abandono pela comunidade escolar.

Portanto, a partir dos dados obtidos nas entrevistas com os gestores e nos questionários aplicados aos estudantes e ex-estudantes com perfil de abandono e evasão, bem como na revisão da bibliografia abordada no texto, fica concluída essa análise. Tais informações serão consideradas para a criação de uma Proposta de Ação Educacional (PAE) que se destine a contribuir com as práticas gestores da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues. O capítulo seguinte se concentrará na apresentação dessa proposta que tem como foco principal a otimização do trabalho desenvolvido pela gestão e professores em prol do combate ao abandono escolar na instituição.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

A partir do caso de gestão, apresentado no primeiro capítulo, que se refere ao abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, município de Croatá (CE), bem como as referências bibliográficas junto à análise dos resultados da pesquisa de campo, concretizada através de entrevistas semiestruturadas com gestores e questionários a grupos de alunos e ex-alunos com experiência de abandono, apresentamos o Plano de Ação Educacional (PAE). O objetivo principal deste é fornecer subsídios aos participantes do contexto educacional da referida instituição, como a equipe gestora, professores e estudantes, no sentido de promover a participação ativa nos processos que envolvem as ações de combate aos índices de abandono, assim como contribuir com a elevação de participações nas aulas e, consequentemente, minimizar as taxas de abandono.

No primeiro capítulo, o Ensino Médio do Brasil foi apresentado, tendo como análise principal a elevação das taxas de abandono no país concomitante à universalização do ensino nas últimas décadas do século XX. Nesse mesmo sentido, foram apresentadas as formas de organização do Ensino Médio no Estado do Ceará que, por sua vez, tem conseguido diminuir os números de abandono, bem como a unidade de ensino objeto dessa pesquisa e as ações por ela desenvolvidas no intuito de minimizar o problema que, conforme diagnóstico realizado nos últimos seis anos, tem diminuído. Entretanto, o mesmo diagnóstico que revela resultados gerais positivos, trazem-nos resultados específicos que merecem atenção, como o turno noturno e as turmas de 1º ano.

No segundo capítulo, o abandono escolar no país e no Estado dialoga com uma bibliografia que corrobora com a ocorrência do problema e é confirmada a partir dos resultados da pesquisa de campo. As experiências da instituição de ensino pesquisada diante do abandono se confirmam através da expressão dos gestores, bem como de alunos e ex-alunos com histórico em sua trajetória escolar na instituição.

De maneira geral, esses resultados nos levaram a constatar que o abandono escolar é uma realidade presente a todas as instituições públicas brasileiras. Fomentado por influências do meio externo, como as desigualdades sociais e/ ou econômicas, e também por fatores internos, como a reprovação e a pouca atratividade da escola, o abandono tem se tornado, ao longo dos tempos, um dos problemas mais desafiadores para a educação do país.

No âmbito da escola objeto desta pesquisa, ficou perceptível a consciência dos gestores diante dos desafios propostos por esse fenômeno e a preocupação em manter o diálogo e a proximidade com os estudantes. A fala destes retratou a existência de várias ações voltadas ao enfrentamento ao abandono na instituição. Dentre elas, o PPDT obteve destaque e foi apresentado pelos gestores como um projeto de grande relevância no enfrentamento desses desafios. Entretanto, algumas trocas nos nomes das ações e seus respectivos objetivos foram efetuadas pelos gestores ao longo das entrevistas. Isso nos despertou para o fato de que há um esforço na escola para a diminuição dos índices de abandono, mas que há também possibilidades de que essas intervenções sejam efetuadas de forma a ficarem deslocadas de seu foco principal. Outro ponto relevante nesse sentido foi o desconhecimento, por parte dos estudantes, de 75% das ações que a escola desenvolve, apontando, assim, para a necessidade de medidas que fortaleçam o planejamento e a propagação para toda a comunidade escolar.

Além dessas percepções, observou-se também, na fala dos Coordenadores Escolares, uma inquietação diante dos resultados do rendimento anual da instituição no que concerne à inclusão de alunos “em transferência” como casos de abandono escolar. Segundo os gestores, há casos de discentes que viajam para outros Estados e efetuam matrícula nas cidades nas quais firmam residência. Contudo, o sistema integrado do Ceará não reconhece essas movimentações, tendo em vista que essas informações não migram entre os sistemas dos Estados. Assim, ao final do ano letivo, os nomes desses ex-alunos são apresentados na Ata Final como alunos “Transferidos”. No entanto, no resultado do rendimento escolar, eles constarão como abandono para a instituição. Assim, esse também será um dos pontos em que se buscará reflexões e possíveis alternativas nesse PAE.

Por fim, o trabalho, a constituição de família, os filhos pequenos, a responsabilidade com o lar e a gravidez precoce foram apontados pelos gestores e grupos de alunos e ex-alunos com experiência em abandono escolar como fatores que têm favorecido a não permanência de muitos estudantes. Ademais, notou-se ainda que boa parte desse público está concentrado no turno noite e que, embora os gestores tenham tentado mudar essa realidade através do fortalecimento do diálogo, de aulas diferenciadas através da ação “Vem que tem!” e da própria flexibilização de sua matriz curricular, esse turno ainda é colocado nos mesmos padrões de atendimento dos turnos diurnos (manhã e tarde) em aspectos como: rotina de aulas,

merenda escolar, metodologias e avaliação. Isso pode cooperar para o excesso de faltas e desistências dos estudantes matriculados nesse horário.

Diante desses resultados, e considerando a legislação educacional vigente no país, bem como o contexto escolar, surgiu a necessidade de se pensar em soluções viáveis no tocante à sistematização dos casos de abandono escolar, por parte da SEDUC, no sentido de utilizar a ferramenta de gestão SIGE ESCOLA como forma de monitorar essas ocorrências nas escolas da rede estadual, aproximando os números do abandono escolar do Estado ao que, de fato, ocorre na realidade. É importante também considerar a necessidade de encontros que promovam o planejamento e fortalecimento das ações desenvolvidas pela escola no intuito de reduzir seus índices de abandono e direcionar ações inclusivas e que motivem os alunos da escola, principalmente os que frequentam o turno noturno e encontram-se em situação de vulnerabilidade, a frequentar a escola e concluir seus estudos.

Diante do exposto, o presente capítulo visa apresentar o Plano de Ação Educacional (PAE) a ser desenvolvido no decorrer do ano letivo de 2021 e, conforme adequação ao contexto escolar, estendido aos demais anos, aprimorando as ações, caso a escola julgar necessário. Algumas ações desse plano se adequam também à possibilidade de serem executadas e acompanhadas mediante ferramentas *online*, uma vez que se vivencia, atualmente, a pandemia de Covid-19, a qual ainda apresenta muitas incertezas em relação ao futuro. Diante disso, caso haja impedimentos na execução deste PAE de forma totalmente presencial, aconselha-se iniciar pelas ações que possam ser desenvolvidas à distância e, posteriormente, conforme ocorrer o retorno total às atividades escolares presenciais, dar-se-á início às ações que exigem a presença física de seus participantes.

Pensando nas diversas situações apresentadas ao longo desta pesquisa, esse plano foi desenvolvido com foco nas situações que apresentam fragilidade e podem interferir negativamente sobre as taxas de abandono escolar da instituição, como:

- a) Sistematização das situações de Abandono Escolar pela SEDUC;
- b) Apropriação, por parte da comunidade, das ações de combate ao abandono;
- c) Currículo do turno noturno;
- d) Mercado de trabalho;
- e) Gravidez precoce;
- f) Contexto familiar.

Com o propósito de contribuir com a EEMCFR na redução de seus índices de abandono, esse Plano de Ação Educacional terá como referência as questões listadas acima e está organizado em três eixos principais:

- a) Gestão de Sistema;
- b) Gestão Pedagógica;
- c) Estabelecimento de parcerias.

Com o desenvolvimento do PAE, em 2021, almeja-se contribuir no sentido de minimizar as taxas de abandono da EEMCFR, especialmente nas turmas/ turnos em que esse fenômeno é mais presente, bem como propiciar aos gestores e estudantes momentos de escuta e planejamento das ações da escola com finalidade de enfrentamento a esse problema. Almeja-se ainda refletir, junto à SEDUC, possibilidades de unificar as informações de abandono, que surgem a partir de solicitação de “Transferências” das escolas estaduais no sentido de ampará-las, a partir de justificativas formais, mediante essas movimentações.

Ao final do ano letivo, sugere-se avaliar as ações propostas e executadas a partir desse plano, assim como os resultados obtidos. Dessa forma, o tempo de desenvolvimento pode ser prolongado para o(s) ano(s) seguinte(s), conforme adequação às necessidades da instituição. Essa proposta poderá também ser acolhida e adaptada por outras entidades de ensino que apresentem os mesmos problemas.

A apresentação das ações desse PAE se utilizará da metodologia 5W2H¹⁶, que possibilita um planejamento simples, organizado e de fácil compreensão por parte dos envolvidos. A seguir, serão apresentados os eixos em que se firmaram essa proposta, seguido das ações.

¹⁶ Esse modelo é conhecido como “5W2H” porque se resume em sete definições fundamentais, que serão buscadas em um determinado plano de ação, partindo de expressões que, no original em inglês, começam com as letras W e H, conforme a seguir explicado: What (o que será feito?), Why (por que, qual a importância?), Who (quem será responsável?), Where (onde a ação ocorrerá?), When (Quando ela ocorrerá?), How (como será desenvolvida?) e How Much (quanto custará?) (FERREIRA, 2018, p. 4).

4.1 GESTÃO DE SISTEMA

Conforme dados das entrevistas realizadas com os gestores, a EEMCFR recebe, por todo o ano letivo, pedidos de “Transferência” de estudantes por motivos de viagens que algumas famílias realizam com o objetivo de fixar residência em outros municípios do Ceará, ou mesmo de outros Estados da federação. Diante disso, a escola possui um modelo de “Declaração” no qual são preenchidos os dados do responsável pela matrícula, os motivos pelos quais a família está solicitando a “Transferência”, bem como o registro da data e assinatura da pessoa responsável pelo estudante que fez a solicitação. A partir desse procedimento, o aluno é posto “em movimento” pela Secretaria Escolar.

Assim, conforme a data base de abertura do Censo Escolar, esse aluno permanece ou não vinculado à escola. Caso essa “Transferência” seja solicitada após abertura do Censo Escolar, o ex-aluno continua vinculado à sua turma e escola de origem, apresentando-se, ao final do ano letivo, no rendimento final da escola como um caso de abandono. Compreende-se, portanto, que há determinações legais para o fechamento dos resultados de rendimento anual das escolas do país. Entretanto, a Secretaria da Educação do Estado pode pensar em uma forma de acolher as justificativas das escolas, através de documentos formais, na intenção de manter a própria SEDUC, bem como suas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), informadas sobre tais situações, e, portanto, amparar as escolas estaduais diante de seus rendimentos anuais.

Nesse sentido, faz-se necessário a apresentação de uma ação que fomente a Secretaria da Educação do Ceará a abrir espaço para refletir sobre a possibilidade de incluir no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE ESCOLA) aba(s) de acompanhamento às solicitações de “Transferências” das escolas da rede estadual, pois há situações vivenciadas que, de certa forma, “não condizem com Abandono Escolar”, como o caso de alunos que efetuam matrícula em outras instituições, mas que se refletem nos resultados de abandono escolar destas e do Estado como um todo.

4.1.1 Ação 1 – Reuniões SEDUC de análise à legislação educacional e às possibilidades de sistematização, a partir do SIGE ESCOLA, de informações relacionadas a casos específicos que geram resultado de Abandono Escolar nas escolas da rede estadual de ensino

A proposta é propor à SEDUC a realizar três reuniões para análise, reflexão e apresentação de uma proposta de sistematização dos dados de alunos que solicitam “Transferência” das escolas públicas estaduais do Ceará. A primeira reunião seria realizada com uma equipe (técnica/pedagógica), a ser indicada pelo responsável legal da SEDUC, a fim de analisar a legislação educacional vigente que trata dos resultados de rendimento das escolas públicas, bem como refletir maneiras de sistematizar informações sobre o destino de ex-alunos que solicitam “Transferência” nas escolas estaduais do Ceará, tendo em vista a continuidade dos estudos, por parte deles, em outras instituições. Dentro de uma lógica racional, isso não poderia ser considerado como caso de abandono escolar.

A segunda reunião seria com a equipe técnica responsável pelo SIGE ESCOLA para discutir a possibilidade de criação, no SIGE ESCOLA, de aba (s) específica (s) que justifique a efetuação de matrícula de ex-alunos da rede em outras escolas, no Estado ou fora dele, de ex-alunos que solicitaram “Transferências”. E a terceira reunião seria com a comunidade escolar da EEMCFR para discutir sobre os casos de abandono considerados no rendimento anual da instituição e apresentar proposta de sistematização desses dados, por meio do SIGE ESCOLA, como possíveis formas de justificar, junto à SEDUC, a efetuação de matrícula desses ex-alunos em outras instituições de ensino, legitimando, assim, os resultados reais dos casos de abandono não só dessa instituição, mas de todas as escolas da rede estadual de ensino.

A avaliação dessa ação será realizada pela pesquisadora e pela própria SEDUC a partir das conclusões sobre os estudos realizados a esse respeito e às possibilidades de adequação do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE ESCOLA) como ferramenta de coleta dessas informações junto às escolas do estado.

A seguir, o Quadro 03 apresentará a Ação 1 deste PAE.

Quadro 3 – Detalhamento da Ação 1

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
O que será feito?	Encontro promovido pela SEDUC com uma equipe (pedagógica/técnica), a fim de fazer uma análise da legislação educacional do país sobre rendimento escolar e a possibilidade de criar, no Estado, um controle, via SIGE ESCOLA, que comprove a continuidade ou não dos estudos por parte dos alunos que solicitam “Transferência”.	Encontro com os responsáveis técnicos pelo sistema SIGE ESCOLA para discutir sobre a possibilidade de adaptação ou inclusão de aba para a coleta de informações que comprovem a efetuação de matrículas em escolas do Ceará ou em outros Estados da federação.	Encontro com a EEMCFR para discutir sobre os casos de abandono considerados pelo SIGE e as possíveis formas de justificar, junto à SEDUC, a efetuação de matrícula desses ex-alunos em outras instituições de ensino.
Por quê?	Tendo em vista a necessidade de refletir sobre questões que têm contribuído para a elevação das taxas de abandono nas escolas do Ceará, mais especificamente, relacionados aos ex-alunos que solicitam “Transferências” e, mesmo matriculados em outras instituições, são considerados como abandono na instituição de origem.	Tendo em vista a necessidade de uma sistematização unificada para as escolas estaduais no sentido de justificar o destino dos estudantes que solicitam “Transferência”, uma vez que parte deles efetuam matrículas em outra instituições, mas permanecem como casos de abandono na escola de origem.	Tendo em vista a necessidade de deixar a comunidade escolar esclarecida sobre a sistematização do rendimento escolar e apresentar possível instrumento de coleta de informações no qual a escola possa justificar o destino desses estudantes.
Onde será feito?	Em Fortaleza (CE), no prédio da SEDUC.	Em Fortaleza (CE), no prédio da SEDUC.	Em Croatá (CE), na sede da EEMCFR.
Quem serão os responsáveis?	Secretária da Educação do Estado do Ceará e Secretário Executivo de Ensino Médio e da Educação Profissional.	Secretária da Educação do Estado do Ceará, Secretário Executivo de Ensino Médio e da Educação Profissional e responsáveis técnicos pelo SIGE ESCOLA.	Equipe SEDUC/CREDE 05 e pesquisadora.
Quando será feito?	Em março de 2021.	Em abril de 2021.	Em junho de 2021.
Como será feito?	Encontro presencial ou web conferência, a depender da situação da pandemia do Covid-19 nesse período.	Encontro presencial ou web Conferência, a depender da situação de pandemia do Covid-19 nesse período.	Encontro presencial ou web Conferência, a depender da situação de pandemia do Covid-19 nesse período.
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2 GESTÃO PEDAGÓGICA

Conforme apresentado no primeiro capítulo, a EEMCFR possui quatro ações de frente que visam o combate ao abandono escolar na instituição. São elas: PPDT, Ação “Nenhum aluno a menos”, Ação “Vem que tem!” e Ação “1º Foco”. A partir da coleta de informação consolidada por esta pesquisa, notou-se algumas fragilidades a respeito do conhecimento dos objetivos e atuação dessas ações no contexto escolar, tanto por parte dos coordenadores, quanto pelos alunos e ex-alunos participantes da pesquisa. Com exceção do PPDT, os coordenadores apresentaram essa fragilidade ao fazer trocas frequentes entre os nomes e objetivos das ações citadas. Outro fator que justifica essa problemática foram as declarações feitas pelos grupos de alunos e ex-alunos sobre o conhecimento e participação nas quatro ações citadas. À exceção do PPDT, todos afirmaram desconhecer e não participar das demais ações mencionadas.

Esse fato é preocupante porque, mediante afirmação dos gestores, uma das ações da escola que visa combater o abandono é justamente o acompanhamento à frequência dos estudantes, feita diariamente em todas as turmas, a partir da ação “Nenhum aluno a menos”. Contudo, os próprios estudantes afirmaram não conhecer. Nesse sentido, concluiu-se que as ações existem e que, segundo os gestores, elas são desenvolvidas. Entretanto, há a possibilidade de serem planejadas apenas pelos gestores e executadas sem o esclarecimento prévio à comunidade escolar sobre os seus objetivos.

Para tanto, embora os Coordenadores Escolares tenham afirmado que essas ações são planejadas, tendo em vista um diagnóstico construído pela própria comunidade escolar, é importante ressaltar que o envolvimento dessa em todas as etapas, desde a identificação do problema, as escolhas das ações de combate ao abandono na escola até a execução dessas ações, se faz necessário. Compreende-se, a partir de então, que as pessoas se comprometem com algo quando são apresentadas e convidadas a participar. Nesse sentido, mesmo que a escola já contemple essa participação, é necessário que ações de engajamento entre os atores da sua comunidade escolar sejam promovidas no sentido de garantir o fortalecimento e proximidade de todos nesse processo.

4.2.1 Ação 2 – Organização dos encontros de fortalecimento às ações de Abandono da escola

Diante dessa necessidade, será apresentada, a seguir, a Ação 2 que está organizada na promoção de quatro encontros ao longo do ano (um seminário e três reuniões). No primeiro encontro, os representantes da comunidade escolar serão convidados a fazerem, junto ao Núcleo Gestor, uma análise aos resultados do abandono referente ao ano 2020 e, a partir dessa análise, avaliar as ações desenvolvidas, no ano anterior, na intenção de melhorar suas taxas de abandono, para que, em seguida, indicar quais delas são importantes para a continuidade naquele ano letivo, bem como planejarem novas ações com esse mesmo propósito.

Os demais encontros terão a finalidade de avaliar as ações desenvolvidas e terão como subsídio os resultados internos dos três primeiros bimestres do ano letivo. O resultado final dessa ação será avaliado pela própria comunidade escolar, sob a orientação do Núcleo Gestor da EEMCFR, no início do ano letivo 2022, com base nos resultados de seu rendimento anual do ano anterior.

Quadro 4 – Detalhamento da Ação 2

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa
O que será feito?	Seminário com representantes da comunidade escolar (gestores, professores, alunos), no intuito de analisar o rendimento quanto ao abandono no ano letivo anterior e planejar ações viáveis no sentido de minimizar os índices em 2021.	1º Encontro com os representantes da comunidade escolar, para avaliar a execução das ações em cada período, os resultados que elas promoveram e as correções necessárias a se fazer.	2º Encontro com os representantes da comunidade escolar, para avaliar a execução das ações em cada período, os resultados que elas promoveram e as correções necessárias a se fazer.	3º Encontro com os representantes da comunidade escolar, para avaliar a execução das ações em cada período, os resultados que elas promoveram e as correções necessárias a se fazer.
Por quê?	Com vistas à necessidade de fortalecer e ampliar a participação da comunidade escolar nos processos de escolha das ações de combate ao Abandono na escola.	Com vistas à necessidade de avaliar as ações desenvolvidas ao longo do 1º bimestre e a influência delas sobre os resultados internos da escola no período.	Com vistas à necessidade de avaliar as ações desenvolvidas ao longo do 2º bimestre e a influência delas sobre os resultados internos da escola no período.	Com vistas à necessidade de avaliar as ações desenvolvidas ao longo do 3º bimestre e a influência delas sobre os resultados internos da escola no período.
Onde será feito?	Nas dependências físicas da EEMCFR.	Nas dependências físicas da EEMCFR.	Nas dependências físicas da EEMCFR.	Nas dependências físicas da EEMCFR.
Quem serão os responsáveis?	Gestores	Gestores	Gestores	Gestores
Quando será feito?	No 2º dia da Jornada Pedagógica da escola, uma semana antes do início do ano letivo 2021.	Na primeira semana após o fechamento dos resultados internos referentes ao 1º bimestre.	Na primeira semana após o fechamento dos resultados internos referentes ao 2º bimestre.	Na primeira semana após o fechamento dos resultados internos referentes ao 3º bimestre.
Como será feito?	Encontro presencial ou <i>web</i> Conferência, a depender da situação de pandemia do Covid-19 nesse período.	Encontro presencial ou <i>web</i> Conferência, a depender da situação de pandemia do Covid-19 nesse período.	Encontro presencial ou <i>web</i> Conferência, a depender da situação de pandemia do Covid-19 nesse período.	Encontro presencial ou <i>web</i> Conferência, a depender da situação de pandemia do Covid-19 nesse período.
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.2 Ação 3 – Projetos temáticos com foco na prática e ênfase no mundo do trabalho e nas relações sociais

Os resultados dessa pesquisa nos remetem ainda à necessidade de uma adequação curricular, prioritariamente, do turno noturno, uma vez que o público de estudantes que frequenta esse horário foi apresentado como de maior vulnerabilidade ao abandono. Questões como as responsabilidades com a família, o mercado de trabalho, a defasagem acentuada de conteúdos e histórico escolar marcado pelo fracasso, têm contribuído significativamente para a não permanência de alunos com esse perfil na escola. Nesse último caso, há alunos nos três turnos de funcionamento da escola com esse perfil. Assim, para o eixo Gestão Pedagógica haverá ações tanto voltadas especificamente para alunos do noturno, como ações voltadas para alunos dos três turnos de funcionamento da escola.

Segundo os jovens participantes da pesquisa, aulas mais atrativas, práticas e voltadas para o mundo do trabalho foram citadas como sugestões que podem contribuir para a permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, notou-se a necessidade de inovação às aulas por parte dos jovens. Essa expressão nos indica também que o excesso de aulas expositivas pode ser um fator provocador de desestímulo, e isso é um fator complicador à permanência do jovem com maior vulnerabilidade ao abandono em continuar seus estudos.

O anseio dos estudantes por aulas mais atrativas, aliado ao público mais vulnerável ao abandono hoje na EEMCFR, motivou-nos a propor uma ação em que as aulas do turno noite poderão ser desenvolvidas a partir de projetos com temáticas escolhidas pelos estudantes e professores. O ensino a partir da tematização e desenvolvimento de projetos possibilita ao aluno ser coautor de sua aprendizagem e propõe a abertura da escola à realidade por ele vivenciada. Nessa perspectiva, compreende-se que o estudante se identifica e vê significados naquilo que lhe é proposto.

A Ação 3 organiza-se de forma a propor a utilização de metodologias a partir do uso de projetos temáticos nas aulas do turno noturno. De início, essa metodologia será utilizada como forma experimental e não alterará a matriz curricular de conteúdos proposta pelo PPP da escola. A intenção dessa ação não é alterar a matriz, mas se utilizar de projetos temáticos para trabalhar os conteúdos, em que a teoria possa se

aliar à prática e confronto a realidade dos estudantes, proporcionando-lhes mais significados ao aprendizado.

O desenvolvimento dessa ação se dará da seguinte forma: inicialmente, será feito um momento com as turmas do turno noturno, na aula de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais, em que o Professor Diretor de Turma fará uma pesquisa com os estudantes sobre as temáticas que eles gostariam de trabalhar ao longo do ano letivo. Após esse momento de sondagem, haverá um planejamento coletivo entre os professores do turno para a distribuição das temáticas nos meses do ano. O ideal é que se escolha uma temática para ser trabalhada a cada mês, de forma interdisciplinar. A ideia é que todas as disciplinas trabalhem seus conteúdos com abordagens voltadas para a mesma temática, associando teoria e prática, na utilização de informações que instiguem à resolução de problemas do cotidiano, promovendo, assim, inovação às aulas, com apoio em atividades, como a confecção de materiais, visitas, experimentos, vivências, dentre outros. Concomitante ao processo de escolha e organização das temáticas entre os professores e as turmas, os Coordenadores Escolares desenvolverão um trabalho pedagógico de orientação e preparação dos professores para o desenvolvimento dessa prática nos momentos destinados ao planejamento docente na escola.

Durante o ano letivo, serão trabalhadas um total de oito temáticas, nos meses março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro. Além do desenvolvimento em sala de aula e ambientes externos da escola e até extraescolar, caso haja possibilidade, a primeira semana após o trabalho será destinada ao compartilhamento dos trabalhos desenvolvidos com a comunidade escolar. Assim, a cada dia dessa primeira semana pós-projeto, haverá atividades diferentes a serem apresentadas no pátio da escola e, no último dia da semana, o lançamento de uma nova temática. Dessa forma, todas as disciplinas poderão participar da culminância, conforme seu horário no calendário, e os alunos se organizarão por equipes de acordo com afinidade ao conteúdo e disciplina, para garantir a participação de todos.

A avaliação desta ação será realizada a partir dos resultados internos obtidos a cada bimestre, tanto pelo monitoramento de frequência às aulas, quanto pelos resultados da avaliação da aprendizagem. A Ação 3 encontra-se descrita no quadro adiante.

Quadro 5 – Detalhamento da Ação 3

(continua)

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa
O que será feito?	Um momento na aula de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais com cada turma para a escolha e delimitação de temas, junto aos estudantes, a serem trabalhados ao longo do ano letivo.	Com os temas já escolhidos e delimitados pelas turmas, serão realizados oito planejamentos coletivos entre os professores do noturno, um a cada mês. Os Coordenadores Escolares repassarão orientações em como desenvolver esse trabalho, bem como a escolha da temática a ser trabalhada mensalmente, e planejar o desenvolvimento das aulas dentro da temática escolhida e, a partir do 2º encontro, além do cumprimento dessas etapas, o trabalho realizado no mês anterior será avaliado e readequado conforme as necessidades.	Realização de aulas diárias diversificadas, voltadas para a prática, com ênfase no mundo do trabalho e realidade social, a partir de projetos com propostas temáticas escolhidas pelos estudantes e professores.	Realização das semanas de culminâncias após cada temática finalizada.
Por quê?	O turno noturno foi identificado como de maior vulnerabilidade ao abandono. O diagnóstico por turnos e turmas também confirma isso. Assim, faz-se necessária a participação dos estudantes na escolha de temáticas a serem trabalhadas, pois devem ser de interesse de todos e estarem em consonância com suas realidades econômicas, e sociais.	Tendo em vista a necessidade de os professores passarem por momentos de orientação pedagógica e planejamento diante do bom cumprimento a essa ação, bem como a importância da participação dos professores no processo de selecionar as temáticas de acordo com os conteúdos a serem ministrados, e a necessidade de um tempo para a preparação de aulas voltadas para cada temática.	Tendo em vista a necessidade da oferta de aulas inovadoras que vá ao encontro da realidade de grande parte do público de alunos do noturno (jovens trabalhadores, pais de família e com histórico de fracasso escolar), que confronte os conteúdos à realidade dos estudantes. Além disso, a oferta de aulas mais atrativas, vivenciadas também através da prática e anseio dos discentes com histórico de abandono.	Tendo em vista a importância em proporcionar momentos de interação e partilha entre a comunidade escolar a partir da apresentação das etapas de construção do conhecimento.

Quadro 5 – Detalhamento da Ação 3

(conclusão)

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa
Onde será feito?	Nas salas de aulas de cada turma do turno noite da EEMCFR.	Na Sala de Planejamento da EEMCFR.	Nas salas de aulas de cada turma do turno noite da EEMCFR.	No pátio da EEMCFR.
Quem serão os responsáveis?	Professores Diretores de Turma.	Coordenadores Escolares e professores do turno noturno.	Professores do turno noturno.	Núcleo Gestor, professores e estudantes do turno noturno.
Quando será feito?	2ª semana após o início das aulas.	O 1º planejamento ocorrerá na 3ª semana de fevereiro de 2021; os demais ocorrerão na 1ª semana após a culminância de cada temática.	As aulas ocorrerão diariamente, por todo o ano letivo de 2021.	As culminâncias ocorrerão na primeira semana após o mês de desenvolvimento de cada projeto.
Como será feito?	Os As temáticas serão elencadas pelas turmas em uma aula de Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais. Em seguida, as turmas escolhem as temáticas a serem trabalhadas ao longo do ano, delimitando uma temática para cada mês que será trabalhada de forma interdisciplinar, em que os professores farão um calendário de atuação por disciplina, dependendo da temática escolhida.			
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2.3 Ação 4 – As atividades esportivas e culturais como motivadoras da frequência escolar

Ainda no sentido de estimular os estudantes a frequentarem a escola, bem como fortalecer o comprometimento com a frequência às aulas, será proposta a Ação 4, com foco no desenvolvimento de dias letivos voltados especificamente à prática de atividades esportivas e culturais, na escola ou em ambientes externos. Esta ação será direcionada a todas as turmas e será desenvolvida mensalmente com as turmas que apresentarem melhor desempenho no tocante à frequência escolar.

A participação em atividades esportivas e culturais, além de garantir que os alunos ampliem seu repertório e aprimorem sua capacidade de interpretação da realidade e do outro, podem influenciar positivamente na frequência e participação às aulas. Nesse sentido, a ação seguinte propõe o auxílio a uma ação já existente na escola, a “Nenhum aluno a menos” que monitora diariamente a frequência dos estudantes. A proposta é que se reconheça o esforço das turmas que conseguirem manter o melhor índice de frequência mensal, com um dia letivo de atividades esportivas e culturais, a cada mês, destinados a duas turmas do turno manhã, duas do turno tarde e uma turma do turno noite, a ser planejado previamente pelos professores das turmas.

O desenvolvimento desta ação se dará da seguinte forma: diariamente, é feito o acompanhamento à frequência escolar pela secretaria. Esta ação se chama “Nenhum aluno a menos” e serve como subsídio para o trabalho de prevenção e intervenção às situações que ameaçam a efetivação de casos de abandono na escola. Segundo os gestores, essa frequência é mensurada quinzenalmente e compartilhada com os PDT's para que sejam realizadas as intervenções. Nesse sentido, a proposta é que ela possa ser utilizada como subsídio também para contabilizar o número de faltas, mensalmente, no sentido de identificar quais turmas acarretam maior e/ou menor número de faltas. A partir desse controle mensal, será possível selecionar as turmas participantes dessa ação.

A avaliação dessa ação será realizada a partir dos resultados mensais de infrequência a cada mês. O quadro, a seguir, apresentará os detalhes da Ação 4.

Quadro 6 – Detalhamento da Ação 4

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa
O que será feito?	Coleta diária de frequência escolar em todas as turmas da escola.	Mensuração do número de faltas mensais da escola por turma.	Planejamento mensal e distribuição de tarefas, junto aos professores responsáveis, para a realização do dia letivo com atividades/esportivas.	Promoção de dias letivos com atividades esportivas/culturais com as cinco turmas de melhor frequência de cada mês.
Por quê?	A instabilidade da infrequência escolar pode repercutir negativamente nos resultados de abandono da escola.	Tendo em vista a necessidade de fazer uma análise dos dados de infrequência das turmas, no sentido de realizar as intervenções necessárias de combate ao abandono.	Pela necessidade de organização prévia para a realização de um dia letivo diferenciado.	Tendo em vista a valorização do esporte e da cultura pela comunidade escolar, a frequência às aulas poderá ser estimulada a partir da participação dos estudantes em atividades extraclases, despertando, assim, o comprometimento com a escola.
Onde será feito?	Em todas as turmas da escola.	Na sala da Coordenação Escolar da EEMCFR.	Na Sala de Planejamento da EEMCFR.	Na quadra poliesportiva da EEMCFR e, se necessário, em ambientes extraescolares.
Quem serão os responsáveis?	Secretária Escolar (ação “Nenhum aluno a menos”).	Coordenadores Escolares (ação “Nenhum aluno a menos”).	Coordenadores Escolares, Professores Diretores de Turma e professores da turma.	Coordenadores Escolares, Professores Diretores de Turma e professores da turma.
Quando será feito?	Diariamente, durante o ano letivo 2021.	Mensalmente, durante o ano letivo 2021.	Mensalmente, após a consolidação dos dados de frequência mensal.	Na primeira semana de cada mês, após o primeiro mês de coleta, durante o ano letivo 2021.
Como será feito?	A Secretária Escolar organizará as frequências e passará em cada turma diariamente.	A Coordenação Escolar condensará os dados mensais dessas informações.	A Coordenação Escolar planejará, junto aos professores responsáveis, como se fará esse dia de atividades esportivas/culturais e distribuirá as tarefas entre todos.	Proporcionará esse momento às cinco turmas
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3 ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

Alguns aspectos da vida extraescolar têm contribuído com as taxas de abandono da EEMCFR, são eles: o mercado de trabalho, a gravidez precoce e a constituição de família. Com o objetivo de oportunizar momentos informativos/educativos que proporcionem um sentimento de segurança e apoio aos estudantes da escola, com experiências de vida voltadas para os aspectos citados anteriormente, pensamos em ações, para esse PAE, que estabeleçam parcerias entre a escola e os órgãos que compõem a estrutura socioeconômica da cidade de Croatá (CE), na intenção de que, juntos, todos se coloquem mais presentes diante das dificuldades enfrentadas por esses estudantes em suas rotinas escolares e extraescolares.

4.3.1 Ação 5 – Parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social de Croatá (CE)

A próxima ação se organiza da seguinte forma: será realizada uma reunião na escola com os representantes das Secretarias de Saúde e Ação Social do município de Croatá (CE) e os responsáveis pelo Programa Saúde da Família (PSF) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro em que a EEMCFR está inserida, a fim de analisar a realidade atual da escola diante do número de adolescentes grávidas, já submetidas a situação social de matrimônio, bem como alunas que não se encontram nessas duas situações, para o estabelecimento de parceria com foco às questões da gravidez na adolescência. A sugestão de parceria deve estar relacionada à realização de três ciclos de palestras orientadoras, as quais atendam ao público citado, com orientações importantes a respeito da socialização, saúde física e mental. A avaliação desta ação se fará mediante os dados de frequência às aulas, gerados mensalmente pela secretaria da escola.

Apresentamos, no quadro adiante, a Ação 5.

Quadro 7 – Detalhamento da Ação 5

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa
O que será feito?	Reunião com os representantes das Secretarias de Saúde e Ação Social de Croatá e os responsáveis pelo PSF e CRAS para o estabelecimento de parceria com foco às questões da gravidez na adolescência.	Desenvolver o 1º ciclo de palestras orientadoras com a temática “A gravidez na adolescência: o corpo feminino e os meios de prevenção”.	Desenvolver o 2º ciclo de palestras orientadoras com a temática “A adolescência e as relações: é namoro ou amizade?”.	Desenvolver o 3º ciclo de palestras orientadoras com a temática “A adolescência e saúde: as DST’s e os riscos de uma gravidez precoce”.
Por quê?	A gravidez na adolescência é uma das principais causas que têm levado estudantes da EEMCFR a abandonar os estudos. Daí, a necessidade de firmar parcerias a fim de orientar as alunas sobre os riscos de uma gestação precoce.	A escola e a própria família ainda são muito fechadas a conversas sobre o conhecimento do próprio corpo, bem como noções de como se prevenir de uma gestação no ato sexual.	A falta de maturidade do adolescente diante dos sentidos das relações, bem como a carência de orientação sobre os cuidados que se deve tomar diante de um relacionamento.	Independentemente de estar em gestação ou não, há a necessidade de o adolescente compreender a importância dos cuidados que deve tomar com sua saúde e conhecer as doenças que a relação sexual pode ocasionar.
Onde será feito?	No Laboratório Educacional de Informática (LEI) da EEMCFR.	No pátio da EEMCFR.	No pátio da EEMCFR.	No pátio da EEMCFR.
Quem serão os responsáveis?	Núcleo Gestor.	Núcleo Gestor, Secretaria de Saúde e PSF.	Núcleo Gestor, Secretaria de Ação Social e CRAS.	Núcleo Gestor, PSF e CRAS.
Quando será feito?	1ª semana de abril de 2021.	Última semana de abril de 2021.	Última semana de agosto de 2021.	Última semana de outubro de 2021.
Como será feito?	O Núcleo Gestor articulará a reunião com representantes das Secretarias de Saúde e Ação Social e representantes do PSF e CRAS para firmar parceria na prevenção à gravidez precoce das alunas da EEMCFR.	Com combinação prévia da temática, o Núcleo Gestor organizará o espaço e as estudantes, e os parceiros ministrarão a 1ª palestra do ciclo.	Com combinação prévia da temática, o Núcleo Gestor organizará o espaço e as estudantes, e os parceiros ministrarão a 2ª palestra do ciclo.	Com combinação prévia da temática, o Núcleo Gestor organizará o espaço e as estudantes, enquanto os parceiros ministrarão a 3ª palestra do ciclo.
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3.2 Ação 6 – Parceria com os empresários/comerciantes locais

A necessidade de ajudar no sustento da família, bem como construir a própria identidade, leva muitos dos estudantes da EEMCFR, principalmente aqueles que frequentam o turno noturno, a inserirem-se de forma precoce no mercado de trabalho. Se por um lado, essa inserção dá ao estudante uma condição de autonomia, por outro, desestabiliza seu desempenho escolar, uma vez que o cansaço acumulado com a rotina diária de trabalho, somado às preocupações que os trabalhos escolares proporcionam, leva, muitas vezes, o aluno a faltar de forma excessiva às aulas e, conseqüentemente, vir a abandonar a escola.

A partir desse fator, a Ação 6 apresenta uma proposta em que a instituição de ensino organize, junto aos Professores Diretores de Turma, visitas aos comércios e empresas locais que tenham como empregados alunos da EEMCFR. A intenção é firmar parcerias entre a escola e os empresários locais, na tentativa de sensibilizá-los para a conciliação da carga de trabalho do estudante dentro do comércio/ empresa e seu horário na escola. Para isso, a escola criará um termo de parceria com opções de incentivos os quais os parceiros poderão oferecer aos estudantes enquanto empregados que frequentam a escola. Ao final do ano letivo, o aluno trabalhador que se mantiver na escola será reconhecido com menção honrosa e o comércio/ empresa receberá o selo “Empresa Amiga da Escola”. As visitas poderão ser refeitas conforme necessidade de diálogo com os patrões dos estudantes.

A avaliação desta ação se fará ao longo do ano, mediante a observação da frequência dos alunos trabalhadores. A descrição da segue no quadro adiante.

Quadro 8 – Detalhamento da Ação 6

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
O que será feito?	Reunião entre o Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma para a criação do termo de parceria, o planejamento e elaboração do calendário de visitas.	Visitas aos comércios/ empresas que possuem em seus quadros de empregados estudantes da EEMCFR no intuito de selar parceria pela preservação da frequência do aluno à escola.	Evento de reconhecimento aos estudantes trabalhadores que permanecem na escola e de entrega dos selos aos comércios/empresas parceiras.
Por quê?	Devido ao fato de o trabalho ter se apresentado como uma das principais causas que têm levado os estudantes da EEMCFR a abandonar seus estudos.	Pelo fato de muitos alunos que trabalham chegarem tarde à escola, pedirem para sair mais cedo, se excederem em número de faltas e terem dificuldades fazer as atividades e os trabalhos.	O reconhecimento se faz necessário em qualquer situação. Nesse sentido, é importante reconhecer tanto o aluno que permaneceu quanto o comerciante/ empresário que contribuiu com a sua permanência.
Onde será feito?	Na Sala de Planejamento da EEMCFR.	Nos comércios e empresas locais.	No pátio da EEMCFR.
Quem serão os responsáveis?	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.
Quando será feito?	Em fevereiro de 2021.	Em março de 2021, podendo ser refeita conforme necessidade.	Na última semana de novembro de 2021.
Como será feito?	Os responsáveis se reunirão para planejar os assuntos a serem tratados com os patrões dos estudantes da escola, bem como a redação do termo de parceria e a elaboração do calendário de visitas.	Conforme cronograma elaborado previamente, os responsáveis iniciarão as visitas aos comércios/ empresas na intenção de conversar sobre a rotina de trabalho e de estudos dos discentes e selar parcerias que favoreçam sua permanência na escola.	Os responsáveis organizarão um evento de reconhecimento aos alunos trabalhadores que permanecem na escola e os comerciantes/ empresários que conseguiram se firmar como parceiros.
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.3.3 Ação 7 – Parceria com cônjuges/ responsáveis

Um ponto relevante nas justificativas dos alunos e ex-alunos com histórico de abandono na EEMCFR foram questões relacionadas à constituição de família: estudantes que passam pelo matrimônio ou que já chegam à escola nessa condição. Diante dessa situação, que é social e foge à responsabilidade da escola, muitos casos ainda são associados, nessa perspectiva, aos cuidados com filhos pequenos e com a casa. Nesse sentido, propomos o estabelecimento de uma parceria com os cônjuges/ responsáveis pelos estudantes com matrimônio firmado ou alunas mães que moram com os pais/ responsáveis. Essa parceria tem o objetivo de aproximá-los da escola através da promoção de rodas de conversa com temáticas sobre a importância que a escola tem na vida desses estudantes e do firmamento de parcerias no tocante ao apoio à frequência na escola, nas atividades domésticas e cuidados com os filhos. A ação será desenvolvida a partir de três rodas de conversa entre os gestores, os Professores Diretores de Turma e os cônjuges/ responsáveis por alunos e avaliada conforme a frequência desses estudantes à escola, bem como seu rendimento escolar.

No quadro seguinte, será apresentada a Ação 7.

Quadro 9 – Detalhamento da Ação 7

(continua)

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa	5ª Etapa	6ª Etapa
O que será feito?	Reunião do Núcleo Gestor com os Professores Diretores de Turma para o planejamento das rodas de conversa com as famílias	1ª Roda de conversa com cônjuges/responsáveis por alunos	2ª Roda de conversa com cônjuges/responsáveis por alunos	3ª Roda de conversa com cônjuges/responsáveis por alunos	4ª Roda de conversa com cônjuges/responsáveis por alunos	Evento de reconhecimento aos estudantes pais/ mães de famílias que permanecem na escola e entrega de certificados de reconhecimento aos familiares parceiros.
Por quê?	Pelo fato de a constituição de família, as responsabilidades com os filhos pequenos e com a casa, terem se apresentado como uma das principais causas que têm levado os estudantes da EEMCFR a abandonarem seus estudos.	Tendo em vista a necessidade de aproximar a família do aluno que tem filhos pequenos ou que já tem responsabilidades matrimoniais à escola no intuito de firmar parceria para a sua permanência até a conclusão de seus estudos.	Tendo em vista a necessidade de aproximar a família do aluno que tem filhos pequenos ou que já tem responsabilidades matrimoniais à escola no intuito de firmar parceria para a sua permanência até a conclusão de seus estudos.	Tendo em vista a necessidade de aproximar a família do aluno que tem filhos pequenos ou que já tem responsabilidades matrimoniais à escola no intuito de firmar parceria para a sua permanência até a conclusão de seus estudos.	Tendo em vista a necessidade de aproximar a família do aluno que tem filhos pequenos ou que já tem responsabilidades matrimoniais à escola no intuito de firmar parceria para a sua permanência até a conclusão de seus estudos.	O reconhecimento se faz necessário em qualquer situação. Nesse sentido, deve-se reconhecer tanto o aluno que permaneceu quanto os familiares que contribuíram para com a sua permanência na escola.
Onde será feito?	Na Sala de Planejamento da EEMCFR.	No Laboratório Educacional de Ciências (LEC).	No Laboratório Educacional de Ciências (LEC).	No Laboratório Educacional de Ciências (LEC).	No Laboratório Educacional de Ciências (LEC).	No pátio da EEMCFR.

Quadro 9 – Detalhamento da Ação 7

(conclusão)

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	4ª Etapa	5ª Etapa	6ª Etapa
Quem serão os responsáveis?	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.	Núcleo Gestor e Professores Diretores de Turma.
Quando será feito?	Na 2ª semana de fevereiro de 2021.	Na primeira semana do mês de março do ano 2021	Na primeira semana após o final do 1º bimestre.	Na primeira semana após o final do 2º bimestre.	Na primeira semana após o final do 2º bimestre.	Na última semana de novembro de 2021.
Como será feito?	O Núcleo Gestor e os PDT's se reunirão para planejar os assuntos a serem tratados com os cônjuges/ responsáveis nas rodas de conversa.	O Núcleo Gestor e os PDT's organizarão o espaço e direcionarão as discussões com as famílias de estudantes pais/ mães ou que vivam em situação de matrimônio.	O Núcleo Gestor e os PDT's organizarão o espaço e direcionarão as discussões com as famílias de estudantes pais/ mães ou que vivam em situação de matrimônio.	O Núcleo Gestor e os PDT's organizarão o espaço e direcionarão as discussões com as famílias de estudantes pais/ mães ou que vivam em situação de matrimônio.	O Núcleo Gestor e os PDT's organizarão o espaço e direcionarão as discussões com as famílias de estudantes pais/ mães ou que vivam em situação de matrimônio.	Os responsáveis organizarão um evento de reconhecimento aos alunos pais/ mães, ou que vivam em situação de matrimônio, que permanecem na escola e os cônjuges/ responsáveis que conseguiram se firmar como parceiros.
Quanto?	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da existência de um grupo de ações voltadas para a redução e combate ao abandono escolar, na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues (EEMCFR), município de Croatá, no Ceará, que tem apresentado efeitos bastante positivos, a presente dissertação apresentou a preocupação em investigar sobre pontos específicos da execução dessas ações, no que concerne à forma de organização dentro da rotina escolar e seu alcance dentro da comunidade escolar. Em sentido amplo, a hipótese inicial foi confirmada pela pesquisa de campo, uma vez que essas ações são desenvolvidas pela equipe gestora da escola há alguns anos e estão associadas, segundo as evidências da pesquisa de campo, à diminuição aos índices de abandono da instituição.

Contudo, concluiu-se que, de forma específica, a pesquisa revelou-nos a existência de grandes variações de percentual, no tocante a esses índices, dentre as turmas da escola. Isso foi confirmado tanto pelos dados numéricos do diagnóstico, apresentados no primeiro capítulo, quanto pela pesquisa de campo, na qual as falas dos gestores escolares manifestaram grande preocupação sobre várias situações que ocorrem em turmas e/ ou turnos específicos.

Assim, compreende-se que os resultados de abandono da EEMCFR são reflexos das ações implementadas na instituição, nos últimos anos. Entretanto, algumas turmas da escola, principalmente as que se concentram no turno noturno, não são atingidas por essas ações com a mesma intensidade. Isso requer um olhar mais específico da gestão sobre a eficácia que essas ações têm obtido diante de todas as turmas da escola.

Com uma investigação mais específica sobre a atuação dessas ações na prática, observou-se que duas das quatro ações apresentadas exercem maior influência sobre os resultados de abandono da instituição. Embora os gestores tenham demonstrado a presença de um trabalho desenvolvido no tocante ao abandono a partir dessas ações, grande parte delas não foi reconhecida pelos alunos e ex-alunos participantes da pesquisa, refletindo, dessa forma, como ações que estão distantes da comunidade escolar.

O estudo de caso deste trabalho teve por base a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, na exposição da organização dos sistemas de ensino, a Educação Básica, bem como a organização do Ensino Médio, no Estado do Ceará. Além disso,

o embasamento teórico utilizado apontou os números do abandono escolar no Brasil e os principais fatores relacionados à ocorrência desse fenômeno nas escolas. A instituição objeto deste estudo foi apresentada a partir de informações sobre sua caracterização, resultados de participação em avaliações externas, diagnóstico interno sobre seus índices de abandono e também as ações que desenvolve no intuito de diminuir suas taxas de abandono.

Esta dissertação optou pelos caminhos da pesquisa qualitativa e quantitativa, na busca de informações concretas sobre as manifestações de abandono na EEMCFR. A escola permitiu o contato com os gestores e, a partir de suas falas, inúmeras foram as contribuições a respeito de como tem se organizado com ações de combate ao abandono, quais as iniciativas consideradas mais relevantes no desenvolvimento desse trabalho e quais públicos são os mais atingidos por esse processo. O contato com alunos e ex-alunos com histórico de abandono e evasão também enriqueceu a pesquisa, uma vez que, a partir deles, foi possível constatar suas percepções sobre a instituição e sobre o ensino, seus conhecimentos a respeito das ações de abandono, bem como os principais motivos que os fizeram abandonar a escola.

A pesquisa também mostrou que há pontos relevantes a serem considerados a respeito da escola objeto da pesquisa, bem como da atuação de seus gestores. No tocante às percepções dos alunos e ex-alunos sobre a instituição, inúmeros foram os elogios ao trabalho desenvolvido na comunidade. A respeito da atuação do Núcleo Gestor, diante de sua comunidade escolar, ficou compreendido como fortalezas o reconhecimento aos desafios propostos pelo abandono escolar, a utilização do diálogo como forma de aproximação diante da necessidade de resolver esses problemas, a disposição para o desenvolvimento de um trabalho que minimize seus impactos e a preocupação em acolher os estudantes a partir de sua realidade extraescolar.

A respeito das ações de combate ao abandono na escola, constatou-se que o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) destaca-se diante das demais ações com esse mesmo fim. Esse projeto foi almejado por todos os gestores e muito de suas falas representou ações que partem desse projeto. Ademais, das quatro ações que atuam contra o abandono, apresentadas aos alunos e ex-alunos participantes da pesquisa, 100% deles afirmou conhecer e já ter participado do PPDT na instituição. Entretanto, as demais ações não foram reconhecidas pelos grupos. Nesse sentido,

fica constatado a relevância que o PPDT tem diante da diminuição dos índices de abandono e a necessidade de fortalecimento, junto à comunidade, das demais ações.

A partir dessas informações e diante dos resultados que a pesquisa de campo apresentou-nos, constatou-se também que: i) os alunos mais vulneráveis ao abandono encontram-se no turno noturno; ii) o mercado de trabalho, a gravidez na adolescência e a constituição familiar são os principais motivos pelos quais os estudantes da EEMCFR deixam de frequentar a escola.

Além desses fatores, a sistematização do rendimento anual, que tem por base os alunos matriculados na abertura do Censo Escolar, foram apresentados como ponto a se refletir, tendo em vista a inclusão, nos dados de abandono da instituição, de alunos que solicitam “Transferência” para outras escolas. Nesse sentido, a instituição tem optado por uma forma alternativa para apresentar seus resultados à comunidade, considerando apenas a matrícula final, o que tem justificado suas taxas mais baixas. Entretanto, em nível regional, estadual e nacional, suas taxas correspondem aos critérios legais orientados pelo MEC, nos quais se elevam em virtude da inserção de ex-alunos transferidos aos seus números de abandono. Inclusive, essa foi uma inquietação apresentada pelos gestores diante dos casos em que matrículas em outras escolas são, de fato, efetuadas, mas, mesmo assim, a instituição responde como casos de abandono.

Diante dos resultados, foram propostas algumas ações no Plano de Ação Educacional (PAE), na intenção de auxiliar a escola na busca por caminhos que possam fortalecer as ações de combater ao abandono escolar na instituição. O PAE foi apresentado em três eixos principais que tratam da Gestão de Sistema, Gestão Pedagógica e do Estabelecimento de parcerias. Tendo em vista as peculiaridades locais e a possibilidade de seu desenvolvimento, o PAE apresentou ações viáveis à sua realização.

Espera-se, a partir das conclusões obtidas com esta pesquisa, que sua análise possa provocar reflexões e contribuições significativas no tocante aos processos que envolvem as medidas de combate ao abandono na EEMCFR, tendo em vista a necessidade de reavaliar a condução das ações já existentes, o público a ser atingido e os efeitos que têm proporcionado aos resultados da instituição quanto à diminuição de seus índices de abandono. As ações desse PAE poderão ser utilizadas também por outras instituições, respeitando-se, para tanto, as especificidades de cada comunidade escolar e região.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. H., **Sistema de Informação para Gestão Educacional**: sistematização de uma proposta de modelo e avaliação do processo de sua construção. 2004. Dissertação (Mestrado Integrado Profissional em Computação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. Disponível em: http://www.uece.br/mpcomp/index.php/arquivos/doc_download/190-dissertacao-31. Acesso em: 30 mai. 2020
- ALMEIDA, S. M. V. Metodologia Alternativa para a prática de ensino. **Educar**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 93-107, jan./ jun. 1985. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n4/n4a07.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.
- ALVES, E.J. **Abandono no Ensino Médio**: um estudo de caso sobre as ações gestoras na Escola Constâncio no município de Nacip Raydan – MG. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/abandono-no-ensino-medio-um-estudo-de-caso-sobre-as-acoes-gestoras-na-escola-constancio-no-municipio-de-nacip-raydan-mg/>. Acesso em: 05 out. 2019.
- ALVES, F. Políticas educacionais e desempenho Escolar nas capitais brasileiras. **Caderno de pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 413-440, mai./ ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0838134.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.
- ANDRADE, M. L. F., MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 4, p. 835-854, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n4/a05v17n4.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Consequências da repetência sobre o desempenho educacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. D.; QUINTAIS, G. **Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2160/1/TD_834.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.
- BRANDÃO, C. R. **Casa de escola**: cultura camponesa e educação rural. Campinas: Papirus, 1983.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade->

legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC102.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus (COVID-19).** Sobre a doença. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **ENEM – Apresentação.** 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **IDEB – Apresentação.** 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Síntese de Indicadores – 2015.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2019.

BRASIL. QEdu Academia. **Censo Escolar.** Taxas de Rendimento. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/taxa-de-rendimento/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015.** Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL ESCOLA. **As diferenças individuais e a sala de aula.** 2020. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/as-diferencas-individuais-sala-aula.htm#sdfootnote1anc>. Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Impacto da relação entre família e escola no desempenho acadêmico do aluno.** 2019. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/educacao/impacto-relacao-entre-familia-escola-no-desempenho-academico-aluno.htm>. Acesso em: 24 mai. 2020.

CASTELAR, P.U.C.; MONTEIRO, V.B.; LAVOR, D.C. Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de Ensino Médio no Estado do Ceará. *In*: BARRETO et al. (orgs.). **Economia do Ceará em Debate**. Fortaleza: IPECE, 2012. p. 33-56. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/ENCONTRO_ECONOMIA_CEARA_EM_DEBATE_2012.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

CASTRO, V. G.; TAVARES JÚNIOR, F. Jovens em Contextos Sociais Desfavoráveis e Sucesso Escolar no Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 239-258, jan./ mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00239.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CEARÁ. **Lei nº 16.448, de 12 de dezembro de 2017**. 2017a. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/6057-lei-n-16-448-de-12-12-17-d-o-12-12-17>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CEARÁ. Portal Governo do Estado do Ceará. **Ceará atinge menor índice de evasão escolar da história**. 2019d. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/12/ceara-atinge-menor-indice-de-evasao-escolar-da-historia/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CEARÁ. Portal Educação Profissional. **Conheça o trabalho, a estrutura e os resultados das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará**. Fortaleza, 2015. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101. Acesso em: 20 jun. 2019.

CEARÁ. Portal Governo do Estado do Ceará. 2018a. **Escolas públicas no Ceará apresentam redução histórica na taxa de abandono escolar**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/04/03/escolas-publicas-no-ceara-apresentam-reducao-historica-na-taxa-de-abandono-escolar/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CEARÁ. Portal Governo do Estado do Ceará. **Governo do Ceará anuncia a implantação de 22 novas escolas em tempo integral**. 2019e. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/02/07/governo-do-ceara-anuncia-a-implantacao-de-22-novas-escolas-em-tempo-integral/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CEARÁ. Portal Governo do Estado do Ceará. **Governo do Ceará institui o prêmio Foco na Aprendizagem**. Fortaleza, 2017b. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/07/governo-do-ceara-institui-o-premio-foco-na-aprendizagem/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

CEARÁ. Portal Governo do Estado do Ceará. 2018b. **Nem Um Aluno Fora da Escola: Ceará lança programa para diminuir abandono escolar nos municípios**.

Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/04/23/nem-um-aluno-fora-da-escola-ceara-lanca-programa-para-diminuir-abandono-escolar-nos-municipios/>. Acesso em: 09 set. 2019.

CEARÁ. Portal Governo do Estado do Ceará. Ceará Transparente. 2018c. **Salto na Educação: Uma em cada três escolas do Ceará é de tempo integral**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/02/28/salto-na-educacao-uma-em-cada-tres-escolas-do-ceara-e-de-tempo-integral/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CEARÁ. SEDUC/CE. **Desenvolvimento das competências socioemocionais ganha espaço no Ceará e fortalece perspectiva da educação integral**. Fortaleza, 12 dez. 2018d. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/12/12/desenvolvimento-das-competencias-socioemocionais-ganha-espaco-no-ceara-e-fortalece-perspectiva-da-educacao-integral/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CEARÁ. SEDUC/CE. **EJA+ Qualificação Profissional**. 2019a. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/diversidade-e-inclusao-educacional/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/centro-de-educacao-de-jovens-e-adultos-ceja/eja-qualificacao-profissional/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CEARÁ. SEDUC/CE. **Escolas públicas no Ceará apresentam redução histórica na taxa de abandono escolar**. 2018e. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/04/03/escolas-publicas-no-ceara-apresentam-reducao-historica-na-taxa-de-abandono-escolar/>. Acesso em: 02 set. 2019.

CEARÁ. SEDUC/CE. **Portal Professor Online (Diário Online)**. Fortaleza: SEDUC/CE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/portal-professor-online-diario-online/>. Acesso em: 24 mai. 2020.

CEARÁ. SEDUC/CE. **Projeto Professor Diretor de Turma**. Folder. Fortaleza: SEDUC/ ANPAE, 2011. Disponível em: http://portal.seduc.ce.gov.br/images/professor_diretor_turma/projeto_professor_diretor_de_turma.pdf. Acesso em: 11 mai. 2018.

CEARÁ. SEDUC/CE. **Projeto Professor Diretor de Turma – PPDT**. 2019b. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma-ppdt/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

CEARÁ. **SIGE ESCOLA**. 2019f. Disponível em: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CEARÁ. SPAECE. **Resultados por escola**. 2019c. Disponível em: <http://resultados.caedufjf.net/resultados/publicacao/publico/escola.jsf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CEARÁ. SPAECE. **Escola**. Fortaleza: SEDUC/CE, 2013. Disponível em: <http://www.spaece.caeduff.net/resultados/2013-2/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

COORDENADORA ESCOLA 1. **Entrevista concedida a Janne Brandão de Melo Carvalho** (38 min. 26 seg.). Croátá, 18 mar. 2020.

COORDENADOR ESCOLAR 2. **Entrevista concedida a Janne Brandão de Melo Carvalho** (22 min. 10 seg.). Croátá, 23 mar. 2020.

CORSEUIL, C. H.; Franca, M.; POLOPONSKY, K. Trabalho informal entre os jovens brasileiros: considerações sobre a evolução no período 2001-2013. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 177-196.

CRAHAY, M.; BAYE, A. Existem escolas justas e eficazes? Esboço de resposta baseado no PISA 2009. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 858-883, 2013.

CRUZ, Elaine Patrícia. Um em cada quatro jovens vai abandonar o ensino médio até o final do ano. **Agência Brasil**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/um-em-cada-quatro-jovens-vai-abandonar-os-estudos-ate-o-final-do-ano>. Acesso em: 19 ago. 2019.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 31 out. 2019.

DAYRELL, J. **Múltiplos Olhares Sobre a Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DIRETOR ESCOLAR. **Entrevista concedida a Janne Brandão de Melo Carvalho** (24 min. 12 seg.). Croátá, 20 abr. 2020.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004. Acesso em: 16 set. 2019.

EEMCFR. Escola de Ensino Médio de Croátá Flávio Rodrigues. **Arquivo Resultados do ano letivo de 2013**. Croátá, 2013.

EEMCFR. **Arquivo Resultados do ano letivo de 2014**. Croátá, 2014.

EEMCFR. **Arquivo Resultados do ano letivo de 2015**. Croatá, 2015.

EEMCFR. **Arquivo Resultados do ano letivo de 2016**. Croatá, 2016.

EEMCFR. **Arquivo Resultados do ano letivo de 2017**. Croatá, 2017.

EEMCFR. **Arquivo Resultados do ano letivo de 2018**. Croatá, 2018.

GOLDEMBERG, J..O repensar da educação no Brasil. **Estudos avançados**, v. 7, n. 18, p. 65-137, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

GOMES-NETO, J. B.; HANUSHEK, E, A. Causes and consequences of grade repetition. **Economic Development and Cultural Change**, v. 43, n.1, p. 117-148, out. 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/ Ceará: Censo Escolar – Sinopse**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/0>. Acesso em: 05 mai. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censoescolar**. Brasília: INEP, 1996.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. 2019a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 19 ago. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep divulga taxas de rendimento escolar; números mostram tendência histórica de melhora**, 2019b. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-taxas-de-rendimento-escolar-numeros-mostram-tendencia-historica-de-melhora/21206. Acesso em: 26 ago. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portarias**. 2019c. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/legislacao_documentos/2011/portaria_n264_dia_nacional_censo_2007.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados e Metas**, 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4527405>. Acesso em: 10 dez. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados e metas**, 2019d. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. Evasão ainda é um dos maiores desafios do ensino médio. **Aprendizagem em foco**, n. 37, nov. 2017. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/37/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de Futuro**: Plano de Ação/ Planejamento. 2018. Disponível em: <https://sgp.jovemdefuturo.org.br/Planejamento/PlanoAcao>. Acesso em: 17 dez. 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. **Modelo e Método Circuito de Gestão**. 2019. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/metodo/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

IWASAKI, C. **O desafio do abandono escolar no ensino médio**: análise das práticas de gestão do projeto jovem de futuro em três escolas paulistas. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1228>. Acesso em: 30 ago. 2019.

JANOSZ, M.; LEBLANC, M.; BOULERICE, B.; TREMBLAY, R. E. Disentangling the weight of school dropout predictors: a test on two longitudinal samples. **Journal of youth and adolescence**, v. 26, n. 6, p. 733-762, 1997.

KLEIN, R.; RIBEIRO, S. C. O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 197/198, p. 05-45, jan./ dez., 1991.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de pesquisa**, v.41, n. 144, p. 752-769, set./ dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, R. R. D. **O Abandono Escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/o-abandono-escolar-no-ensino-medio-da-escola-estadual-rui-barbosa/>. Acesso em: 05 out. 2019.

LOURENÇO FILHO, M. B. Alguns aspectos da educação primária. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 649-664, out./dez. 1940.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://files.diretortecniconpe.webnode.com/200000067-5f5ce614de/dimensoes-gestao-escolar.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

LUIZ, N. O. C. **O diálogo na efetivação da Gestão Escolar Democrática**. Ponta Grossa: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/64-2>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MARQUES, M. O. S. Escola noturna e jovens. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, 1997.

MIGUEL, F. V. C. A entrevista como instrumento para Investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**, n. 5, jan./ jun. 2010.

MOREIRA, R. C. R.; COSTA, J. R. A.; LOPES, R. L. M.; FREITAS, M. Y. G. S. et al. Gravidez na adolescência e vida escolar: experiências de alunas de uma escola pública. **Rev enferm.**, v. 4, n. 2, p. 524-532, abr./ jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/6186/5434>. Acesso em: 26 mai. 2020.

O ESTADO. **Ensino médio inicia ano com 71 escolas em tempo integral**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/geral/ensino-medio-inicia-ano-com-71-escolas-em-tempo-integral>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ONU BRASIL. **3,7 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil, afirma relatório do UNICEF**. 2012. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/37-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola-no-brasil-afirma-relatorio-do-unicef/>. Acesso em 25 agosto 2019.

PARANÁ. Gravidez na adolescência e a evasão escolar. **Portal Dia a Dia Educação**. [S.l., s.d.]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1868-8.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020

PARANÁ. **Semana Pedagógica. 2º Semestre/2017**. Curitiba, 2017. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2017/escolas/anexo2_conselho_classe.pdf. Acesso em: 25 mai. 2020.

PEREIRA, B. P.; LOPES, R. E. Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./ mar. 2016.

PIMENTA, S. G. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIS, José R.T. Família, Emoção e Ideologia. *In*: CODO, Wanderley; LANE, Silvia. (orgs.). **Psicologia Social o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 99-124

ROMERO, J. R.; CANGUÇU, K. L. A. Práticas educacionais na escola associados ao abandono escolar no ensino médio público do estado de Ceará em 2011. *In*: **VII Congresso de la Asociación Latino Americana de Población; XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/844-689.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SANTOS, A. B. **O abandono escolar em 2 escolas estaduais da CDE 05 de Manaus/AM**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2017.

SARAIVA, A. M. A. Abandono escolar. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SAYAD, Alexandre. Escola não precisa ser repensada, e sim refeita. **Portal Aprendiz**, 2012. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2012/08/23/escola-nao-precisa-ser-repensada-e-sim-refeita/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

SEDUC/MT. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso. **Influência da Família no Processo de Ensino Aprendizagem**. [S.l., s.d.]. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/influencia-da-familia-no-processo-de-ensino-aprendizag-1>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SILVA, Lilian Aparecida Franco da. **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na Escola Estadual Antônio Martins do Espírito Santo nas taxas de abandono do ensino médio**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/6745>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA, P. B. C.; REZENDE, N. C.; QUARESMA, T. C. C.; CHRISPINO, A. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 445-476, abr./ jun. 2016.

SILVA, W. A. Evasão Escolar no Ensino Médio no Brasil. **Educação em Foco**, ano 19, n. 29, p. 13-34, set./ dez. 2016.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./ jun. 2017.

SOARES, S.; LIMA, A. F. **A Mensuração da educação nas PNADs da década de 1990**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002.

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLELLA, A. C. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educ. Pesqu.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./ set. 2015.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. Determinantes da evasão e repetência escolar. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 46, n. 4, p. 117-136, out./ dez., 2015. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/607>. Acesso em: 30 ago. 2019.

TABAQUIM, M. L. M.; BOSSHARD, C. A. G.; PRUDENCIATTI, S. M.; NIQUERITO, A. V. Vulnerabilidade ao stress em escolares do ensino técnico de nível médio. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 197-213. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100013. Acesso em: 17 jun. 2020.

TAVARES JUNIOR, F. **Rendimento Educacional no Brasil**. Juiz de Fora: Olps Gráfica, 2019.

TAVARES JUNIOR, F.; FARIA, V. B.; LIMA, M. A. de. Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das últimas décadas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 23, n. 52, p. 48-67, mai. 2012. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1929/1912>. Acesso em: 16 set. 2019.

UniDBSCO. **O que faz o gestor escolar?** 2016. Disponível em: <https://www.domboscoead.com.br/pos-graduacao/noticias/o-que-faz-o-gestor-escolar/527>. Acesso em: 07 dez. 2018

VIEIRA, S. L., PLANK, D. N., VIDAL, E. M. **Política Educacional no Ceará: processos estratégicos**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 4, e87353, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n4/2175-6236-edreal-44-04-e87353.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola entre os anos letivos de 2013 e 2019 e retornaram em 2019 ou 2020¹⁷

1. Você estuda em qual ano e turno?

- | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| ☐ 1º Manhã | ☐ 1º Tarde | ☐ 1º Noite |
| ☐ 2º Manhã | ☐ 2º Tarde | ☐ 2º Noite |
| ☐ 3º Manhã | ☐ 3º Tarde | ☐ 3º Noite |

2. Sexo

- ☐ Feminino ☐ Masculino

3. Onde você mora?

- ☐ Em Croatá (CE) – Cidade
☐ Em Croatá (CE) – Distrito
☐ Em Croatá (CE) – Sítio

4. Em que ano você iniciou o Ensino Médio?

5. Você se sente bem nessa escola?

- ☐ Sim ☐ Não

6. Se sua resposta foi “Não”, justifique por que você não se sente bem nessa escola.

7. Por quanto tempo você frequentou o Ensino Médio na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues antes de decidir por abandonar os estudos?

- ☐ menos de um ano ☐ um ano ☐ entre um a dois anos
☐ dois anos ☐ entre dois a três anos

8. Em que série e turno você estudava quando abandonou a escola?

- | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ 1º Manhã | ☐ 1º Tarde | ☐ 1º Noite | |
| ☐ 2º Manhã | ☐ 2º Tarde | ☐ 2º Noite | |
| ☐ 3º Manhã | ☐ 3º Tarde | ☐ 3º Noite | ☐ EJA – Noite |

¹⁷ Esse instrumento de pesquisa foi elaborado pela autora com base nos questionários do trabalho **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na Escola Estadual Antônio Martins, do Espírito Santo, nas taxas de abandono do Ensino Médio**, de Lilian Aparecida Franco da Silva (2017). Entretanto, as questões foram adaptadas ao objetivo da pesquisa, bem como à realidade da instituição pesquisada.

9. Você frequentou outra escola enquanto esteve fora da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues?

☐ Sim ☐ Não

10. Por quanto tempo você ficou fora da escola até se matricular novamente para cursar o ensino médio na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues?

☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 3 anos
☐ de 3 a 5 anos ☐ mais de 5 anos

11. Você já abandonou a escola em alguma série do Ensino Fundamental?

☐ Sim, uma vez. ☐ Sim, duas vezes.
☐ Sim, mais de duas vezes. ☐ Nunca abandonei.

12. Você trabalha atualmente?

☐ Sim ☐ Não

13. Se você trabalha, indique a quantidade de turnos.

☐ até 4 horas diárias ☐ até 6 horas diárias
☐ até 8 horas diárias ☐ mais de 8 horas diárias

14. Que tipo de trabalho você exerce?

☐ Agricultura ☐ Comércio ☐ Setor Público
☐ Autônomo ☐ Não trabalha ☐ Outro

15. Se você marcou autônomo, escreva aqui que tipo de trabalho exerce.

16. Se você marcou "outro", escreva aqui que tipo de trabalho exerce.

17. Você mora com quem?

☐ Pai ☐ Mãe ☐ Pai e mãe
☐ Sozinho(a) ☐ Outro(s) responsável (is)

18. Se você marcou "Outro (s) responsável (is)" na alternativa anterior, escreva aqui quem são eles.

19. Que tipo de trabalho a pessoa que é seu responsável (1) exerce?

☐ Agricultor ☐ Comerciante ☐ Funcionário Público
☐ Não trabalha ☐ Outro

20. Se você marcou "outro" na alternativa anterior, escreva aqui que tipo de trabalho seu responsável (1) exerce.

21. Que tipo de trabalho a pessoa que é seu responsável (2) exerce?

- ☐ Agricultor ☐ Comerciante ☐ Funcionário Público
☐ Não trabalha ☐ Outro

22. Se você marcou "outro" na alternativa anterior, escreva aqui que tipo de trabalho seu responsável (2) exerce.

23. Qual a renda média atual da sua família?

- ☐ menos de 1 salário mínimo.
☐ entre 1 e 2 salários mínimos.
☐ entre 2 e 3 salários mínimos.
☐ entre 3 e 5 salários mínimos.
☐ mais de 5 salários mínimos.

24. Seus pais (ou responsáveis) lhe incentivam a estudar?

- ☐ Sempre ☐ Quase sempre ☐ De vez em quando
☐ Raramente ☐ Nunca

25. Você considera importante o apoio da família em seus estudos?

- ☐ Concorda
☐ Concorda mais que discorda
☐ Não concorda nem discorda
☐ Discorda mais que concorda
☐ Discorda

26. Por toda sua vida escolar, você já foi reprovado alguma vez?

- ☐ Sim, uma vez.
☐ Sim, duas vezes.
☐ Sim, mais de duas vezes.
☐ Nunca fui reprovado.

27. Se você já reprovou, qual (is) foram os motivos (você pode marcar mais de uma alternativa, caso julgue necessário)?

- ☐ Porque não conseguia aprender.
☐ Porque estava sobrecarregado fora da escola.
☐ Porque passei o ano todo com brincadeiras.
☐ Porque não gostava das aulas.
☐ Porque não gostava da escola.

28. A reprovação escolar é uma medida necessária para a aprendizagem. Em relação a afirmação acima, você:

- ☐) Concorda
- ☐) Concorda mais que discorda
- ☐) Não concorda nem discorda
- ☐) Discorda mais que concorda
- ☐) Discorda

29. Frequentar a escola é importante para a minha vida. Em relação a afirmação acima, você:

- ☐) Concorda
- ☐) Concorda mais que discorda
- ☐) Não concorda nem discorda
- ☐) Discorda mais que concorda
- ☐) Discorda

30. Frequentar a escola fez falta em minha vida e por isso retornei. Em relação a afirmação acima, você:

- ☐) Concorda
- ☐) Concorda mais que discorda
- ☐) Não concorda nem discorda
- ☐) Discorda mais que concorda
- ☐) Discorda

31. Antes de abandonar a escola você conversou com alguém para se aconselhar?

- ☐) Não, decidi sozinho.
- ☐) Não, porque não tinha ninguém para conversar sobre isso.
- ☐) Sim, alguém da minha família.
- ☐) Sim, alguém do meu trabalho.
- ☐) Sim, um amigo.
- ☐) Sim, alguém da equipe da escola.

32. Antes de retornar para a escola você conversou com alguém para se aconselhar?

- ☐) Não, decidi sozinho.
- ☐) Não, porque não tinha ninguém para conversar sobre isso.
- ☐) Sim, alguém da minha família.
- ☐) Sim, alguém do meu trabalho.
- ☐) Sim, um amigo.
- ☐) Sim, alguém da equipe da escola.
- ☐) Não

33. Haveria alguma coisa que a escola pudesse ter feito para evitar que você abandonasse os estudos?

- ☐) Sim ☐) Não

34. Se você marcou "Sim" na alternativa anterior, escreva o que a escola poderia ter feito para evitar que você abandonasse os estudos.

35. Em sua opinião, há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas matérias?

- ☐) Concorda
- ☐) Concorda mais que discorda
- ☐) Não concorda nem discorda
- ☐) Discorda mais que concorda
- ☐) Discorda

36. Em sua opinião, há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos que trabalham e estudam.

- ☐) Concorda
- ☐) Concorda mais que discorda
- ☐) Não concorda nem discorda
- ☐) Discorda mais que concorda
- ☐) Discorda

37. Em sua opinião, há por parte da escola uma preocupação em auxiliar os alunos que se encontram em risco de abandono?

- ☐) Sim ☐) Não ☐) Em parte

38. Se você marcou "Em parte", justifique o porquê.

39. Depois que você retornou ao Ensino Médio, você já pensou alguma vez em abandonar a escola novamente?

- ☐) Sim, já pensei várias vezes.
- ☐) Sim, já pensei algumas vezes.
- ☐) Não, nunca pensei.

40. Qual (is) motivo (s) podem levá-lo a abandonar a escola novamente?

Obs.: Marque a (s) opção (ões) que julgar necessário.

- ☐) Dificuldades para conciliar o trabalho e o estudo.
- ☐) Não gostar de estudar.
- ☐) Não gostar do ambiente da escola.
- ☐) Ter sido reprovado muitas vezes.
- ☐) O fato das aulas serem muito chatas.
- ☐) O fato de as matérias serem muito difíceis.
- ☐) Não ter amigos na escola.
- ☐) A violência no entorno da escola.

- ☐ Não reconhecer a necessidade de continuar na escola.
- ☐ O fato de os professores ou equipe gestora não o tratarem bem na escola.
- ☐ O fato de estar se saindo muito mal nas matérias.
- ☐ Não conseguir se enturmar com os outros alunos.
- ☐ Não haver atividades na escola que lhe tragam significados para o uso na vida.
- ☐ Envolvimento em relacionamento amoroso.
- ☐ Vício em drogas lícitas/ilícitas.
- ☐ Gravidez.
- ☐ Doença física e/ou psicológica.
- ☐ Outro

41. Se você marcou "Outro" motivo na alternativa anterior, cite qual.

42. Você já se envolveu em algum projeto oferecido pela escola (assinale todas as opções que considerar necessário)?

- ☐ Sim, mas não me lembro ao certo de qual projeto.
- ☐ Sim, participei da Feira de Cultura, Arte e Ciências.
- ☐ Sim, participei do Sarau Junino.
- ☐ Sim, participei do Aogosto do Aluno.
- ☐ Sim, participei de Campeonatos Interclasses.
- ☐ Sim, participei da Olimpíada de Matemática.
- ☐ Sim, participei da Feira de Profissões.
- ☐ Sim, participei da Cultura Afro-brasileira.
- ☐ Sim, participei de outro (s) projeto (s)
- ☐ Não participei de nenhum projeto.

43. Se você marcou que participou de "outro (s) projeto (s)" na alternativa anterior, cite qual (is).

44. Que tipo de projeto ou ação você acredita que possa contribuir para que o aluno tenha uma boa frequência e permaneça na escola até o fim de seus estudos?

45. A Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues tem desenvolvido algumas ações no intuito de diminuir as ocorrências de abandono escolar.

Você conhece as ações/projetos listadas abaixo?

- ☐ Sim, o Projeto Professor Diretor de Turma.
- ☐ Sim, a Ação Frequência "Nenhum aluno a menos".
- ☐ Sim, a Ação "1º Foco".
- ☐ Sim, a Ação "Vem que tem!".
- ☐ Não conheço nenhum deles.

46. Se você respondeu sim à questão anterior, marque aquele que você participa atualmente ou que já participou.

- ☐ () Projeto Professor Diretor de Turma
- ☐ () Ação Frequência “Nenhum aluno a menos”.
- ☐ () Ação “1º Foco”.
- ☐ () Ação “Vem que tem!”.

47. Se você já participou do Projeto Professor Diretor de Turma, você acha que ela é eficaz no trabalho de combate ao abandono escolar na escola?

- ☐ () Concorda
- ☐ () Concorda mais que discorda
- ☐ () Não concorda nem discorda
- ☐ () Discorda mais que concorda
- ☐ () Discorda

48. Se você já participou da Ação Frequência “Nenhum aluno a menos”, você acha que ela é eficaz no trabalho de combate ao abandono escolar na escola?

- ☐ () Concorda
- ☐ () Concorda mais que discorda
- ☐ () Não concorda nem discorda
- ☐ () Discorda mais que concorda
- ☐ () Discorda

49. Se você já participou da Ação “1º Foco”, você acha que ela é eficaz no trabalho de combate ao abandono escolar na escola?

- ☐ () Concorda
- ☐ () Concorda mais que discorda
- ☐ () Não concorda nem discorda
- ☐ () Discorda mais que concorda
- ☐ () Discorda

50. Se você já participou da Ação “Vem que tem!”, você acha que ela é eficaz no trabalho de combate ao abandono escolar na escola?

- ☐ () Concorda
- ☐ () Concorda mais que discorda
- ☐ () Não concorda nem discorda
- ☐ () Discorda mais que concorda
- ☐ () Discorda

51. Que visão você tem da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues?

APÊNDICE B – Instrumento de pesquisa de campo: questionário aos alunos que abandonaram a escola entre os anos de 2013 e 2019 e não retornaram¹⁸

1. Sexo:

() Feminino () Masculino

2. Onde você mora?

() Em Croatá (CE) – Cidade

() Em Croatá (CE) – Distrito

() Em Croatá (CE) – Sítio

() Outro local

3. Se você marcou a alternativa "outro local", escreva o nome da cidade/estado onde você mora atualmente.

4. Em que ano você iniciou o Ensino Médio?

5. No período em que esteve matriculado na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, você se sentiu bem nessa escola?

() Sim () Não

6. Se sua resposta foi “Não” na pergunta anterior, justifique por que você não se sentia bem nessa escola.

7. Por quanto tempo você frequentou o Ensino Médio na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues antes de decidir por abandonar a escola?

() menos de um ano () um ano () entre um a dois anos

() dois anos () entre dois a três anos

8. No ano em qual abandonou a escola, em que série e turno você estudava?

() 1º Manhã () 1º Tarde () 1º Noite

() 2º Manhã () 2º Tarde () 2º Noite

() 3º Manhã () 3º Tarde () 3º Noite () EJA – Noite

9. Por que você abandonou a escola?

¹⁸ Esse instrumento de pesquisa foi elaborado pela autora com base nos questionários do trabalho **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na Escola Estadual Antônio Martins, do Espírito Santo, nas taxas de abandono do Ensino Médio**, de Lilian Aparecida Franco da Silva (2017). Entretanto, as questões foram adaptadas ao objetivo da pesquisa, bem como à realidade da instituição pesquisada.

Obs.: Marque a (s) opção (ões) que julgar necessário.

- ☐ Abandonei porque precisei trabalhar para auxiliar na renda da minha família.
- ☐ Abandonei porque eu quis trabalhar para ter meu próprio dinheiro.
- ☐ Abandonei porque não gostava de estudar.
- ☐ Abandonei porque não gostava do ambiente da escola.
- ☐ Abandonei porque já havia reprovado muitas vezes.
- ☐ Abandonei porque as aulas eram muito chatas.
- ☐ Abandonei porque as matérias eram muito difíceis.
- ☐ Abandonei porque não tinha amigos na escola.
- ☐ Abandonei por causa da violência nos arredores da escola.
- ☐ Abandonei porque não vi necessidade de continuar na escola.
- ☐ Abandonei porque os professores ou equipe gestora não me tratavam bem na escola.
- ☐ Abandonei porque eu estava indo muito mal nas matérias.
- ☐ Abandonei porque não conseguia me enturmar com os outros alunos.
- ☐ Abandonei porque não houve atividades na escola que me mostrassem a importância da escola.
- ☐ Abandonei porque passei por uma situação desagradável na escola e isso me desmotivou a continuar.
- ☐ Outro (s) motivo (s).

10. Se você marcou "Outro (s) motivo (s)", escreva-o (s) aqui.

11. Antes de abandonar a escola você conversou com alguém para se aconselhar?

- ☐ Não, decidi sozinho.
- ☐ Não, porque não tinha ninguém para conversar sobre isso.
- ☐ Sim, alguém da minha família.
- ☐ Sim, alguém do meu trabalho.
- ☐ Sim, um amigo.
- ☐ Sim, alguém da equipe da escola.

12. Haveria alguma coisa que a escola pudesse ter feito para evitar que você não a abandonasse?

- ☐ Sim. ☐ Não.

13. Se você respondeu sim na questão anterior, o que a escola poderia ter feito?

14. Você frequentou outra escola desde que saiu da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues?

- ☐ Sim ☐ Não

15. Você trabalha atualmente?

☐ Sim ☐ Não

16. Se você trabalha, indique a quantidade de horas diárias.

☐ até 4 horas diárias ☐ até 6 horas diárias
☐ até 8 horas diárias ☐ mais de 8 horas diárias

17. Que tipo de trabalho você exerce?

☐ Agricultura ☐ Comércio ☐ Setor Público
☐ Autônomo ☐ Não trabalha ☐ Outro

18. Se você marcou autônomo, escreva aqui que tipo de trabalho exerce.

19. Se você marcou "outro", escreva aqui que tipo de trabalho exerce.

20. Você mora com quem?

☐ Pai ☐ Mãe ☐ Pai e mãe
☐ Sozinho(a) ☐ Outro(s) responsável (is)

21. Se você marcou "Outro (s) responsável (is)" na alternativa anterior, escreva aqui quem são eles.

22. Que tipo de trabalho a pessoa que é seu responsável (1) exerce?

☐ Agricultor ☐ Comerciante ☐ Funcionário Público
☐ Não trabalha ☐ Outro

23. Se você marcou "outro" na alternativa anterior, escreva aqui que tipo de trabalho seu responsável (1) exerce.

24. Que tipo de trabalho a pessoa que é seu responsável (2) exerce?

☐ Agricultor ☐ Comerciante ☐ Funcionária Pública
☐ Não trabalha ☐ Outro

25. Se você marcou "outro" na alternativa anterior, escreva aqui que tipo de trabalho seu responsável (2) exerce.

26. Qual a renda familiar média atual da sua família?

☐ menos de 1 salário mínimo.

- ☐ entre 1 e 2 salários mínimos.
- ☐ entre 2 e 3 salários mínimos.
- ☐ entre 3 e 5 salários mínimos.
- ☐ mais de 5 salários mínimos.

27. Seus pais (ou responsáveis) lhe incentivam a estudar?

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ De vez em quando
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

28. Você considera importante o apoio da família em relação aos estudos?

- ☐ Concorda
- ☐ Concorda mais que discorda
- ☐ Não concorda nem discorda
- ☐ Discorda mais que concorda
- ☐ Discorda

29. No período em que esteve na escola (Ensino Fundamental e Médio), você já foi reprovado alguma vez?

- ☐ Sim, uma vez.
- ☐ Sim, duas vezes.
- ☐ Sim, mais de duas vezes.
- ☐ Não, nunca fui reprovado.

30. Se você já reprovou, qual (is) foram os motivos?

Obs.: Marque a (s) opção (ões) que julgar necessário.

- ☐ Porque não conseguia aprender.
- ☐ Porque estava sobrecarregado fora da escola.
- ☐ Porque passei o ano todo com brincadeiras.
- ☐ Porque não gostava das aulas.
- ☐ Porque não gostava da escola.

31. A reprovação escolar é uma medida necessária para a aprendizagem.

Em relação a afirmação acima, você:

- ☐ Concorda
- ☐ Concorda mais que discorda
- ☐ Não concorda nem discorda
- ☐ Discorda mais que concorda
- ☐ Discorda

32. Frequentar a escola faz falta atualmente em minha vida.

Em relação a afirmação acima, você:

- ☐ Concorda

- ☐) Concorda mais que discorda
- ☐) Não concorda nem discorda
- ☐) Discorda mais que concorda
- ☐) Discorda

33. Você pensa em voltar a estudar?

- ☐) Sim, sempre
- ☐) Sim, às vezes
- ☐) Não, nunca pensei

34. Qual o principal motivo que lhe impede ou que lhe impediu retornar aos estudos nos últimos tempos?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada aos gestores da Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues

1. Formação profissional.
2. Cargo que ocupa na escola.
3. Para iniciar a conversa sobre o abandono escolar nessa instituição, gostaria que você me falasse sobre o histórico dessa ocorrência na escola nos últimos anos.
4. Enquanto gestor, como vê o fenômeno abandono escolar?
5. Os registros de dados sobre o abandono nessa escola apontam que a mesma tem superado de forma significativa as taxas do Estado do Ceará e do Brasil, que tipo de estratégia utilizada pela escola tem contribuído para o alcance desse resultado?
6. De que forma os dados do abandono escolar são sistematizados na escola?
7. A escola enfrenta alguma (s) dificuldade (s) ou já enfrentou no tocante aos registros e consolidações das situações de abandono?
8. Em que momentos o problema do abandono é discutido aqui na escola?
9. Que ações a escola desenvolve no sentido de monitorar os alunos em situação de abandono?
10. Além da estratégia apontada anteriormente, que ações a escola desenvolve ainda no sentido de combater o abandono? De forma geral, como essas ações são desenvolvidas na prática da rotina escolar?
11. Como você avalia os resultados dessas ações?
12. Qual público estudantil vocês consideram mais vulnerável ao abandono escolar hoje na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues?
13. Quais os motivos que os levam a considerar essa hipótese? Há dados e/ou históricos que comprovem isso?
14. Como a gestão da escola tem “olhado” para esse público?
15. Há na escola ações específicas às turmas do turno noturno?
16. Há alguma diferenciação que atenda às especificidades desse público, como horários, currículo, merenda, dentre outros? Quais?
17. Desde já, agradeço pela disponibilidade dos membros aqui presentes nesta entrevista e fique à vontade para fazer suas considerações finais a respeito do assunto.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA****COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF****36036-900 JUIZ DE FORA – MG – BRASIL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“O Abandono Escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, no Ceará”**. Nesta pesquisa pretendemos **compreender como se dá a relação das ações de enfrentamento ao abandono na instituição com a realidade na qual sua comunidade escolar está inserida.**

Para esta pesquisa adotaremos uma metodologia qualitativa em que serão realizadas entrevistas (com roteiro semiestruturado) com os membros do Núcleo Gestor da escola. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos por expressão de opiniões. A pesquisa contribuirá para o conhecimento externo das ações de combate às ocorrências de abandono escolar nesta Unidade de Ensino. Ademais, busca esclarecer sobre como essas ações têm se desenvolvido, e a eficácia que elas têm proporcionado (ou não) na diminuição aos índices do abandono da mesma. A partir desses dados, será possível também fazer uma análise sobre as ações que têm obtido êxito em todos os turnos da escola bem como aquelas que não lograram sucesso. Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o (a) Sr. (a) tem assegurado o direito a indenização. O (a) Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o (a) Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues e a outra será fornecida ao (à) Sr. (a). Os dados e

instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“O Abandono Escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, no Ceará”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Croatá-CE., _____ de _____ de 2020.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Janne Brandão de Melo Carvalho

Endereço: Rua São José, 122, Centro

CEP: 62390-000 / Croatá - CE

Fone: (88) 99315-0796

E-mail: jannec.mestrado@caed.ufjf.br